

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**O ROUBO DA FALA:
ORIGENS DA IDEOLOGIA DO TRABALHISMO NO BRASIL**

ADALBERTO DE PAULA PARANHOS

Campinas

1996

ADALBERTO DE PAULA PARANHOS

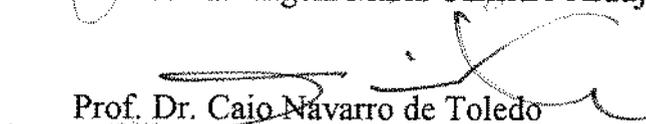
**O ROUBO DA FALA:
ORIGENS DA IDEOLOGIA DO TRABALHISMO NO BRASIL**

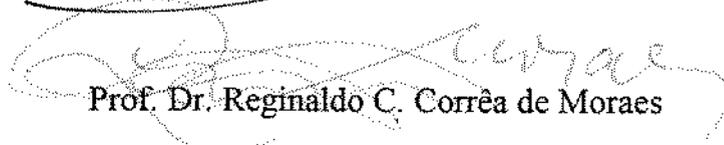
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
20/02/1997.

Banca:


Prof. Dr. Angela Maria Carneiro Araújo


Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo


Prof. Dr. Reginaldo C. Corrêa de Moraes

Dezembro de 1996

4625011105344

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
UNICAMP
P212r
V. Ex.
TOMBO BC/ 30249
PROC. 281197
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 20/05/97
N.º CPD

CM-00 098 332-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P212r

Paranhos, Adalberto de Paula

O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil / Adalberto de Paula Paranhos. -- Campinas, SP; [s.n.], 1996.

Orientador: Caio Navarro de Toledo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ideologia. 2. Trabalhismo-Brasil. 3. Estado. I. Toledo, Caio Navarro de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para
Walkyria
Luana
e Kátia

UMA QUESTÃO DE GRATIDÃO

Por uma questão de gratidão, renovo, aqui, os agradecimentos já transmitidos às pessoas que, sob diferentes aspectos, contribuíram para a conclusão desta dissertação de Mestrado.

Em Caio Navarro de Toledo, meu orientador, encontrei a compreensão, o estímulo e inequívocas manifestações de confiança que me animaram a prosseguir no trabalho de pesquisa que, por motivos os mais diversos, permaneceu abandonado por vários anos. O respeito à liberdade de pensamento foi, sem dúvida, a tônica da nossa agradável convivência.

Ao agradecer aos professores do Programa de Mestrado em Ciência Política da Unicamp, faço uma menção especial a Décio Saes, com quem mantive os primeiros diálogos sobre o tema e de cuja capacidade analítica me beneficiei para enveredar pela discussão proposta. Ao estender estes agradecimentos aos funcionários das bibliotecas e arquivos consultados, não poderia deixar de mencionar, especificamente, o pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, onde teve lugar a maior parte da pesquisa empírica desenvolvida.

Assinalo ainda que as observações feitas pelos profs. Angela Maria Carneiro Araújo e Ricardo Antunes, por ocasião do exame de qualificação, foram de extrema valia para que repensasse a extensão do projeto em curso. Ao refletir sobre suas intervenções, acabei por me dar conta de que, efetivamente, deveria, pela amplitude do tema abordado e das questões suscitadas, desdobrar o projeto em duas partes, reservando a segunda para ser encaminhada posteriormente no doutorado.

A liberação das atividades docentes concedida pelo Conselho do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia foi

fundamental para o término da pesquisa e a redação da dissertação. Dos profs. Edilson José Graciolli, João Marcos Alem, Mônica Chaves Abdala e Rita Maria Ribeiro de Carvalho recebi todo o apoio necessário. Edilson, em particular, mais do que colega, revelou-se um amigo que comigo discutiu pacientemente, em vários momentos, o andamento do trabalho.

Simultaneamente à conclusão do Mestrado, vi-me às voltas com a necessidade de elaborar meu projeto de doutorado, aprovado no Programa de Estudos Pró-Graduados em História da PUC-SP. Tanto num caso como no outro, o incentivo recebido da profa. Maria Izilda Santos de Matos para que ambos chegassem a bom termo foi de valor inestimável. Amizade recente -- iniciada ao acaso, em meio à atração sobre nós exercida pela obra musical de Lupicínio Rodrigues -- nossos contatos estabeleceram uma interlocução que me foi altamente proveitosa e prazerosa.

À época da obtenção dos créditos do Mestrado, pude contar com bolsa de estudos da FAPESP. Fui bolsista, na etapa da pesquisa, da Ford Foundation e também recebi auxílio da Capes equivalente a bolsa-deslocamento. Sou muito grato a essas agências financiadoras de pesquisa.

Ao Édio José Alves, um craque em informática, que transita pelas infovias com a naturalidade de quem vai à esquina comprar pão, expresso igualmente meu reconhecimento.

Faço ainda alguns registros retirados da memória afetiva. Angela, além de me dar Marcelo, meu filho, compartilhou comigo as alegrias e as dificuldades dos primeiros tempos do Mestrado. Lidia, na fase derradeira deste estudo, assumiu a divisão gritantemente desigual dos cuidados dispensados à nossa filha, Luana.

Estê trabalho é dedicado a três mulheres, referências afetivas básicas na minha vida, que, cada qual a seu modo, concorreram para que ele

chegasse ao fim:

Walkyria, minha mãe, em quem sempre achei respaldo para meus projetos intelectuais.

Luana, que, com seus 8 anos, certamente ainda não pode avaliar o quanto a sua presença cotidiana me foi importante. Em nossos passeios e andanças por Uberlândia, cercados de outras crianças e de muita música, ela, sem saber, me transportava para outro universo, afastando-me, saudavelmente, por muitos momentos, das preocupações inerentes à produção acadêmica.

E, por último -- mas bem que poderia ser em primeiro lugar --, Kátia. Se houve alguém que, em todas as circunstâncias, se empenhou tanto ou mais do que eu para o término desta dissertação, foi ela. Não seria exagero dizer que, num certo sentido, ela é co-autora deste trabalho. A Kátia, um beijo e o meu amor.

.....

Para mim, no fundo, a elaboração deste trabalho adquire, duplamente, o caráter de uma viagem ao passado. Ao meu passado, inclusive. Afinal, recém-formado, eu já apresentara uma comunicação sobre a ideologia do trabalhismo na XXVIII Reunião Anual da SPBC, realizada em 1976, em Brasília, na qual estão expostas várias das conclusões que reafirmo. Ampliei-a, consideravelmente, em 1978. Depois, comprometido com a militância político-sindical, especialmente no movimento docente, deixei em estado de hibernação os dois ensaios que em 1984 comporiam meu livro Dialética da Dominação, voltado para a análise da relação entre dominação ideológica e consciência de classe.

Paralelamente a isso, meus compromissos com a docência universitária, a direção da revista Cara a Cara, a coordenação de departamento, a produção de artigos, o engajamento em outras atividades de pesquisa e alguns percalços de ordem particular -- associados a encontros e desencontros amorosos, à paixão pela música, pelo rádio e pelo futebol, isto é, pelo São Paulo -- foram

adiando, quase indefinidamente, a retomada e o término desta dissertação. À primeira vista ela se assemelha a uma obra de Dorival Caymmi. Não pela pretensão de igualar-se a ele em nível de qualidade, bem entendido. Mas pela demora, pelo vagar que me levaram, igualmente, a retocar, aqui e ali, o texto, redefinindo-o com o passar dos anos, favorecido, de alguma maneira, pelo longo tempo em que permaneceu à deriva. Ele vale, pessoalmente, por um ajuste de contas em busca do tempo perdido, que, contraditoriamente, comportou muitos outros ganhos na minha experiência de vida. Se estivesse na pele da personagem central de Peggy Sue -- Seu Passado a Espera, do filme de Francis Ford Coppola*, e a mim fosse dada a oportunidade de visitar e refazer o meu passado, sinceramente, também hesitaria. Apesar de todos os pesares, no que diz respeito à minha vida acadêmica, não sei se o faria.

*Peggy Sue -- Seu Passado a Espera (Peggy Sue Got Married), EUA, 1986, direção de Francis Ford Coppola.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO - OS SONS DESSEMELHANTES -----	1
1. A fala abafada e ... -----	1
2. ... A fala roubada -----	10
CAPÍTULO I - O CORO DA "UNANIMIDADE NACIONAL" -----	27
A ideologia de Estado e o "Estado Novo" -----	27
1. A política na sociedade de massas: o mito e o apelo ao "irracional" ----	34
2. As massas, o Sancho Pança da história -----	40
3. A "aparição de César": o culto a Vargas -----	46
4. O culto ao "Estado-Ordem": o mito soreliano de ponta-cabeça -----	56
CAPÍTULO II - INTERMEZZO: ENSAIO DE ORQUESTRA -----	70
1. A ideologia do trabalhismo em estado nascente -----	72
2. O roubo da cena: a glorificação de Vargas -----	85
CAPÍTULO III - ALGO DE NOVO NO AR -----	101
1. O "Estado Novo" em tempo de guerra: o começo do fim (1942/1943) -	111
2. A ofensiva trabalhista nas ondas do rádio -----	124
CAPÍTULO IV - A SINFONIA DO TRABALHO -----	135
A consolidação da ideologia do trabalhismo -----	135
1. O mito da "doação" da legislação social -----	136
2. O "Estado Autoritário" e o "paraíso da concórdia" -----	145
3. O culto ao "Estado-Providência" -----	159
CAPÍTULO V - TOQUE DE REUNIR -----	165
A formação de uma "reserva de mobilização" -----	165
1. O dever de gratidão e a "batalha da produção" -----	167
2. A constituição de uma "força-tarefa": o apelo à sindicalização massiva	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS - TEMPO E CONTRATEMPO, CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA -----	199
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS -----	214
BIBLIOGRAFIA CITADA -----	215

INTRODUÇÃO

OS SONS DESSEMELHANTES

1. A fala abafada e ...

Filho do seu tempo, com as antenas da sua criatividade artística direcionadas para captar os sinais que provinham de uma sociedade em mudança, Noel Rosa registra em Três Apitos, de forma admirável, o choque entre dois mundos. Dublê de compositor e cantor, o "poeta da Vila", no início dos anos 30, se dá conta, à sua maneira, de que, para além da fumaça que escapa pelas chaminés do parque fabril brasileiro, há algo de novo no ar. Ao puxar o fio da história que entrelaça uma desilusão amorosa e os novos hábitos de trabalho em formação, Noel flagra as novas caras dos Brasis modernos: "você que atende ao apito/ de uma chaminé de barro/ por que não atende ao grito tão aflito/ da buzina do meu carro?"

No cruzamento de um episódio sentimental com o momento histórico no qual ele está datado e situado se põe à mostra mais um ato do drama da disciplinarização do trabalho: "nos meus olhos você lê/ que eu sofro cruelmente/ com ciúmes do gerente impertinente/ que dá ordens a você." A mão de ferro da disciplina fabril, envolvendo a introjeção do respeito à hierarquia e a pontualidade, alcança, portanto, a própria vida do personagem masculino, apesar dele permanecer fora do mercado formal de trabalho. Afinal, "quando o apito/ da fábrica de tecidos/ vem ferir os meus ouvidos/ eu me lembro de você/ ... Mas

você não sabe/ que enquanto você faz pano/ faço junto do piano/ estes versos pra você."¹

Sob certo aspecto, Três Apitos pode ser ouvida/lida como uma metáfora dos "tempos modernos" no Brasil. O descaso e/ou pouco-caso para com o não-trabalhador e o atendimento ao "apelo" que procede do mundo do trabalho fornecem a moldura na qual se inserem os novos quadros da vida brasileira nos centros urbanos mais desenvolvidos. Não foi à toa que, logo no seu discurso de posse à frente da recém-criada pasta do Trabalho, o ministro Lindolfo Collor (de 26/11/30 a 4/4/32) estufou o peito para proclamar: "É o Ministério do Trabalho, especificamente, o Ministério da Revolução"². Tratava-se de promover a regulamentação dos fatores de produção como condição indispensável para a manutenção da "paz" e "harmonia social", caminho que conduziria à colaboração de classes, sem a qual, na visão oficial, não haveria a devida garantia de desenvolvimento econômico no país. No fundo, "a desorganização do nosso trabalho", diria o ministro, só contribuía para reforçar "a precariedade do nosso ritmo econômico".³

Em síntese, a disciplinarização do trabalho, entendida no seu sentido mais amplo -- desde a definição de regras claras para regerem o regime fabril até a articulação da legislação sindical à legislação trabalhista e previdenciária -- era a palavra-de-ordem. Expressava, à perfeição, a preocupação dominante junto aos agentes do Governo Vargas já no imediato pós-30, cujo fim era o controle político das classes trabalhadoras. Sem isso, tal como era admitido oficialmente, emergiriam graves problemas para a preservação da "ordem social"

¹Três Apitos, composta em 1933, foi engavetada por Noel Rosa por conter, segundo ele, "incorreções"... Recebeu seu primeiro registro em disco apenas em 1951, na interpretação de Aracy de Almeida (78 rpm Continental). Sobre os fatos mais imediatos que inspiraram Três Apitos (o envolvimento do autor com uma operária têxtil, uma história que deu pano pra manga ...), v. João Máximo e Carlos Didier, Noel Rosa (Uma biografia), Brasília, Linha Gráfica/UnB, 1990, p. 184.

²"Jornal do Comércio", 2/12/1930, transcrito em Edgard Carone, A Segunda República, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, citação da p. 221.

³Idem, p. 223.

e para o "progresso econômico" do Brasil. Na verdade, embora os governantes não concordassem que os pratos da balança da intervenção estatal no mercado de trabalho pendiam mais para um lado, disciplinar o fator trabalho era "um pensamento pelo capital".⁴ Sua contrapartida, porém, incluía, como requisito imprescindível, não só a "concessão" de direitos como a integração -- em posição subordinada -- das classes trabalhadoras urbanas às estruturas do poder estatal.

.....

Os anos 30 constituirão o solo propício ao surgimento da ideologia do trabalhismo. Esta, evidentemente, não emerge do nada nem é uma mera "invenção" do Estado. Antes de tudo, seu significado só é passível de ser apreendido se relacionado a circunstâncias históricas especialíssimas, como parte inseparável da resposta articulada por um Estado Capitalista que não podia continuar subestimando a "questão social". Calcada, de um lado, na progressiva implantação da legislação social da década de 30, ela nos remete, por outro lado, à história do movimento operário, da qual é, por assim dizer, um "eco distorcido".

Voltemos, por um momento, à fala de Lindolfo Collor, em seu primeiro pronunciamento como ministro do Trabalho. Ele bate na tecla do "perigo" que ronda a sociedade brasileira face ao "desprezo mais integral" que, a seu ver, "os poderes públicos vinham dando aos problemas sociais". A seguir condena "a miséria, a injustiça e as privações" que causam o "descontentamento que perturba a ordem social, com grande perigo para a paz e a harmonia universais".⁵

⁴Palavras do ministro do Trabalho da fase final do "Estado Novo", ao discursar durante sua posse e apresentar as linhas mestras do seu programa de trabalho. Marcondes Filho, Trabalhadores do Brasil, Rio de Janeiro, Revista Judiciária, 1943, p. 6.

⁵"Jornal do Comércio", em Edgard Carone, op. cit., p. 222. Reconhecendo, implicitamente, o alcance internacional das lutas dos trabalhadores, o ministro sustenta que não se pode mais arredar o pé do enfrentamento da "questão social": "Volto a dizer com o Manifesto da Aliança Liberal que a existência da questão social entre nós nada tem de grave ou de inquietador; ela representa um fenômeno mundial, é demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de

Ora, quando não mais seja, pelas fissuras do discurso oficial, constatadas pelo menos no princípio dos anos 30, o que se entrevê é a repercussão, mesmo que enviesada, das ideologias e das práticas operárias do pré-30 no redimensionamento do tratamento dispensado à "questão social"⁶. As lutas das classes trabalhadoras, que se mantinham presentes, fosse de que forma fosse, na década de 30, atualizavam, ainda que sem o vigor demonstrado em momentos de pico, a necessidade de uma resposta efetiva por parte do Estado e das classes dominantes.

Uma certa tradição acadêmica alimenta o hábito de fazer do Estado, quando não de determinismos estruturais (basicamente de natureza econômica), o grande fator da história, particularmente nos estudos sobre o Brasil pós-30. Foucault já nos advertiu para os problemas gerados pelas "análises descendentes" da política, nas quais tudo ou quase tudo parece provir do grande sujeito (o Estado), que irradiaria o seu poder tentacular sobre toda a malha social. Poder, *stricto sensu*, seria, no limite, sinônimo de Estado e, nessa perspectiva, tende-se a contrapor a "força" do poder instituído à "fraqueza" do poder instituinte.⁷

ignorar oficialmente problemas dessa natureza e desse alcance." Nesse mesmo sentido, ver pronunciamentos de Getúlio Vargas selecionados por José Albertino Rodrigues, em Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, ps. 67/79.

⁶A propósito, Vargas declarou a 4 de maio de 1931 que "as leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações (sindicais), tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado." Getúlio Dorneles Vargas, A Nova Política do Brasil, vol. 1, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 122.

⁷A crítica foucaultiana às análises estatistas do poder perpassa toda a sua Microfísica do Poder, na qual o poder sobressai como algo que circula, ou seja, que funciona e se exerce em cadeia, numa rede capilar de dispositivos. V. Michel Foucault, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 2a. ed., 1981, esp. os caps. IX, XI, XV e XVI (item "A analítica do poder"), bem como a introdução escrita por Roberto Machado. Minhas reflexões sobre o assunto estão condensadas em Adalberto Paranhos, "Política e Cotidiano: As Mil e Uma Faces do Poder", em Nelson C. Marcellino (org.), Introdução às Ciências Sociais, Campinas, Papyrus, 6a. ed., 1996. Uma crítica às concepções que vêem o Estado, no pós-30, "como único sujeito político e como único agente histórico real" é formulada por Marilena Chaui em "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", em Marilena Chaui e Maria Sylvania Carvalho Franco, Ideologia e

Incorre-se, por vezes, com base nessa linha de análise, numa espécie de concepção funcionalista, à qual não está imune inclusive um determinado tipo de funcionalismo de esquerda. O que eu quero ressaltar aqui é que o que existe de fundamental num período histórico qualquer é, em princípio, encarado como funcional à dominação de classe e tal funcionalidade termina por ser erigida em recurso explicativo⁸. Assim, por exemplo, quando se explica a elaboração das leis sociais das décadas de 30 e 40, às vezes elas são pensadas essencialmente em função de um como que "utilitarismo burguês", quase à margem das lutas de classe e da correlação de forças numa situação histórica particular.

Nem de longe pretendo fechar os olhos ante ao fato de que somente quando o "problema do trabalho" passou a ser mais efetivamente percebido também como um "problema da burguesia" é que se atacará no país, de modo mais sistemático, a "questão social"⁹. Afinal, começava a se assentar sobre novas

Mobilização Popular, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1978 (esp. itens I e III). A revalorização da ação política, conjugada à crítica ao jogo dos pretensos automatismos estruturais, encontrou sua melhor formulação na introdução de Francisco C. Weffort em Sindicatos e Política, São Paulo, USP, tese de livre-docência, 1972, e nos artigos escritos a seis mãos por Eder Sader, Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles, "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico", na Revista Brasileira de História, nº 6, São Paulo, Marco Zero, set/1983, e, a quatro mãos, por Eder Sader e Maria Célia Paoli, "Sobre as 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)", em Ruth Cardoso (org.), A Aventura Antropológica (Teoria e pesquisa), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

⁸Nessa mesma ordem de preocupações, ver, sobre "a visão econômico-funcional" das instituições, Cornelius Castoriadis, A Instituição Imaginária da Sociedade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, ps. 139/154.

⁹V. Angela Maria de Castro Gomes, Burguesia e Trabalho (Política e Legislação Social no Brasil - 1917/1937), Rio de Janeiro, Campus, 1979, esp. ps. 199/213, nas quais ela sintetiza inclusive o pensamento de Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna acerca do "problema do trabalho". Sobre este último, presença destacada no Ministério do Trabalho, ver igualmente o resumo de suas idéias relativas à "incorporação do trabalhador no Estado" em Jarbas Medeiros, Ideologia Autoritária no Brasil (1930/1945), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978, ps. 178/188, e em Gisálio Cerqueira Filho, A "Questão Social" no Brasil, (Crítica do discurso político), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, ps. 131/143. Mais especificamente quanto à posição da burguesia urbana frente à legislação social no pós-30 -- caracterizada pela admissão da sua relação com a "paz social", apesar de sua continuada resistência a

bases a matriz do capitalismo no Brasil, com a indústria tendendo a assumir, gradativamente, o lugar de setor dinâmico da economia. Nesse contexto é interessante lembrar como vão se dar as relações, na primeira metade dos anos 30, entre a burguesia industrial e comercial e o Estado. Elas se desenvolverão sob um clima de permanente tensão, descrevendo um relacionamento contraditório. Seja como for, já foi demonstrado que a burguesia urbana ofereceu também a sua contribuição à discussão e elaboração das leis sociais, em que pese seus protestos contra determinadas propostas e procedimentos governamentais bem como sua tentativa de desacelerar o ritmo da implantação, quando não de evitar a aplicação das leis trabalhistas. Como frisou Angela Maria de Castro Gomes, "podemos observar que crescem, simultaneamente, a colaboração e o protesto desta fração de classe burguesa no campo da legislação social. Porém, é preciso que se veja neste 'agravamento' de tensões não um sinal de afastamento, mas justamente de maior participação."¹⁰

Essa visão de que a resolução do "problema do trabalho" guardava íntima relação com o "progresso econômico" era crucial. No entanto, tal reconhecimento não deve nos levar a perder de vista a presença do movimento operário no curso dos novos acontecimentos e sua influência, direta ou indireta, na geração e/ou correção de rumos definidos pelo Estado e pelas classes empresariais.

A agitação operária que atravessou, com seus altos e baixos, a Primeira República consistiu num fator não desprezível de aprofundamento da crise do chamado "Estado liberal-oligárquico". O liberalismo, mundo afora, se achava sob o fogo cruzado dos defensores dos autoritarismos e/ou "totalitarismos" de todos os matizes. Em meio às revoltas tenentistas que vieram

muitas medidas governamentais --, v., novamente, Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., esp. ps. 213/252.

¹⁰Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., p. 219. V. ainda Zélia Lopes da Silva, A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30, São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990, ps. 61/94 e Angela Maria Carneiro Araújo, "A Legislação Social nos Anos 30: Um Estudo de Processo Decisório", em História & Perspectivas, nº 7, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jul-dez/1992.

à tona nos anos 20, à crise internacional do capitalismo dramatizada pelo crack de 1929, ao abalo sofrido pelo modelo agro-exportador e às cisões no interior das classes dominantes, o golpe de 1930 acabou abrindo caminho, concretamente, para uma nova configuração do Estado. Nesse cenário não será indiferente a presença social das classes trabalhadoras das cidades com maior contingente operário. Sua ação política, notadamente as reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, implicava, na prática, em questionar o "não-intervencionismo estatal". Forçava, objetivamente, o Estado a atuar de forma mais decisiva no campo da regulamentação dos fatores de produção e, por consequência, a ultrapassar a bitola estreita da ideologia liberal¹¹. Se considerarmos que o Estado que emerge na década de 30 amplia, de maneira expressiva, sua margem de manobra diante das próprias frações das classes dominantes, teremos, então, esboçado o quadro mais geral a partir do qual ocorrerá o enfrentamento, em novos moldes, da "questão social". Enfrentamento que estará colado à proposta governamental de colaboração de classes de feição nitidamente corporativista, cujo objetivo apontava para a necessidade imperiosa de converter patrões e proletários em forças orgânicas de cooperação incorporadas ao Estado.

¹¹É preciso retirar os andaimes que apóiam a construção de algumas "verdades" muito difundidas, como a que define com bastante simplismo o Estado no pré-30 como "não-intervencionista". Visto desse jeito, sem mais, reproduz-se a memória dos vencedores de 1930. Para não falar de uns tantos aspectos da vida econômica brasileira na Primeira República, vale lembrar a fragmentária legislação social do período, já listada no estudo pioneiro de Azis Simão, Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus/USP, 1966, esp. cap. 2. V. também Boris Fausto, Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1976, esp. ps. 217/233, Luiz Werneck Vianna, Liberalismo e Sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, esp. caps. 1 e 2, e Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., esp. cap. 5. De mais a mais, o paternalismo empresarial -- como recurso para fazer frente à "questão social" -- despontara na Primeira República num momento em que a repressão era o traço dominante do comportamento da burguesia face às mobilizações operárias, que, aliás, tiveram força para transformar suas reivindicações em objeto de debates no Congresso. V. Warren Dean, A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro/USP, 1971, cap. IX, Boris Fausto, op. cit., cap. VII, e, especificamente sobre os debates na Câmara dos Deputados em torno das leis trabalhistas, Angela Maria de Castro Gomes, op. cit., esp. cap. 2.

Nessas condições, simultaneamente à legislação social promulgada no Governo Vargas, entra em gestação a ideologia do trabalhismo. O Estado, à sua moda, procuraria apropriar-se da palavra operária, reelaborando-a, tanto quanto possível, ao sabor dos interesses dominantes. O que importa destacar, neste caso, ao contrário do que fazem as interpretações mais simplistas sobre os processos de dominação ideológica, é justamente a influência exercida pelas ideologias dominadas na produção das ideologias dominantes e/ou oficiais. As marcas impressas pelas lutas operárias se tornam bem perceptíveis.

Assistimos, aqui, a mais uma cena da fabricação de uma ideologia que incorpora elementos de ideologias que, em maior ou menor grau, lhe são contrapostos. Mas o ato de incorporação é, ao mesmo tempo, o prolongamento do ato de redefinição do seu sentido. Não é novidade que uma parte, deslocada do contexto que lhe conferia uma significação específica, não é mais a mesma parte quando ligada a uma outra totalidade significativa.

A contribuição gramsciana também neste ponto é muito elucidativa. Ao referir-se às "tendências populistas", tomando por base um artigo de Alberto Consiglio sobre "Populismo e Novas Tendências da Literatura Francesa", Gramsci assim resume a tese central do autor, exposta, do seu ponto de vista, de modo mais ou menos explícito e consciente: "diante do crescimento do poder político e social do proletariado e de sua ideologia, alguns setores da intelectualidade francesa surgem através destes movimentos de 'ida ao povo'." E prossegue: "a aproximação ao povo, portanto, significaria uma retomada do pensamento burguês, que não quer perder sua hegemonia sobre as classes populares e que -- para melhor exercer sua hegemonia -- assimila uma parte da ideologia proletária." Conclui, pois, que "seria interessante uma lista das tendências populistas e uma análise de cada uma delas: poder-se-ia 'descobrir'

manifestações daquilo que Vico chamou de 'astúcias da natureza', ou seja, do fato de um impulso social, que visa a um determinado fim, realizar o seu contrário."¹²

Estamos, no que diz respeito ao nascimento da ideologia do trabalhismo, numa situação semelhante. Deparamo-nos, mais ainda, com relações de troca que permeiam as relações entre as ideologias das classes trabalhadoras e as ideologias oficiais. Não é mais aceitável que se continue a refletir sobre as idéias dominantes numa dada época como se fossem a expressão pura e simples das idéias das classes dominantes e/ou do Estado. Tal como salientou Ginzburg, não há mais como revigorar "a velha história das idéias do tipo exclusivamente elitista", que, no final das contas, exprime a concepção segundo a qual "idéias ou crenças originais são consideradas, por definição, produto das classes superiores." Na trilha da abordagem desse autor, é necessário sublinhar, isso sim, a circularidade que marca as relações entre as classes, inclusive no plano ideológico-cultural.¹³

Por todas essas razões, a ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o produto do

¹²O artigo mencionado por Antonio Gramsci em Literatura e Vida Nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, ps. 132 e 133, foi publicado em "Nuova Antologia" em 1931.

¹³Carlo Ginzburg, O Queijo e os Vermes (O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição), São Paulo, Companhia das Letras, 1987, citações das ps. 29 e 17. Ginzburg revela, acima de tudo, a preocupação em reter o "relacionamento circular feito de influências recíprocas" entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas na Europa pré-industrial do século XVI. Na sua pesquisa sobre cultura popular, mais exatamente cultura camponesa, ele utiliza o conceito de circularidade entre dois níveis de cultura, por inspiração de Bakhtin, para realçar as "fecundas trocas subterrâneas, em ambas as direções, entre a alta cultura e a cultura popular". Idem, *ibidem*, ps. 13 e 230. V. Mikhail Bakhtin, A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento (O contexto de François Rabelais), São Paulo, Hucitec/Universidade de Brasília, 1987. Para uma reflexão crítica sobre a "oposição macroscópica" e bipolar entre uma cultura designada popular e outra, chamada de elite, que preservaria "correspondências estritas entre dicotomias culturais e hierarquias sociais" -- apesar do reconhecimento de uma "circulação fluida" entre as formas culturais na vida social -- v. Roger Chartier, "Textos, Impressão, Leituras", in Lynn Hunt, A Nova História Cultural, São Paulo, Martins Fontes, 1995 (citações das ps. 231 e 230), e A História Cultural (Entre práticas e representações), Lisboa - Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1990, esp. cap. I.

mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênitas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Mas nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise, ela é uma fala roubada aos trabalhadores, a eles devolvida e reformulada enquanto mito.

2. ... A fala roubada

De fato, no discurso mítico do trabalhismo o mito da doação ocupou lugar central. Getúlio Vargas, o líder populista de maior expressão que o Brasil já conheceu, teve sua trajetória política particularmente associada à "outorga" das leis "protetoras" do trabalho, ponto de honra na imagem popular que dele se projetou. O mito da doação se propagou com a maior intensidade, principalmente a partir do "Estado Novo", e pela sua difusão se tentou fazer crer que a legislação social representou simplesmente uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros.

Mas, convém frisar, a ideologia do trabalhismo não operou no vazio. Sua força, historicamente, está associada justamente à "concessão" de direitos, ou melhor, ao atendimento a interesses mais ou menos imediatos ou a certas aspirações das classes trabalhadoras, mesmo que esse atendimento seja parcial e integrado a uma estratégia geral que fugia aos propósitos de amplos setores do movimento operário.

Vista desse ângulo, a ideologia do trabalhismo não representa tão-somente uma mistificação ideológica, nem se reduz a uma criação artificial gerada pela mera demagogia. Até porque não concebo ideologia a partir de critérios que valorizam sobretudo sua "negatividade", tais como o puro e simples

escamoteamento, a ocultação, o engodo que ela engendraria¹⁴. É nessa linha de raciocínio que Weffort já mostrou que o populismo equivale a uma via de mão dupla, não devendo ser identificado simplesmente a uma política de manipulação de massas. Dada a sua ambigüidade, no modo como se manifestou concretamente no processo político brasileiro, o populismo convive aqui, contraditoriamente, com a manipulação das classes trabalhadoras, notadamente o proletariado industrial, e com a expressão de suas insatisfações que por vezes põem em xeque determinados esquemas de manipulação vigentes¹⁵.

De toda maneira, é inegável que a crença na "concessão" dos direitos sociais como obra da "generosidade" e da "capacidade de antevisão" de Vargas cumpriu, entre outras, a função de amortecedor do impacto das lutas de classe. Por outras palavras, contribuiu poderosamente para a estratégia de tentar apagar da memória política dos trabalhadores as lutas que, desde o século passado, vinham desenvolvendo pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que assinalaram mais ou menos profundamente a ação do proletariado urbano

¹⁴Ao longo deste trabalho, como terei oportunidade de evidenciar, emprego ideologia no sentido gramsciano de "uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas." Antonio Gramsci, Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed., 1978, p. 16.

¹⁵A respeito, v. o ensaio de Francisco C. Weffort, "O Populismo na Política Brasileira", em Celso Furtado (org.), Brasil: Tempos Modernos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1977, no qual ele salienta que "o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado" (p. 51). Em outros termos, "a manipulação, pelo menos nas dimensões observadas no populismo, não é possível sem envolver -- e por certo contraditoriamente -- algum grau de real expressão dos interesses sociais das classes populares emergentes." Idem, Classes Populares e Política (Contribuição ao estudo do "populismo"), São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1968, p. 90. Populismo, diga-se de passagem, está longe de exprimir um conceito unívoco. O arco de situações que ele comporta é demasiadamente extenso, conforme o momento e o lugar considerados. Para uma discussão acerca do tema, v., por exemplo, Peter Worsley, "O Conceito de Populismo", e Angus Stewart, "As Raízes Sociais do Populismo", em Fanny Tabak (org.), Ideologias - Populismo, Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.

durante toda a Primeira República até meados da década de 30¹⁶. Nesse sentido, ao promover a glorificação do Estado -- e de Vargas, sua personificação -- como o agente que zela e vela pelos interesses dos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo joga a favor da reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras. Além disso, ela facilitou, em circunstâncias especiais, as manobras getulistas que visavam preservá-lo ou levá-lo ao poder estatal, jogando para tanto com o apoio das classes populares urbanas ou com a possibilidade de mobilizá-las. Da mesma forma, em determinadas ocasiões Vargas procurará nelas a "massa de manobra" necessária para a implementação de certas metas voltadas para o desenvolvimento industrial capitalista no Brasil.¹⁷

Por enquanto, nesta exposição introdutória, quero ressaltar, nas suas linhas mais gerais, o significado da intervenção estatal no mercado de trabalho nas décadas de 30 e 40. Naquele contexto o Estado Capitalista executava de maneira notável o papel de desorganizador político da classe operária. Impunha sua tutela corporativista em troca da subordinação política do proletariado. Tratava-se, no fundo, de conter os conflitos no setor urbano-industrial, algo fundamental para a "normalidade" do processo de acumulação capitalista. As armas utilizadas para dobrar a resistência das classes trabalhadoras foram, então,

¹⁶Sobre essas lutas operárias, v., entre outros, Edgard Carone, A Primeira República, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2a. ed., 1973, ps. 221/264, A República Nova (1930-1937), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, ps. 98/151, Movimento Operário no Brasil (1877-1944), São Paulo, Difel, 1979, Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, A Classe Operária no Brasil (1889-1930) Documentos (vol. 1 - O movimento operário), São Paulo, Alfa-Omega, 1979, A Classe Operária no Brasil (Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado), São Paulo, Brasiliense, 1982, esp. partes II e III, Boris Fausto, op. cit., esp. cap. I, Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988, esp. 1a. parte, Ricardo Antunes, Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora), São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982, esp. ps. 117/129, Angela Maria Carneiro Araújo, Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos Anos 30, Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 1994, esp. cap. IV, e Zélia Lopes da Silva, op. cit., cap. 3.

¹⁷Sobre o assunto, que cobre um período mais extenso do que o privilegiado por mim, ver os trabalhos de Francisco C. Weffort, dentre os quais "Estado e Massas no Brasil", na Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, maio/1966, esp. ps. 155/157.

a repressão aos seus agentes mais politizados e a aproximação paternalista junto às classes populares como um todo. Aí é que se esclarece a função desempenhada pela imposição da legislação sindical e pela progressiva implantação da legislação trabalhista, dois vigorosos suportes da política de Estado no pós-30 em relação aos trabalhadores.

De um lado, a legislação sindical imposta no primeiro Governo Vargas tinha como alvo garantir ao Estado o controle político da classe operária, ou melhor, decretar a sentença de morte à autonomia política do movimento operário¹⁸. De outro lado, a legislação trabalhista do período -- para cuja implantação mais sistemática contou, é claro, a força de pressão dos trabalhadores urbanos -- passou a ser vinculada à legislação sindical e, por consequência, integrada à política oficial de controle das classes trabalhadoras¹⁹. Assim, a obtenção de uns tantos benefícios -- reais ou imaginários -- proporcionados pela legislação trabalhista ficou na dependência da ação dos sindicatos submetidos ao jugo estatal ou da condição de sindicalizado (por exemplo, só usufruiria do direito às férias o trabalhador sindicalizado). Paralelamente, a propaganda montada em torno da "concessão" da legislação trabalhista acabou atendendo, por via indireta, à mesma finalidade de subordinação política das classes trabalhadoras urbanas na medida em que difundia a imagem do Estado como "Estado-Pai" e de Getúlio Vargas como "pai dos pobres".

No período que me interessa mais de perto (1942-43), martelou-se à exaustão esse discurso. Marcondes Filho, o então ministro do Trabalho (de

¹⁸Ver a legislação sindical promulgada nos anos 30, com destaque para o decreto 19.700, de 1931, e o decreto-lei 1.402, de 1939, que apontava para e/ou consagrava o desmantelamento das organizações sindicais autônomas e independentes.

¹⁹Este aspecto é devidamente ressaltado como ponto central da política social governamental por Maria Sílvia Duarte Hadler, tanto em "A Política de Controle da Classe Operária no Governo Vargas", em *Cara a Cara*, nº 2, Petrópolis, Vozes, jul-dez/1978, quanto em Sindicato do Estado e Legislação Social: O Caso dos Gráficos Paulistas nos Anos 1930, Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1982, esp. ps. 40/59. Sobre a relação entre legislação social e impulso ao incremento das taxas de acumulação na indústria de transformações, v. Werneck Vianna, op. cit., ps. 150/152.

29/12/41 a 29/10/45), desempenhará papel-chave na glorificação de Vargas. Ele opera sempre um corte histórico, muito comum aos ideólogos do regime e a muitos acadêmicos, ao datar 1930 como um divisor de águas²⁰. Para Marcondes Filho os trabalhadores deveriam dividir a história do Brasil em dois capítulos: antes e depois de Vargas. A justificativa desse procedimento de novo nos conduzia à "doação" da legislação social, marca registrada do ditador, reiteradamente apresentado como "amigo", "estadista insigne", "excelso presidente", para não falar de sua condição de homem "milagroso" e "clarividente", dono, segundo Marcondes Filho, "de uma vontade de aço, a serviço de um coração de veludo".²¹

A todo momento tenho tocado num componente vital da ideologia do trabalhismo, o mito da doação. É chegada a hora de buscar, no terreno teórico, uma melhor compreensão sobre em que consiste o discurso mitificador. Ponho de lado, apenas por ora, a concepção soreliana de mito, cuja relevância para este estudo é justificada inclusive pelas referências expressas a Georges Sorel encontradas em ideólogos do autoritarismo e do "Estado Novo", tais como Francisco Campos e Azevedo Amaral.

²⁰O debate em torno do assunto foi acirrado especialmente por Carlos Alberto Vesentini e Edgar Salvadori de Decca em "A Revolução do Vencedor", em Contraponto, nº 1, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutels, nov/1976, e teve prosseguimento com Kazumi Munakata em "O Lugar do Movimento Operário", nos Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, Araraquara, ANPUH/Unesp, 1980. A análise mais específica sobre o significado da "Revolução de 30" é também motivo de polêmicas. Ver alguns dos trabalhos fundamentais sobre o tema, escritos sob perspectivas mais ou menos distintas: Francisco C. Weffort, Classes Populares e Política ..., op. cit., esp. 1a. e 2a. partes, Boris Fausto, A Revolução de 1930 (Historiografia e História), São Paulo, Brasiliense, 1970, Décio Saes, Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil, Campinas, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, nº 6, 1976, esp. cap. I, Luiz Werneck Vianna, op. cit., esp. cap. 3, Edgar de Decca, 1930: O Silêncio dos Vencidos, São Paulo, Brasiliense, 1981, esp. parte I, Carlos Alberto Vesentini, A Teia do Fato (Uma proposta de estudo sobre a memória histórica), São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1982, esp. caps. 2 e 3, e José Meirelles, "Notes sur le Rôle de l'État dans le Développement du Capitalisme Industriel au Brésil", em Critique de l'Économie Politique, Paris, jan-avr/1973, esp. item I.

²¹Marcondes Filho, op. cit., p. 66.

Havendo me proposto, entre outros objetivos, a desmontagem do mito de direita incorporado à ideologia do trabalhismo, me restrinjo, agora, fundamentalmente a Mitologias, de Roland Barthes, em especial à sua análise semiológica das implicações sociais de "O Mito, Hoje"²². Seu enfoque torna-se sugestivo na medida em que encara a Semiologia como uma tarefa militante, que não se fecha ao engajamento.

Nessa perspectiva, cabe à Semiologia, enquanto linguagem, questionar incessantemente a linguagem enquanto fator de dominação e disfarce, ou, em suma, assumir-se como Semioclastia. Por isso sua preocupação se concentra preferencialmente no plano do conteúdo ou da linguagem conotativa. Se no campo da expressão ou da linguagem denotativa nos colocamos diante da linguagem comum, do que está explicitado, enfim, do plano imediato de significados, é no plano do conteúdo que se situam os significados mediatos, gerais e difusos, a porta aberta por onde entra prioritariamente a ideologia. Por essa razão, Semiologia e ciência das ideologias tendem a coincidir na concepção de Barthes e a primeira adquire maior amplitude se se levar em conta que abrange tanto o campo do significante (retórica) como o do significado (ideologia).

O mito é dotado, para usar uma noção foucaultiana, de "positividade". Numa palavra, sua função não se define pela negação das coisas, porque, como salienta Barthes, ele fala delas e, nesse sentido, seu papel é deformá-las e não fazê-las desaparecer. Daí que "o mito é uma fala roubada e restituída. Simplesmente, a fala que se restitui não é exatamente a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no seu lugar exato. É esse breve roubo, esse momento furtivo de falsificação que constitui o aspecto transido da fala mítica."²³

²²Roland Barthes, Mitologias, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. Procurei selecionar, de maneira deliberadamente parcial, ou seja, com um interesse pré-determinado, aquilo que me pareceu mais aplicável a este trabalho, deixando também à margem certas observações a meu ver mais discutíveis. Este estudo, aliás, não alimenta a pretensão de proceder a um balanço crítico das teses sustentadas em Mitologias.

²³Idem, *ibidem*, ps. 146 e 147.

Nessa concepção, o mito é, então, uma metalinguagem, quer dizer, um sistema semiológico segundo. A rigor, para Barthes, a fala mítica se apóia em dois sistemas semiológicos. O primeiro, o sistema lingüístico encarnado na língua ou nos modos de representação que lhe sejam assimiláveis. A isto ele designa de linguagem-objeto, pelo simples motivo de que é a linguagem da qual o mito se utiliza a fim de construir o seu próprio sistema. O segundo, o mito em si mesmo, é chamado de metalinguagem, por se tratar de uma segunda língua, na qual se fala da outra.

Pois bem, enquanto a primeira age as coisas, faz as coisas, a metalinguagem fala sobre as coisas, canta as coisas, e o mito, sendo sempre metalinguagem, apaga ou tende a apagar os vestígios políticos contidos no primeiro sistema lingüístico, ou melhor, as pistas que indicam a presença do ato humano na produção das coisas. Tais vestígios, considerada a natureza da linguagem-objeto, que fala as coisas, podem ser facilmente manifestados, o mesmo não acontecendo com a metalinguagem, que fala das coisas. Disso decorre que o mito, como metalinguagem, é, segundo Barthes, uma fala despolitizada. Enquanto tal, a sua função é basicamente transformar (e com isso deformar) a história em natureza, injetar no contingente ares de eternidade, como que purificando-o. "Ora, diz Barthes, este processo é o próprio processo da ideologia burguesa. Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define."²⁴

Essa inversão se concretiza se entendermos o mito como fala roubada e restituída. Já vimos que o que se restitui não é precisamente o que se roubou, antes pelo contrário. Essa "troca" age sobre o consumidor do mito para que este não descubra nele um sistema semiológico (isto é, de valores) e para que

²⁴Idem, ibidem, p. 163. Pode-se verificar a tendência à identificação entre o mito e a ideologia burguesa, notadamente na medida em que Barthes frisa que o mito é essencial na direita. Para ele "a deserção do nome burguês define simultaneamente a ideologia burguesa e o mito" (p. 166). E mais, mito e ideologia burguesa se dão igualmente as mãos pois ambos se encarregam de naturalizar a história ou de a-historicizá-la.

considere a significação como um sistema de fatos. Sob este aspecto o mito é um sistema semiológico com pretensões a travestir-se de um sistema factual.

Recebendo do mundo um real histórico, o mito lhe restitui uma imagem natural do real. Presta-se ao papel de retirar das coisas a sua qualidade histórica, provocando a perda de memória da sua produção, condenando-as a significar uma "insignificância humana". Joga, portanto, a favor de "evacuar o real". Por tudo isso Barthes ressalta que o mito na sociedade burguesa é uma fala despolitizada.²⁵

Nessa despolitização da fala, nessa evacuação do real, o mito desloca o plano da história para o da natureza, decreta a abolição da "complexidade dos atos humanos", reveste-os da "simplicidade das essências" e, como num toque de mágica, reorganiza um mundo isento de contradições. Instala-se a "clareza eufórica", ou por outra, o reinado da "clareza feliz", no qual a explicação cede passagem à mera constatação, que, no fundo, não passa de uma espécie de primo rico da tautologia.

Mas esse caráter despolitizador da fala mítica, ressalvo, não deixa, obviamente, de comportar um sentido político, impulsionado que é por uma ação de natureza política. Em outros termos, toda fala que conduz à despolitização serve, consciente ou inconscientemente, a um fim e/ou a uma causa política. Encarado desse modo, se poderia inclusive concluir que todo mito, seja ele qual for, é, para o bem ou para o mal, em si mesmo politizador, até porque o esquecimento ou perda da lembrança da participação humana na produção desse ou daquele acontecimento opera na direção da naturalização da história, que arrasta consigo uma carga conservadora igualmente política.

²⁵Barthes praticamente assemelha o conceito de real histórico ao de política. O primeiro é definido, "por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram", enquanto se entende política "no sentido profundo, como conjunto das relações humanas, na sua estrutura, real, social, no seu poder de construção do mundo." Por outro lado, quando se refere a despolitização, o autor atribui "um valor ativo ao sufixo des: ele representa aqui um movimento operatório, que atualiza incessantemente uma deserção." Idem, *ibidem*, p. 163.

Mais do que ninguém, Marx pôs isso às claras ao investir, com a contundência e o sarcasmo que lhe eram peculiares, contra "a metafísica da Economia Política"²⁶. Ele sublinhou que para os economistas burgueses havia dois tipos de instituições: as da arte (as das épocas dos outros) e as da natureza (as da época deles). Toda relação de produção que não a burguesa é concebida, por decorrência, como artificial. Como as relações de produção burguesas e suas instituições são as únicas "naturais", elas, depois de atingidas, se tornam a-históricas, gravando-se nelas o selo da eternidade. Senhoras e senhores, lamentamos informar, "houve história, mas não haverá mais"²⁷. Cavado o túmulo da história, o mundo burguês e, conseqüentemente, o homem burguês encenariam o casamento perfeito, em regime de plena comunhão, com as leis da natureza.

Ocorre nesse passo a coisificação da realidade social, que é, no dizer de Lukács, "inimiga do homem". Razão pela qual ele afirma que urge dissolver o invólucro cristalizado que envolve as relação inter-humanas, ou melhor, dissolver "em relações inter-humanas (...) todas as objetividades reificadas da vida econômico-social"²⁸. E o que significa isso, transposto para a linguagem de Barthes, senão a recuperação do real histórico e do ato político presente nas coisas naturalizadas e despolitizadas?

²⁶V. Karl Marx, Miséria da Filosofia, Porto, Escorpião, 1974 (capítulo II, esp. a "segunda observação" e a "sétima e última observação"), e "Para a Crítica da Economia Política" (esp. item "Produção"), em Os Pensadores, XXXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974. Marx se empenhou também em demonstrar como a origem histórica dos direitos humanos -- cuja idéia só surgiu no século XVII -- fornece a contraprova do caráter "inato" que o pensamento burguês conferiu a eles. Sobre os direitos do homem (tradução: dos membros da sociedade burguesa) à propriedade privada, à liberdade, à igualdade e à segurança, v. ainda Karl Marx, A Questão Judaica, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, esp. ps. 37 a 45.

²⁷Karl Marx, Miséria da Filosofia, op. cit., ps. 96 e 97.

²⁸Georg Lukács, "A Consciência de Classe", em Georg Lukács e Adam Schaff, Sobre o Conceito de Consciência de Classe, Porto, Escorpião, 1973, ps. 36 e 35. A análise desse fenômeno é aprofundada pelo mesmo autor em "La Cosificación y la Consciencia del Proletariado", em Georg Lukács, História y Consciencia de Clase, Barcelona, Grijalbo, 1975, e por Lucien Goldman em Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, cap. "A reificação".

Uma vez naturalizada, a sociedade burguesa se converte, como enfatiza Barthes, numa "sociedade anônima". Dito de outra maneira, a sociedade burguesa é, num certo sentido, uma sociedade envergonhada de si mesma. Por meio da operação "eliminação de denominação" ela oculta freqüentemente a si própria a sua denominação burguesa, recurso mítico-ideológico que camufla, no final das contas, a dominação burguesa. Por isso mesmo a burguesia pode ser considerada como "a classe social que não quer ser denominada".²⁹

Politicamente, o esvaziamento do nome burguês produz-se pedindo socorro à idéia de nação, um universo indistinto, habitado, nas palavras de Barthes, pelo Homem Eterno. Consagra-se a "indiferenciação ilusória das classes sociais", admitindo-se, por força das circunstâncias, desníveis sociais, e não a sociedade burguesa enquanto sociedade propriamente de classes. E tais desníveis são, antes de mais nada, pensados, de acordo com a ótica burguesa, como o resultado natural de uma hierarquia inalterável do mundo.³⁰

No plano da linguagem sucede que comumente a deserção do nome burguês se configura sob a forma de um substrato notório. Como mostra Barthes na sua crítica semiológica da "Gramática Africana", contida em Mitologias, muitas vezes determinados substantivos encobrem a realidade sendo portadores de um substrato notório, ou seja, a substância do nome indicado nos é dada sempre como já conhecida. Não se diz a torto e a direito -- mais a torto do que a direito ... -- que a "missão" ou o "destino" de tal ou qual país ou o "progresso da nação" exigem isso ou aquilo? A grande vantagem de se lançar mão dessa fórmula está em que esses substantivos encerram conceitos genéricos que dispensam a apresentação de prova.

²⁹Roland Barthes, -op. cit., p. 158.

³⁰A propósito, vale lembrar o que já observou Poulantzas: "O Estado capitalista apresenta o fato particular de a dominação propriamente política de classe não estar nunca presente, sob a forma de uma relação política classes dominantes-classes dominadas, nas suas próprias instituições. Tudo se passa, nas suas instituições, como se a 'luta' de classe não existisse." Nicos Poulantzas, Poder Político e Classes Sociais, Porto, Portucalense, 1971, vol. II, p. 8.

E quando os substratos notórios começam a sofrer desgastes naturais pelo uso (mas, principalmente, pelo abuso que deles se faz), recorre-se a adjetivos ou advérbios que exerçam sobre eles o efeito de um tônico revigorador, devolvendo-lhes a saúde ameaçada. Fala-se, pois, em "verdadeira missão", em "autêntico progresso", em "progresso verdadeiramente autêntico" etc. etc. O substrato notório, fortalecido ou não por uma dose de adjetivos ou advérbios, se torna, em última análise, a versão nobre da tautologia.

.....

Essas reflexões sumárias sobre a linguagem mítica, a partir de Roland Barthes, permitem muitas aproximações com a ideologia do trabalhismo e, mais, com a ideologia de Estado nos anos 30 e 40. Um rápido inventário de alguns elementos básicos da ideologia do Governo Vargas serve para comprová-lo.

Em primeiro lugar, sabemos que as lutas deflagradas pelas classes trabalhadoras constituíram um fator indispensável para a aquisição de certos direitos reconhecidos em lei, que eram tão renovadamente reivindicados quando tão seguidamente burlados. O mito da doação se nutre, no entanto, de uma figura retórica que Barthes designa como "a omissão da história": ela retira às coisas o seu sentido humano, enquanto ação social das classes dominadas.³¹

Ora, na medida em que a ação das organizações e do movimento operários é desconsiderada, ignora-se a sua ação política. Por outro lado, essa ação política, no sentido bastante amplo de ação humana, é objeto de uma certa apropriação indébita por parte do Governo Vargas, que age as coisas, neste caso, a legislação trabalhista, sindical e previdenciária, como que ditada pela sua livre e espontânea iniciativa. A fala, então, guarda em seu início a lembrança da sua

³¹Isto não quer dizer que eu acate a afirmação de Barthes segundo a qual "o oprimido (...) possui apenas uma fala, a de sua emancipação (...) o oprimido faz o mundo, possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política) (...) a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação." Roland Barthes, op. cit., p. 169. No curso da história as realidades palpáveis não se revelam necessariamente assim, até porque numa sociedade burguesa predominam, evidentemente, maneiras de pensar, sentir e agir burguesas.

produção, ainda que deformada; contudo, em seu fim, ela se naturaliza. Vargas, meio-homem, meio-Deus, estaria, afinal, cumprindo a "missão" de promover o encontro da nação com o seu grande "destino", ao pôr o Brasil sobre os eixos. Dotado de "senso de realidade", como não se cansavam de realçar os ideólogos do "Estado Autoritário", ele, como ninguém, atuava com vistas a imprimir novos rumos ao país, sintonizando-o, finalmente, com as realidades objetivas, com a essência da "brasilidade".

Passa-se o recibo (falso) de um sistema semiológico (de valores) por um sistema de fatos, como se os valores diluídos na pseudo-objetividade da ideologia oficial consistissem na expressão factual da verdade. Preservada a deserção do nome burguês, os ideólogos do trabalhismo dirigem-se para uma "sociedade anônima". Em geral, nos seus pronunciamentos não nos deparamos sequer com referências ao desenvolvimento econômico propriamente capitalista. As medidas assumidas pelo Governo Vargas são justificadas em nome do "progresso da nação". Se o mito é uma fala roubada e restituída, há que se colocar também aqui alguma coisa no lugar do nome burguês que foi roubado. É justamente nessas horas que se invocam com freqüência as noções vagas de Nação e Pátria. Nesse ponto se compreende o porquê da posição defendida por Barthes, para quem "estatisticamente, o mito localiza-se na direita. Aí, ele é essencial (...) A sua expansão tem a exata medida da omissão do nome burguês."³²

A exaltação da "ordem social" em abstrato ganha corpo. O mito da doação funcionará, nessa situação, como um poderoso instrumento destinado ao convencimento das massas quanto à conveniência da adoção de modos de ação afinados com os propósitos governamentais e os "interesses nacionais". Aferrada, em última instância, à manutenção, mesmo que em novas bases, da ordem

³²Idem, *ibidem*, ps. 168 e 169. O autor estabelece um corte radical entre a linguagem que ele chama de propriamente revolucionária e a linguagem mítica, para concluir que a praxis revolucionária gera uma fala "plenamente política", enquanto o mito é identificado como uma fala "inicialmente política e finalmente natural" (p. 166).

burguesa, à ideologia oficial do pós-30 aplicam-se, por inteiro, na sua acepção mais profunda, as palavras de Barthes: "ela camufla ininterruptamente a perpétua fabricação do mundo, fixa-o em objeto de posse infinita, inventaria os seus bens, embalsama-os, injeta no real uma essência purificadora que lhe interrompe a transformação, a fuga para outras formas de existência." ³³

.....

Para fechar este apanhado geral, resumo, agora, as conclusões preliminares a que cheguei até aqui.

Na ideologia do trabalhismo vamos encontrar os ecos da voz dos "sem-voz", ou por outra, ela reelabora conteúdos das lutas e das ideologias das classes dominadas presentes tanto num momento anterior como durante o processo mesmo de construção dessa ideologia. Na impossibilidade de pôr fim às lutas de classes, tratava-se, para o Estado, de fazer dela um poderoso auxiliar das estratégias de dominação que tinham por finalidade a subordinação política das classes trabalhadoras em nome da "colaboração de classes". Só assim se instauraria o "clima de paz e trabalho", condição indispensável para assegurar o curso "normal" da acumulação capitalista nos centros urbano-industriais.

Para tanto, impôs-se a intensificação da promulgação de leis sociais nos anos 30, como parte integrante de uma proposta política mais ampla de feição corporativista. E é, particularmente, da legislação trabalhista e previdenciária -- para não falar da progressiva instituição da Justiça do Trabalho -- que a ideologia do trabalhismo extrairá o seu elemento vital. Sem a "concessão" de direitos aos trabalhadores -- simultaneamente à tentativa de incorporá-los, em posição subordinada, às estruturas de poder, especialmente por meio da legislação sindical -- a política trabalhista se projetaria no vazio e não adquiriria eficácia.

A repressão que campeou, com maior ou menor agressividade, durante todo o período, fez o restante, o "trabalho sujo" de varredura do terreno.

³³Idem, *ibidem*, ps. 174 e 175.

Notadamente a partir da escalada repressiva que toma como pretexto o levante comunista frustrado de 1935, o "Estado Novo" se inicia, precocemente, para as classes trabalhadoras. E com ela a fala do Estado se sobrepunha às falas operárias. Mais do que isso, a ideologia do trabalhismo se apropriaria dos discursos dos trabalhadores, e essa fala roubada, reformulada, voltava a eles enquanto mito, tendo como componente básico a "doação" da legislação social. Estava aí a razão de ser da imagem paternalista que se forjará em torno de Vargas e do Estado.

Mas, se poderia indagar, por que privilegiar o período 1942-1943 no estudo da formação/consolidação da ideologia do trabalhismo? A resposta será dada em diferentes momentos deste trabalho. Por ora, frisaria apenas, de maneira genérica, que a vinculação de Vargas aos trabalhadores do Brasil envolvia relações difusas e massivas. Entre 1942 e 1945 (com destaque para 1942/43) a aproximação entre o ditador e o proletariado se fez mais via anúncio de novas leis "protetoras" do trabalhador, da propaganda oficial dessas "concessões" e de reiterados apelos/estímulos à sindicalização. A intensificação e a dinamização dos trabalhos de difusão ideológica aconteceu especialmente a partir de 1942, quando o ministro Marcondes Filho, em comum acordo com Vargas, pôs em funcionamento técnicas mais modernas de propaganda e de manipulação de massas. Certamente houve por detrás disso problemas reais enfrentados pela ditadura estadonovista -- no quadro da adesão do Brasil ao bloco dos países aliados em guerra com o nazi-fascismo -- que motivaram a busca de uma base de apoio mais definido nas classes populares, particularmente no proletariado urbano. Verifica-se, aí, o primeiro balão-de-ensaio de mobilização populista no Brasil da "era Vargas".

Sendo possível já antever, senão o retorno à "normalidade" política, ao menos a necessidade de mudanças institucionais no "Estado Novo", Vargas e seu fiel escudeiro, escorados pelo DIP, atiraram-se a campo para não se verem superados pelos rumos dos acontecimentos. Em síntese, quando a meteorologia

polícia anunciava chuvas e trovoadas é que, de 1942 em diante, se entra na fase de consolidação da ideologia do trabalhismo. Ela representou, na realidade, uma das principais respostas articuladas por Vargas e seus seguidores para tentarem sobreviver à crise que abalaria, de alto a baixo, o regime.

Por último, anuncio, a seguir, as "cenas dos próximos capítulos", ou melhor, os fios condutores deste trabalho.

Como parto do pressuposto de que a ideologia do trabalhismo constitui uma "região ideológica" da ideologia de Estado, reservarei a este capítulo I. Sem pretender dar conta de toda a complexidade e nuances dos desdobramentos do pensamento dos ideólogos autoritários, minha atenção estará focada, acima de tudo, na maneira de conceber as relações entre as massas e o poder estatal. Para percorrer as pontes de contato entre a ideologia de Estado e a ideologia do trabalhismo, me fixarei de forma prioritária na produção de dois dos mais destacados ideólogos do "Estado Novo", Francisco Campos e Azevedo Amaral. Emergirá daí uma concepção profundamente elitista, que converte Vargas no "César" tupiniquim, a roupagem assumida por essa como que encarnação do mito do herói carlyliano. As massas, rebaixadas, na prática, à condição de irracionais, serão então percebidas como passíveis de disciplinarização/mobilização sob a batuta do condottiero, em meio à defesa explícita da aplicação do mito soreliano à realidade da sociedade de massas em formação no Brasil.

A ideologia do trabalhismo não pode, de modo algum, ser encarada como uma "obra feita" já no imediato pós-30. Antes, revela-se uma "obra aberta", no sentido de viver a experiência de passar por todo um processo de elaboração durante a década de 30 e início dos anos 40. Nesse contexto, as flutuações da vida político-social do período manterão estreita relação com a dinâmica da formação dessa ideologia. Apreendê-la in statu nascendi é um dos dois alvos do capítulo II. O outro consiste em destacar, no pré-1942, o ensaio da orquestração

da glorificação de Vargas. Tanto num caso como noutro se patenteiam roubos da fala operária, bem como a reapropriação mítica de símbolos e tradições operárias como parte do esforço de subjugação política das classes trabalhadoras. Nessa perspectiva porei em destaque, entre outras coisas, a materialidade da ideologia, com a farta utilização daquilo que Gramsci denominou de "material ideológico".

Entro, em seguida, na parte central desta dissertação, distribuída ao longo de três capítulos que se complementam. Começo, no capítulo III, por discutir, de olho na bibliografia existente, em que medida se pode considerar a existência ou não de uma ideologia consistentemente formulada sob "regimes autoritários" nos moldes do "Estado Novo". Mais do que isso, ao afastar-me de boa parte da produção historiográfica em relação ao debate sobre o caráter essencialmente "não-mobilizador" dos "Estados Autoritários", procurarei apontar o potencial mobilizador embutido na ideologia de Estado e, mais ainda, na ideologia do trabalhismo. Para tanto a situarei no quadro da abertura da crise política do "Estado Novo", no período 1942/43, quando a tomada de posição do Brasil na guerra mundial a favor dos aliados agudiza as contradições internas da oposição ditadura x "democracia". Nesse momento se assistirá a uma verdadeira cruzada trabalhista pelas ondas do rádio, na tentativa de buscar sedimentar a hegemonia ideológica sobre as classes populares.

A política trabalhista do "Estado Novo" nessa fase estava claramente comprometida com a solidificação de uma base de apoio a Vargas e/ou ao regime. A propagação, a mais intensiva possível, do mito da doação da legislação social será peça estratégica do discurso trabalhista, cujo ponto alto estava nas palestras semanais do ministro do Trabalho Marcondes Filho no programa "Hora do Brasil", transmitido para todo o país por cadeia obrigatória de estações de rádio. Tomando por base seus pronunciamentos, bem como as edições mensais do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos anos 1942/43, todos eles pesquisados por mim, sem uma exceção sequer, irei tentar proceder, no capítulo IV, à sistematização do corpo de princípios

fundamentais da ideologia do trabalhismo no período considerado. Do mito da outorga, seu elemento nuclear, deriva, logicamente, a defesa do intervencionismo do "Estado Autoritário" e do "paraíso da concórdia" que se teria edificado entre nós, por obra e graça da ação política de Vargas e do "Estado-Providência". Paralelamente chamarei atenção para umas tantas incongruências ou incoerências lógicas e históricas que, embora tenham passado despercebidas a muitos analistas, nem por isso -- ou precisamente por isso -- devem ser deixadas de lado.

Aos poucos, o agravamento da crise política vai minando a sustentação do regime. Diante dessa situação se observará a persistente pregação, por uma questão de gratidão, do dever de reverência/obediência plena por parte dos trabalhadores à figura, meio divina, meio humana, de Getúlio Vargas. Já consolidada, a ideologia do trabalhismo passa a servir mais explicitamente aos propósitos políticos de formação de uma "reserva de mobilização" em defesa do "homem providencial" e/ou do "Estado-Providência", assunto de que me ocuparei no capítulo V. O desencadeamento, nas circunstâncias da segunda guerra mundial, da "batalha da produção", oferece o pretexto para novo enrijecimento do regime e do controle disciplinar sobre a movimentação dos trabalhadores. Contraditoriamente, porém, de maneira simultânea com a multiplicação de atos visando policiar e limitar ainda mais a pobre vida sindical do período, o governo se vê levado a apelar à sindicalização massiva dos trabalhadores, notadamente em 1943, na tentativa de constituição de uma "força-tarefa" da qual, eventualmente, pudesse lançar mão em tempos difíceis.

Nas considerações finais, em vez de repisar os argumentos apresentados no decorrer do texto, me dispus, mesmo que de forma exploratória, a levantar principalmente questionamentos em torno dos estudos sobre o "Estado Novo" que silenciam ou minimizam a palavra operária. Nestes casos, atraídos pelo brilho da fala estatal, os trabalhadores acabam reduzidos à opaca condição de sem-voz em diversos trabalhos acadêmicos, que, nesse particular, consciente ou inconscientemente, reproduzem o discurso autoritário do Estado.

CAPÍTULO I

O CORO DA "UNANIMIDADE NACIONAL"

A ideologia de Estado e o "Estado Novo"

Personagem ímpar da cena artística brasileira, cuja fama já transbordara as fronteiras nacionais, Heitor Villa-Lobos, compositor e regente, puxava o coro da "unanimidade nacional" em torno do "Estado Novo" e de seu "chefe". Autor, entre outras peças de exaltação ao regime, da "Saudação a Getúlio Vargas", composta em 1938, o maestro empunhava a bandeira do canto orfeônico.

Defensor, ao lado de outros músicos modernistas, de uma proposta musical nacionalista, sob a capa protetora do Estado, ele concebia o canto coral como arma de combate ao individualismo. Na sua visão, a música deveria exteriorizar a conciliação das classes sociais, funcionando como uma alavanca para a integração social e política sob a batuta estatal. Daí a importância que atribuía à prática do canto coral: ao entoarem, irmanados, as composições de celebração à disciplina e ao civismo, seus integrantes fariam suas juras de amor à pátria. Pátria que, ainda segundo Villa-Lobos, necessitava do trabalho disciplinado, em um clima de ordem, para decolar rumo ao desenvolvimento.

Nessa utópica sociedade disciplinada, "o projeto do canto orfeônico quer fazer com que o corpo social se exprima, desde que não faça valer seus

direitos, mas que se submeta ao culto e às ordens de um chefe"¹. A música enquanto elemento de coesão social não passou, por isso mesmo, despercebida aos governantes. Pelo contrário, o canto coral ocupou lugar central em grandes espetáculos cívico-artísticos realizados sob a égide do "Estado Novo". Mais do que nunca era preciso exaltar as novas realidades, as virtudes e as virtualidades do Brasil e do Governo Vargas. Novos tons iam para o ar, anunciando a harmonia social e o conagraçamento da nação com o Estado.

Esses cânticos de louvor ao "Estado Novo" se afinavam, à perfeição, com as concepções difundidas por dois dos mais importantes ideólogos da época. Azevedo Amaral e Francisco Campos não se cansavam de entoar a cantilena da integração povo-nação e Estado graças a um guia supostamente genial que teria sabido captar as aspirações profundas retidas em algum lugar do "inconsciente coletivo" ou da "alma brasileira".

Já em relação à "Revolução de 1930", apesar de reconhecer a heterogeneidade das forças que nela atuaram, Azevedo Amaral frisava que "a Nação em peso colaborara subconscientemente na derrocada do regime anterior"². Quanto ao "Estado Novo", então, nem se fale: para ele o povo brasileiro acolheu o regime autoritário "com tanta satisfação, consagrando-o em seguida, por expressões inequívocas de aprovação sem reservas, no mais eloquente e verídico pronunciamento plebiscitário espontâneo" (GVE, p. 133). Não era de se esperar por outra coisa, pois, afinal, o golpe de 37 viera, segundo Azevedo Amaral, para pôr fim às perspectivas de "anarquia e desintegração nacional", atendendo a um clamor da "opinião pública" por uma "reforma do

¹José Miguel Wisnik, "Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)", em Enio Squeff e José Miguel Wisnik, O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira - Música, São Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1983, p. 189. As considerações iniciais deste capítulo se basearam nesse texto (esp. ps. 178/190), bem como em Arnaldo Daraya Contier, Brasil Novo. Música, Nação e Modernidade: Os Anos 20 e 30, São Paulo, USP, tese de livre-docência, 1988, esp. cap. III.

²Azevedo Amaral, Getúlio Vargas, Estadista, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1941, p. 80, daqui por diante mencionado abreviadamente como GVE.

Estado" em meio à vigência da atividade parlamentar nos marcos da Constituição de 1934.³

Francisco Campos batia na mesma tecla. Se em 1930 "toda a Nação se incorporou ao movimento revolucionário" pela "unânime aclamação dos brasileiros", em 1937 "o país inteiro o recebeu confiante"⁴. Num raciocínio um tanto quanto sinuoso ele chega ao ponto de afirmar que a 10 de novembro de 1937 ocorrera um "plebiscito tácito", quando o "povo plebiscitou o regime antes do seu advento" (EN, ps. 250 e 223). Por ocasião do segundo aniversário da instalação do "Estado Novo", em discurso no Palácio Monroe ele esgrimia o mesmo argumento: o regime decorria "de um pronunciamento da consciência popular." E mais: "foi apenas o registro, pelos responsáveis dos destinos do país, da votação popular, despida de formalidades, mas espontânea, clara e inconfundível, traduzida no rumor, que se propagou por todo o Brasil" (EN, p. 227). Para quem duvidasse disso, Francisco Campos tinha a resposta na ponta da língua: o "Estado Nacional" era dotado de um "sensorium" de finíssima sensibilidade, cuja capacidade de captação traduzia as aspirações mais profundas da nação (EN, p. 233). Mal assentara a poeira do golpe de 37, em entrevista concedida ainda em novembro, ele exaltava o "guia da nacionalidade", Getúlio Vargas, como o "centro de convergência dos anseios gerais", que não se recusara a assumir o papel que lhe cabia na obra de "salvação nacional" (EN, p. 35)⁵.

³Idem, Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, ps. 127 e 126, daqui por diante mencionado abreviadamente como EA.

⁴Francisco Campos, O Estado Nacional (Sua estrutura - seu conteúdo ideológico), Rio de Janeiro, José Olympio, 1940, ps. 72, 113 e 73, respectivamente, daqui por diante mencionado abreviadamente como EN.

⁵Essas posições eram correntes entre os ideólogos do regime. Monte Arrais, por exemplo, considerava a Constituição de 1937 obra de Getúlio Vargas sintonizada com a "opinião pública" e com os novos tempos. V. Monte Arrais, O Estado Novo e suas Diretrizes (Estudos políticos e constitucionais), Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, ps. 10 e 136. Para uma visão sumária sobre os acontecimentos que levaram ao golpe de 10 de novembro, v. Lourdes Sola, "O Golpe de 37 e o Estado Novo", em Carlos Guilherme Mota (org.), Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 3a. ed., 1971, ps. 256/266.

Tudo isso desaguava, em última análise, no culto ao "Estado Autoritário", que configurava, bem antes da "revolução de 30", um campo teórico instituinte de uma ideologia de Estado⁶. Fazendo da hipertrofia da autoridade e do intervencionismo estatal seus elementos nucleares, ela não era -- nem poderia ser -- produto de um pensamento "tipicamente" brasileiro. Em que pese sua contestação contundente à "transplantação" de idéias e instituições "exóticas", a ideologia de Estado estava, na verdade, conectada a um movimento mais geral que trazia à tona a crise internacional do liberalismo⁷ no contexto da sociedade de massas e do agravamento das lutas de classes. Em termos gerais, apesar das diferenças existentes entre os ideólogos autoritários, a saída da crise era vislumbrada sob uma ótica elitista, seja via elites intelectuais e/ou econômicas. E se procurava pavimentar o caminho que conduziria, pela afirmação da autoridade do Estado, a um "conservadorismo construtor" e fiador de uma política de colaboração de classes. O "realismo", entendido como um esforço de adequação das instituições à realidade nacional, se convertera em moeda corrente no discurso autoritário. Sem ele não se lograria promover o encontro entre nação e Estado, finalmente consumado, de acordo com esse discurso, com a instauração do "Estado Nacional".

⁶A expressão foi consagrada a partir dos estudos de Bolivar Lamounier sobre a ideologia autoritária no Brasil: "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação", em Boris Fausto (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil Republicano - 2 (Sociedade e Instituições - 1889/1930), Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1977.

⁷Um quadro sucinto do universo em que se estrutura a ideologia de Estado é exposto por Lúcia Lippi Oliveira na introdução a Estado Novo (Ideologia e poder), de Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, esp. ps. 14 a 16, e por Jarbas Medeiros, op. cit., esp. ps. 1/4. A propósito, convém salientar que a ofensiva antiliberal se centrava, acima de tudo, no liberalismo político, como lembra Angela de Castro Gomes. Em relação ao liberalismo econômico, tratava-se de refrear os seus "exageros". Os ideólogos do "Estado Novo", mantida a sua proposta corporativista, entendiam que "o intervencionismo do Estado -- assumindo a planificação econômica e até a participação na produção -- também não deveria chegar aos excessos totalitários de negação do mercado e do valor econômico de uma liberdade privada do indivíduo." Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalho, op. cit., p. 223.

Na realidade, como já advertiu Bolívar Lamounier, os ideólogos autoritários absorveram, em larga medida, idéias que informaram as concepções protofascistas e as retrabalharam tendo em vista a preocupação em adequá-las, nos seus ensaios histórico-sociológicos, à "ambiência nacional". Tais concepções, como se sabe, embora tenham vindo a público muito antes da experiência fascista européia, exerceram poderosa influência sobre a doutrina e a prática fascistas⁸. Daí se compreende porque a ideologia de Estado consubstancie "uma visão do mundo político na qual são afugentadas todas as representações conducentes à noção de um mercado político, exorcizado em proveito das representações fundadas no princípio da autoridade e em supostos consensos valorativos."⁹

Não pretendo ir além de um esboço, de caráter genérico, sobre o campo intelectual em que se movem os ideólogos do autoritarismo no Brasil. As observações anteriores se devem simplesmente à necessidade de situar melhor as tendências nacionais e internacionais à partir das quais ganha sentido histórico o pensamento de Francisco Campos e Azevedo Amaral, nos quais me concentrarei neste capítulo. Não para apresentar uma visão completa sobre a obra de ambos, mas, especificamente, para recortar as idéias que eles projetam sobre um momento particular da "crise de mutação" que afetava o mundo contemporâneo e, por extensão, a própria sociedade brasileira. Mesmo nesse caso, me aterei à análise de parte das concepções desses autores. Meu critério para proceder a esse recorte está diretamente relacionado à identificação de um conjunto de idéias que permite estabelecer uma ponte entre a ideologia de Estado e a ideologia do trabalhismo, tal como ela se consolida durante a ditadura estadonovista.

⁸Bolívar Lamounier, op. cit., esp. ps. 360/368.

⁹Idem, ibidem, p. 357. Voltada, essencialmente, para a questão da organização do poder estatal -- promovendo com isso a consagração do poder burocrático -- a ideologia de Estado, segundo Bolívar Lamounier, se caracteriza por certos componentes, dentre os quais sublinho, por ora, o "predomínio do princípio 'estatal' sobre o princípio de 'mercado' ", a "visão orgânico-corporativista da sociedade", o "objetivismo tecnocrático" e "elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política" (p. 359).

Importa ressaltar que a ideologia de Estado não ficou restrita ao mero diletantismo ou à elocubração teórica que se precipita no vazio, carente de ressonância social. O resgate dessa dimensão ideológica do processo de transformações que sacudiu a sociedade no Brasil é da maior relevância. Para não falar da perdurabilidade de muitas das suas concepções no "pós-Estado Novo" -- especialmente na fase inaugurada pela ditadura militar de abril de 1964 -- é fundamental atentar para o fato de que ela foi uma força operante que se fez política de Estado. Basta dizer que os discursos de Getúlio Vargas, presidente da República, constituem uma fonte de referência obrigatória num estudo mais amplo sobre o tema. O presidente da República não só repercute a visão autoritária sobre o mundo dos negócios públicos, como também é agente da construção e propagação desse pensamento. Quando mais não seja, no seu caso, fala, acima de tudo, a linguagem dos fatos e das realizações¹⁰.

Como se isso não bastasse, Francisco Campos e Azevedo Amaral, os dois autores que privilegio aqui, representam o que se poderia designar de intelectuais engajados. O primeiro, profissional da política, foi, no período em que escreveu os textos agrupados em O Estado Nacional (Sua estrutura -- seu conteúdo ideológico), sua principal obra, secretário da Educação do Distrito Federal e ministro da Justiça do "Estado Novo", tendo sido, por assim dizer, o autor da Constituição de 1937. Azevedo Amaral, jornalista, foi atuante defensor do regime, ao qual emprestou seu prestígio, colaborando em publicações oficiais, notadamente na revista Cultura Política. Seus livros Estado Autoritário e a Realidade Nacional e Getúlio Vargas, Estadista são filhos diretos -- e diletos -- do "Estado Novo".

Em nenhum momento eu tenho a intenção de sugerir que haja uma unanimidade de pontos de vista entre os ideólogos do autoritarismo no Brasil. Há deslocamentos de ênfase, aqui ou ali, percepções distintas de certas realidades, como já evidenciou, por exemplo, o estudo de Jarbas Medeiros sobre o

¹⁰Consulte-se Getúlio Dorneles Vargas, A Nova Política do Brasil, op. cit., vols. I a V.

assunto¹¹. O que quero pôr em destaque, no entanto, é que subsiste às divergências e/ou diferenças uma base ideológica comum, ou, como queira, uma matriz a partir da qual se conformam as variantes do autoritarismo.

Isso se aplica a Francisco Campos e Azevedo Amaral em relação às idéias sustentadas por ambos frente a temas de importância vital para compreendermos a razão pela qual, a meu ver, a ideologia do trabalhismo está demarcada como uma região ideológica da ideologia de Estado. Num primeiro momento, observaremos a função por eles atribuída ao mito numa sociedade de massas que se abre ao apelo ao "irracional". O corte profundamente elitista da construção intelectual do autoritarismo no Brasil é posto às claras por ambos quando examinam as relações entre elites e massas, estas reduzidas à condição de Sancho Pança da história. O Dom Quixote brasileiro, reencarnação política de César, certamente não poderia ser outro naquelas circunstâncias históricas senão Getúlio Vargas. Este é o terceiro ponto a ser elucidado. Mas, concluindo o capítulo, impõe-se reconhecer que o culto a Vargas não é, na ideologia de Estado, mais do que o culto ao "Estado-Ordem", o que implica em virar o mito soreliano de ponta-cabeça.

¹¹ Ilustro esta afirmação com um exemplo só, que me parece suficientemente eloquente. Lado a lado com Francisco Campos e Azevedo Amaral, Oliveira Vianna (consultor jurídico do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, com atuação decisiva na elaboração da legislação sindical de 1939) é o outro grande ideólogo do "Estado Novo". Pois bem, enquanto ele e Francisco Campos não dedicaram nos seus escritos nenhuma atenção especial à industrialização, já Azevedo Amaral associava o desenvolvimento econômico autônomo e a civilização moderna à industrialização. V., por exemplo, GVE, ps. 128/131. Para uma visão geral sobre o pensamento dos três autores mencionados, v. Jarbas Medeiros, op. cit., que reserva um capítulo para cada um deles.

I. A política na sociedade de massas:
o mito e o apelo ao "irracional"

Em conferência pronunciada no salão da Escola de Belas Artes, do Rio de Janeiro, a 28 de setembro de 1935, Francisco Campos se propôs abordar o tema "A política e o nosso tempo", ensaio que abre o livro O Estado Nacional. Diante de seus olhos desfila um "mundo de massas" chacoalhado por uma crise que o envolve em todos os seus aspectos. Concepções, crenças, instituições que se supunham permanentes eram desafiadas e cediam terreno ante fatos novos que punham a nu quanto havia nelas de transitório.

Vivemos, atestava Francisco Campos, uma época de transição, na qual impera a mudança. É "como se o mundo houvesse passado da escala de Platão para a de Heráclito" (EN, p. 4), dizia ele ao se referir aos filósofos gregos. Heráclito, o filósofo do eterno devir, do fluxo incessante, para o qual tudo é movimento, não passando o repouso de simples aparência, servia como imagem das primeiras décadas do século XX. Essa era uma das tônicas do mundo contemporâneo - mais precisamente, o "sentimento de mudança". A outra era a "irracionalidade".

O "império do irracional", que alargava seu domínio sobre os mais diversificados setores da existência humana, particularmente na esfera política, estava unido umbilicalmente à sociedade de massas, segundo Francisco Campos. E avançava sobre tudo e todos na razão direta dos novos caminhos trilhados pela ciência e pela técnica. Suas "prodigiosas conquistas" despertavam poderes "mágicos", antes inimagináveis. Deparavamo-nos com uma antinomia dialética, como explicava Francisco Campos: a inteligência humana, à semelhança do aprendiz de feiticeiro, botara em movimento forças que deram extraordinário impulso às manifestações de irracionalidade que submetiam ao seu domínio o processo político.

É possível hoje, com efeito, e é o que acontece, transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem o dom aproximando ao da ubiqüidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos do espaço. Não é necessário contato físico para que haja multidão (EN, p. 25)¹².

Tornava-se inevitável para Francisco Campos concluir pelo caráter "absolutamente irracional" dos pronunciamentos da "opinião pública". Por isso escarnece do otimismo racionalista do liberalismo e deixa claro que as grandes questões políticas típicas do "clima de massas" não são passíveis de solução pelo confronto de idéias, ou seja, não se resolvem pela via do debate intelectual ou parlamentar¹³. Numa sociedade de massas nada mais natural do que a

¹²É interessante atentar para a aproximação possível entre a análise de Francisco Campos e a de filósofos da Escola de Frankfurt. Ao tratarem, nos anos 40, da constituição da indústria cultural eles chamaram a atenção para os novos cenários que surgiam diante da aceleração da industrialização e dos avanços da ciência experimental. E contrapunham a racionalidade crescente dos meios à irracionalidade igualmente crescente (ou ainda mais acentuada) dos fins. Só que, diferentemente de Francisco Campos e outros mais, aqueles teóricos relacionavam a indústria cultural ao que denominavam de novo totalitarismo do mundo moderno, apontando as armas da teoria crítica para a irracionalidade que campeia na sociedade burguesa. V. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno, Dialéctica del Iluminismo, Buenos Aires, Sur, 1971 (a 1a. ed. é de 1947), esp. o capítulo "La industria cultural (Iluminismo como mistificación de masas)". Acrescente-se que outros contemporâneos de Francisco Campos não ficaram indiferentes às transformações em curso na área das comunicações. Em meio aos seus escritos do cárcere, nos anos 30, o marxista Antonio Gramsci anotava: "também hoje a comunicação oral é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação, uma simultaneidade emotiva sensivelmente mais ampla que a comunicação escrita (o teatro, o cinematógrafo e o rádio com a difusão por alto-falantes nas praças batem todas as formas de comunicação escrita, do livro à revista, do diário ao jornal mural), mas em superfície, não em profundidade." Antonio Gramsci, Pasado y Presente, Buenos Aires, Granica, 1974, p. 229 (tradução e grifos meus).

¹³Diga-se de passagem que são particularmente notáveis os comentários de Francisco Campos sobre o divórcio entre as instituições democráticas e o liberalismo, em especial sobre o caráter pouco democrático das democracias vigentes e seu parentesco com as

constatação da existência de uma mentalidade de massa. Nesses termos, a integração política nessa sociedade apenas se daria lançando mão de todo o arsenal de recursos que manipulam as forças irracionais.

Embora descontentasse os adeptos da vertente católica do pensamento autoritário no Brasil, essa linha de pensamento que enfatizava o poder crescente do irracional na política acabava por desembocar na sustentação de uma "moderna teologia política" como "resultado de uma cultura de massa" (EN, p. 14). Diante disso deduzia que seria rematado irrealismo político tentar reviver aquelas épocas em que a integração política se fazia sentir com base na fé religiosa. Os tempos eram outros.

Não há para esta teologia processos racionais de integração política. A vida política, como a vida moral, é do domínio da irracionalidade e da ininteligibilidade. O processo político será tanto mais eficaz quanto mais ininteligível. Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. (...) Tanto maiores as massas a serem politicamente integradas, quanto mais poderosos hão de ser os instrumentos espirituais dessa integração, a categoria intelectual das massas não sendo a do pensamento discursivo, mas a das imagens e mitos, a um só tempo intérpretes de desejos e libertadores de forças elementares da alma (EN, ps. 12 e 13, grifos meus).

Na sociedade de massas, portanto, a política se transformaria em teologia e sua maior expressão, de acordo com Francisco Campos, é encontrada na teologia política calcada no mito soreliano. O dogma norteador desse pensamento consiste no enunciado de que pouco importa o "valor de verdade" contido na figuração mítica. Importa -- e muito -- que o mito seja tomado por

ditaduras. Aliás, ele conclui suas observações reconhecendo que "a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitários, e não estes aquela crise." V. EN, ps. 21 a 23, citação da p. 23.

verdadeiro, quer dizer, que se creia nele como revelação da verdade. Nisso se manifestaria a "sofística moderna".

Francisco Campos compartilha com Georges Sorel a opinião segundo a qual o mito soreliano, no fundo, implica numa aplicação de alguns princípios filosóficos bergsonianos. Acrescenta, entretanto, à sua análise sobre a filiação filosófica do mito à la Sorel, a influência do pragmatismo anglo-saxão na maneira como lida com o conceito de verdade. E melhor exemplo de pragmatismo não se poderia achar senão na defesa apaixonada que se faz do "valor de ação" do mito. Partindo da constatação de que a relevância política da construção mítica está em forjar "uma imagem dotada de grande carga emocional, destinada a servir de polarizador das idéias" (EN, p. 8, grifos meus), ele insiste na distinção entre "valor de verdade" e "valor de ação".

Não teria o menor cabimento questionar a correspondência ou a adequação entre mito e verdade. Ora, o mito não se situa no campo da teoria do conhecimento, mas, sim, no da prática política, adverte o autor. Conseqüentemente, seu "valor prático" é que está em questão. E esse "valor pragmático", contraditoriamente, "depende, de certa maneira, da crença no seu valor teórico, pois um mito que se sabe não ser verdadeiro deixa de ser mito para ser mentira" (EN, p. 8). Nesse sentido o mito carrega em si mesmo um "valor de verdade" para os que nele creem, ao passo que para outros não passa de um constructo mental, dotado de "valor de artifício puramente técnico."

Essa indiferença da "técnica mítica" em relação aos fins foi bem observada por Francisco Campos. Depois de salientar que ela se vale de "métodos artificiosos de racionalização, próprios à teologia" (EN, p. 9), volta os olhos para a Itália, onde Mussolini se apropriou do mito soreliano, para, diversamente de Sorel, colocar em movimento toda uma corrente de crenças e de paixões que culminou na exaltação do mito da nação, uma derivação da "teologia

monista do nacionalismo" que Francisco Campos vincula, nas suas origens filosóficas, a Fichte e ao romantismo alemão.¹⁴

Tal dissociação entre o campo da política e o da ética -- elemento marcante já no pensamento de Maquiavel, ao fazer o elogio da *virtù*, situada no campo da eficácia política¹⁵ -- propiciava, mais uma vez, a manifestação de reservas e contrariedades por parte da intelectualidade católica. Alceu Amoroso Lima, o mais célebre representante do pensamento católico autoritário da época, torcia o nariz diante dessa faceta das idéias de Francisco Campos. Nas suas *Meditações sobre o Mundo Moderno*, de 1942, Amoroso Lima a condenava por "erigir em princípio a ausência de princípios"¹⁶.

Fora dos círculos católicos, todavia, essas críticas equivaliam a pregar no deserto. Observador igualmente arguto do cenário político mundial, Azevedo Amaral partilhava, ao que tudo indica, das concepções de Francisco Campos sobre a *utilidade política* do mito e assinalava as suas origens remotas:

Instintivamente os maiores condutores de povos perceberam desde remota antigüidade o extraordinário valor dos mitos, como força propulsora das multidões. A verdade tão nitidamente demonstrada a esse respeito por Georges Sorel já se achava integrada através de muitos milênios na prática dos grandes governantes e legisladores. É realmente impossível mobilizar para a realização de qualquer projeto político a força inconsciente das massas, sem criar no espírito nebuloso delas as reações provocadas pela influência estimulante de um mito" (GVE, ps. 106 e 107).

¹⁴Para maior explicitação dos desdobramentos do pensamento de Francisco Campos sobre o assunto de que venho tratando, v. *EN*, esp. ps. 7/17, que condensam o que há de fundamental na sua argumentação em torno do tema.

¹⁵V. Maquiavel, "O Príncipe", em *Os Pensadores*, vol. IX, São Paulo, Abril Cultural, 1973, esp. caps. XV, XVIII e XXV.

¹⁶Alceu Amoroso Lima considerava inconcebível que o irracionalismo fosse visto como o solo natural da política do mundo contemporâneo. Para ele a dicotomia firmada entre "valor de verdade" e "valor de ação" era uma expressão típica de realismo e oportunismo. Pregava, então, que "o certo seria buscar 'racionalizar' cristãmente a 'massa passional' e não aceitar esta, ou mantê-la, 'mitificada'. " Essas referências aparecem em Jarbas Medeiros, op. cit., p. 285.

Conceber as massas como irracionais ou portadoras de escassa racionalidade não representava uma novidade. Se recuarmos à época da formação do pensamento liberal, notaremos como os setores bem-pensantes da sociedade inglesa do século XVII depreciavam a capacidade racional das classes trabalhadoras. Esse pressuposto, aliás, estará na base do desenvolvimento do pensamento político de um dos pais do liberalismo, John Locke, e fará escola séculos afora. Na ideologia de Estado, de forma aparentemente estranha -- estranheza que se dissipa facilmente para quem examina a história por outro ângulo -- liberalismo e autoritarismo se davam as mãos. Guardadas as suas especificidades, o elitismo os irmanava¹⁷.

Não era mesmo com base na ação "patriótica" de uma elite dirigente "desinteressada" que o Estado, no Brasil, poderia produzir a conversão da "massa-população" em "massa-Nação"? ¹⁸

¹⁷C.B. Macpherson mostra como, a partir da convicção de que os homens seriam, por natureza, racionalmente desiguais, John Locke elabora uma teoria que nega cidadania política aos trabalhadores. Segundo essa visão, apenas a manipulação da força das sanções sobrenaturais conduziria a classe trabalhadora a obedecer uma ética racionalista. Obviamente, no Brasil dos anos 30 e 40 não se tratava de conservar os trabalhadores na condição de não-cidadãos. Mas a cidadania que lhes era "outorgada" significava, na prática, e mesmo no plano discursivo, enxergá-los como cidadãos de segunda classe, abaixo do nível de racionalidade desejável para a tomada de decisões políticas racionais. Quanto a Locke e os pressupostos de seu pensamento, v. C.B. Macpherson, La Teoría Política del Individualismo Posesivo. Barcelona, Fontanella, 1970, esp. ps. 191/204.

¹⁸Tal conversão era uma das preocupações dominantes no pensamento de Oliveira Vianna. V. Maria Regina Soares de Lima e Eli Diniz Cerqueira, "O Modelo Político de Oliveira Vianna", na Revista Brasileira de Estudos Políticos, no. 30, Belo Horizonte, UFMG, jan/1971.

2. As massas, o Sancho Pança da história

Há uma íntima relação entre a importância atribuída ao mito na sociedade de massas e a forma como se concebem as relações entre as elites e as massas. São duas faces de uma mesma questão, que, por sua vez, está no cerne da ideologia de Estado e da sua encarnação na ideologia do trabalhismo.

A todo momento, quer no texto quer no subtexto de suas obras, Francisco Campos e Azevedo Amaral, além de outros apologistas do autoritarismo, se defrontam com tal tema. A maneira de equacioná-lo fornece a chave para a decifração desse problema de capital importância para a compreensão da ideologia de Estado. Para o ministro Francisco Campos, os "Estados Autoritários" eram, efetivamente, o resultado da presença das massas na sociedade. Somente ele poderia pôr freio às tendências "anarquizantes" que a nova situação arrastava consigo. Nesse contexto se imputava uma função nobre às elites, encaradas como os agentes históricos por excelência.

Desde antes do golpe de 1930, o político das Minas Gerais demonstrava seus pendoros elitistas. Em Pela Civilização Mineira ele ia direto e reto ao assunto: "uma nação vale o que valem as suas elites"¹⁹. Sua "superioridade" face ao comum dos mortais era vista, numa palavra, como natural, constitutiva do próprio organismo social, já que, por imposição orgânica, certos órgãos ou grupos sociais teriam que desempenhar as funções de comando. Essa visão era compartilhada por todos os demais ideólogos do "Estado Autoritário". Ela se ligava, estreitamente, à própria condição deles de intelectuais "freqüentemente vinculados por dependência ou por profissão ao serviço do Estado" e empenhados no "fortalecimento do poder público central"²⁰.

¹⁹Citado por Jarbas Medeiros, op. cit., p. 25.

²⁰Bolívar Lamounier, op. cit., p. 356. Sérgio Miceli acentua ainda que "mormente no caso dos pensadores autoritários, o fato de pertencerem a antigas famílias dirigentes, beneficiando-se de todo tipo de vantagens e privilégios, inclusive de uma ampla rede de

As metáforas organicistas serão largamente usadas por eles como justificativa para as suas propostas. O organicismo historicista e a sociologia segundo o figurino comtiano se constituirão em fonte de alimentação do pensamento autoritário²¹. O autoritarismo assumia um contorno circular: procedente de uma determinada elite intelectual, ele era, em si mesmo, profundamente elitista e, mais, manifestava um claro propósito de persuasão das "elites" em geral para fazer dele um elemento operante na vida político-social brasileira.

"Governar é mandar" (GVE, p. 39), resumiu Azevedo Amaral, ao tentar jogar por terra tudo o que a revolução francesa irradiaria como influência nefasta, própria de uma "moléstia política". No combate a essa "ilusão macabra", o que mais o repugnava era o seu "igualitarismo":

Só é possível governar quando se possuem qualidades superiores, de que são pelo menos em grande parte desprovidos os que têm de ser dirigidos e guiados. O erro fundamental de todo o sistema igualitário da democracia provinda da revolução francesa foi admitir o absurdo de formas de governo em que fosse possível a entrega do poder supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor fiel da sua vontade" (GVE, p. 38)

A pregação anti-Rosseau, figura representativa das idéias "exóticas" disseminadas pela revolução francesa, era uma constante na obra de Azevedo Amaral. Ele não digeriu, de modo algum, "os encantadores entorpecentes

relações sociais, decerto contribuiu de maneira decisiva para a consagração que receberam no campo intelectual." Sergio Miceli, Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945), São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1979, p. 165. Sobre os nexos estabelecidos entre os intelectuais e o Estado, v. cap. III.

²¹Para uma análise sobre como a "sociologia protofascista européia", representada, entre outros, por Gumpowicz, Mosca, Pareto e Michels deságua na ideologia de Estado, v. Bolivar Lamounier, op. cit., esp. ps. 361/363. Sobre o cruzamento entre certas concepções católicas a respeito do corpo e os usos políticos, pela burguesia industrial dos anos 30, das metáforas organicistas, v. Alcir Lenharo, Sacralização da Política, Campinas, Unicamp-Papirus, 1986, ps. 139/151.

fermentados no cérebro peculiar de Jean-Jacques". O próprio "instinto popular" -- encarado como forma de compreensão intuitiva -- perceberia uma obviedade: "o poder promana de quem governa e não pode, portanto, sem flagrante absurdo, ter a sua origem atribuída à vontade dos que são governados (EA, p. 57).

Mas ele não parava por aí. Abria fogo também contra o legado político dos países anglo-saxônicos e alertava contra os seus efeitos, que reputava como nocivos, uma decorrência do sistema representativo direto baseado no "sufrágio promiscuo", isto é, no sufrágio universal. Se a Inglaterra, os Estados Unidos e os países nórdicos não foram lançados na órbita da desordem, da perturbação do curso normal da vida, isso se deveria, no final das contas, a um fator de ordem "étnica". Por outras palavras, para Azevedo Amaral somente a tendência "inata" dos povos anglo-saxônicos para submeterem-se, sem oferecerem qualquer resistência, ao comando de um chefe, explicaria por que haviam se safado do caos. Mesmo admitindo que nesses países se vivia igualmente uma "comédia democrática", lá imperavam a coesão dos partidos e o comando da população por "pequenas minorias pensantes", uma autêntica salvaguarda da estabilidade social. "Distribuídas e organizadas em formações partidárias rigidamente disciplinadas, as massas eleitorais atuam na vida cívica como verdadeiros exércitos, cujos sufrágios se encaminham docilmente na direção determinada pelos seus chefes" (EA, p. 53). Nada menos surpreendente, enfim, pois Azevedo Amaral insistia em demonstrar que o autoritarismo é inerente à organização estatal onde quer que ela exista. Renunciar à autoridade, e mais, ao autoritarismo, seria abdicar do exercício do governo. E fora precisamente o autoritarismo que, a seu ver, salvara os países europeus e os Estados Unidos em situações críticas, quando se revelara a impotência do parlamentarismo para fazer frente aos desafios do mundo moderno.²²

Se em outros países mais "adiantados" as coisas se passavam assim, o que dizer, então, do Brasil? Aqui o baixo nível cultural da imensa maioria do

²²Ele se estende em comentários sobre o assunto em EA, ps. 151/154.

povo o inabilitava para a vivência do sistema representativo. Como apreciar problemas intrincados sem ter capacidade de discernimento para tanto? A decorrência lógica da negação da capacidade política das massas consistia na sustentação da necessidade do controle do Estado por "pequenas minorias". Numa palavra, Azevedo Amaral fazia a apologia da "eficácia de uma direção segura dos negócios públicos pelas minorias a que, pela sua superioridade cultural e maior amplitude de interesses na vida nacional, não pode deixar de caber a responsabilidade do controle do Estado" (EA, p. 53). Orientando-se por esse diapasão, ele, de uma maneira à primeira vista surpreendente para quem se alinhava entre os críticos do regime político instituído pela Constituição de 1891, terminava por reconhecer a importância das oligarquias da Primeira República na "salvação" da pátria²³. Não fossem as "primeiras oligarquias republicanas", argumentava, o caos e a anarquia social e política teriam subjugado o país. A prática oligárquica, contraditoriamente, teria impedido a consumação do desastre a que seríamos arrastados se o regime liberal-democrático houvesse ganho efetiva vigência entre nós²⁴.

²³V. EA, ps. 56/63. A respeito, lembro que Oliveira Vianna, apesar de se bater pela formação de oligarquias esclarecidas, pela sua "reeducação", elogiava o autoritarismo histórico das oligarquias como algo mais consentâneo com a realidade de um país, que, diferentemente das nações anglo-saxônicas, era formado por um "povo-massa" e caracterizado pela falta de uma "opinião pública" organizada. Cf. Jarbas Medeiros, op. cit., ps. 159/166. Sobre sua visão acerca das elites, v. ainda Evaldo Amaro Vieira, *Oliveira Vianna & o Estado Corporativo*, São Paulo, Grijalbo, 1976, ps. 108/117. É de se perguntar, aliás, até que ponto, no caso de Oliveira Vianna, o desprezo pelo nosso "povo-massa" não era o reflexo invertido de uma idealização do povo na "acepção anglo-saxônica" da palavra.

²⁴Independentemente do julgamento do mérito dessa avaliação, gostaria de destacar que essas sutilezas analíticas eram comuns à elaboração de Azevedo Amaral. Crítico contumaz do formalismo liberal-democrático sacramentado pela Constituição de 1891, seu olhar sobre a conjuntura daquela época o levava a concluir, dialeticamente, que se configurava um paradoxo: a República aproximara a ordem política e o meio social brasileiro numa perspectiva mais realista e nacionalista. Sob esse aspecto, era capaz de admitir que a ampla autonomia conferida às províncias -- conjunturalmente, nos primórdios da República -- atuara como um fator decisivo contra as forças que impulsionavam a desagregação nacional, ainda que viesse a se converter, mais tarde, num entrave à unidade da nação. V. EA, ps. 33/50. Azevedo Amaral vai ao ponto de corroborar a afirmação do político gaúcho Julio de Castilhos -- "o maior estadista da

Raciocinando nesses termos, era natural que a concepção elitista de mundo de Azevedo Amaral se exprimisse igualmente na forma como distinguia entre uma revolução e um reles levante:

Como todos os fatos que se inserem no desenvolvimento do processo sociogênico, a revolução promana da ação das elites, que mobilizam as massas populares para os fins por elas visados, de maneira semelhante à que um estado maior mobiliza os quadros reservistas de um exército" (GVE, p. 25).

O levante, "figura informe", era freqüentemente o meio de expressão de insatisfações, inclusive das massas, e se identificaria a simples motins, insurreições, de alcance fundamentalmente destrutivo. A revolução atuaria em sentido contrário: em vez da desordem, trazia à tona seu espírito essencialmente conservador e construtivo ao mesmo tempo. No Brasil, a "revolução de 30", sem dispor inicialmente de um programa construtivo²⁵, passara por uma metamorfose: graças à ação heróica de Getúlio Vargas, se transfigurara na "primeira e única revolução no sentido integral" (GVE, p. 25).

Quanto ao problema crucial da liberdade de pensamento e de expressão, de novo o elitismo operava um corte significativo em relação à fruição desses direitos e seus limites²⁶. Da liberdade de organização não se falava de garantia alguma... Elites e massas não poderiam gozar das mesmas regalias. Sendo os homens desiguais, devido à sua "capacidade mental e cultural" desigual, nada mais elementar que a liberdade de expressão do pensamento fosse "diretamente proporcional à elevação intelectual e ao grau de apuro cultural" de quem se manifesta (EA, p. 269). Não nos iludamos, sentencia Azevedo Amaral.

geração que fundou a Primeira República" --, para o qual, naquele momento, "a centralização era o separatismo, ao passo que a federação consolidaria a unidade nacional" (p. 38).

²⁵Os porquês dessa situação são apontados pelo autor em EA, esp. ps. 76/80.

²⁶V. EA, esp. ps. 264/271.

A igualdade não é essencial ao ideário democrático. Deve-se, isso sim, postular a igualdade de oportunidade para todos.

Face a isso, apenas "as prerrogativas espirituais da elite não podem ser sujeitas a quaisquer restrições" (EA, p. 275). Por sinal, Azevedo Amaral instaura o Estado na condição de juiz supremo da produção intelectual e artística²⁷. Uma coisa é a obscenidade, diz ele, problema de polícia, a qual cabe coibi-la com rigor. Outra é o nu artístico projetado numa tela, elaborado por mãos hábeis, adestradas nas expressões de uma cultura superior. Uma coisa, chega a dizer em pleno "Estado Novo", é um livro escrito por Karl Marx, cuja venda não deve ser proibida. Outra seria tolerar a produção e a circulação de panfletos marxistas incendiários que conclamassem as massas a recorrer a expedientes violentos.

Para discenir o certo do errado, o Brasil contava com um brasileiro à altura dessa missão, ou melhor, o maior dos brasileiros, de acordo com o "coro da unanimidade" que se fazia soar em torno da exaltação de Vargas. E não seria por falta de fundamentação legal que sua vontade pretensamente esclarecida deixaria de indicar a toda a nação os caminhos a percorrer. A Constituição de 1937 servia de respaldo à ação de Vargas; o "chefe" era o centro de gravidade da vida política nacional:

Toda ela (a Carta de 1937) é construída em torno de uma idéia central, favorável à ação eficaz do governo: o governo gravita em torno de um chefe, que é o Presidente da República. (...) Do mesmo modo que o governo se

²⁷A propósito, exatamente com base na condição de juiz soberano para julgar o bem e o mal, o ministro da Justiça Francisco Campos justifica a censura prévia à imprensa. Mas notáveis mesmo são as suas considerações sobre os malefícios causados pela imprensa "dominada economicamente por interesses privados" (EN, p. 98) numa sociedade marcada pela expansão, em proporções até então desconhecidas, dos meios de comunicação de massa. Claro, ele tinha a inegável intenção de transformar a imprensa, o rádio, o cinema etc. em caixa de ressonância do governo ditatorial de Vargas. Mas nem por isso deixa de atacar problemas da maior atualidade ao se referir à incompatibilidade entre o predomínio dos interesses particulares e a função pública da imprensa. V. EN, ps. 98/100.

organiza em torno do chefe do Estado, cada departamento ou setor da administração deve organizar-se em torno do chefe (EN, ps. 58 e 59).

E o chefe do "Estado Nacional" equivaleria, por assim dizer, à materialização, na agitação do mundo contemporâneo, do lendário Dom Quixote, com seu poder de imantação sobre as massas, ou seja, Sancho Pança²⁸. Nosso Dom Quixote era também o nosso César, cuja aparição deveríamos saudar na pessoa de ninguém menos que Getúlio Vargas, o "supranormal".

3. A "aparição de César": o culto a Vargas

A ideologia de Estado, como de resto qualquer ideologia, não surgiu já plenamente constituída. Permeável às influências de tempo e lugar, ela e seus ideólogos mais destacados irão se reelaborando, preservada uma certa base comum. Obviamente nem no seu nascedouro nem sequer ao longo dos anos 20 Vargas despontava como a encarnação do mito do herói providencial. Por sinal, um intelectual do primeiro time dos ideólogos autoritários, como Azevedo Amaral, que gastou muita tinta para traçar o perfil desse "homem excepcional", não viu com simpatia a candidatura de Vargas à presidência da República em 1930, inclinando-se naquele momento pelo nome de Júlio Prestes.

Com este simples exemplo quero ressaltar que é mais especificamente a partir do "Estado Novo" que Vargas aparece em alto relevo

²⁸Já rompido politicamente com Getúlio Vargas, Francisco Campos escreveu em 1949 Atualidade de Dom Quixote. Mais uma vez se manifestava sua visão apocalíptica do mundo, traço permanente do seu pensamento: como efeito da sociedade de massas, corria-se o risco iminente da ruptura dos laços que uniam Sancho Pança a Dom Quixote. Sem a figura redentora do guia, do chefe, nos precipitaríamos no abismo diante da "sinistra mascarada das revoluções". Daí clamar pelo "retorno de Dom Quixote". Cf. Jarbas Medeiros, op. cit., ps. 38 e 39.

como o homem que, acima de tudo e de todos, faz a história, promovido ao status de fiel intérprete das aspirações nacionais. Evidentemente isso se liga à instalação e à consolidação da ditadura estadonovista. Mas o culto a Vargas envolvia também uma preocupação de ordem prática que dizia respeito à legitimação efetiva do regime. O plebiscito que referendaria ou não a Constituição de 1937 estava programado para realizar-se até 1943 e se tornava imperioso criar as condições propícias à sua aprovação pela via "democrática".

Várias vezes Francisco Campos, enquanto ministro da Justiça, se referiu ao plebiscito. Para Vargas exercer o seu mandato "democrático e popular" era condição sine qua non, segundo Campos, o apoio e o prestígio do povo. Querendo ou não, os ideólogos autoritários tinham de admitir o peso das "tradições democráticas" no Brasil²⁹. Daí porque, ainda que mantidos como dispositivos fora de uso, a Constituição de 1937 previa mecanismos de representação parlamentar, uma combinação de eleição direta com indireta e assim por diante. Nesse sentido, pode-se especular que, atento ao eventual recrudescimento da insatisfação dos setores oposicionistas ante um endurecimento ainda maior da legislação constitucional, Francisco Campos não fizera, com plena liberdade, a Constituição dos seus sonhos.

Na conjuntura de guerra, com o Brasil prestes a tomar partido em favor das nações que combatiam os países do eixo nazi-fascista, os cuidados deveriam certamente ser redobrados para que os descontentes com o "fascismo interno" não acumulassem forças e se transformassem em ameaça real à

²⁹Azevedo Amaral, por exemplo, reconhece, à sua maneira, que não teria sido possível o salto rumo ao "Estado Autoritário" desprezando a força do "mito do liberalismo". Por outras palavras, para ele a "revolução de 1930" partiu "da afirmação do conceito já moribundo do liberalismo" dentro das condições próprias da situação política brasileira e internacional para chegar ao seu contrário. Afinal, "as idéias da liberal-democracia, provindas do fenômeno revolucionário francês do fim do século XVIII, infiltraram-se de tal modo na mentalidade dos povos de civilização ocidental" (GVE, p. 108) que não haveria como descartá-las de uma hora para outra (v., a respeito, GVE, ps. 107/109). Disso decorreu, de acordo com Azevedo Amaral -- numa análise visivelmente ex post -- a necessidade de um "período intercalar" entre a "Revolução de 1930" e a instituição do "Estado Novo". Sobre esse período, v. EA, esp. ps. 109/111, 115/119 e 132/137.

continuidade do regime. Em editorial que escreveu para a revista Novas Diretrizes, na primeira quinzena de novembro de 1941, Azevedo Amaral alertava para os perigos que rondavam o Brasil em meio à segunda guerra mundial e conclamava todos os brasileiros a serem "elementos ativos de apoio ao poder público e de prestígio ao chefe da nação"³⁰. Não por mera coincidência, dias antes, mais exatamente a 19 de outubro de 1941, ele pusera um ponto final no seu livro Getúlio Vargas, Estadista, o retrato político mais bem acabado do ditador. Obra freqüentemente ignorada inclusive por estudiosos do período, ela derrama, de cabo a rabo, copiosos elogios a Vargas, ele próprio transformado em mito. Seus pontos de contato com a ideologia do trabalhismo são, já se vê, os mais estreitos possíveis. GVE se constituirá, por tudo isso, na principal referência deste item dedicado ao exame do culto a Vargas.

Na galeria de mitos postos em circulação pelo "Estado Novo", o mito da personalidade emergirá ao primeiro plano da política nacional. Tal fato não foi nem de longe simplesmente casual. Fazia parte de toda uma estratégia de conquista da simpatia das massas. Como assinalava Francisco Campos, o mito da nação se revestia de bastante importância, porém trazia como que a marca de um pecado de origem: ele não se colocava para a população no campo das "experiências imediatas". Tal imediatez requerida para a maior eficácia da imagem mítica poderia ser percebida, isso sim, no mito da personalidade. "As massas encontram no mito da personalidade, que é constituído de elementos de sua experiência imediata, um poder de expressão simbólica maior" (EN, p. 15), afirmaria ele, cogitando já de investir todo o agenciamento de recursos míticos na pessoa de carne e osso de Getúlio Vargas.

Daí a antinomia, de aparência irracional, de ser o regime de massas o clima ideal da personalidade, a política das massas a mais pessoal das políticas, e não ser possível

³⁰Citado por Lúcia Lippi Oliveira, "Autoridade e Política: O Pensamento de Azevedo Amaral", em Estado Novo, op. cit., p. 60.

nenhuma participação ativa das massas na política da qual não resulte a aparição de César (EN, p. 16).

Em vez de um mito, por assim dizer, descarnado, como a nação, impunha-se, portanto, a celebração de um mito dotado de dimensão corpórea, que falasse imediatamente aos sentidos, particularmente ao do visão. Nessa perspectiva se pode lançar uma ponte entre o discurso de Francisco Campos e as reflexões de Foucault. Ao referir-se a uma de suas obras, na qual revela o papel político do corpo do rei no interior de um sistema político, Foucault sintetizou: "numa sociedade como a do século XVII, o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia"³¹. O que dizer, então, de uma sociedade de massas, completaria Francisco Campos.

Para ele, o fascínio exercido sobre as massas pelas personalidades "carismáticas" deixaria às claras que estas devem funcionar como o fator privilegiado de integração política. Sem líderes "carismáticos" só nos restaria aguardar a consumação do apocalipse:

Os ouvidos habituados a distinguir, à distância, o rumor das cousas que se aproximam, percebem, sob o tropel confuso das massas, cuja sombra começa a dominar o horizonte da nossa cultura, os passos do homem do destino. Essa relação entre o cesarismo e a vida, no quadro das massas, é, hoje, um fenômeno comum. Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático, ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos de angústia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um César (EN, ps. 16 e 17)³².

³¹Michel Foucault, op. cit., p. 145. O livro mencionado é Michel Foucault, Vigiar e Punir, (História da violência nas prisões), Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1986.

³²Ao aludir ao discutível conceito de "carisma" (literalmente, dom da graça), Francisco Campos retomava um tema tornado clássico no pensamento sociológico de corte

Nessa linha de análise é que se inscreve Getúlio Vargas, Estadista, que, logo de cara, Azevedo Amaral se apressa em caracterizar como um livro destituído de pretensões biográficas. Ele o apresenta como uma reflexão acerca da mentalidade e temperamento de Vargas, identificado como o "criador do Brasil novo" (GVE, p. 9).

Realizando uma espécie de sociologia do homem providencial, o autor começa por associar as épocas de crise à emergência de figuras excepcionais. Da mesma forma como o progresso está, conforme Azevedo Amaral, ligado a uma sucessão de revoluções, os "períodos pacíficos" são "pobres em grandes figuras humanas". Os momentos históricos mais favoráveis ao aparecimento de personalidades marcantes na vida dos povos seriam aqueles imersos em "crises de mutação". Elas teriam o condão de "determinar pela ação da sua vontade os rumos das nações" (GVE, p. 18). Seriam, em suma, "estadistas autênticos, associando a clarividência da visão política à energia criadora" (GVE, p. 20).

Não haveria, portanto, surpresa alguma na constatação do surgimento simultâneo de personalidades políticas de primeira grandeza em diferentes países. Como as instituições liberais, já "caducas", desmoronavam aos olhos de todo o mundo, anunciava-se um novo tempo. Durante mais de 150 anos, no período pós-revolução francesa, assistira-se, segundo Azevedo Amaral, a um "eclipse" de verdadeiros estadistas. Eles se tornaram artigo raro pela natureza intrínseca do regime político democrático escorado no "eleitoralismo" e no "parlamentarismo", fatores inibidores da aparição de "condutores de povos". Semelhante situação atingira em cheio o próprio Brasil, pois também nestas

weberiano, a "sociologia da autoridade carismática". V. Max Weber, Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, 3a. ed., 1974, esp. cap. IX. Ao explicitar o que tinha em mente ao fazer menção, nesse texto de 1935, à necessidade "de uma vontade dura e poderosa" e uma, Campos não tinha por que se refugiar em meias palavras: "o regime político das massas é o da ditadura". A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que escolha. Não o voto democrático" (EN, p. 16, grifos meus).

plagas a praga da "comédia da democracia parlamentar" -- moldada inicialmente no figurino britânico e, mais tarde, no norte-americano -- atuara para recalcar o surgimento de homens excepcionais³³.

Nessas condições, verifica-se que, apesar de certas aparências em contrário, o poder pessoal não era tudo na história para Azevedo Amaral. Aliás, ele se propunha expressamente a fazer um trabalho com estatuto científico, recorrendo a um método de "análise sociológica" de caráter "inconfundivelmente objetivista", realista (EA, p. 5). Com essa perspectiva chega a argumentar, ao opor-se a Marx, que o desenvolvimento econômico é determinado pela conjugação de vários fatores, a serem analisados caso a caso, que ele agrupa sem hierarquizá-los: "o meio físico, a raça com as derivadas psíquicas a ela associadas, episódios históricos acidentais, influências culturais e até a ação individual de personalidades excepcionais" (EA, p. 82)³⁴. Seja como for, Azevedo Amaral se preocupa constantemente em realçar a capacidade de intervenção humana na história e por isso defende, como princípio analítico inclusive, a ação do poder pessoal na história. Refere-se, nesse sentido, a Pedro II e, depois, aos presidentes da República numa determinada fase da política republicana, para concluir que "o mal da velha República -- e, acrescento, também do Império. APP -- não havia sido o excesso de poder pessoal" (EA, p. 105). Pelo contrário.

³³Retirando o problema do terreno meramente pessoal, ele sublinhava que, com exceção de José Bonifácio, "não aparece um autêntico estadista, embora várias fossem as personalidades capazes de sê-lo em outras circunstâncias" (GVE, p. 25).

³⁴Apesar de se apresentar como um crítico da "fatalidade do determinismo (econômico) expresso numa lei única" (EA, p. 82), o que se constata, no decorrer de suas análises, é o lugar privilegiadíssimo que ele atribui ao fator econômico na explicação dos acontecimentos políticos. V., por ex. EA, sobre a ação dos componentes econômicos no golpe de 1930, ps. 88/95, no "revolucionarismo" na década de 20, ps. 73/74, na progressiva complexidade dos trabalhos de elaboração legislativa, ps. 66/70. Por sinal, ele enalteceria Vargas porque, como ninguém, o presidente da República se dera conta de que o futuro do Brasil dependeria visceralmente da solução de problemas de ordem econômica. V. GVE, ps. 155 e 156.

Lúcia Lippi Oliveira já apontou a mescla de evolucionismo, "revolucionismo" e voluntarismo presente na obra de Azevedo Amaral. Como ela destaca, o " 'revolucionismo' permite ao autor agregar o voluntarismo à sua visão evolucionista da sociedade; permite também explicar a ação das elites e o papel do gênio político"³⁵. Nesse contexto é que ganha corpo o culto ao poder pessoal de Getúlio Vargas. Afinal, no imediato pós-30 ele fora o protagonista do ato de "salvação" da nacionalidade. Por meio do seu "poder discricionário", de uma amplitude como jamais se tinha presenciado em toda a história do Brasil, o "ditador civil" erigiu-se, para Azevedo Amaral, no principal esteio contra a desordem. Em poucas palavras, a Segunda República "não submergira na anarquia devido apenas à ação pessoal do Presidente Getúlio Vargas" (EA, p. 126)³⁶. Nessas circunstâncias, ele despontava como um homem excepcional testado e aprovado nas provações políticas da reconstrução nacional.

E de que matéria especial seria constituído esse espírito iluminado? Em primeiro lugar, na opinião de Azevedo Amaral, ele era detentor de umas tantas "condições biopsíquicas", transmitidas por via hereditária, que lhe conferiam uma "organização somática e sobretudo nervosa" reveladora de "capacidade mais biológica que propriamente psíquica" (GVE, ps. 47, 84 e 85), tal como sucedia com as grandes personalidades, possuidoras de um aguçado "instinto da ordem". Instinto porque, mais do que apanágio de uma operação intelectual, se afigurava como uma característica de natureza fisiológica. A que corresponderia o suposto instinto da ordem? "Melhor poderíamos chamar de sentido da coordenação hierárquica" (GVE, p. 49), responderia Azevedo Amaral, cioso da manutenção da "hierarquia orgânica da sociedade"³⁷.

³⁵Lúcia Lippi Oliveira, op. cit., p. 52.

³⁶A glorificação do poder pessoal de Vargas já merecera algumas páginas em EA. V. ps. 105/112 dessa obra escrita pouco tempo depois do golpe de novembro de 1937.

³⁷Por essas e outras Azevedo Amaral falava da carência de verdadeiros estadistas na esquerda (v. GVE, ps. 51 e 52). Para ele o conservadorismo -- que não se deveria confundir com apego à rotina ou ao que é estático -- era matéria-prima constitutiva da extração intelectual e moral do estadista. Invoca, para aboná-lo, uma declaração de Mussolini, para quem "não basta a coragem de reformar; mais importante ainda é a

Getúlio Vargas seria, de fato, um fenômeno à parte, pois aliaria à "capacidade intelectual supranormal" um "desenvolvimento igualmente supranormal do instinto da ordem" (GVE, p. 85). Mencionando Carlyle³⁸, Azevedo Amaral refere-se a uma "regra do destino" de alcance universal, para lembrar que na história dos grandes vultos um "determinismo histórico" os impulsionaria ao cumprimento de sua missão. Missão que os converteria em homens providenciais, por obra e graça de sua predestinação. Ao reportar-se a Getúlio Vargas, em entrevista à imprensa concedida em novembro de 1937, o ministro Francisco Campos não enxergara nele "a marca dos predestinados e a estirpe dos condutores providenciais" (EN, p. 35)? Tal era o caso também de Azevedo Amaral e de muitos outros intelectuais da época³⁹. Ungido como "chefe e guia" supranormal, estávamos diante de um semi-deus. Nada estranhável se atentarmos para o segundo traço fundamental imputado a Getúlio Vargas e aos autênticos estadistas de uma forma geral: o gênio político.

Há, portanto, no gênio o caráter de uma criação completa e acabada da natureza, existindo apenas diferenças cronológicas na precocidade ou retardamento da sua revelação. (...) A sua força, simultaneamente destruidora e criadora, não procede da cultura ambiente, nem da atmosfera psíquica que o cerca. É uma irradiação que se diria de origem cósmica, uma expressão transcendental de energias sobre-humanas. Daí talvez esse instinto divinatório do gênio para conhecer a sua hora" (GVE, ps. 97, 98 e 99).

coragem de conservar" (GVE, p. 54). E emenda: "foi esse instinto da ordem que o predestinou (Getúlio Vargas) para salvar o Brasil", que poderia sucumbir vítima do "esfacelamento" (GVE, p. 58).

³⁸A alusão a Carlyle, intelectual do século passado, é emblemática. Voltado para o culto ao herói na história, Thomas Carlyle, um conservador confesso, via na glorificação do heróico o melhor meio para assegurar a estabilidade político-social. Para ele, não fossem os grandes vultos históricos, tudo seria estagnação. Partindo desse raciocínio, seu pensamento desembocava na sustentação da necessidade da "obediência passiva" da massa da população a uma reduzidíssima minoria de "eleitos". Cf. Ernst Cassirer, O Mito do Estado, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, cap. XV.

³⁹V., por exemplo, sobre o culto a Vargas nas revistas Cultura Política e Ciência Política, Mônica Pimenta Velloso, "Cultura e Poder Político: Uma Configuração do Campo Intelectual", em Estado Novo, op. cit., esp. ps. 95/97.

A "intuição política divinatória" seria o mote para, a torto e a direito, se tecerem loas a Vargas na pregação trabalhista do "Estado Novo". A "clarividência" do Presidente da República, da qual resultaria sua capacidade de "antecipação", é exaltada pelos ideólogos do regime.

Ao defini-lo como "o homem do destino", Francisco Campos afirmava, quando da passagem do segundo aniversário do "Estado Novo":

Ninguém melhor compreendeu o Brasil do que o nosso Presidente, cujas antenas registram ainda os movimentos de opinião que não impressionam a sensibilidade comum. Ele sente como sente o povo brasileiro; ele surpreende na fase nascente as aspirações e tendências populares, identificado pelo pensamento e pelo coração com o povo que o festeja e o aclama como protetor e justiceiro" (EN, p. 223, grifos meus)⁴⁰.

A tal "poder quase maravilhoso de antever situações futuras" (GVE, p. 131) se vincula, evidentemente, o mito da doação da legislação social. Mais do que ninguém, o "homem de gênio" sabe que a realidade está em permanente mutação. Como decorrência disso, frisa Azevedo Amaral, ele também é propenso a mudanças, das quais as leis trabalhistas forneceriam mais uma ilustração⁴¹. Afinal, seu senso de realismo e oportunismo não lhe permitiriam manter-se

⁴⁰Tendo em vista estas considerações é que se pode apreender o sentido mais profundo do significado da necessidade da obediência à vontade de Getúlio Vargas. Não se pense que na ideologia de Estado se reverencie a submissão à vontade do ditador enquanto manifestação despótica do poder pessoal. Azevedo Amaral, por exemplo, fazia questão de ressaltar que ela não corresponde à imposição de "uma vontade exterior" nem à "noção de força compressora do Estado" (GVE, p. 88). Ao contrário, seria a resultante da captação pelo gênio político de Getúlio Vargas dos sentimentos populares (comumente depositados no "subconsciente coletivo"), que ele traduziria em políticas direcionadas para o bem comum, mesmo que ao custo de contradizer as expressões mais imediatas (conscientes) da vontade popular. Sob este aspecto se aclaram as palavras de Azevedo Amaral: "governar é mandar e mandar é forçosamente contradizer" (GVE, p. 38).

⁴¹A combinação da reforma e da repressão -- ou o atendimento a determinados interesses das classes dominadas limitado ao objetivo de conservar a situação de dominação sob controle -- é, por sinal, típica do Estado Capitalista. V., a respeito, Ralph Miliband, O Estado na Sociedade Capitalista, Rio de Janeiro, Zahar, 1972, esp. cap. 9.

arraigado a sistemas ideológicos ou situações ultrapassadas. "Os grandes condutores dos povos não levam roteiros escritos" (GVE, p. 106).

A "genialidade" de Vargas representaria, ainda mais, a feliz combinação entre razão e intuição. Se ele era, no dizer de Monte Arrais, "um autêntico intuitivo", conjugava com maestria "a arte à ciência do governo"⁴². Ou, como bem resumiu Mônica Pimenta Velloso, "na construção do mito Vargas estão presentes, de um lado, a magia, a intuição, a profecia, a predestinação; de outro, prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão"⁴³. Enfim, a razão se encarnaria também na competência técnica do aparelho de Estado e se conectava ao terceiro grande traço característico de Getúlio Vargas. Além do instinto da ordem e do gênio político, Azevedo Amaral punha em relevo a sua faculdade de corporificar a "idéia nacional".

Seria preciso diferenciá-la do mero patriotismo, até porque somente "elementos superiores" a assimilariam. Idem em relação aos nacionalismos em que prevaleceria o aspecto emotivo ou sentimental. Sua marca consistiria no "dinamismo criador", ou por outra, na capacidade de, a partir do patriotismo e da "brasilidade", desencadear "atos positivos e criadores", fazendo igualmente do nacionalismo uma "força espiritual de realização de um conceito do Estado" (GVE, ps. 152 e 153)

E, se a criação é amiga da arte, Getúlio Vargas pontificaria como o grande artífice da nacionalidade. De passagem, Azevedo Amaral, dentro da mais pura tradição maquiavélica, anotara que "entre o estadista e o artista há inúmeros pontos de contato" (GVE, p. 105). De fato, Vargas aparece nas obras dos ideólogos do "Estado Novo" como o artista com dons extraordinários que o credenciam a recolher a matéria-prima dispersa pelo "inconsciente coletivo" e retrabalhá-la em função dos "interesses nacionais", imprimindo-lhe forma.

⁴²Monte Arrais, op. cit., p. 17.

⁴³Mônica Pimenta Velloso, op. cit., p. 97.

O Estado é sua obra de arte, destinada à exposição pública tanto dentro do país como além-fronteiras.

Na sociedade de massas, já nos ensinou Walter Benjamin, ocorre uma "desauratização" da obra de arte. Esta perda da aura que a cercava é, de certo modo, recuperada pelo Estado fascista na medida em que "ele tende naturalmente a uma estetização da vida política"⁴⁴. Transposta essa análise para o regime brasileiro sob o "Estado Autoritário", a conclusão é a mesma: o criador, Vargas, e a criatura, o "Estado Novo", estão visceral e harmonicamente interligados na ideologia de Estado. Mais do que uma realidade política, o Estado se transfigura em obra de arte. Que os que tenham olhos de ver saibam, então, fruir o prazer estético proporcionado por esse artista da política.

4. O culto ao "Estado-Ordem": o mito soreliano de ponta-cabeça

À exceção do período mais crítico enfrentado pelo "Estado Novo" -- especialmente no final de 1944 e em 1945 -- a nota dominante na pregação oficial era o engrandecimento do "Estado Autoritário", visto como a "personificação" de Vargas. A uma só voz, a população era embalada pelo discurso sobre o caráter "autenticamente democrático" do "Estado Novo". Não só inexistiria antagonismo entre autoritarismo e democracia, como aquele fora a tábua de salvação a que esta se agarrara em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil.

⁴⁴Walter Benjamin, "A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução", em Os Pensadores, vol. XLVIII, São Paulo, Abril Cultural, 1975, p. 33. A estetização da política é a tônica do impressionante documentário de Peter Cohen, Arquitetura da Destruição, Alemanha-Suécia, 1989. Ele desvenda dimensões por vezes desconhecidas da proposta nacional-socialista de purificação racial e embelezamento do mundo. Ao mesmo tempo mostra a associação estabelecida por Hitler e seus seguidores entre a arte de vanguarda e a "degeneração da raça".

A escalada do fortalecimento da autoridade do poder público central -- do qual o New Deal de Roosevelt era um dos exemplos preferidos de Azevedo Amaral -- traria à tona a conveniência de nos desembaraçarmos dos procedimentos originários da democracia formal em favor de uma "democracia substantiva". A democracia, argumentava Francisco Campos, não se define pelos seus meios (democrático-liberais) e, sim, pelos seus fins. Nesses termos Azevedo Amaral admitia que a representação era um postulado fundamental da prática democrática, porém no nosso caso tal representação estava dada pelo atendimento a um requisito essencial do regime democrático: "a identificação da Sociedade e do Estado" ou a "identificação absoluta do Estado com a Nação" (EA, ps. 181 e 186, grifo meu). Aí se achava a explicação da marca "essencialmente nacional" do "Estado Novo", pois nesse regime Estado e nação formariam "um todo perfeito e indissolúvel" (EA, p. 189). Disso derivaria a desnecessidade de órgãos intermediários (tipo partidos políticos), tidos e havidos como "supérfluos". Expurgado o acessório, a representação, aprioristicamente concebida como um dado da situação, poderia, de forma mais concreta, expressar-se na co-participação na direção do Estado "sobretudo com a associação de um sistema de representação das forças econômicas e profissionais", quer dizer, com a representação corporativa (EA, p. 182) ⁴⁵.

⁴⁵Sobre o "Estado Autoritário" como "democracia autêntica", v. EA, esp. ps. 167/179. Sua condição de "democracia substantiva" é enfatizada em EN, esp. ps. 74/80. Oliveira Vianna não aceitava a denominação de "Estado Autoritário" para designar o Estado instalado em 1937: "Esta expressão 'Estado Autoritário' não me parece das mais felizes. No fundo há qualquer coisa de pleonástico nesta denominação -- porque o conceito de Estado implica, de si mesmo, a idéia de autoridade. O que se instituiu foi a Democracia Autoritária, isto é, a democracia fundada na autoridade e não mais na liberdade como princípio essencial." Citado por Paulo Edmur de Souza Queiroz, Sociologia Política de Oliveira Vianna, São Paulo, Convívio, 1975, ps. 123 e 124 (sobre o pensamento de Oliveira Vianna acerca do "Estado Novo", v. o cap. XI deste livro). A propósito, uma preocupação que perpassa toda a produção dos ideólogos do autoritarismo, inclusive Plínio Salgado, consiste em apartá-lo do totalitarismo e do fascismo. Ao negar qualquer analogia entre o "Estado Novo" e o fascismo, Azevedo Amaral é enfático: "nenhum parentesco ou mesmo remota afinidade", algo que talvez só não fosse percebido por aqueles "cuja atividade cerebral é mais lenta" (EA, p. 149). Sobre a falta de afinidade entre eles, seja no plano político, seja no plano econômico ou quanto à questão da

Esse Estado, tomado como "nacional", era, ao mesmo tempo, pré-condição para a construção da "nacionalidade". No império da "AUCTORITAS, dos elementos masculinos da alma" (EN, p. 32) residiria a força para promovê-la. Daí, curiosamente, em meio à crítica ao suposto aniquilamento do homem e ao "esmagamento" da liberdade de iniciativa patrocinados pelo "totalitarismo fascista ou comunista", Azevedo Amaral sair em defesa da submissão ao "Estado Autoritário":

A submissão dócil à autoridade do Estado não repugna, nem pode repugnar, os indivíduos normais, que intuitivamente compreendem que um povo, para se transformar em uma nacionalidade, precisa organizar-se em uma estrutura hierárquica, cuja solidez e funcionamento eficiente exigem a atuação de uma autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade (EA, p. 155).

Em nome da supremacia do "bem público", do "interesse coletivo", ao qual se condicionaria a ação do "Estado Autoritário", tudo é justificado, inclusive o único "partido" permitido, o Estado. Elaborando um raciocínio que nos enclausura num verdadeiro silogismo autoritário, Azevedo Amaral argumenta:

O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, este partido é constituído pela própria Nação. (...) Se a Nação e a organização estatal formam um todo indissolúvel e se o Estado é o órgão da expressão da consciência e da vontade do corpo nacional, é claro que dele deve partir a direção na política. Mas, no Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e

liberdade, v. EA, esp. ps. 147/167, 187/188, 193/195, 198/201 e 247/279. Para restringir-me apenas a mais um exemplo, acrescento que a necessidade do regime justificar-se como não-totalitário e não-fascista atravessa todo o livro, já citado, de Monte Arrais, o que é um indicador das críticas freqüentemente dirigidas ao "Estado Novo", tanto no Brasil como no exterior (v. esp. caps. I, II e IX).

o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação" (EA, p. 192).

Moral da história: porque nos constituímos numa democracia simultaneamente nos constituímos numa ditadura... Azevedo Amaral complementaria dizendo que, por exigência decorrente da unidade política nacional, ao presidente da República incumbiria ditar a orientação política nacional. Se Luís XIV havia proclamado "l'État c'est moi", os brasileiros poderiam alardear que "o Estado Novo é o presidente", conforme reconhecia Francisco Campos em entrevista datada de abril de 1939, na qual discorreu sobre a reorganização nacional (EN, p. 114).

A edificação da nova ordem, portanto, relacionava-se necessariamente a uma visão de pessoa ou chefe, transformada em "categoria fundamental" da política, quer pela já analisada concretude da pessoa do chefe, quer pela pretensa unidade de comando. Afinal, alegava Francisco Campos, "as coletividades, os parlamentos, os conselhos, as entidades incorpóreas ou ideais" eram abstrações nas quais ocorreria a diluição de vontade e de responsabilidade (EN, p. 212). Ele prosseguia ressaltando que o povo não é dado a abstrações e a sua vontade se encarnava na pessoa. Por isso só um Estado personificado num chefe poderia aspirar a ser, como seria o "Estado Novo", um Estado popular. As duas grandes "entidades" do regime se limitavam, para o ministro, ao povo e ao chefe. Se, de um lado, "o Estado popular é o Estado que se torna visível e sensível no seu Chefe", por outro lado, "somente um Estado de chefe pode ser um Estado Nacional: unificar o Estado é unificar a Nação" (EN, p. 213)⁴⁶.

⁴⁶A mais candente apologia do "Estado de chefe" feita por Francisco Campos surge no discurso pronunciado a 10 de maio de 1938 sobre o "Estado Nacional" (EN, ps. 211/215). Almir de Andrade, dentre outros, era mais um ideólogo autoritário fascinado com a valorização do chefe enquanto categoria política. Ex-chefe de serviço do Departamento Nacional de Propaganda, diretor da revista Cultura Política, entre 1941 e 1945, e diretor da Agência Nacional entre 1943 e 1945, Almir de Andrade justificava o culto a Vargas apoiado na "tradição" político-cultural brasileira de pessoalização do mando no interior de relações calcadas na "cordialidade". Cf. Lúcia Lippi Oliveira, "Tradição e Política: O Pensamento de Almir de Andrade", em op. cit., na qual ela expõe

E a vontade política do chefe de Estado funcionaria, então, como fator de "uniformidade política" e centro de coesão da "unidade nacional". Sob um comando único atuaria "uma só vontade", ou, como disse Agamenon Magalhães, ex-ministro do Trabalho (de 23/7/34 a 25/11/37), "a nação só tem uma ideologia -- a do Estado -- e um chefe -- o Presidente Getúlio Vargas"⁴⁷.

Tudo o que foi dito até aqui reforça, por conseqüência, a idéia de que, segundo a ideologia de Estado, se configurara, acima de tudo, um "Estado-Ordem". São freqüentes, por exemplo, as referências de Francisco Campos, à tranqüilidade, ao sossego e à segurança proporcionada pelo Governo Vargas. Mas essa situação se originara, de acordo com ele, de uma razão muito especial: a existência de um "Estado-Ordem" sob a vontade de uma pessoa. O "clima de ordem" se irradiaria do próprio Estado, seu centro de propulsão. "O Estado passou a ser uma ordem", selando a sua comunhão com o povo numa unidade orgânica (EN, p. 211).

Na ótica dos ideólogos do autoritarismo, o mundo pulsava pelo reordenamento social. Nessas circunstâncias Francisco Campos entendia que era chegada a hora de darmos adeus às ilusões liberais, ou por outra, sacrificarmos no altar do "Estado Autoritário" as categorias "ilusórias" de personalidade e de liberdade. Assim caminhava a humanidade, numa visão que leva ao extremo certas concepções autoritárias:

As categorias da personalidade e da liberdade são apenas ilusões do espírito humano. Só é livre o que perde a sua personalidade, submergindo-a no seio materno onde se forjam as formas coletivas do pensamento e da ação, ou, como diz Gentile, aquele que sinta o interesse geral como o seu próprio e cuja vontade seja a vontade do todo. O indivíduo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional (EN, p. 13).

as especificidades do seu projeto ideológico concebido a partir de uma proposta de natureza predominantemente cultural.

⁴⁷Citado por Monte Arrais, op. cit., p. 64.

Ele propunha, a seguir, nada menos do que um retorno, no mundo moderno, à "comunhão totêmica" característica da relação entretida pelo homem primitivo com o seu clã. Para Campos os grandes aglomerados urbanos contemporâneos já indicavam a possibilidade dessa volta ao futuro... O "Estado-Ordem" nos conduzia a isso.

A ordem era evocada também como alicerce de uma nova organização racional do Estado. Ao justificar as diretrizes do "Estado Nacional", em novembro de 1937, o ministro da Justiça lembrava que a democracia dos partidos embutia nas suas instituições, transplantadas para o Brasil por força de modelos exóticos, um estado de virtual guerra civil. Pior que ela, como elemento perturbador do regime de trabalho, só mesmo a "perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes" (EN, p. 40). Daí a necessidade de substituir a democracia dos partidos por uma estruturação racional do Estado. Na sociedade de massas os problemas políticos são, dizia ele, eminentemente problemas técnicos (como as questões financeiras, por exemplo), sem despertar as emoções suscitadas pelas calorosas discussões do século passado (em torno da adoção do sufrágio universal, por exemplo). Impunha-se, por decorrência, a substituição da representação parlamentar pela representação técnica, ancorada no saber especializado⁴⁸. Só assim se poderia contar, completava Azevedo Amaral, com uma ação eficaz do Estado no âmbito da planificação das atividades econômicas. O que era o New Deal, do presidente Franklin Roosevelt, senão um modelo de "planificação racionalizada"? ⁴⁹

⁴⁸Para Francisco Campos várias são as razões pelas quais a mudança dos tempos golpeou o parlamento, seja pela erosão de sua condição de locus de expressão da opinião pública, seja pela perda da iniciativa legislativa. V. EN, esp. ps. 38/53, 87/95 e 101/102. Já em 1930, Oliveira Vianna sublinhava que "por toda parte a competência técnica vai substituindo a competência parlamentar" e dedicava toda a 4a. seção de um de seus livros à análise da relevância dos conselhos técnicos no mundo moderno. Oliveira Vianna, Problemas de Política Objetiva, Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 3a. ed., 1974, citação da p. 121.

⁴⁹V., a respeito, EA, ps. 236/246. As concepções racionalizadoras não eram, evidentemente, exclusividade do Estado ou dos ideólogos autoritários. É interessante notar que desde o final dos anos 10 integrantes da burguesia industrial paulista passam a

Urgia a entronização da "competência" na esfera dos negócios públicos. Nesse sentido Monte Arrais deplorava a existência de "estadistas empíricos" e clamava pela valorização de faculdades de estudos políticos e econômicos. Essa não era uma manifestação isolada. Além de ser compartilhada por industriais, ela reafirmava uma posição praticamente consensual entre os ideólogos autoritários, que, como já esclareceu Bolivar Lamounier, "deram um impulso considerável à difusão e institucionalização acadêmica das ciências sociais". Para eles era imprescindível reconhecer a importância da Sociologia: dentro do seu ideário conservador-reformista, "a tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à socioterapia tecnocrática."⁵⁰

Como coroamento da construção desse "Estado-Ordem, baseado, por um lado, na intuição/razão de seu chefe e, por outro, na competência técnica/racional, despontava o Estado Corporativo. Independentemente de se avaliar aqui até que ponto a proposta corporativa se viabilizou, interessa-me reter, em função do tema deste trabalho, algumas das razões evocadas na defesa de sua incorporação à Constituição de 1937.

formular propostas de teor racionalizante. Esse movimento racionalizador, preocupado originalmente com a organização "científica" do trabalho, se corporificará, em 1931, no Idort -- Instituto de Organização Racional do Trabalho -- e irá além de medidas de enfrentamento da resistência operária e de reestruturação do processo de trabalho. Pesquisa sobre o assunto demonstrou que "nesses deslocamentos, dos espaços privados para a administração estatal e para o terreno das crenças, idéias e representações, o Idort torna claro que, disputando o controle da sociedade, a racionalização diz respeito não somente à produtividade e eficácia empresarial, mas, fundamentalmente, a razões de poder e disciplina social." Cf. M. Antonieta M. Antonacci, A Vitória da Razão (?) (O Idort e a Sociedade Paulista), São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1993, citação da p. 18 (v. esp. o capítulo que aborda o tema " 'Mentalidade racional' e Estado Novo"). V. ainda Zélia Lopes da Silva, op. cit., cap. 1. Tais trabalhos estão em sintonia com "a necessidade de se levar em conta a prática política da burguesia industrial, cuja importância como ator político tem sido sistematicamente relegada pelas análises" sobre esse período. Eli Diniz, "O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classes", in Boris Fausto (dir.), História Geral da Civilização Brasileira -- III. O Brasil Republicano 3. Sociedade e Política (1930-1964), p. 92. V. também Eli Diniz & Renato Raul Boschi, Empresariado Nacional e Estado no Brasil, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, cap. II, e Eli Diniz, Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, esp. cap. 7.

⁵⁰Bolivar Lamounier, op. cit., ps. 346 e 365.

Azevedo Amaral, como se sabe, traduziu em 1938 o livro Le Siècle du Corporatisme, de Mihail Monoïlesco, publicado na França em 1936. Isso era tão-somente mais uma prova do engajamento dos ideólogos do Estado pró-corporativismo. Desde os primeiros anos da década de 30, com o destaque alcançado pelos tenentes no interior do Governo Vargas, o projeto autoritário-corporativista estava em alta⁵¹. Ele correspondia, no entendimento de Azevedo Amaral, a um pensamento atuante, notadamente no pós-guerra, que representava a superação do "fatalismo liberal" pelo "voluntarismo corporativista". Nisso se expressaria sua idéia fundamental, ou melhor, "a tendência a deslocar a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do plano de um determinismo inexorável para o campo representado pela vontade humana" (EA, p. 261). Traduzindo essa preocupação em outros termos, condenava-se a "impotência" do liberalismo frente à emergência da "questão social". O corporativismo seria, no plano internacional e nacional, o anteparo salvador diante das temíveis lutas de classe.

Como observou Kazumi Munakata, além de operar o deslocamento da categoria de "classe" para a de "corporação", "o corporativismo desloca o lugar da luta de classes: esta se dá não pela existência do capitalismo, mas por um erro jurídico, que é o liberalismo, que, em nome da liberdade do indivíduo, se recusa a limitar as paixões e os egoísmos"⁵². No sistema corporativista se abria espaço para a colaboração das "corporações" vinculadas aos organismos institucionais sob a autoridade do Estado. Como as classes sociais eram concebidas como diferentes e funcionalmente complementares, restava levar à

⁵¹Como frisa Angela Maria Carneiro Araújo, "entendo que foi principalmente a partir da fusão deste pensamento autoritário e corporativo com o tenentismo, enquanto a força política mais influente no arranjo do poder estabelecido no imediato pós-30, que as idéias e propostas dos intelectuais autoritários transformaram-se em 'programas de governo'." Construindo o Consentimento ..., op. cit., p. 85. Sua análise sobre a apropriação tenentista das idéias autoritário-corporativistas está nas ps. 58/82. V. também Evelina Dagnino, State and Ideology: Nationalism in Brazil, 1930-1945, Stanford, Stanford University, tese de doutorado, 1985, cap. III.

⁵²Kazumi Munakata, A Legislação Trabalhista no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 67. Sobre as implicações políticas do corporativismo, v. ps. 66/72.

prática essa concepção orgânico-corporativista, que, no fundo, nos remete à sociologia positivista.

Durkheim, um dos seus expoentes, não se conformava diante do "triste espetáculo" da "anomia" jurídica e moral oferecido pelo mundo econômico na virada do século. Identificando nos conflitos sociais "fenômenos mórbidos", um "estado de desregramento", propunha como antídoto às "desordens" incessantes e à "anarquia" uma moral profissional que se constituísse efetivamente numa disciplina. Daí, em meio à sua crítica ao liberalismo econômico e à defesa da coesão, da regularidade, da integração, sustentar a necessidade do consenso sob uma potência moral, pois "as paixões humanas não cessam senão diante de uma potência moral que respeitem"⁵³.

Se havia, portanto, uma relação antagônica entre o liberalismo e o corporativismo, entre este e o capitalismo, pelo contrário, a compatibilidade era plena, como afirmava insistentemente Azevedo Amaral⁵⁴. Afinal de contas, o antiliberalismo era a forma que assumia o anticomunismo. Contra este inimigo comunista, sim, se deveria travar, em escala internacional, uma luta sem tréguas. E o liberalismo, incapaz de oferecer resposta satisfatória face à espiral de problemas econômicos, políticos e sociais que agitavam o mundo moderno, funcionava, segundo os ideólogos autoritários, como um fator alimentador do comunismo. Francisco Campos sintetizou admiravelmente tal ponto de vista: "O corporativismo mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal" (EN, p. 62). De quebra, o

⁵³Cf. Émile Durkheim, "Da Divisão do Trabalho Social", em Os Pensadores, vol. XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 1973, prefácio da 2a. ed., citação da p. 306. As lutas de classe, no fundo, eram tachadas de fenômeno "patológico". Para a distinção entre o "normal" e o "patológico", v. Émile Durkheim, "As Regras do Método Sociológico", em op. cit., cap. terceiro.

⁵⁴No seu exame da relação entre capitalismo e organização corporativa da economia, ele concluía que "o novo regime brasileiro é no plano econômico essencialmente capitalista". V. EA, ps. 193/208 (a citação é da p. 193).

corporativismo teria jogado a pá de cal sobre o túmulo do marxismo, uma "teoria caduca"⁵⁵.

O liberalismo e o comunismo exprimiriam "idéias exóticas", em choque com a realidade nacional. Deveriam ser banidos do Brasil, ainda mais que, pela primeira vez em toda a nossa história, contávamos, segundo Francisco Campos, Azevedo Amaral, Getúlio Vargas e toda a corte de ideólogos do regime, com uma Constituição autenticamente "realista". A harmonização enfim obtida entre as "realidades do ambiente" e as instituições políticas seria reveladora de sua "brasilidade", do seu sentido "nacionalista"⁵⁶.

Na verdade, o "Estado Novo" era imaginado, em princípio, não apenas como uma solução realista, mas como a única solução realista possível e necessária. Como lembra Bolivar Lamounier, o "objetivismo tecnocrático" se insurgia contra o dedutivismo jurídico-formal. Seu pressuposto era o de que à realidade "deve corresponder um e apenas um 'modelo político' ". Isso era explicável porque "o objetivismo combina a noção positivista de uma 'realidade' externa ao observador e suscetível de apreensão cabal com a teoria das instituições da sociologia histórico-naturalista, na qual se presume a existência de uma correlação unívoca das instituições ou formas políticas com a 'realidade' "⁵⁷.

Posta nesses termos, a formatação institucional assumida pelo "Estado Novo" era, por definição, indiscutível. No entanto, por tudo o que vimos, à esmagadora maioria da população não seria dado perceber simplesmente pela via da razão que a ditadura estadonovista nos conduziria ao melhor dos mundos possíveis. Vem daí a conveniência -- ou, mais ainda, a absoluta necessidade,

⁵⁵São comuns em Azevedo Amaral as críticas à "fórmula simplista" do marxismo, ao lado da constatação da redução de seu raio de influência nos países considerados mais adiantados. V. EA, ps. 81/85, 162 e 163. Para ele, historicamente, "os desvarios do igualitarismo revolucionário" de origem francesa tinham desaguado, por caminhos tortuosos, no "comunismo nivelador e degradante" (EA, p. 81).

⁵⁶A crítica monocórdia à "imitação dos modelos exóticos" nos países de origem colonial acompanha todo o pensamento de Azevedo Amaral em EA. V. esp. ps. 11/33 e o cap. III.

⁵⁷Bolivar Lamounier, op. cit., p. 364.

conforme os ideólogos do regime -- de apelar para a utilização racional do irracional, ou seja, dos mitos.

Francisco Campos se deu conta como poucos do alcance dos mitos como fator simbólico disciplinador:

O mito é o meio pelo qual se procura disciplinar e utilizar essas forças desencadeadas, construindo para elas um mundo simbólico, adequado às suas tendências e desejos. O mito sobre que se funda o processo de integração política terá tanto mais força quando nele predominarem os valores irracionais (EN, p. 15).

E o componente simbólico central do "Estado Novo" não era outro senão Vargas, que, no caso da ideologia do trabalhismo, terá sua imagem pública veiculada como o "doador" da legislação social. No pensamento autoritário daquele período o ditador representará o papel do "príncipe". Como salienta Gramsci, na obra mais famosa de Maquiavel o príncipe adquire um caráter mítico. A preocupação básica que movia Maquiavel era a de achar o candottiero real que materializasse o condottiero ideal, apesar dele estar ciente de que, na realidade histórica, não existisse esse príncipe. Por outras palavras,

O Príncipe de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do "mito" soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva⁵⁸.

O Brasil, contudo, poderia alegrar-se. Surgira, finalmente, o homem excepcional encarnado na figura de um autêntico condutor do povo. Ele estava

⁵⁸Antonio Gramsci, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 8a. ed., 1991, p. 4. O apelo, com toda a sua carga dramática, para o aparecimento do príncipe que promoveria a unificação da Itália no século XVI, está em Maquiavel, op. cit., cap. XXVI.

fadado a cumprir, aqui, a missão atribuída ao príncipe maquiavélico em prol do engrandecimento nacional graças ao seu "conservantismo construtor".

Sorel, efetivamente, fora colocado de ponta-cabeça. O mito da greve geral, sustentado por Georges Sorel como legítimo recurso à violência, visava insuflar nova energia na "guerra" dos socialistas contra a ordem capitalista. Ligava-se intimamente a uma estratégia sindicalista revolucionária. Concebido expressamente como uma "representação", seu "papel ideológico" era o de promover a organização de imagens em torno da greve geral, falando diretamente ao sentimento dos militantes e/ou das massas. Sua função era encarada como de importância decisiva na deflagração da violência, entendida esta como um conjunto de ações de revolta do proletariado por oposição aos atos de força do Estado e da burguesia⁵⁹.

Para Sorel era indispensável "concentrar" todo o socialismo no mito da greve geral. Exatamente por advogar a supremacia do poder das imagens sobre a linguagem, sua obra é repassada, de ponta a ponta, de críticas irônicas e mordazes aos intelectuais, políticos, sociólogos, aos "socialistas oficiais" ou parlamentares. Ele não se voltava, especificamente, para a defesa de uma teoria racional e científica; por isso não se deixava seduzir pelo suposto caráter "científico" do socialismo marxista, embora se situasse como herdeiro da tradição marxista. Praticamente nulas seriam as perspectivas de derrocada da ordem burguesa, afirmava ele, "enquanto o socialismo permanecer uma doutrina inteiramente exposta em palavras."⁶⁰

⁵⁹Sorel dizia que "a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem". Georges Sorel, Reflexões sobre a Violência, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 195. Sua concepção sobre o mito ele a expõe especialmente no item I do cap. IV, bem como na introdução e no "prefácio da primeira publicação".

⁶⁰Idem, *ibidem*, p. 45.

Pouco ou nada lhe importava a questão da aferição da verdade ou não contida na violência mítica da greve geral. Ele tinha plena consciência da diminuta (ou inexistente) possibilidade de êxito da tática da greve geral:

Ainda que os revolucionários se enganem completamente, pintando um quadro fantasista da greve geral, esse quadro pode ser, ao longo da preparação para a revolução, um elemento de força de primeira ordem, se admitir, de maneira perfeita, todas as aspirações do socialismo e se der ao conjunto dos pensamentos revolucionários uma precisão e uma rigidez que outras maneiras de pensar não poderiam lhes ter fornecido.⁶¹

Importava-lhe, isto sim, o que a idéia da greve geral poderia simbolizar como "um valor motor" em direção à revolução. E a revolução propriamente dita era, como ele enfatizava, algo que espantava os socialistas sob a influência da II Internacional. De nada adiantaria projetar um futuro radioso, como produto de uma construção racional, intelectual, enquanto não se apelasse à imaginação das massas, levando-as à aceitação do mito da greve geral. Nesse contexto, o mito se oporia à utopia, identificada a uma elaboração intelectual de caráter reformista⁶².

⁶¹Idem, *ibidem*, p. 145. Guardadas as diferenças, pode-se verificar como um certo fatalismo marxista, criticado por Gramsci, atua, contraditoriamente, segundo ele mesmo, como força de resistência da classe operária num contexto de derrotas. "Não é difícil imaginar a importância que deve ter tido, para cimentar a unidade de classe, uma doutrina que afirmava que, apesar dos seus sofrimentos, humilhações e derrotas, as leis da História estavam a seu lado, havendo de prevalecer o reino da justiça." Eder Sader, Marxismo e Teoria da Revolução Proletária, São Paulo, Ática, p. 26 (v. ps. 26/28).

⁶²Nas palavras de Sorel, "os mitos revolucionários atuais são quase puros; permitem compreender a atividade, os sentimentos e as idéias das massas populares que se preparam para entrar numa luta decisiva; não são descrições de coisas, mas expressões de vontades. A utopia, ao contrário, é o produto de um trabalho intelectual; é obra de teóricos que, após terem observado e discutido os fatos, buscam estabelecer um modelo a que se possam comparar as sociedades existentes para avaliar o bem e o mal que encerram; é uma composição de instituições imaginárias, mas que mantêm com instituições reais analogias bastante grandes". Isso estaria, aliás, na base da característica reformista das utopias. Além do mais, de maneira perspicaz ele chamava a atenção para a impossibilidade de prever cientificamente o futuro. Os prognósticos frustrados de Marx

Essas considerações sumárias sobre o mito soreliano bastam por ora para que se estabeleçam as óbvias relações de aproximação e oposição entre ele e a ideologia de Estado. Um estudioso dos mitos já acentuou que "nesta irrealidade conferida ao que é puramente teórico encontramos a fonte primeira do mitologismo moderno"⁶³. Trata-se de indagar, à la Francisco Campos, do valor de ação do mito. Mais: trata-se de lançar mão dos mitos políticos obedecendo a um plano metodicamente concebido e implantado, como ressalta Cassirer. É assim que se dá a fabricação de mitos seguindo uma técnica racional.

Não foi a partir da já mencionada indiferença ética entre meios e fins que o mito revolucionário da greve geral foi expropriado de seu sentido original e reapropriado tecnicamente pelo fascismo mussolinista, dirigido para objetivos bem distintos?⁶⁴ Pois, no caso brasileiro, o que era um arma do socialismo revolucionário se travestiu no seu avesso. Virado da cabeça aos pés, o mito foi despojado, nos termos de Sorel, de seu caráter de ação "violenta" para se transfigurar em instrumento da "força" dentro de uma perspectiva de modernização conservadora. O barulho que acabamos de ouvir foi provavelmente o de Sorel se remexendo na tumba.

eram lembrados como mais um reforço dessa argumentação. Georges Sorel, op. cit., p. 49 (v. também ps. 143, 201, 360 e 367).

⁶³Paul-Louis Landsberg, O Sentido da Ação, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 42. Ao explicitar as raízes filosóficas do mito em Sorel, este autor salienta que "em França só um pensador influenciado simultaneamente pelo pragmatismo americano, por Nietzsche, por Marx e pelo vitalismo de Bergson, criou uma teoria nova do mito: Georges Sorel. (...) O que há de novidade é que para ele o mito não é, como para Nietzsche, a invenção de uma só pessoa, que é ou foi um gênio artístico, mas a emanação da alma das mesmas numa determinada situação social. Renovando de certo modo a teoria romântica do mito, ao transcendê-lo, ele se torna o primeiro sociólogo do mito" (p. 44). V. os dois capítulos destinados à discussão sobre o mito. Ainda sobre a técnica dos mitos políticos modernos, v. Ernst Cassirer, op. cit., cap. XVIII.

⁶⁴Sobre a reapropriação fascista do mito soreliano, v. Paul-Louis Landsberg, op. cit., ps. 45/46. Num sentido diverso, algo semelhante acontecerá com a reelaboração da concepção romântica de Carlyle à medida que foi apropriada pelo realismo político moderno, notadamente pelo fascismo. V. Ernst Cassirer, op. cit., ps. 235/237. Isso para não falar, como mostra este autor, da associação, como arma política do nazi-fascismo, do culto ao herói de Carlyle com o culto da raça de Gobineau. V. p. 243.

CAPÍTULO II

INTERMEZZO: ENSAIO DE ORQUESTRA

-- Pode falar Ari: eu gravar sua samba com regional ou não grava sua samba.

Desse jeito, tropeçando nas palavras e com um carregado sotaque, Mister Evans, entre uma baforada e outra com o seu cachimbo, estabelecia, terminantemente, as condições para a gravação de Aquarela do Brasil. À sua frente, Araci de Almeida, ansiosa para ter a primazia do primeiro registro dessa composição de Ari Barroso, tentava contornar as resistências do diretor da Victor:

-- É uma beleza, gringo duma figa. Acontece, Mister Evans, que o Ari não admite que o samba seja gravado por conjunto regional.

Não houve meio de dissuadi-lo de sua decisão. O remédio era tornar a conversar com Ari Barroso. A tentativa foi em vão:

-- Mister Evans, sem orquestra, ele nega o seu consentimento.

-- Grava, então, outra samba, dona.

Passaram-se alguns meses e, em 18 de agosto de 1939, Francisco Alves entrava no estúdio para gravar, com orquestra sob a regência de Radamés Gnattali, Aquarela do Brasil. Lançada em outubro, em 78 rpm, pela Odeon, ela virou estrondoso sucesso sob o rótulo de "cena brasileira". Por ironia da história, essa criação, renegada ao nascer, se converteria em símbolo nacional, com direito à exportação para os mais diferentes países do mundo, recebendo, até hoje, inúmeras gravações tanto de brasileiros como de estrangeiros.

Embora Aquarela do Brasil não contivesse referência alguma ao regime estadonovista, ela exalava o espírito oficial da época ao cantar nos seus versos "esse Brasil lindo e trigueiro/ És meu Brasil brasileiro". Movia Ari Barroso um irresistível impulso nacionalista e, como ele próprio explicaria posteriormente, para falar das grandezas do Brasil não havia como admitir um acompanhamento à base de um reels regional:

De dentro de minh'alma, extravasara um samba que eu há muito desejava, um samba que, em sonoridades brilhantes e fortes, desenhasse a grandeza, a exuberância da terra promissora, da gente boa, laboriosa e pacífica, povo que ama a terra em que nasceu. Esse samba divinizava, numa apoteose sonora, esse Brasil glorioso.¹

O engrandecimento da nação brasileira transformava-se, paulatinamente, num traço marcante das elaborações ideológicas oficiais dos anos 30 e princípio dos 40. Nesse cenário é que se pode surpreender, em estado nascente, a ideologia do trabalhismo, que, ao render culto ao Estado originário da "revolução de 1930", nos descortina o surgimento de um "Brasil novo". Assistia-se, então, a um como que ensaio de orquestra, que preparava o caminho para a sinfonia trabalhista de 1942/1943, momento privilegiado de consolidação da ideologia do trabalhismo. Cada vez mais, porém, a exaltação do Estado, com o passar do tempo, implicaria, antes mesmo de 1942, na orquestração da glorificação de Vargas. Para tanto o aparato de hegemonia montado pelo "Estado Novo", especialmente por conta do DIP -- Departamento de Imprensa e Propaganda -- teve papel-chave.

A gestação e o surgimento da ideologia do trabalhismo se fundem e se confundem com o culto ao "Estado Autoritário" e ao seu "criador". Compreender esse processo é o que me proponho neste capítulo, uma espécie de

¹Este relato inicial está calcado na pesquisa de Sergio Cabral, No Tempo de Ari Barroso, Rio de Janeiro, Lumiar, s/d, ps. 178/182 e 185/186 (citações das ps. 181 e 179).

entreato, passagem obrigatória que nos levará, nos capítulos seguintes, aos anos de 1942 e 43.

1. A ideologia do trabalhismo em estado nascente

Se considero a ideologia do trabalhismo uma região ideológica da ideologia de Estado, isso, obviamente, não significa dizer que ela já tenha vindo à luz pronta e acabada. Quando a tomamos in statu nascendi -- e não simplesmente a partir de uma análise post factum -- percebemos que em seu fazer-se² ela obedece a todo um dinamismo que está em conexão direta com os acontecimentos de seu tempo e de seu lugar. Ela é, nessa ótica, relativamente cambiante, mesmo que se possa identificar nela uns tantos elementos permanentes ao longo do tempo.

O importante a registrar, na sua fase de nascimento e consolidação, é que ela desponta num campo em que se travam as lutas de representações. A propósito, vale a pena lembrar Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformulador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe,

²A inspiração dessa reflexão é, claramente, de origem thompsoniana. V. E.P. Thompson, A Formação da Classe Operária Inglesa (3 vols.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

*ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.*³

Além disso, essas representações, envolvendo, no caso deste trabalho, as manifestações ideológicas, não se exprimem unicamente, como veremos, no plano discursivo. Elas assumem uma feição material particularmente significativa no "Estado Novo".

Ao nos indagarmos sobre as origens do trabalhismo, os anos 30 adquirem grande relevância porque nesse período é que se vai assistir ao nascimento da ideologia do trabalhismo. Todavia, é possível identificar no pré-30 um "embrião" de trabalhismo ou, como queira, um "pré-trabalhismo". Boris Fausto e Alfredo Bosi, entre outros, já direcionaram seus estudos para tal temática.

Boris Fausto, em pesquisa que cobriu o período de 1890 a 1920, agrupa o movimento operário em três correntes mais expressivas, indo do anarquismo ao "trabalhismo", passando pelo socialismo reformista. E, embora faça a ressalva de que a vertente "trabalhista" é minoritária, ele se ocupa especialmente do "trabalhismo" carioca, que se nutriu basicamente do setor de serviços. E o autor justifica:

*Optei deliberadamente pelo uso da designação 'trabalhista' para indicar a existência do embrião de uma corrente que vários anos mais tarde, em outras condições, teria forte influência no movimento operário brasileiro. (...) Expressando em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária.*⁴

³Roger Chartier, A História Cultural, op. cit., p. 17.

⁴Boris Fausto, Trabalho Urbano e Conflito Social, op. cit., p. 41. Sobre o assunto, v. ps. 41/62, bem como Cláudio H. de Moraes Batalha, Le Syndicalisme "Amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930), Paris, Université de Paris I, tese de doutoramento, 1986.

Como explica Boris Fausto, essa corrente, tachada à época de sindicalismo amarelo, não prosperou a ponto de tornar-se hegemônica, nas condições gerais adversas da Primeira República para o sucesso de uma política colaboracionista entre Estado e classes trabalhadoras. Nem por isso deixaram de ser tomadas algumas iniciativas que sugerem a lembrança de práticas peleguistas. Exemplo disso foi o Congresso Operário de 1912, realizado no Palácio Monroe sob o beneplácito do Governo Hermes da Fonseca⁵. Por outro lado, em meio às disputas sucessórias, notadamente num momento de maior estridência das lutas operárias, como nos anos 1917-1920, a "questão social" freqüentou os discursos e as propostas programáticas de candidatos à presidência da República⁶.

O pioneirismo da política social é creditado por Alfredo Bosi ao "republicanismo gaúcho, o castilhismo-borgismo", mais especificamente a Borges de Medeiros, presidente por nada menos do que 5 vezes da província do Rio Grande do Sul. Segundo esse autor, o acolhimento de reivindicações parciais e a mediação e arbitragem estatal compunham dois aspectos complementares da orientação do governo gaúcho. Em última análise, tratava-se de uma proposta positivista de incorporação dos trabalhadores à sociedade moderna de teor fundamentalmente conservador, ou, no dizer de Bosi, de "idéias pré-trabalhistas dos nossos comtianos".⁷

Mas é, efetivamente, nos anos 30 que se pode falar na gestação e emergência da ideologia do trabalhismo no Brasil. Mal tomara posse na presidência da República, a 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas cria, no dia 26 desse mês, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), órgão de

⁵V. Boris Fausto, Trabalho Urbano ..., op. cit., ps. 55/58.

⁶Idem, ibidem, ps. 217/220. Isso se verificaria igualmente no início da década de 20, quando a candidatura Artur Bernardes manobra em busca de apoio do operariado e faz acenos no sentido da implantação de leis sociais. Ver o relato do trabalhador gráfico Everardo Dias, História das Lutas Sociais no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 2a. ed., 1977, ps. 119/125.

⁷Sobre o positivismo no Rio Grande do Sul e a "arqueologia do Estado-Providência", ver as reflexões de Alfredo Bosi em Dialética da Colonização, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, esp. ps. 294/300.

importância crucial para a tentativa de dar corpo ao projeto corporativista de organização das classes sociais sob a tutela estatal. A contenção da luta de classes em favor da cooperação orgânica entre as classes e entre estas e o Estado seria uma divisa ideológica da ação do Governo Vargas, em nome da paz social e da prosperidade da nação.

O horizonte político da sociedade brasileira não era nada tranquilizador, na opinião dos golpistas que haviam deposto o Governo Washington Luiz. Na visão deles, como já vimos ao citar o discurso de posse do primeiro ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, as perspectivas seriam sombrias caso o Governo provisório não chamasse a si a resolução da "questão social". Vários pronunciamentos da época reiteraram as preocupações com as tendências "anarquizantes", pintando um quadro de calamidade à vista. Por isso, já na gestão Collor -- em que se delineiam as linhas gerais da política social do Governo Vargas, incluindo-se aí o esboço da legislação trabalhista e a definição da legislação sindical -- confiava-se aos sindicatos, em princípio, um papel da maior significação. "Os sindicatos ou associações de classe -- observava o ministro na exposição de motivos da lei sindical de 1931 -- serão os pára-choques dessas tendências antagônicas." Para ele o operário era visto como "associado do capital e da administração"⁸.

O ministro do Trabalho simplesmente reforçava uma concepção que impregnava todos os seus pronunciamentos. Na mesma linha dos discursos do ditador, ao dirigir-se a industriais e comerciantes reunidos em torno do Rotary Club do Rio de Janeiro, Lindolfo Collor afirmara a 26 de dezembro de 1930, de maneira emblemática, que "é tempo de substituímos ao velho e negativo conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classes"⁹. Disso decorria a sua defesa da "proteção" do trabalhador nacional consubstanciada na "lei dos dois terços". Na verdade, ao

⁸Citado por José Albertino Rodrigues, op. cit., ps. 18 e 19.

⁹Lindolfo Collor, "O Estado de S. Paulo", 27/12/1930, citado em Edgard Carone, A República Nova, op. cit., p. 133.

condenar o fato do estrangeiro tomar o lugar do operário nacional, ele tinha em mira, em grande parte, o "perigo" representado pela difusão de "propagandas subversivas".¹⁰

Nesse contexto Vargas expressava a todo momento plena consciência do alcance político, para não falar econômico, do sentido da ação simultaneamente conservadora e inovadora do Ministério do Trabalho. Nas suas falas fica explícito que o melhor modo de assegurar os direitos operários consistia em "transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e Família"¹¹.

O segundo ministro do Trabalho, Salgado Filho (de 6/4/32 a 23/7/34), prosseguiu na cruzada anti-luta de classes. Ele enfatizava que não havia por que cultivar antagonismos entre o capital e o trabalho. Saía em defesa, isso sim, do conagraçamento patriótico entre essas duas "grandes forças produtoras". Eventuais "reclamações" deveriam se fazer ouvir "por meio de uma exposição polida, uma reclamação moderada", pois não poderíamos nos iludir com choques de interesses que "se apresentem como antagônicos, mas, que, de fato, o são, apenas, na aparência"¹². E por aí iam as manifestações oficiais no pós-30. Do alto de sua autoridade presidencial, Vargas, já em 1938, sintetiza a posição governamental sobre o assunto: "o Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de uma sobre as outras", ou melhor, "o Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social".¹³

¹⁰V. Boris Fausto, "A Revolução de 1930", em Carlos Guilherme Mota (org.), op. cit., p. 253.

¹¹Discurso de 29/10/32, inserido em Getúlio Dorneles Vargas, op. cit., vol. II, ps. 87/96.

¹²Salgado Filho, "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 30/8/1933, transcrito em Edgard Carone, A Segunda República, op. cit., citações, respectivamente, das ps. 226, 228 e 227.

¹³Getúlio Dorneles Vargas, op. cit., vol. V, ps. 205 e 311.

Mais uma vez nos deparávamos com a luta de classes como se ela constituísse, para usar termos durkheiminianos, uma "patologia social" passível de ser debelada graças à intervenção da razão técnica estatal. No fundo, a ideologia do trabalhismo em formação, tributária da ideologia de Estado, operava com a expectativa da completa erradicação/exterminação das contradições antagônicas de classe, que não são concebidas como inerentes à sociedade de classes.

Esse discurso, transformado em lugar-comum nos pronunciamentos dos governantes, tinha um alvo que não era exclusivamente a massa trabalhadora. Ao longo de todo o primeiro Governo Vargas, em particular nos primeiros anos da década de 30, ele verbalizava também um esforço de convencimento da burguesia industrial e comercial quanto aos benefícios que colheria com a nova política social do Estado¹⁴. Assim, as palavras do quarto ministro do Trabalho do Governo Vargas, Waldemar Falcão (de 25/11/37 a 13/6/41), certamente soavam como música relaxante aos ouvidos dos integrantes das classes dominantes. Eles, de fato, poderiam relaxar e gozar uma época de venturas, pois o Brasil não era deste mundo. Instalara-se entre nós um "novo" sindicato.

Conseguimos firmar a nossa estrutura corporativa em bases nitidamente profissionais, ao mesmo tempo em que mantínhamos essa outra característica já imanente aos nossos sindicatos: a de dissociar a organização sindical da idéia de agitação e luta, tirando-lhe aquela fisionomia ericada de ameaças com que, em outros países, se compreendia o sindicato, sempre ligados aos objetivos revolucionários como instrumento do choque de classes e como elemento propulsor de reformas audaciosas.¹⁵

¹⁴Ver especialmente o início da fala de Salgado Filho, transcrita em Edgard Carone, A Segunda República, op. cit., ps. 225 e 226. Aí, mais ou menos explicitamente, ele rebate críticas da burguesia urbana às leis sociais.

¹⁵Waldemar Falcão, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (daqui por diante mencionado abreviadamente como BMTIC), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, nº 85, set/1941, citado por Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., p. 120. Irei me valer diversas vezes desta obra para referir-me a pronunciamentos oficiais publicados no

Nessa rápida retomada das falas constitutivas da ideologia do trabalhismo, pode-se constatar que, desde o começo dos anos 30, se insiste na conciliação de classes, intimamente associada à legislação social como produto da intervenção estatal no mercado de trabalho, ou por outra, à crítica aos princípios e à prática liberais. No entanto, ao apanharmos a dinâmica processual do discurso trabalhista, atentos ao momento mesmo de sua produção, percebemos que nem todos os seus componentes básicos estão dados já no imediato pós-30. Tal é o caso do mito da doação, referência nuclear da ideologia do trabalhismo.

Lindolfo Collor, por exemplo, está preocupado em varrer do movimento operário as idéias subversivas, fomentadas, segundo ele, por agitadores a serviço do comunismo internacional. Num período marcado ainda por turbulências na área social, sua exasperação anticomunista em meio a uma greve é bastante sintomática. Com o dedo em riste, dirige-se aos trabalhadores de forma ameaçadora: "ou aceitam a ação do Ministério do Trabalho, que traz uma mentalidade nova, de cooperação (...) ou se consideram dentro de uma questão de polícia, no sentido do antigo governo". Para ele não existia meio-termo: "ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem."¹⁶

O que estou querendo frisar, numa palavra, é que, na medida em que as lutas operárias e as greves perduravam, apesar de tudo, no pós-30, as condições políticas para a propagação do mito da doação não eram, para dizer o mínimo, muito favoráveis. Mesmo assim, ele viria à tona, de corpo inteiro, talvez pela primeira vez, pela boca do ministro Salgado Filho. Nos primeiros tempos de sua gestão, num momento de ascensão da onda grevista, foram instituídas, como se sabe, as mais importantes leis sociais, sem contar o impulso que se imprimiu à

BMTIC no pré-42 até porque o autor faz um rastreamento dos discursos sobre a "questão social" com ênfase posta, no período do "Estado Novo", à fase anterior a 1942 (v. esp. ps. 107/130 e 195/205), enquanto minha pesquisa sobre o BMTIC se inicia em janeiro de 1942, com a posse de Marcondes Filho no MTIC.

¹⁶Lindolfo Collor, "Jornal do Comércio", 18/4/1931, citado em Edgard Carone, A Segunda República, op. cit., p. 134.

sindicalização nos padrões oficiais. A despeito disso e/ou por causa disso, ele pronuncia um discurso modelar numa comemoração sindical em Campos:

"O Governo Provisório, Governo de fato, Governo Ditatorial, é, senhores, o Governo mais legalista que tem tido o Brasil. A prova está em que tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que constitui o traço predominante que nos coloca, em matéria de legislação social, acima de todos os países. O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país como estão sendo aqui verificadas. No Brasil não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do Governo aos eficientes colaboradores, que são os homens do trabalho, quer braçal quer intelectual."¹⁷

Ainda em 1934 e 1935 se presenciaria uma intensificação da mobilização grevista no país. Vários fatores jogavam a favor dessa movimentação: as degradantes condições de trabalho, o descumprimento das leis trabalhistas, a conivência/incapacidade do governo em impor o respeito aos direitos adquiridos, mais o clima de relativa liberdade e a recuperação da atividade industrial¹⁸. Nessas circunstâncias, o mito da doação não emerge com a força que assumiria anos mais tarde, depois de aplainado o terreno, com a decapitação das lideranças operárias mais combativas e a continuada integração dos sindicatos às estruturas do Estado. Seja como for, ao contrário do que sugere Werneck Vianna, ele precede à instauração do "Estado Novo".¹⁹

Da "doação" à personificação da história, com a conversão da figura do "doador" em herói popular, era só um passo. Basta exemplificar com uma dentre as muitas publicações do DIP -- Departamento de Imprensa e

¹⁷Salgado Filho, "Jornal do Comércio", 30/8/1933, transcrito em Edgard Carone, A Segunda República, op. cit., citação da p. 226 (grifos meus).

¹⁸Cf. Angela Maria Carneiro Araújo, Construindo o Consentimento ..., op. cit., p. 268.

¹⁹Luiz Werneck Vianna vincula a ideologia da outorga à "mitologia estadonovista", salientando que "foi Oliveira Vianna quem propôs e consagrou a tese" (op. cit., p. 31).

Propaganda da ditadura -- cujo título dispensa maiores comentários: O Nume Tutelar das Massas Trabalhadoras no Brasil (Benefícios e direitos assegurados pelo presidente Getúlio Vargas ao proletariado nacional)²⁰. Nume, registram os dicionários, remete a gênio e -- absolutamente revelador -- a deidade, a influxo divino e divindade mitológica.

Mas há um porém, para não falar de muitos poréns. Lado a lado com o mito da outorga convive uma certa contradição interna que desafia a lógica dos ideólogos do trabalhismo. Nos seus próprios discursos -- indo de Salgado Filho a Getúlio Vargas e chegando inclusive, como veremos, a Marcondes Filho -- uma contradição insanável denuncia, por vias diretas ou indiretas, que nem aí se conseguiu escamotear completamente a realidade das lutas de classe, em especial a ação das classes trabalhadoras como fator de pressão para a obtenção de direitos sociais.

É interessante acompanhar, quanto a isso, as oscilações presentes nas manifestações de Salgado Filho. Na mesma fala em que sustentava o mito da doação, obra de "um acentuado sentimento de humanidade" do Governo, ele, ato contínuo, trai a si próprio ao voltar ao passado:

Senhores, o que se via antes era o espetáculo de serem relegados, às vezes, direitos os mais legítimos, ao passo que se concediam outros menos justos. E a razão de semelhante anomalia é que os mais capazes de fazerem o que se chama de reivindicação eram os mais violentos. Indivíduos falhos de direito, não encontravam outro meio de pugnam pela sua causa senão com o socorro aos meios violentos. Foi para evitar a continuação desses abusos e de constantes ameaças ao emprego da força como

²⁰Dessa peça propagandística constam, ao final, palavras do ministro do Trabalho Waldemar Falcão, para quem Getúlio Vargas era "o proletário número um do Brasil". Rio de Janeiro, DIP, 1942, p. 351, citado em José Albertino Rodrigues, op. cit., p. 115.

*arma de reivindicações, que o Governo provisório (...) instituiu essa legislação que aí está.*²¹

Essas flutuações da sua argumentação -- ora se referia, para condená-las, a reivindicações preexistentes, ora elas evaporavam nos seus pronunciamentos -- são uma constante, embora, evidentemente, o propósito maior fosse desconsiderá-las. Em artigo escrito em 1934, por exemplo, ele sublinhava que "o governo não criou a questão social", restringindo-se apenas a prescrever "leis para extinguir a violência da solução dos conflitos que até então já se davam". Lembrava igualmente que a "agressividade das greves" punha em risco o capital investido pelo empregador e comprometia a ordem pública²². Algum tempo depois, já fora do Ministério do Trabalho, num período de recrudescimento da repressão ao movimento sindical, ele já fala da existência da questão social em estado "latente" no país, numa conferência pronunciada no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. E mais: emaranhando-se em nova contradição, frisa que a ação governamental "foi sobretudo de previsão, evitando um conflito que fatalmente aqui se verificaria como se manifestou em vários países do mundo"²³.

O tom mistificador do seu discurso se elevaria ainda mais:

Enquanto países já afeitos a uma legislação do trabalho se revolucionam atualmente com a implantação da lei de férias remuneradas, dos contratos coletivos, nós incorporamos esses institutos ao nosso direito escrito sem uma luta, sem um choque de classes. (...) Não tivemos necessidade de ver correr uma só gota de sangue, não

²¹Salgado Filho, "Jornal do Comércio", transcrito em Edgard Carone, A Segunda República, op. cit., citação da p. 227 (grifos meus).

²²Salgado Filho, "A Legislação do Trabalho", BMTIC, nº 4, dez/1934, citado por Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., p. 79.

²³Idem, BMTIC, nº 23, jul/1936, citado por Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., ps. 79 e 80 (grifos meus).

enclausuramos ninguém, nem fomos obrigados a usar da força para impor qualquer lei.²⁴

O cabal desmentido dessa história incruenta -- supostamente uma "tradição" enraizada na "índole pacífica" do povo brasileiro ou do nosso "homem cordial" -- já foi feito²⁵. O que eu desejo realçar são os vaivéns dessa operação de argumentação no discurso oficial. Ele ziquezaqueia com frequência, notadamente no período de constituição da ideologia do trabalhismo; num momento posterior, na etapa de sua consolidação (1942/43), a ser examinada adiante, tais contradições persistem, se bem que em muito menor proporção. Afinal, até em Getúlio Vargas é possível capturar esses "desvios" argumentativos. Em pronunciamento à nação no qual anunciou a instauração do "Estado Novo", ele não se referira à "obra de justiça social" do Estado no pós-30 como resposta às "justas reivindicações das classes trabalhadoras"?²⁶ Não era ele também quem, em pleno 1º de maio de 1939, enaltecia o Estado, tecendo um quadro animador, "em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia"?²⁷

De qualquer forma, a ênfase na outorga prevalece, quer para concebê-la como um expediente preventivo de caráter racional, porque vinculado

²⁴Idem, ibidem, p. 90 (grifos meus).

²⁵Ver, por exemplo, o relato sobre a Colônia Clevelândia, situada nos confins do Brasil (no Oiapoque), transformada em ossuário silencioso a testemunhar as lutas operárias na Primeira República. Para lá foram mandados, às centenas, militantes operários ao encontro da morte. Cf. Everardo Dias, op. cit., ps. 145 e 146. Sobre a face policial do Estado antes e durante o "Estado Novo" e todo o seu cortejo macabro de perseguições políticas, prisões arbitrárias e a prática sistemática da tortura, v. Elizabeth Cancelli, O Mundo da Violência (A polícia da era Vargas), Brasília, Edunb, 1993. Sobre a resistência e a participação das lideranças sindicais (de esquerda, inclusive) no processo de implantação do sindicalismo corporativo, v. Angela Maria Carneiro Araújo, Construindo o Consentimento ..., op. cit., cap. V.

²⁶Getúlio Vargas, em 10/11/1937, citado em Edgard Carone, A Terceira República (1937-1945), São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 9 (grifos meus).

²⁷Getúlio Vargas, em 1/5/1939, citado por Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., p. 197 (grifo meu).

à necessidade de "prevenir" conflitos sociais perturbadores do processo de desenvolvimento econômico; quer para justificá-la como medida ditada pelos "sentimentos" de humanidade dos governantes, particularmente de Vargas²⁸. Entretanto, as contradições apontadas formam um jogo de ocultação/revelação que ganha um inequívoco significado político, sintetizado de maneira notável por Marilena Chaui:

Com ou sem partido, com ou sem as "más influências" anarquistas e anarco-sindicalistas, com ou sem ANL, com ou sem "maturidade" política, a classe operária constitui, senão um perigo imediato, pelo menos uma ameaça suficientemente forte para obrigar a "questão social" a receber um tratamento político simultâneo ao tratamento policial.²⁹

Daí a combinação do emprego da repressão e de "concessões" sociais tendentes à incorporação das classes trabalhadoras urbanas às estruturas do poder estatal. Mais do que isso, o Estado no pós-30 vai buscar promover, como evidenciava Francisco Campos, a necessária integração simbólica das massas. Para tanto entrou em ação a ideologia do trabalhismo, que se constitui como expressão da palavra estatal nos anos 30.

Nesse sentido, salvo engano, a posição aqui defendida se distingue da que é assumida por Angela de Castro Gomes, para quem "este momento de repressão (de 1935 a 1942) não foi simultâneo ao da construção e implementação do projeto trabalhista", que ela verá emergir nos anos 40, mais especificamente a partir de 1942. De acordo com essa autora, além da indispensável lógica material

²⁸São exemplares, quanto ao segundo sentido, as palavras do terceiro ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, cuja marca foi um arraigado autoritarismo conjugado ao seu raivoso anticomunismo: "O humilde para mim é tudo. Os outros podem e sabem defender-se. O humilde precisa da tutela do Estado. (...) A questão social se soluciona mais com o coração do que com o cérebro." "Jornal do Comércio", 4/1/36, citado em Edgard Carone, *A Segunda República*, op. cit., p. 137.

²⁹Marilena Chaui, op. cit., p. 89. O que permanece nas entrelinhas dessa citação aflora com toda clareza na crítica da autora à evaporação da classe operária como sujeito histórico em parcela ponderável da produção intelectual sobre o período (v. ps. 89/95).

baseada na concepção de que "só quem tem ofício tem benefício", o projeto trabalhista se define fundamentalmente em função da "lógica simbólica do discurso, que (...) apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade"³⁰.

Incontestavelmente, tal "projeto" assumiu uma configuração mais bem determinada de 1942 em diante³¹. Mesmo assim, a meu ver, tem, necessariamente, que ser encarado, nas suas idas e vindas, marchas e contra-marchas, como algo que vem se fazendo, se construindo, desde o início da década dos 30 em meio ao confronto das forças sociais presentes na cena política. E, em particular, parece-me da maior relevância destacar que as linhas básicas da sua estrutura ideológica, stricto sensu, são perceptíveis nas falas das autoridades governamentais, antes até da implantação do "Estado Novo". Além disso, há um outro aspecto que é preciso pesar devidamente: o endeusamento de Vargas e a difusão aos quatro cantos do mito da doação, apesar do reforço que receberão entre 1942/43, são igualmente anteriores a 1942 e adquirem grande ressonância política principalmente com a criação do DIP, uma espécie de ministério das comunicações da ditadura.

³⁰Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., respectivamente ps. 30, 194 e 195. Para uma exposição resumida sobre o momento da construção do "projeto trabalhista", conforme essa historiadora, v. ps. 30/31 e 192, 194/195.

³¹O que não significa dizer -- como está bem documentado nas pesquisas de Angela de Castro Gomes -- que o "projeto trabalhista" se conservasse impermeável às influências do momento, nem que se mantivesse uno no período 1942/45. Idem, *ibidem*, v. caps. VI, VII e VIII.

2. O roubo da cena: a glorificação de Vargas

Atribui-se a Napoleão a afirmação de que tudo se pode fazer com as baionetas, menos sentar-se sobre elas. Com isso se quer chamar a atenção para o fato de que o recurso puro e simples à violência física esbarra em limites intransponíveis. Ele comumente se mostra insuficiente para assegurar a continuidade de uma dada ordem social. Vem daí a importância da utilização de outros instrumentos para garantir -- obviamente jamais se trata de garantia absoluta -- a integração política no plano simbólico/ideológico-cultural.

A propósito, são muito conhecidos os termos da proposição gramsciana, segundo os quais o Estado -- tomado por Gramsci numa conceituação ampliada -- corresponde à "hegemonia revestida de coerção"³². No caso ele está se referindo ao "Estado ético e de cultura" (por oposição ao que teoricamente se denomina Estado liberal, Estado veiller de nuit, 'Stato-carabiniere' ou Estado-policial), que coloca os aparelhos de hegemonia política e cultural a serviço da criação e manutenção de um certo tipo de civilização compatível com os interesses das classes dominantes e com as necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. Assim encarado, "o Estado deve ser concebido com 'educador'", diz ele, e assume um papel marcado pela positividade de sua função, que está longe de esgotar-se na "negatividade" da ação repressiva.³³

Gramsci, nessa linha de raciocínio, entende que "cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral"³⁴. Pois bem, em outras palavras era exatamente isso o que sustentavam os ideólogos do "Estado Novo"

³²Antonio Gramsci, Maquiavel, a Política ..., op. cit., p. 149 (v., sobre o assunto, ps. 141/151).

³³Idem, *ibidem*, p. 96 (v. também p. 97).

³⁴Idem, *ibidem*, p. 145.

na sua ânsia de obtenção de legitimação do regime. Azevedo Amaral, por exemplo, enfatizava a competência do Estado para cumprir sua "função educativa no sentido mais amplo de tal expressão", que supunha a orientação da "formação mental e moral" dos cidadãos e, no limite, implicava na "plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime" (EA, ps. 271 e 272).

Cioso de seus deveres enquanto educador, o "Estado Novo" procederá a uma verdadeira operação de dessignificação e re-significação³⁵ relativamente a umas tantas tradições e concepções incorporadas à história do movimento operário no Brasil. A partir dos anos 30, aliás, já se esboça um movimento de apropriação de símbolos e formas de luta das classes trabalhadoras, que ganhará corpo durante a ditadura estadonovista. Como afirmou M. Antonieta M. Antonacci,

Na realização histórica da corporativização da sociedade e do Estado, foram instrumentalizadas reivindicações sociais em um processo contra-revolucionário, que se apropriou de recursos, argumentos, símbolos de luta e forma de resistência para, desativados de seu sentido e conteúdo, restaurar e legitimar a dominação em novos patamares.³⁶

É interessante ilustrar como, com o passar do tempo, ocorre a metamorfose do significado do 1º de maio. Ela, evidentemente, não surgiu de um estalo logo após o golpe de 1930. A 1º de maio de 1931 o Cristo Redentor, "braços abertos sobre a Guanabara", acolhia Getúlio Vargas e sua mulher, Darcy Vargas, que matavam a tarde deslizando, de automóvel, pelas ruas de Copacabana, Tijuca, Corcovado e Santa Teresa. Exatos dois anos depois, Vargas

³⁵Noutro contexto eu analiso o funcionamento dos processos de dessignificação/re-significação na música popular em face de circunstâncias históricas diferenciadas. V. Adalberto Paranhos, "Saber e Prazer: A Música como Recurso Didático-Pedagógico", em Aléxia Pádua Franco (coord.), Álbum Musical para o Ensino de História e Geografia no 1º Grau, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1995, esp. ps. X/XIII.

³⁶M. Antonieta M. Antonacci, op. cit., ps. 25 e 26.

se entregava placidamente à leitura de jornais, revistas e livros. No primeiro de maio de 1934 o presidente via-se às voltas com boatos sobre um golpe militar e se queixava das "intrigas políticas". Pela primeira vez esse dia, que transcorria para ele como um feriado qualquer, fora entrecortado pela inauguração de um bairro operário em Benfica e outro de funcionários públicos em Marechal Hermes, tendo sido, então, "festivamente recebido". Nos anos seguintes (1935 e 1936) Vargas outra vez se ocupava exclusivamente com assuntos governamentais, sem se envolver em nenhum tipo de comemoração. Em 1937, a 6 meses do novo golpe que implantaria o "Estado Novo", lá estava ele na fazenda de amigos, dividindo o tempo entre andar a cavalo, repousar e comer, como bom gaúcho que era, o seu indefectível churrasco.³⁷

Esses fatos são por si sós esclarecedores. Eles indicam, sintomaticamente, que enquanto o Governo Vargas, no front operário, empregava as suas energias no combate ao sindicalismo autônomo e independente, as medidas de "proteção" ao trabalho não se faziam acompanhar de nenhum ensaio de mobilização. A resistência que estalava aqui e ali, as dificuldades encontradas pelos grupos dominantes para a definição de um projeto político mais bem acabado, tudo isso se revelava nessa ausência de Vargas das comemorações do 1º de maio. Na medida em que se vão aparando essas arestas, já com o "Estado Novo" em curso, a situação muda de figura.

A 1º de maio de 1938, Vargas já desponta no Palácio da Guanabara, ao lado do ministro do Trabalho, cercado de presidentes de sindicatos e representantes de associações de trabalhadores. Nesse dia, inaugurando uma prática que se tornaria costumeira na ditadura estadonovista, ele faz o anúncio da (futura) regulamentação da lei do salário mínimo e de decreto-lei isentando do imposto de transmissão a compra de terreno para edificação de casas para operários. As festividades se sucedem num crescendo: em 1939, defronte ao

³⁷Este relato se baseia em Getúlio Vargas, *Diário*, vols. I (1930-1936) e II (1937-1942), Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995, ps. 60, 208, 292, 293, 387 e 504 (vol. I) e 40 (vol. II).

Ministério do Trabalho, tem lugar uma "grande parada trabalhista", ocasião em que o ditador brinda os trabalhadores com discurso e algo mais, a assinatura de decretos instituindo a Justiça do Trabalho, escolas profissionais e restaurantes populares. O clima de festa se instaura definitivamente em 1940. O cenário não era outro senão o maior estádio de futebol do Rio de Janeiro, o de São Januário, pertencente ao Vasco da Gama. Tendo a tiracolo o ministro do Trabalho Waldemar Falcão, Vargas se converteria no centro da ovação popular e marcaria um gol de placa. Para esse dia reservara um comunicado especial: a implantação do salário mínimo.

Nos anos seguintes São Januário trocaria, no 1º de maio, as emoções futebolísticas pelas comoções trabalhistas orquestradas pelo "Estado Novo" (em 1944 a festa se transferiria para o Pacaembu, o maior palco do futebol paulista, obra construída em 1940). Em 1941 o ditador anunciaria a instalação da Justiça do Trabalho e deflagraria a campanha da Marcha para Oeste. Em 1942, com a guerra mundial estendendo seus efeitos até o Brasil, seu discurso se endereçava aos "soldados da produção" em meio à proclamação da "batalha da produção"³⁸. Em 1943 Vargas tornaria a apelar aos trabalhadores, redefinidos como combatentes da trincheira interna, e -- sinal dos tempos -- comunicaria a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de fazer enfático apelo à sindicalização dos trabalhadores do Brasil.

Verificaram-se, desse modo, novos rounds das "lutas de representações". Um dos litigantes, o Estado, levava a melhor e, com ele, os interesses representativos do capital. O 1º de maio passava por um processo de descaracterização enquanto dia de luta³⁹. Triunfavam, para falar a linguagem de Francisco Campos, o "apelo às forças irracionais ou às formas elementares de

³⁸Idem, *ibidem*, vol. II, ps. 127, 220, 310 e 447.

³⁹Sobre o 1º de maio em tempos idos no Brasil, v., por exemplo, Everardo Dias, *op. cit.*, ps. 69/73.

solidariedade humana" (EN, p. 12). Selava-se "a criação do tempo festivo"⁴⁰. Vargas, identificado como "o trabalhador nº 1" do país, roubava a cena e galvanizava as atenções gerais, transformado no principal ator político de um evento que, a rigor, deveria ter nos trabalhadores seu centro simbólico. Uma "radionovela cívica" produzida pelo DIP, à base de jogos de imagens e de efeitos sonoros especiais, ilustra muito bem tal procedimento. Nela se dizia expressamente que "o 1º de maio no Brasil não é dia de reclamações e de lutas, mas de agradecimentos (a Getúlio Vargas) e de festa."⁴¹

Esse era o desfecho, naquele momento, da batalha em torno de um símbolo/marco das lutas operárias. Mais uma batalha, se poderia dizer, dentre as muitas que são cotidianamente travadas na medida em que os dispositivos de poder operam, como ressalta Foucault, através de "uma série de ofensivas e contra-ofensivas, de efeitos e contra-efeitos" que caracterizam o processo de lutas.⁴²

A propósito, o militante trotskista Hilcar Leite, testemunha ocular dessa história, declarou:

Não havia milícias, não havia uniformes, mas toda a parafernália fascista era executada, com os grandes comícios, as grandes passeatas. (...) As comemorações do 1º de maio, como as da Semana da Pátria, eram uma imitação dos grandes comícios hitleristas e das grandes concentrações italianas. Toda a máquina era posta a serviço. Eu assisti a várias, queria saber como eram. Os grandes industriais, como o da Bangu, por exemplo, faziam questão de apresentar o maior contingente possível de trabalhadores. A Central punha trem de graça, o governo

⁴⁰A expressão é de Angela de Castro Gomes, em A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 235 (v., a respeito, ps. 235/237).

⁴¹Citado por Newton Dângelo, Escolas Sem Professores: O Rádio Educativo nas Décadas de 1920/40, São Paulo, PUC-SP, dissertação de mestrado, 1994, ps. 86/87.

⁴²Michel Foucault, Microfísica do Poder, op. cit., p. 150 (v., sobre o assunto, esp. ps. 146/147). Nessa passagem o autor alude à metáfora militar da batalha (guerra) para referir-se aos investimentos de poder a respeito do corpo e da sexualidade. No entanto, essa análise comporta um sentido mais amplo, como está claro em todo o livro.

punha ônibus de graça, todo mundo ia para o estádio do Vasco. Vinte e cinco, trinta mil pessoas, e ainda ficava gente de fora. E o rádio transmitindo. Tinha muita gente que ficava nas praças, ouvindo os discursos com o famoso "Trabalhadores do Brasil!"⁴³

Afora o 1º de maio, outras datas se revestiam de significação especial. O 7 de setembro, como de hábito, se prestava a demonstrações patrióticas, desfiles militares e coisas que tais. O dado novo consistia em que as festividades de encenação institucional do amor à pátria foram deslocadas para o Estádio do Vasco da Gama, a partir de 1939. A "Hora da Pátria" adquire grande relevância no calendário cívico do "Estado Novo", quando mais não fosse porque, numa nação supostamente identificada com o Estado, este, na presença visível do Governo, era tido e havido como a resultante dos sentimentos patrióticos na sua versão mais virtuosa. Os espetáculos de canto orfeônico davam o tom das comemorações, simbolizando o Brasil sob o regime de ordem unida.⁴⁴

Outro dia muito caro ao regime era, naturalmente, o 10 de novembro, data do aniversário da ditadura. Ao apagar sua primeira vela, em 1938, toda pompa e circunstância cercou o ato de inauguração do Palácio do

⁴³Declaração extraída de Angela de Castro Gomes (coord.), Dora Rocha Flaksman e Eduardo Stotz, *Velhos Militantes* (Depoimentos), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, ps. 189 e 188. Hilcar Leite lamenta que o aplauso fosse produto de "palmas espontâneas, não eram puxadas por claque, não"(p. 188). Já um virulento crítico do ditador e da ditadura contesta o caráter espontâneo dessas manifestações, ao recordar, entre outras coisas, a pressão ministerial sobre os sindicatos e a corrupção generalizada no país. V. Affonso Henriques, *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas - 2* (O Estado Novo), Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 1966, esp. ps. 196/200, e ainda 1a. parte, caps. III a XIII. Ao questionar a espontaneidade das ovações populares a Vargas, tal autor se apóia no depoimento de um sindicalista (ex-membro do Conselho Nacional do Trabalho, organismo ligado à Justiça do Trabalho), depois de seu rompimento com o "Estado Novo". V. Cupertino de Gusmão, *Do Bojo do Estado Novo* (Memórias de um socialista na República de Trinta e Sete), Rio de Janeiro, s/e, 1945, esp. ps. 129/131, cuja obra está repleta de críticas cáusticas à "indústria do elogio", inclusive ao que designa de "marcondismo".

⁴⁴Cf. Getúlio Vargas, *Diário*, op. cit., vol. II, ps. 254, 336 e 421. A 7 de setembro de 1941, por exemplo, o maestro Heitor Villa-Lobos regia, no Estádio de São Januário, um "grande conjunto orfeônico".

Trabalho -- o suntuoso prédio do Ministério do Trabalho -- ofuscado, até certo ponto, por um desfile operário confessadamente "muito reduzido". Dois anos depois, no hangar do aeroporto do Rio de Janeiro, rendiam-se homenagens ao regime e ao seu fiel depositário num banquete policlassista de 2.500 talheres empunhados por mãos de empregados e empregadores, os promotores do happening.⁴⁵

No capítulo anterior ficou evidente que a ideologia de Estado e a ideologia do trabalhismo, à época do "Estado Novo", se irmanavam ao erigir Getúlio Vargas como o componente simbólico central do regime. Chefe se transformou, concretamente, na "categoria fundamental" da política. Por consequência, o previsível aconteceu: o dia de nascimento de Vargas, 19 de abril, começou a ser festejado como o emblema do nascimento do "Brasil novo". Ainda em 1934, ele anotava em seu diário que "o velho hábito que tenho em afastar-me no dia de meu aniversário não é para evitar os cumprimentos dos amigos e conhecidos, e as homenagens usuais nessas ocasiões, mas o desejo de não molestar os outros com essas demonstrações mais ou menos convencionais"⁴⁶. Mesmo sob o "Estado Novo" ele conservava esse hábito, deixando-se repousar numa fazenda, participando de uma caçada de veados e assim por diante. Embora a data fosse lembrada, por exemplo, no programa radiofônico "Hora do Brasil", nada de excepcional ocorria.⁴⁷

O 19 de abril de 1940, porém foi diferente, e a partir daí nada mais seria como antes. Jornais e emissoras de rádio reportam-se com estardalhaço a esse "dia solene". Páginas e mais páginas são consumidas com a glorificação de Vargas. Proliferam as homenagens em recintos fechados, por onde ecoam os discursos laudatórios, sem contar passeatas que assinalam o início da

⁴⁵Idem, *ibidem*, ps. 172 e 351. A versão de Cupertino de Gusmão para a preparação do que denomina de "grande parada de iguarias" está no seu livro, *op. cit.*, ps. 52/54.

⁴⁶Getúlio Vargas, *Diário*, *op. cit.*, vol. I, p. 288.

⁴⁷Idem, *ibidem*, vol. II, ps. 124, 217 e 309.

comemoração pública do aniversário de Vargas. O auge será atingido em 1942⁴⁸. Entre muitas outras atividades, ele será reverenciado pelos representantes oficiais do trabalho e do capital. Sindicatos e federações de trabalhadores rendem graças a Vargas ao redor do seu busto de bronze no saguão do edifício do Ministério do Trabalho⁴⁹. Empresários, dando mostras do seu bom relacionamento com o Governo Federal, desmancham-se em elogios a Vargas, saudado como "apóstolo da Ordem" em manifesto publicado na imprensa. Assinam-no entidades e empresas de peso, como a Associação Comercial de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Casas Pernambucanas, Banco do Crédito Nacional, Banco Nacional do Comércio de São Paulo, Cia. Antarctica Paulista, Cia. Cervejaria Brahma, Indústrias Reunidas F. Matarazzo etc. etc., até a pelega Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo.

Pelo seu conteúdo, detenho-me um tanto mais nesse documento⁵⁰. Azevedo Amaral é, visivelmente, o autor no qual os signatários buscaram inspiração. Além de ser citado no manifesto, suas palavras são apropriadas, *ipsis litteris*, quando se referem à "capacidade intelectual super-normal" de Vargas, visto como possuidor de um "desenvolvimento igualmente super-normal do instinto da ordem". O ditador é simultaneamente "essa personalidade diferente, surgida por milagre" e "iluminada pela clarividência de um gênio político". Por isso, "ser contra ele, se isso hoje ainda fosse possível, seria colocar-se contra a Ordem".

Como se isso fosse pouco, eles ainda o exaltam como "homem providencial", cujo "maior carinho é para os que mais sofrem", e acabam por consagrá-lo como "o nosso mestre de democracia". Ao mencionarem como seu

⁴⁸Cf. Edgard Carone, O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1976, ps. 167 e 168.

⁴⁹V. notícia no BMTIC, nº 92, abr/1942, p. 332.

⁵⁰Esse manifesto foi publicado em "O Estado de S. Paulo", de 19/4/1942, e transcrito em Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., ps. 349/357.

grande feito a legislação social, os empresários revelam a clara consciência do quanto ela lhes era conveniente:

Foi, pois, o dr. Getúlio Vargas, o Presidente da República que ousou encarar de frente os problemas do trabalho. Essa sua atitude, como sempre, foi tão útil para empregados como para empregadores. De um lado assegurou aos trabalhadores (...) toda essa legislação única no mundo, pelo carinho paternal que a presidiu, e que colocou o nosso operário na situação em que ora se encontra de cidadão brasileiro. De outro lado, assim procedendo, indo à procura do obreiro para lhe dar a mão, mão verdadeiramente amiga, desarmou a quantos lhe pregavam o evangelho de luta. O cenário brasileiro até então agitado e rumoroso foi pouco a pouco se pacificando até tornar-se no que aí está, um ambiente de fraternidade e de cooperação, de amistoso entendimento entre o capital e o trabalho, para progresso do Brasil e benefício de toda a coletividade.⁵¹

Mas nem só de discursos ou manifestações verbais se forjava a apologia do "Estado Novo" e de sua figura central. Seja porque havia atrás deles um suporte material, organizacional, seja porque as expressões ideológicas comportam igualmente uma dimensão material, o que nos permite falar da materialidade da ideologia. Sob essa perspectiva Gramsci surge, para mim, como uma referência obrigatória. Em vez de se limitar ao mundo ideal da ideologia, ele se preocupou também com a organização material da estrutura ideológica e, mais especificamente, com o "material ideológico". Daí que, além da imprensa, dos meios de comunicação oral, as escolas, as bibliotecas, a arquitetura, assim como os nomes dados às ruas, inclusive a sua disposição, nada disso permanece indiferente ao seu olhar penetrante e à sua reflexão aguda⁵². Afinal, para

⁵¹Idem, ibidem (citações, respectivamente, das ps. 351, 350, 352, 353 e 354; grifos meus).

⁵²Sobre "material ideológico" e seu "formidável complexo de trincheiras e fortificações", v. Antonio Gramsci, Pasado y Presente, op. cit., ps. 219 e 220.

Gramsci o estatuto da ideologia não se prende ao terreno da discussão entre o "falso" e o "verdadeiro", ou da oposição entre o "ideológico" e o "científico".

O "material ideológico" de que se valeu a ditadura estadonovista foi o mais diversificado possível. No mesmo mês em que ocorreu o golpe que a instaurara, o artigo 2º da Constituição -- que reconhecia a existência de um só hino e uma só bandeira em todo o território nacional -- era teatralizado numa cerimônia simbólica durante a qual se queimaram as bandeiras e se aboliram os hinos estaduais, numa "reafirmação de unidade nacional"⁵³. Idêntico significado teria outro espetáculo cívico em que se depositaram terras de todas as unidades do país (estados, territórios e distrito federal) numa urna de prata.

A exaltação nacionalista do Brasil grande, forte e unido era a tônica no "Estado Novo". A arquitetura monumental, de que era exemplo o prédio do Ministério do Trabalho, produzia seu discurso nu de palavras, porém grandiloquente na forma e no apelo imagético. Ari Barroso pintava, musicalmente, a sua Aquarela do Brasil, expressão de um gênero então na crista da onda, o samba-exaltação⁵⁴. A política e a arte se aliavam, por exemplo, na Exposição Nacional do Estado Novo, na qual se abria espaço para a comemoração do Dia da Música Popular sob um clima de otimismo pré-fabricado⁵⁵. E por aí se multiplicavam as iniciativas governamentais.

A criação do DIP, em 27 de dezembro de 1939, na esteira de organismos pré-existentes de publicidade e propaganda, representou, no entanto,

⁵³Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Getúlio Vargas, Meu Pai, Porto Alegre, Globo, 1960, p. 226.

⁵⁴Essa e outras composições de Ari Barroso "rescendem o cheiro de nacionalismo verde-amarelo de efeito programado", como foi ressaltado em estudo sobre "O Ufanismo de Ari Barroso e o Verde-amarelismo de Cassiano Ricardo". Affonso Romano de Sant'Anna, Música Popular e Moderna Poesia Brasileira, Petrópolis, Vozes, 3a. ed., 1986, p. 199.

⁵⁵Reunia-se na ocasião, 4 de janeiro de 1939, a maior assistência jamais vista num espetáculo de música popular brasileira, com atrações como Carmem Miranda, Francisco Alves, Silvío Caldas, Orlando Silva, Bando da Lua e outros mais. Cf. Sergio Cabral, No Tempo de Ari Barroso, op. cit., p. 175.

um salto organizativo e um ganho incrível em eficiência, mesmo que essa nunca fosse total como se pretendia⁵⁶. O exercício da hegemonia político-cultural supõe, obviamente, a existência de instituições ou aparelhos de hegemonia e, no caso, o DIP, a partir de 1940, se transforma num canal privilegiadíssimo através do qual se pode captar a dimensão material da dominação ideológica. A imposição de férrea censura, somada à autocensura, à propaganda subvencionada e à concessão de favores financeiros às empresas editoriais⁵⁷, tudo isso levava a uma situação de aparente "unanimidade nacional".

Não era para menos. A ditadura se revela por completo especialmente nas disposições transitórias da Constituição, que golpeavam fundo as liberdades em geral. Como, no nascedouro do regime, tinha sido declarado o estado de emergência (art. 186), diante do fechamento das casas legislativas, o presidente avocara para si a competência para expedir decretos-leis (art. 180). Fora isso, sob a vigência do estado de emergência ou estado de guerra, excluía-se da apreciação dos juízes ou tribunais os atos deles decorrentes (art. 170). Esse era o pano-de-fundo da ação do DIP, de resto organismo subordinado diretamente à presidência da República.

Nessas condições, ele estruturou uma ampla rede de informações por todo o país. Para tanto fazia uso da Agência Nacional e de farta distribuição de matérias, englobando artigos, comentários, fotografias, que chegavam a totalizar mais de 60% do espaço dos jornais. E Lourival Fontes, diretor do DIP,

⁵⁶Sobre a estruturação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, posteriormente, do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo, v. Silvana Goulart, Sob a Verdade Oficial (Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo), São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990, ps. 62/87.

⁵⁷Sobre a propaganda subvencionada na imprensa paulista e sobre a censura e autocensura, v. Silvana Goulart, op. cit., respectivamente ps. 106/120 e 121/128. Especificamente sobre o controle ideológico, v. ainda Nelson Jahr Garcia, Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política (A legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas), São Paulo, Loyola, 1982, cap. 10.

no cumprimento de sua função "educadora", recrutava pesos-pesados do jornalismo e da literatura brasileira⁵⁸.

O raio de alcance do DIP era bastante extenso e envolvia cinco divisões: Divulgação, Imprensa, Radiofusão, Cinema e Teatro e Turismo. Em setembro de 1940 autorizou-se o funcionamento dos DIPs estaduais, os DEIPs, atrelados ao DIP federal. Num reforço à sua influência, o DIP, como lembra Nelson Jahr Garcia, deu igualmente origem a vários órgãos vinculados ao livro, teatro, patrimônio histórico e artístico, cinema educativo, e promoveu um sem-número de exposições, concursos, edições de livros, documentários, filmes educativos e programas de rádio, sem falar das manifestações cívico-artísticas, concertos, conferências e festas populares.⁵⁹

Nas suas pesquisas sobre o "Estado Novo", Edgard Carone confirma que uma enxurrada de publicações passa a assolar o Brasil, tendo, em regra, como personagem principal Getúlio Vargas:

Um número nunca visto de livros e folhetos panegíricos falam da sua obra e da sua personalidade. Esta sublitteratura, de responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda ou de editores que sabem que os livros vão ser, em grande parte, comprados pelos governos -- Federal e dos estados -- inunda o Brasil de Norte a Sul. Pela primeira vez, no Brasil, o governo custeia abertamente a sua própria propaganda.⁶⁰

Dentre as publicações regulares, na área de revistas destacaram-se Cultura Política e Ciência Política. A primeira, cujas edições vão de março de 1941 até o colapso do "Estado Novo", em outubro de 1945, era oficialmente

⁵⁸Cf. Hélio Silva, 1938 - Terrorismo em Campo Verde, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 74.

⁵⁹É de impressionar a amplitude da ação do DIP. V. no "Apêndice: Mensagens da Propaganda Estadonovista", os exemplos reunidos por Nelson Jahr Garcia, op. cit., ps. 129/154, sobre a produção de livros, documentários cinematográficos, faixas e cartazes.

⁶⁰Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., p. 168.

ligada ao DIP. Dirigida por Almir de Andrade, reservava uma das suas seções para "O pensamento político do chefe de governo" e fez as vezes de ponto de encontro da nata da intelectualidade do regime (incluindo aí Azevedo Amaral). Como salienta Mônica Pimenta Velloso, devido à sua "ampla argumentação teórica" e ao seu "discurso altamente elaborado", Cultura Política, apesar de comercializada em bancas de jornais, "possui um público relativamente restrito, que parece configurado sobretudo nas 'elites intelectuais' "61.

Já Ciência Política, editada pelo Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), foi publicada de novembro de 1940 a maio de 1945, tendo à frente Paulo Filho e Pedro Vergara. Era, na verdade, uma linha auxiliar do DIP, cujos propósitos se resumiam, expressamente, a aglutinar as elites para o esclarecimento do povo em torno do pensamento do "Estado Nacional". Nesse sentido o INCP afirmava-se como entidade voltada sobretudo para a finalidade de desenvolver estudos sobre a vida e a obra do presidente da República. Quanto à revista, o seu quadro "é basicamente constituído pelos intelectuais médios, cuja função é a de divulgar o idéário produzido por intelectuais de renome como Francisco Campos, Azevedo Amaral e Almir de Andrade"62. Por isso adota uma linguagem mais acessível, compatível com "o tom do seu discurso mais diretamente mobilizador", próprio de quem procura fisgar um público mais amplo.

As publicações se sucedem de maneira, à primeira vista, interminável. A festa dos 60 anos de Getúlio Vargas, por exemplo, mereceu um

61Mônica Pimenta Velloso, op. cit., p. 80. Em seu ensaio ela elabora uma análise comparativa das revistas Cultura Política e Ciência Política, na qual se apóiam as observações que se seguem. Sobre Cultura Política, v. ainda Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., cap. V e ps. 257/267, Silvana Goulart, op. cit., ps. 89/106 (estudo centrado nos editoriais da revista), e Evelina Dagnino, op. cit., cap. VI (com ênfase na relação entre "Estado Novo" e "cultura nacional").

62Mônica Pimenta Velloso, op. cit., p. 81.

lançamento à parte⁶³. Mas não apenas à base de publicações, repito, se promovia a glorificação do ditador. O apelo a imagens e a símbolos adquiriria uma projeção que não havia sido observada em tempo algum da história do Brasil. Recordemos de que, segundo a "moderna teologia política" apregoada por Francisco Campos, a "categoria intelectual das massas" é "a das imagens e mitos" (EN, ps. 14, 12 e 13). E os mitos desempenhariam papel vital no processo de integração das massas por causa de sua "grande carga emocional" (EN, p. 8). Mais ainda: dentre todos os mitos, o mito da personalidade era o que concentrava em si "um poder de expressão simbólica maior" porque tinha a ver com o campo das "experiências imediatas" (EN, p. 15).

Tais concepções se converteriam em elementos operantes durante o "Estado Novo", quando se explorou como nunca a dimensão mítica da integração política associada à concretude ou à corporeidade do chefe de Estado⁶⁴. Suas fotos recheavam o noticiário político subvencionado pelo DIP. Dentre as atribuições do DIP, o cuidado em retocar a imagem do presidente era constante no dia-a-dia das suas atividades: as abundantes biografias de Vargas eram submetidas a meticulosa censura prévia. Prevalencia aqui a visão carlyliana de acordo com a qual a essência da história está nas incontáveis biografias dos seus heróis. E o herói máximo da nacionalidade era concebido como credor de toda devoção política.

⁶³O Pensamento Político do Presidente (Separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 n^{os} da revista "Cultura Política", comemorativa do 60^o aniversário do Presidente Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 19/abr/1943.

⁶⁴A argúcia política de Maquiavel já havia atentado para isso no séc. XVI. Ver, sobre a questão da imagem do principado -- tema que comporta muitos pontos em comum com o "Estado Novo" --, Lidia Maria Rodrigo, O Imaginário do Poder e o Poder do Imaginário em Maquiavel, Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 1996, esp. caps. I, II e III. Aliás, outros autores, que não somente Francisco Campos e Azevedo Amaral, advertiram para a importância estratégica dos mitos. O mito da bandeira, por exemplo, é realçado por um dos diretores gerais que teve o DEIP paulista, Cassiano Ricardo, em Marcha para Oeste (2 vols.), Rio de Janeiro, José Olympio/USP, 4a. ed., 1970, esp. cap. XIV.

O "material ideológico" produzido na época é abundante. Se Filinto Müller, o germanófilo chefe de polícia do Distrito Federal, se vangloriava por ter distribuído, entre 10 de novembro de 1937 e 15 de abril de 1939 -- período de funcionamento do Serviço de Divulgação -- 90.000 retratos de Vargas⁶⁵, o DIP certamente o superou. Bustos e monumentos ostentaram a figura de Vargas, bem como selos e moedas. Seu nome foi gravado em placas de avenidas e logradouros públicos. Seu retrato freqüentou, panopticamente, os espaços de repartições públicas, escolas, lojas comerciais, residências. A já mencionada significação atribuída por Foucault ao corpo do rei na política francesa encontra aqui seu paralelo. E isso, como vimos, não ocorria casualmente. Como dizia o ministro da Justiça Francisco Campos, "o Estado popular é o Estado que se torna visível e sensível no seu Chefe" (EN, p. 213).

Esse "ser superior" -- embora por vezes apresentado também como "homem simples" -- era, no fundo, como que dotado dos predicados da onipresença e onisciência⁶⁶. Suas freqüentes aparições públicas ajudavam a sedimentar tal impressão e faziam parte da construção imagética do governante providencial todo-poderoso, em permanente contato (íntimo e direto) com o povo.

Essa imagem foi tão marcante que, para terminar este capítulo, uma constatação se impõe: por vias diretas ou oblíquas, muitas vezes a academia se tornou, em alguma medida, uma caixa de ressonância de determinadas concepções que brotaram do solo da ideologia autoritária no Brasil. Um ou outro exemplo pode esclarecer melhor o assunto. Thomas Skidmore, entre outros, não assegura que, "a despeito das roupagens corporativistas, o Estado Novo era uma criação altamente pessoal"⁶⁷. Mesmo um cientista político mais sofisticado como Weffort -- autor de trabalhos muito relevantes para a compreensão do

⁶⁵Cf. Nelson Jahr Garcia, op. cit., p. 99.

⁶⁶Sua "onipresença simbólica" é detalhada por Nelson Jahr Garcia, op. cit., ps. 88/95.

⁶⁷Thomas Skidmore, Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6a. ed., 1979, p. 54. Ele faz sua, assumidamente, a análise de Jacques Lambert (v. p. 415).

populismo no Brasil -- não chegou, repetidas vezes, a identificar a hipertrofia do poder estatal durante a ditadura estadonovista à "personalização do poder", como se isso, por maior que tenha sido o poder de Vargas, não expressasse, na realidade, um jogo de aparências?⁶⁸

⁶⁸V., por exemplo, Francisco C. Weffort, Classes Populares e Política, op. cit., esp. ps. 70/78, e "O Populismo na Política Brasileira", op. cit., p. 62.

CAPÍTULO III

ALGO DE NOVO NO AR

Ele não era um empresário qualquer, embora, na sua preocupação obstinada com o faturamento da empresa, agisse como quase todo e qualquer empresário em circunstâncias normais. A auto-imagem que ele forjava o confortava: era um benfeitor social no cumprimento da sagrada missão de proporcionar empregos a centenas de profissionais.

Minha maneira de contribuir para a redução da marginalidade é empregar mil quatrocentos e trinta e dois funcionários fixos. Além de outros dez mil que eu ajudo aqui e ali. (...) A minha bíblia é a Constituição da República e as leis trabalhistas são o meu breviário.

De fato, ele não se tinha na conta de um mero empresário. Mais do que isso, considerava-se um composto de empregador, amigo, pai, numa palavra, um doador de benefícios sociais. Não era ele que vivia batendo no peito, proclamando-se bom patrão?

Normalmente eu tenho dado a vocês tudo o que vocês precisam, antes mesmo que vocês exijam. LAP, SAPS, LAPETEC, salário mínimo, tudo em ordem, conforme a legislação trabalhista. Vão pedir essas regalias num bordel do Mangue pra ver o que é que respondem...

Assim era Fernandes de Duran, explorador de uma rede de bordéis na Lapa, Rio de Janeiro. Constantemente às voltas com gráficos e estatísticas, ele se gabava de introduzir uma administração científica na arte da prostituição. No Brasil do princípio dos anos 40, era imperioso afinar-se com os novos tempos,

daí a necessidade de "abandonar o sexo artesanal" para "amar em escala industrial". As funcionárias que Fernandes de Duran conduzia -- para usar a linguagem de médicos higienistas -- ao "tráfico das impurezas" não eram simplesmente atiradas às feras. Sua mulher, Vitória Régia, o secundava no esforço, repleto de sentimento de humanidade, de oferecer educação física e moral à legião de prostitutas.

Mimi Bibelô, Dorinha Tubão, Shirley Paquete, Doris Pelanca, Marli Sodoma e muitas outras "colaboradoras" do empreendimento não tinham do que se queixar dos seus benevolentes patrões. Pois não é que, um belo dia, pensando lá com os seus botões, Duran as chamou e anunciou solenemente: "vou organizar um sindicato para vocês". Seria o meio delas fazerem "valer os seus direitos de maneira civilizada", ou por outra, "um veículo legal para as suas reivindicações".

Não tardou para Dorinha Tubão apelegar-se e assumir a presidência do sindicato das putas, perdão, do SMOELA (Sindicato da Mão-de-Obra Especializada da Lapa). Não demorou também para que, devido a algumas rixas com o seu genro (o contrabandista Max Overseas) e com o inspetor de polícia Chaves (o Tigrão), Fernandes de Duran procurasse instrumentalizar o sindicato e as prostitutas do Mangue ao lançar a ameaça da realização de uma passeata que denunciaria o conluio entre ambos. Passeata, acrescente-se, que portaria faixas e cartazes e engrossaria as manifestações do 1º de maio no Estádio do Vasco da Gama.

Quem se interessar pelo enredo e pelo desfecho da história, que leia a Ópera do Malandro¹. No seu script deparará com cenas e situações que conformam uma época, a do "Estado Novo". Como inclusive se dá a perceber na abertura deste capítulo, Chico Buarque traça um painel de tipos e concepções

¹Chico Buarque, Ópera do Malandro (Comédia musical), São Paulo, Cultura, 1978. As citações obedecem à seguinte ordem: ps. 149, 98, 189 e 99.

muito em voga. E, de uma forma ou de outra, propõe questões que me permito discutir a partir de agora.

A começar pelo fim da peça. A passeata que Fernandes de Duran ameaça pôr em movimento, valendo-se para tanto de trabalhadoras sindicalizadas e de outros "desprotegidos da fortuna", sugere o enfrentamento de um problema que está no âmago da ideologia do trabalhismo: em que medida ela contém uma dimensão mobilizadora? Se a tomarmos -- tal como eu a encaro -- como um região ideológica da ideologia do Estado, ela não seria essencialmente não-mobilizadora?

A julgar por alguns autores que fizeram escola ao ocupar-se da investigação de regimes semelhantes ao da ditadura estadonovista, a resposta estaria dada de antemão. Para eles os "regimes autoritários" são fundamentalmente não-mobilizadores. Se esta é a conclusão, convém elucidar -- ainda que rapidamente e muito por alto -- as premissas que a sustentam.

Um dos aspectos em que se concentra a discussão acerca dos denominados regimes autoritários diz respeito à existência ou não de uma ideologia oficial e à sua (in)consistência. Já na década de 50, Karl Loewenstein estabelecia, a partir daí, a linha divisória entre o autoritarismo e o totalitarismo. Enquanto, no primeiro caso, se constataria a ausência de uma ideologia oficial, no segundo caso ela seria absolutamente imprescindível. Dito de outra maneira, sob o "Estado Autoritário" se poderia observar a carência de uma ideologia "consistentemente formulada" e que, de mais a mais, sequer se cumpriria "em todas as suas conseqüências".²

²Cf. Karl Loewenstein, Teoría de la Constitución, Barcelona, Ariel, 2a. ed., 1970. Restrinjo-me, aqui, repito, a um aspecto do debate intelectual em torno do autoritarismo e do totalitarismo. Para uma análise crítica da concepção de Loewenstein, v. Evaldo Vieira, Democracia e Política Social, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1992, ps. 37/45. Em síntese ele ressalta que Lowenstwein "se ilude (...) ao propor que tal regime (autoritário) se concentra no controle político do Estado, não tendo a intenção de dominar o conjunto da vida sócio-econômica de determinado grupo, nem ordenar sua

À parte o fato, que me parece evidente, de que ideologia alguma se cumpre em todas as suas conseqüências, nos anos 60 Juan Linz retoma essa perspectiva de análise. Ele enfatiza a "ausência de uma ideologia elaborada e condutora" nos regimes autoritários, admitindo apenas a existência de uma mentalidade autoritária. E mais: tais sistemas políticos se caracterizariam também pela falta de mobilização política, "quer intensiva, quer extensiva, exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento"³.

Ao trazer essa discussão para a realidade política brasileira, Boris Fausto procurou realçar a estreita aproximação entre o modelo de "Estado Autoritário" concebido por Juan Linz e a experiência histórica do "Estado Novo". Dentre as características dos regimes autoritários apontadas por Linz, ele insiste em destacar duas, "a ausência de mobilização política e de uma ideologia elaborada". Quanto ao segundo aspecto, Boris Fausto frisa:

*O Estado Novo se caracterizou também pela difusão de uma "mentalidade", sem elaborar uma ideologia totalitária consistente. Esta "mentalidade" pode ser descrita como um conjunto de princípios sem conteúdo muito definido que foram sustentados pelo regime e penetraram na sociedade: centralização, integração nacional, hierarquia, visão anti-política e nacionalismo difuso.*⁴

vida espiritual. E ainda se ilude quando sugere que o autoritarismo não conta com ideologia oficial"(p. 41).

³Juan J. Linz, "An Authoritarian Regime: Spain", em Erik Allardt e Yrj Littunen (eds.), *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, Helsinki, The Academic Bookstore, 1964, p. 297. V., a propósito, Bolivar Lamounier, "Ideologia em Regimes Autoritários: Uma Crítica a Juan J. Linz", em *Estudos Cebrap*, nº 7, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, jan-fev-mar/1974.

⁴Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945)*, São Paulo, Cebrap, Caderno 10, 1972, ps. 108 e 109. É bem verdade que, de passagem, ele apresenta uma ressalva: "A partir deste ano (1942), o quadro se modificou em parte, pela introdução de dois fatores de natureza e importância desiguais: a entrada do Brasil na guerra propiciou certa reativação, sob a bandeira da 'pátria em perigo'; Vargas, por outro lado, começou a buscar apoio nas massas urbanas, procurando estabelecer relações mais organizadas com a classe operária" (p. 109).

Ele, é claro, não está sozinho na defesa dessa posição. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, lhe faz companhia. Este autor enxerga no "Estado Novo" o acabamento de um processo mais amplo de "capitulação da 'sociedade civil' face ao Estado" e, ao aproximá-lo do fenômeno bonapartista, sublinha, dentre os traços distintivos do "bonapartismo getulista", não somente a inexistência de partido político como também "de uma ideologia mais elaborada".⁵ Thomas Skidmore, por sua vez, concebe o regime estadonovista, notadamente no período 1937/1943, como "não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente."⁶

Existe, logo se vê, uma base de entendimento relativamente bem assentada entre diversos autores. Em contraposição a essa visão, Bolivar Lamounier, no qual me apóio largamente, vai cuidar de evidenciar, nos anos 70, os elementos nucleares do pensamento autoritário que se constitui no Brasil desde o início deste século e que definem, como vimos, uma ideologia de Estado. Nunca é demais repisar que não se trata de supor que todos os pensadores autoritários confluem exatamente para o mesmo leito ideológico. Entre eles se pode detectar desencontros em relação a questões relevantes. Entretanto, subjaz uma certa matriz comum que desenha, com bastante nitidez, o campo teórico em que todos se movimentam. E este é, numa palavra, o território da ideologia de Estado.⁷

⁵Leôncio Martins Rodrigues, "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)", em Boris Fausto (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil Republicano - 3, op. cit., p. 532.

⁶Thomas Skidmore, op. cit., p. 54.

⁷Mesmo considerando, como é o meu caso, que o "Estado Novo" busca apoio em determinados princípios ideológicos que configuram uma ideologia dotada de consistência, isso não significa uniformidade de posições. Para me ater a um exemplo, lembro que Arnaldo Contier chamou a atenção para a inexistência de um projeto musical hegemônico naquele período, apesar do respaldo oficial oferecido a autores cujas obras revelavam envolvimento com temas nacionalistas: "desse modo, (o Estado Novo) distanciou-se do projeto nazista, mas, em contrapartida, aproximou-se do ecletismo cultural preconizado pelo fascismo italiano" (op. cit., p. 300).

Independentemente, porém, da caracterização de uma mentalidade autoritária, de um lado, ou de uma ideologia autoritária, de outro, um ponto de união entre essas concepções aparece no entendimento do caráter não-mobilizador dos regimes autoritários. "A percepção elitista da irracionalidade dos menos esclarecidos" explicaria, no fundo, para Bolivar Lamounier, a "inclinação essencialmente não mobilizadora" da ideologia de Estado.⁸

Justamente neste ponto estou em desacordo com a visão desse autor. Tendo em conta tudo o que foi demonstrado no capítulo anterior (particularmente no item 1), a meu ver é inaceitável que, em nome de um "cultivadíssimo realismo" presente na ideologia de Estado, se considere incompatível com ela um determinado "messianismo político". Por essa mesma razão, entendo que carece de fundamento a tese de que "a razão de Estado requer apenas uma captação controlada de recursos e energias da sociedade, sem exageros e sem componentes emocionais ou míticos capazes de perturbar o metabolismo social"⁹. Ora, o pensamento de Francisco Campos e Azevedo Amaral -- para mencionar os dois ideólogos em que centrei meu estudo sobre a ideologia autoritária durante o "Estado Novo" -- fornece a contraprova disso. O uso racional do irracional é abertamente defendido por eles, principalmente por Francisco Campos.

Surpreendentemente, no entanto, Bolivar Lamounier recorre a ninguém menos do que Francisco Campos para tentar provar o contrário. E termina por dizer que a ideologia autoritária "teme o inevitável corolário da mobilização de massas -- a 'aparição de César' "¹⁰. Sem querer, em momento algum, imaginar a ideologia de Estado como essencialmente mobilizadora, parece-me, porém, que há aqui um mal-entendido. Como já vimos, a sociedade de massas, sim, é para Francisco Campos, um dado inevitável da realidade do

⁸Bolivar Lamounier, "Formação de um Pensamento Político Autoritário...", op. cit., p. 369.

⁹Idem, ibidem.

¹⁰Idem, ibidem.

século XX. Nessas condições, a "aparição de César" -- posteriormente identificado a Getúlio Vargas -- é recebida como uma bênção, uma tábua de salvação das sociedades mergulhadas na crise de mutação dos tempos modernos.

Em função desse posicionamento frente a um aspecto particular da ideologia de Estado, Bolívar Lamounier se põe, então, quanto ao suposto componente não-mobilizador da ideologia de Estado, de acordo com os críticos -- por ele criticados -- da existência de uma ideologia consistente nos regimes autoritários.

Diferentemente desse modo de conceber tais regimes, em especial o "Estado Novo", para mim a perspectiva da mobilização está posta, ao menos potencialmente, na ideologia de Estado, tal como ela se expressa durante a ditadura estadonovista. Por outras palavras, ela existe, por assim dizer, em estado larvar, como uma "reserva de mobilização" que, em momentos de emergência política, poderia ser acionada para passar, em termos aristotélicos, da condição de potência à de ato. E, do meu ponto de vista, a ideologia do trabalhismo, enquanto braço potencialmente mobilizador da ideologia de Estado, vai atuar precisamente nesse sentido quando se abre a crise política do "Estado Novo" na conjuntura de 1942/43.

Valho-me de uma analogia com o pensamento de Francisco Campos ao referir-me à existência de uma "reserva de mobilização". Ao examinar a questão da integração política na sociedade dita totalitária, notadamente na Alemanha sob o Fuehrer, ele adverte que, a despeito do nome, nesse regime não se logra eliminar totalmente as tensões políticas:

O que o Estado totalitário realiza é (...) a eliminação das formas exteriores ou ostensivas da tensão política. (...) Dai a necessidade de trazer as massas em estado permanente de excitação, de maneira a tornar possível, a todo momento, a sua passagem do estado latente de violência ao emprego efetivo da força contra as tentativas de quebrar a unidade do comando político. (...) De onde o fato do Estado totalitário ou nacional tender a derivar o estado de

tensão interna para um estado de tensão internacional -- manobra que torna possível exaltar ainda mais os fatores de irracionalidade que operaram e que continuam a garantir a integração totalitária (EN, ps. 30 e 31).

Escancara-se a contradição em que cai Francisco Campos. Nessa análise mais fria, datada de 1935, ele avaliava que a integração absoluta era inalcançável inclusive no mundo nazista. Já em 1939, sob o calor das comemorações do transcurso do segundo aniversário da ditadura estadonovista, ele não deixava por menos: pintava, com tintas carregadas, o quadro de uma população "unida por um único pensamento e disciplinada por uma só vontade" (EN, p. 229). Feito esse reparo, interessa-me salientar que, no contexto da sua argumentação sobre a integração política total como um ideal irrealizável, Francisco Campos alude expressamente às "reservas de violência" para as quais o nazismo apelava com freqüência a fim de estancar -- não de extirpar -- suas tensões internas.

Mutatis mutandis, não foi o que sucedeu no Brasil na conjuntura da segunda guerra mundial? Na cena política nacional, decretada a ilegalidade da Ação Integralista Brasileira, não nos defrontamos com milícias ou grupos paramilitares respaldassem a Vargas e ao Estado. Aqui a ação orquestrada do DIP, desde 1940, e, em particular, os mecanismos de sensibilização e "organização" das massas colocados em prática pelo Ministério do Trabalho, de 1942 em diante, visarão formar uma "reserva de mobilização" (que, como se sabe, será acionada por ocasião do "movimento queremista", nos estertores do "Estado Novo", assim como se fará presente no processo que culmina com a fundação do PTB).

Para mim a ideologia de Estado, à qual se liga visceralmente a ideologia do trabalhismo, comportava tais desdobramentos. Não era à toa que os ideólogos autoritários, à época da ditadura estadonovista, promoveram a glorificação de Vargas, visto como a personificação do Estado. Da mesma forma, a ênfase na importância dos apelos irracionais, míticos, como estilo de comunicação e aproximação entre o chefe de Estado e as massas, pressupunha,

embora através de relações difusas, a criação de uma base de apoio da qual se pudesse lançar mão em situações críticas.

Nesse sentido minha posição implica também em reconhecer algumas nuances que a diferenciam, pelo menos parcialmente, da de outros autores. Lourdes Sola, por exemplo, frisa que "somente mais tarde, no fim do regime, ele (o sistema paternalista de relações entre Vargas e os trabalhadores) seria utilizado para mobilizar 'as massas', fazendo-as intervir ativamente nas lutas políticas a favor de Vargas, contra os grupos oposicionistas"¹¹. Antes de 1945 o objetivo governamental se cingiria a controlar/disciplinar as organizações dos trabalhadores.

Já Weffort caracteriza o sindicalismo populista como um "fenômeno histórico tardio" relativamente ao surgimento do populismo no Brasil. Depois de examinar uma "tentativa frustrada" de afirmação do movimento sindical populista entre 1945 e 1946, ele localiza nos anos 50 a sua constituição propriamente dita. Numa análise comparativa, Weffort ressalta que, enquanto na Argentina o regime peronista se firmou sobre a base do movimento sindical, aqui o sindicalismo populista "formou-se com atraso em relação ao regime", pois "Vargas teve no Brasil a possibilidade de manter, por um longo período, relações difusas e massivas com a massa operária", principalmente via leis sociais.¹²

É inegável que uma tentativa de mobilização mais efetiva das classes trabalhadoras pelos setores governistas mais vinculados a Vargas vai se dar, acima de tudo, em 1945. Mas, para tornar a insistir num ponto em que venho batendo, essa constatação requer, segundo penso, que se leve em conta a constituição prévia do que estou designando de "reserva de mobilização", quando

¹¹Lourdes Sola, op. cit., p. 273.

¹²Francisco C. Weffort, Sindicatos e Política, op. cit., ps. I.3 e I.4. V. caps. I e II ou, do mesmo autor, "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)", em Estudos Cebrap, nº 4, São Paulo, Cebrap, abr-mai-jun/1973. V. também M. Murmis e J.C. Portantiero, Estudos sobre as Origens do Peronismo, São Paulo, Brasiliense, 1973.

emerge um primeiro balão-de-ensaio de mobilização populista. Por outras palavras, ainda que se considere o sindicalismo populista um "fenômeno histórico tardio", isso, a meu ver, não quer dizer que antes de 1945 não se ensaiassem passos seguros rumo à formação de uma "reserva de mobilização" para, se necessário, fazer frente às adversidades do processo de institucionalização e/ou de "democratização" do "Estado Novo".

Nessa perspectiva, concordo com Alcir Lenharo quando ele destaca que "todo um esforço foi concentrado para que fosse obtida uma participação eficiente das massas através de canais não convencionais de adesão, que passavam preferencialmente pela exploração de formas inconscientes de desejo e de identificação"¹³. Porém, também aqui é preciso atentar para uma diferença relativa de enfoque da questão da participação política das massas. Diferentemente de Alcir Lenharo, entendo que há algo mais, no caso, do que a mera participação simbólica através do rádio. A ação governamental, especialmente a do Ministério do Trabalho, aponta inclusive para uma mobilização "convencional", conservada enquanto recurso de reserva, como tentarei demonstrar.

Para tanto me proponho seguir um percurso que se inicia com a conjuntura de 1942/43, passa pela cruzada trabalhista desencadeada sobretudo pelo rádio, e, simultaneamente à consolidação da ideologia do trabalhismo, culmina com a tentativa de arregimentação dos trabalhadores por intermédio dos sindicatos de Estado. Devido à extensão das considerações feitas, desdobrei-as em três partes que vão ao cerne desta dissertação e abrangem os capítulos III, IV e V.

¹³Alcir Lenharo, *op. cit.*, p. 53.

1. O "Estado Novo" em tempo de guerra:
o começo do fim (1942/1943)

Se a irrupção da crise que conduziria à agonia do "Estado Novo" se manifesta com toda a sua força em 1945, já era possível pressentir tempos difíceis para o regime na conjuntura de 1942/1943¹⁴. Ela, sem dúvida, é de importância decisiva para entendermos os novos rumos da política trabalhista do Governo Vargas, assunto a ser examinado no item seguinte.

Desde o início da segunda guerra mundial, a política externa brasileira, ancorada na sua neutralidade ante as forças em conflito, procurava tirar partido dessa situação. Descrevia, assim, um movimento pendular, jogando com a possibilidade de usufruir vantagens particularmente junto aos Estados Unidos e à Alemanha¹⁵. Em novembro de 1940, por exemplo, o Brasil obteria do Governo Roosevelt financiamento e equipamentos com vistas à futura instalação da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, marco da ação pró-desenvolvimento industrial no "Estado Novo". A tendência ao estreitamento dos laços comerciais e militares com os Estados Unidos vinha, ao mesmo tempo, se fortalecendo. De um lado, o mercado norte-americano não estava sujeito à mesma instabilidade que atingia os países que eram palco da guerra. De outro, acentuava-se a dependência militar nacional num momento em que o governo dos Estados Unidos abria linha de crédito para o aparelhamento das Forças Armadas brasileiras.

Ao ser desfechado, a 8 de dezembro de 1941, o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, seguiram-se a declaração de guerra dos Estados Unidos e a intensificação de pressões sobre os países sob a sua área de influência visando ao apoio à guerra contra o Eixo. A solidariedade

¹⁴Nesta exposição me basearei principalmente em Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., ps. 292/310, onde os fatos são abordados com maior riqueza de detalhes.

¹⁵V. Roberto Gambini, O Duplo Jogo de Getúlio Vargas, São Paulo, Símbolo, 1977.

manifestada pelo governo brasileiro diante dessa agressão significou, na prática, a abertura de caminho para a instalação no Brasil de bases aeronavais norte-americanas, consideradas indispensáveis para o patrulhamento do Atlântico Sul. Quando, entre 15 e 28 de janeiro de 1942, se realizou no Rio de Janeiro a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, o Governo Vargas acatou a recomendação de rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão tão logo se encerrou a conferência, ainda no dia 28.

O afundamento de unidades da marinha mercante brasileira foi a resposta alemã. Ela integrava um plano mais geral, concebido para evitar o suprimento de mercadorias aos países aliados. Nessa ofensiva submarina -- que perdurou por meses -- ocorreu o torpedeamento e afundamento de diversos navios de bandeira nacional. Seu saldo podia ser contabilizado em prejuízos materiais e em muitas mortes. Se já existia uma campanha favorável à entrada do Brasil na guerra, a indignação popular se alastrou feito um rastilho de pólvora. Não bastava simplesmente o governo baixar um decreto, como aconteceu em março de 1942, estipulando indenizações por atos de agressão. Estudantes e outros setores sociais exigiam medidas mais duras: "o que era uma simples campanha transformou-se num verdadeiro clamor nacional pela declaração de guerra."¹⁶

O Governo Vargas estava vigilante, cômico de que se estabeleceria uma gritante contradição entre o engajamento do país na guerra à aliança nazifascista e a manutenção, no front interno, da ditadura, tachada pelas oposições como "fascista". Favorecidos pela conjuntura internacional, os atos públicos e passeatas começaram a fervilhar. Tal foi o caso da Passeata Estudantil Antitotalitária, de 4 de julho de 1942, no Rio de Janeiro, uma demonstração inclusive de reagrupamento velado de segmentos de oposição ao regime. Como decorrência da visão segundo a qual o inimigo número um se situava no campo

¹⁶Antonio Mendes de Almeida Júnior, "Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas", em Boris Fausto (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil Republicano - 3, op. cit., p. 228.

internacional, os manifestantes trataram de preparar um carro alegórico em homenagem a Getúlio Vargas, enquanto em outro apareciam grotescamente as figuras de Hiroito, Hitler e Mussolini, presos numa jaula¹⁷. Sob a liderança da UNE, o movimento estudantil, agrupando desde comunistas a liberais, antes já defendera o rompimento de relações com o Eixo. Agora ganha as ruas a favor da entrada do Brasil na guerra e pelo envio de uma força expedicionária à Europa.

Os setores mais "duros" do regime obviamente não viam com bons olhos tais pressões populares. Essa situação está no âmago da crise ministerial que aflora, produzindo baixas no flanco governamental. Cai, então, o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Strübing Müller, que exerceu poderes ditatoriais de fevereiro de 1933 a 15 de julho de 1942; ele que se opusera tenazmente à concessão de autorização para a passeata antitotalitária, sintomaticamente programada para a data da independência norte-americana. Aprofundam-se as divisões no governo: Francisco Campos, ministro da Justiça desde 9/11/1937, e Lourival Fontes, chefe do DIP desde a sua criação, perdem igualmente seus postos em julho de 1942.

Se em julho são afundados três navios brasileiros, em agosto o número sobe para cinco, o que contribui ainda mais para adensar as manifestações populares. A 18 de agosto pululam comícios e protestos pelo país. Como anota Carone, "a imensa multidão que percorre as ruas de todas as grandes cidades brasileiras, exigindo declaração de guerra ao Eixo, é fator que o governo não pode desconhecer".¹⁸ Os comunistas, naquele momento em fase de reorganização clandestina do Partido Comunista do Brasil (PCB), sob a direção da Comissão Nacional de Organização Provisória, estarão atuantes nesses movimentos. Sua posição predominante se traduz no apelo à união nacional, com

¹⁷O relato da "Folha da Manhã" sobre essa passeata aparece em Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., ps. 67/70.

¹⁸Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., p. 297.

apoio incondicional ao Governo Vargas tendo em vista a luta contra o nazi-fascismo e a entrada do Brasil na guerra.¹⁹

Mas, simultaneamente, o PCB deixará à mostra sua face de partido da ordem, permitindo antever a posição majoritária que os comunistas sustentarão durante a crise agônica do "Estado Novo" e mesmo no período imediatamente posterior:

A luta sindical é um dos pontos-chave da questão estratégica e tática do PCB. Durante a guerra, em 1942, no momento em que o movimento comunista renasce, são organizadas várias comissões sindicais para a ajuda ao esforço bélico do governo; as autoridades proíbem estas e outras manifestações operárias e, apesar de muitos trabalhadores de esquerda serem contra a colaboração com as autoridades, o PCB adota "uma posição a favor da produção em massa e contra quaisquer agitações que prejudicassem o esforço de guerra do país, ao mesmo tempo que apelávamos para os patrões e o Governo no sentido de melhorar os salários".²⁰

Comunistas à parte, importa acentuar que as pressões canalizadas sobre o Governo Vargas -- e elas provinham também do bloco dos países aliados -- impuseram uma tomada de decisão final. A contragosto dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro (expoentes da linha mais direitista nas fileiras

¹⁹Sobre as distintas posições no interior do PC, v. Edgard Carone, *idem*, ps. 232/235, e Luiz Carlos Prestes, Problemas Atuais da Democracia, Rio de Janeiro, Vitória, 1947, ps. 133/139. Amargando, na época, mais de 6 anos de prisão, Prestes escreve, a 22 de junho de 1942, carta a Agildo Barata, outro comunista histórico, enfatizando que urge "a colaboração enérgica e consciente de todos os brasileiros ainda não contaminados pela peste nazi-fascista-falangista-salazarista-lavalista-japonesa-integralista ou, pelo menos, dela já bem curados" (ps. 39 e 40). Refletia-se, aqui, a tese da união nacional assumida internacionalmente pelos comunistas depois da invasão da Rússia pela Alemanha em junho de 1941. Essa posição sairia vitoriosa na Conferência da Mantiqueira, organizada pelo PCB em agosto de 1943.

²⁰Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., p. 247 (a citação aí incluída é do dirigente comunista João Amazonas). Sobre a atuação do PC nos anos 1945/47, v. Francisco C. Weffort, "Origens do Sindicalismo Populista ...", op. cit., e Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964 (mimeo).

governamentais), a 22 de agosto reconheceu-se o estado de beligêrancia para, no dia 31, através do decreto-lei 10.358, ser enfim declarado o estado de guerra. Tal decisão fora ainda facilitada por seguidos insucessos militares das forças do Eixo, contudo não deve, a meu ver, ser interpretada como mera derrota do Governo Vargas.

Em primeiro lugar, o estado de guerra reforçava os poderes discricionários do ditador e, nesse sentido, armava a ditadura para novas investidas contra as liberdades civis, a despeito do "Estado Novo" não estar vivendo os seus "melhores dias". Pelo art. 171 da Constituição era atribuída ao presidente da República a faculdade de indicar as partes dela que deixariam de vigorar. Em segundo lugar, como consequência dessa prerrogativa, Vargas suspendeu a vigência da primeira parte do art. 175, interrompendo o curso do prazo de 6 anos para o término do "mandato" presidencial, o que envolvia igualmente o adiamento da realização do plebiscito para a apreciação da Constituição de 1937.

Dessa forma, embora a contradição "luta ao lado dos países 'democráticos' x preservação da ditadura no plano interno" se mantivesse, a adesão à causa "democrática" no contexto da segunda guerra mundial não significou o abandono de métodos draconianos de gestão política, como se pode verificar até pelo menos 1944. A censura, por exemplo, dava continuidade à sua ação voraz. Além de vetar a veiculação de notícias que cheirassem a ação oposicionista, "os comentários e discussões sobre a anistia também passaram a ser sistematicamente barrados a partir de 1942, incluindo-se aí notícias sobre o regresso de exilados políticos ao Brasil"²¹. Redobravam-se as atenções em relação a eventuais agitações voltadas para questões ligadas à política interna. Ao falar especificamente sobre o Serviço de Controle à Imprensa (SCI), subordinado à Divisão de Imprensa, Propaganda e Radiodifusão do DEIP de São Paulo,

²¹Silvana Goulart, op. cit., p. 125.

Silvana Goulart lembra como veio a agir a censura em tempo de guerra:

Proibia-se, sobretudo, qualquer crítica à gestão da economia de guerra que impunha racionamento de gêneros: nada podia ser comentado a respeito da carência de produtos no mercado, como sal, açúcar, carvão, carne, leite e o alto preço atingido por esses e outros gêneros; o mesmo acontecia na questão dos combustíveis em geral e da gasolina em particular. Evidentemente, eram censuradas as discussões salariais das diversas categorias profissionais, assim como não se podia notificar nenhum movimento grevista (a alusão, no caso, vale mais para o final de 1944 em diante. APP) ou mesmo um mero litígio entre empregados e patrões.²²

Esses problemas, a rigor, ficavam por conta da Coordenação da Mobilização Econômica, que fora instituída em setembro de 1942 pelo decreto-lei 4.750, e entregue à direção do ex-tenente e ex-interventor de São Paulo, João Alberto. Um amplo leque de questões eram de sua competência legal, indo de problemas referentes ao mercado de trabalho à comercialização e passando pelo regramento das atividades econômicas²³. Afinal, o "Estado Novo" se conservava de pé e mais, como veremos, até com pretensões continuístas. Por isso as manifestações públicas pró-regime tinham prosseguimento, como o exemplificam o 10 de novembro de 1942 (com os festejos do 5º aniversário do "Estado Nacional") e o 19 de abril de 1943 (quando o ditador completou 60 anos).

Mas, sem dúvida, apesar da resistência governamental, a conjugação de fatores externos e internos trazia à tona contradições que iam, aos

²²Idem, *ibidem*, p. 124.

²³Ao lado da comissão, persistia a atuação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado em setembro de 1936. Como ele se propunha, entre outras coisas, a combater a prática de crimes contra a economia popular, granjeou, em virtude da sua defesa da "bolsa do povo", alguma popularidade, para o que concorreu o tremendo esquema publicitário acionado pelo DIP. Cf. Reynaldo Pompeu Campos, Repressão Judicial no Estado Novo (Esquerda e direita no banco dos réus), Rio de Janeiro, Achiamé, 1982, p. 126. Por sinal, esse autor sublinha que "em todas as áreas nas quais exerceu sua jurisdição -- política, espionagem, sabotagem e economia popular -- ele (TSN) cometeu excessos e puniu, muitas vezes, contra todas as evidências" (p. 126).

poucos, solapando as bases do regime. 1943 se abre sob o signo do agravamento das tensões políticas, em que pese, repito, o poder de fogo concentrado pela ditadura. Nesse ano o clamor generalizado será pelo envio de tropas brasileiras ao campo de batalha, que se consumaria, finalmente, em junho de 1944.

A 1º de janeiro é instalada festivamente no Rio de Janeiro a Sociedade Amigos da América, sob a presidência do general Manoel Rabelo e com a presença do embaixador norte-americano Jefferson Caffery, que inclusive discursou na ocasião. Embora Rabelo -- um conhecido liberal -- salientasse que a organização da entidade recebera autorização do poder público e que ela descartava "veleidades oposicionistas", essa sociedade não tinha por que ser bem vista pelas autoridades. O simples fato dele afirmar, mais uma vez, que a liberdade era o bem mais precioso do homem já soava como um discurso típico de oposição. Carone anota que "o movimento da Sociedade é a favor da aproximação do Brasil com os Estados Unidos e a palavra democracia soa como slogan contra o Estado Novo. Daí a perseguição que o General Manoel Rabelo sofre e o sentido oposicionista de sua luta"²⁴. Luta na qual, é claro, ele não estava sozinho, contando com a participação de militares (especialmente coronéis) e civis (como estudantes) que desenvolveram suas atividades em vários estados. Liberais e comunistas conviverão na Sociedade Amigos da América como também na Liga de Defesa Nacional, reativada em janeiro, esta uma autêntica miscelânea ideológica²⁵ cujo denominador comum consistia no objetivo de forçar a entrada do Brasil na luta efetiva contra os combatentes do Eixo.

Um aspecto merece particular atenção. É sabido que as Forças Armadas, desde o golpe de 1937, davam sustentação ao "Estado Novo". Quando um ministro do Supremo Tribunal Militar, como o era o general Rabelo, sai a

²⁴Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., ps. 236 e 237.

²⁵V. Edgard Carone, *idem*, p. 236. Por essas e outras, esse autor se refere à existência, nesse período, de uma "frente comum divergente". Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., p. 63.

campo, respaldado por outros militares, num desafio implícito aos padrões castrenses habituais, é sinal de que o descontentamento começa a lavrar inclusive na área militar, por mais contido que seja. Ao longo do ano essa tendência recrudesceria a ponto de Ricardo Maranhão assegurar que "muitos militares, mesmo de alta patente, já de algum tempo vinham revelando, em conversas particulares, a sua oposição ao Estado Novo. Vários deles se encontravam em atitudes praticamente conspiratórias desde 1943."²⁶

Não havia, no entanto, contestação aberta à autoridade do governo e/ou ao regime. Ainda em julho de 1943, durante a realização do VI Congresso da União Nacional dos Estudantes, deliberava-se pelo encaminhamento de mensagem ao presidente da República ressaltando que, em relação à política de guerra do Brasil, a questão prioritária era a da união nacional em torno do Governo Getúlio Vargas. Este era, de fato, o tom dominante nas manifestações públicas dos segmentos mobilizados contra o nazi-fascismo. Nem por isso se aplacavam os temores e as desconfianças que tomavam corpo nos próprios aparelhos de Estado.

Sob esse clima pipocavam as dissensões internas nas hostes governamentais, e até o DIP chegou a ser transformado em alvo de críticas por seus excessos "liberais"²⁷. Uma ala mais conservadora sugeria maior endurecimento do regime e, entre outras providências, "mobilização de sindicatos". Como principal liderança desse grupo estava Viriato Vargas, colaborador da revista Ciência Política, defensora de uma "ditadura republicana", o que lhe rendera vetos do DIP. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, por exemplo, era criticado pela sua suposta complacência diante do ascenso do movimento estudantil, no qual medrava a oposição, mesmo que disfarçada, à ditadura. Isso para não falar da já costumeira rejeição do bloco mais direitista do governo ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha,

²⁶Ricardo Maranhão, Sindicatos e Democratização, São Paulo, Brasiliense, 1979, ps. 25 e 26, nas quais o autor fornece alguns elementos sobre o assunto.

²⁷V., a respeito, Silvana Goulart, op. cit., ps. 149/154.

sempre a propugnar por uma maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Como revela Silvana Goulart,

O grupo do qual Viriato Vargas era o porta-voz se referia freqüentemente à inépcia do órgão (DIP) em reprimir a propaganda comunista, tida como "exploradora da boa fé do povo brasileiro", e que se insinuava através do apoio de diversos segmentos sociais aos países "aliados" e apontava os meios jornalístico, artístico, acadêmico, científico e militar como os principais veiculadores dessas idéias surgidas sob a capa de defesa das liberdades democráticas no plano internacional. (...) A negligência da censura estaria permitindo aos jornais enfatizarem a mobilização de entidades anti-fascistas -- Sociedade Amigos da América, Conselho Anti-Eixista do Banco do Brasil, Liga de Defesa Nacional, União Nacional dos Estudantes -- que implicitamente lutavam contra o regime ditatorial.²⁸

Enquanto isso os defensores da "causa democrática" prosseguiram em seus apelos à união nacional, a despeito de seu significado não ser comum a todos os setores envolvidos nessa luta. É nesse contexto que adquire destaque o Manifesto Mineiro, lançado a 24 de outubro de 1943. Esta não era uma manifestação qualquer; ela, afinal, reunia figuras ilustres da vida política das Minas Gerais, identificadas, a grosso modo, com a chamada "oligarquia liberal", desejosa do restabelecimento das regras do jogo "democrático-liberal".

Dentre seus pontos mais importantes consta a crítica à "personificação do poder", apontada como restritiva, onde quer que se verificasse, às liberdades públicas e privadas. O documento reconhece, por outro lado, o progresso material do Brasil, porém ressalva que ele não era decorrência inerente à adoção de um regime autoritário. Nessa perspectiva, coloca-se a favor da união enquanto "harmonia espontânea e não unanimidade forçada", e diz mais: "se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais,

²⁸Idem, ibidem, p. 150.

reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam." Depois de expressar apoio à política de guerra do Brasil e aos compromissos dela resultantes, os signatários do manifesto avançam sua proposta: "exatamente por sermos fiéis a esses compromissos, entendemos que nos cumpre cogitar, desde já, com patriotismo e prudência, da organização política do país no após-guerra."²⁹

Manifestações desse teor representavam tudo o que o Governo Vargas não gostaria de ler ou ouvir. Tanto que, pressentindo que, mais dia menos dia, as reivindicações por mudanças institucionais tomariam forma mais direta e contundente, o ditador já abordara a questão no seu discurso de 7 de setembro de 1943, no estádio do Vasco da Gama. Em síntese, a mensagem que ele transmitia aos brasileiros era de que só a guerra deveria preocupar a todos, pois "os problemas internos de estrutura definitiva do Estado, de complementação da ordem institucional, serão resolvidos em tempo com o pronunciamento amplo de todas as forças sociais". Numa situação emergencial como a da guerra, continuava Vargas, não se poderia atender ao requisito da serenidade indispensável à liberdade de expressão da opinião. Todos, a seu ver, compreendiam isso, "excetuados talvez os impacientes e os saudosistas das agitações estéreis", apegados a "sofismas político-partidários" e a "velhos e desacreditados chavões demagógicos".³⁰

Num outro flanco -- o da burguesia -- emitiam-se também alguns sinais inquietantes para o regime. Diversos estudos já salientaram, por exemplo, como a burguesia industrial, mais do que se acomodar ao estilo autoritário do "Estado Novo", apoiou a sua implantação e -- como, de resto, especialmente a

²⁹As citações do Manifesto Mineiro foram extraídas da transcrição que aparece em Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., ps. 78/80. Aliás, esse historiador adverte para o risco da superestimação política desse documento: "os exagerados auto-elogios sobre o Manifesto Mineiro são constantes, todos eles querendo dar prioridade às oligarquias na luta contra o Estado Novo." Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., p. 305.

³⁰Discurso de Getúlio Vargas na "Hora da Independência", BMTIC, nº 110, out/1943, s/n.

burguesia urbana -- em geral conviveu bem com a ditadura³¹. Suprimidos os mecanismos parlamentares de representação política, os conselhos e comissões dos quais participavam as entidades patronais funcionaram como canais de acesso ao poder estatal, apesar de sua interferência se registrar no âmbito de instâncias decisórias inferiores. Seja como for, a burguesia não detinha em suas mãos o controle da política econômica. E, em fins de 1943, ela começava a verbalizar publicamente suas intenções até certo ponto "democratizantes". No I Congresso Brasileiro de Economia, sediado no Rio de Janeiro entre novembro e dezembro de 1943, o varguista João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, rasgava elogios a Roosevelt e ao patrimônio "democrático" dos Estados Unidos, e mais, assumia a defesa da conjugação da "democracia política" e da "reforma social".³²

Nesse cenário o ministro do Trabalho Marcondes Filho, que então acumulava igualmente a pasta da Justiça, fazia suas as palavras de Vargas. Num pronunciamento, em novembro de 1943, de enorme relevância política para se compreender a posição dos círculos mais afinados com o ditador, ele se propõe esclarecer O Momento Constitucional Brasileiro. Justifica novamente o adiamento do plebiscito sobre a Constituição de 1937 bem como a dilação do primeiro período presidencial (ambos tinham, em princípio, como data-limite 10 de novembro de 1943). Como exercer livremente o direito de voto em meio aos imperativos de segurança nacional típicos do estado de guerra? Esse era o argumento invocado para evitar a "agitação dos comícios" num momento considerado inoportuno. Ele insistia em reafirmar que os prazos constitucionais se mantinham, ocorrendo apenas a interrupção de sua contagem enquanto perdurasse o estado de guerra.

³¹V. Eli Diniz, "O Estado Novo ...", op. cit., e Warren Dean, op. cit., cap. XI.

³²V. discurso de João Daudt d'Oliveira no BMTIC, nº 112, dez/1943, ps. 207/209.

Do seu ponto de vista, a nação, que necessitaria acima de tudo de ordem e tranqüilidade, só teria a lucrar com isso, porque se muniria dessa maneira dos devidos cuidados frente ao "inimigo interno e externo". Numa palavra, "adiando o plebiscito, o Sr. Presidente da República evitou, durante a guerra, campanhas favoráveis à ação dissolvente da quinta-coluna e à infiltração de extremismos sempre alertas e ágeis"³³.

O recado de Marcondes Filho se endereçava aos opositores do regime como um todo, inclusive aos mineiros que no seu manifesto haviam defendido o início do debate sobre a configuração institucional do país. Com uma mão o ministro, na esteira do discurso anterior de Vargas, acenava com a perspectiva de mudança para o pós-guerra. Com a outra, aferrava-se à ordem constitucional vigente, valendo-se do pretexto da guerra. Um exame atento do seu pronunciamento indica que se trata basicamente, como afirmou Carone, de uma "tentativa de preservação do Estado Novo"³⁴, porém, como observou, por um outro ângulo, João Almino, ao mesmo tempo "é interessante notar a preocupação de Marcondes Filho em marcar o caráter excepcional do regime neste momento, e de procurar legitimá-lo em função do estado de guerra"³⁵. Esta era a contradição contra a qual esbarravam as forças getulistas naquela conjuntura.

Elas não entregavam os pontos. Prova disso são as ácidas críticas dirigidas por Marcondes Filho aos liberais, no melhor estilo estadonovista. Tachando-os de "falsos profetas", ele os caracteriza como saudosistas que falharam em seus ideais e que agora oferecem direitos que sempre recusaram ao homem da rua, mesmo depois da Rerum Novarum. Para o ministro se impunha, mais do que nunca, a necessidade de uma sintonia fina entre o "esforço bélico no exterior" e a "perfeita união nacional no interior". Por essa razão, completava,

³³Alexandre Marcondes Filho, O Momento Constitucional Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, p. 15 (discurso proferido em novembro na sessão solene de abertura da Conferência dos Conselhos Administrativos dos Estados).

³⁴Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., p. 91.

³⁵João Almino, Os Democratas Autoritários (Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1945), São Paulo, Brasiliense, p. 24.

"todos perceberão certamente o despróposito dos que, por amor à crítica, acham este momento oportuno para retomar debates políticos que sempre agitaram os homens." Isso, na sua visão, conspirava contra os interesses nacionais, que vinham sendo assegurados a todo custo pelo regime e pelo "gênio político do Presidente Getúlio Vargas".³⁶

As comemorações da passagem do 6º aniversário do "Estado Novo" servirão também de mote para o Governo partir para o contra-ataque. Em solenidade de inauguração do novo edifício do Ministério da Fazenda, Getúlio Vargas ressaltava que "o nosso maior inimigo ainda será a divergência interna. (...) Não temos tempo para desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame das conveniências políticas de simples finalidade eleitoral"³⁷. Somente o término da guerra, repisava o ditador, devolveria à nação o ambiente de paz e ordem imprescindível para as consultas ao povo acerca dos reajustamentos da estrutura política do país.

Mas, atenção, o que figurava nos seus planos naquele momento não era exatamente um retorno puro e simples à chamada democracia representativa. A proposta de Vargas era reveladora das afinidades que apresentava com ideais corporativistas, parcialmente encampados pela Constituição de 1937:

*"E, das classes trabalhadoras, organizadas, tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional: -- patrões, operários, comerciantes, agricultores -- gente nova, cheia de vigor e de esperança. (...) A primazia nas posições de direção, controle e consulta, caberá aos que trabalham e produzem e não aos que se viciaram em cultivar a atividade pública como meio de subsistência e instrumento de simples acomodações pessoais."*³⁸

³⁶Alexandre Marcondes Filho, O Momento Constitucional Brasileiro, op. cit., respectivamente ps. 17, 22, 19 e 22. Frise-se que os elogios destinados ao regime e a Vargas são veementes, em pleno final de 1943 (v. esp. ps. 18 e 22).

³⁷Getúlio Vargas, BMTIC, nº 112, dez/1943, s/n.

³⁸Idem, ibidem.

A disposição de reagir às "explorações demagógicas" ia além. Independentemente das projeções sobre o formato institucional do Estado, o Governo Vargas se defrontava com problemas imediatos. Não satisfeito com meras críticas aos "agitadores", em pronunciamento no mesmo dia 10 de novembro de 1943, no Arsenal de Guerra, durante banquete oferecido pelo Exército, a fala do ditador era ameaçadora: "em circunstâncias assim difíceis (...) seria erro e crime agitar a Nação. Por isso mesmo, o Governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril. A hora é de união, e para mantê-la não hesitaremos em usar meios enérgicos."³⁹

Da ameaça à ação foi um passo. O movimento estudantil, que se posicionava a favor da entrada do Brasil nas operações de guerra, passava, progressivamente, a protestar igualmente contra a ditadura. Em dezembro de 1943, tendo como centro de irradiação a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, uma passeata agita o centro de São Paulo. Os manifestantes ostentavam lenços tapando a boca em sinal de repúdio ao amordaçamento da liberdade de expressão. A reação truculenta da repressão foi incontinenti: metralhadas, morreram duas pessoas e 25 ficaram feridas, entre populares e estudantes. Tinha razão o jornalista/humorista Barão de Itararé: "o Estado Novo é o estado a que chegamos."⁴⁰

2. A ofensiva trabalhista nas ondas do rádio

Uma das tiradas célebres do Barão de Itararé dizia que "há algo de novo no ar, além dos aviões de carreira". Em mais de um sentido isso se aplicava, à perfeição, à situação do Brasil no princípio dos anos 40.

³⁹Idem, *ibidem*.

⁴⁰Citado por Leandro Konder, em Barão de Itararé, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 26.

O verão de 1942 foi marcado pela elevação da temperatura política no país. Nomeado para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no dia 29 de dezembro de 1941, Alexandre Marcondes Filho toma posse no começo de janeiro investido da missão de estreitar os canais de aproximação entre Vargas e as classes trabalhadoras. Não por simples coincidência, entre o final de 1941 e o início de 1942 a posição do Brasil face à segunda guerra mundial caminhava para uma rápida definição e o alinhamento ao lado dos países que combatiam o Eixo atuaria como fator detonador do agravamento de contradições internas.

A conjuntura internacional se converterá, gradativamente, num elemento de peso na projeção do futuro do "Estado Novo". Com a adesão à luta contra o expansionismo nazi-fascista, se tornaria problemática a preservação, no jargão das forças oposicionistas, do "fascismo interno". Isso imporia ao governo a obrigação de considerar, de uma forma ou de outra, a necessidade de alternativas institucionais. Quando mais não fosse, a perspectiva de uma reforma institucional -- ou, nas palavras de Vargas, de uma "complementação institucional" -- se colocava como um dado da conjuntura. Tratava-se, no fundo, de deflagrar uma operação política que assegurasse, no que fosse possível, a manutenção do "Estado Novo" e/ou, na pior das hipóteses, que garantisse ao menos a continuidade política de Getúlio Vargas e seus aliados.⁴¹

Um elemento a mais a pesar nos cálculos políticos governamentais no começo de 1942 era o plebiscito previsto no art. 187 da Constituição, cuja realização deveria se dar até, o mais tardar, o término do primeiro período

⁴¹Sob este aspecto, existe uma ligeira diferença, não desprezível, entre a interpretação de Angela de Castro Gomes e a minha. Para ela, que situa 1942 como um marco do período de "transição" do "Estado Novo", esse ano é dominado por uma ambigüidade política: "esta ambigüidade está sendo entendida aqui como o esforço de abrir mão de um regime autoritário, sem abrir mão das posições de poder então detidas por seus mentores. Para tanto, era preciso garantir a condução do processo de 'saída' do próprio autoritarismo", quer dizer, a "continuidade política (dessas elites) em uma ordem democrática". A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 201. Do mesmo modo, ela identificará na tentativa de implementação do projeto sindical corporativista, notadamente a partir de 1943, a procura de respaldo de "um regime que buscava a saída do autoritarismo" (p. 277).

presidencial (fixado, em princípio, pelo art. 80, em seis anos, a menos que a consulta popular fosse desfavorável à Constituição -- art. 175). Era preciso, portanto, desfechar uma campanha massiva de "esclarecimento" para que o julgamento popular aprovasse a carta constitucional do regime.

O plebiscito, na opinião do ministro da Justiça Francisco Campos, era "a única forma natural de expressão da vontade das massas" (EN, p. 16). Nas suas pregações autoritárias ele sempre combatera o "mito do sufrágio universal" (EN, p. 57) por entender que na sociedade de massas o sufrágio deveria restringir-se ao pronunciamento popular sobre um número reduzido de questões mais simples e mais gerais. Teorizações à parte, o plebiscito era objeto de preocupação do governo, permanentemente alerta para o fato de que o tempo se escoava e, mais dia menos dia, ele teria que ser realizado⁴². Sua efetivação seria a maneira de pôr abaixo as críticas dos "detratores" do regime, partindo-se do princípio de que a consulta plebiscitária se justificava -- transcorridos alguns anos depois da instalação do "Estado Novo"-- porque o povo seria chamado a se manifestar sobre uma experiência concreta e não sobre uma mera construção jurídica.

A declaração de guerra do Brasil ao Eixo ainda não havia oferecido o pretexto para a suspensão "temporária" do curso do prazo tanto para a marcação do plebiscito como para o encerramento do primeiro período presidencial. Naquele contexto é que Marcondes Filho desponta como uma figura-chave dos anos 1942/43, para não falar do período 1942/45, pois só deixaria o Ministério do Trabalho com a deposição de Vargas.

A que vinha o novo ministro, já o sabemos. Mas que credenciais poderia exibir para habilitar-se ao cargo de titular da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio? Advogado militante em São Paulo, à frente de um escritório que se dedicava ao Direito Comercial, especialmente Direito Falimentar, ele privava de um relacionamento extremamente amigável com industriais paulistas, o que,

⁴²V., por exemplo, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, op. cit., p. 239.

diga-se en passant, seria um fator facilitador do exercício de sua função. Sem me alongar quanto à sua biografia, pinço apenas alguns dados reveladores de sua sintonia com Vargas e com o "Estado Novo".

Em novembro de 1939, lá ia Marcondes Filho ao Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, proferir uma conferência sobre "O Sr. Presidente" durante as celebrações culturais promovidas por organismos governamentais em comemoração ao 2º aniversário do "Estado Novo". A 19 de abril de 1941, ele perfilava ao lado dos que participavam de tributo ao ditador, desta vez em Porto Alegre, no Teatro São Pedro, onde falou da obra do aniversariante numa palestra sobre "A significação de Getúlio Vargas".

A questão da unidade geopolítica do Brasil -- que se desdobraria na defesa da unidade social/colaboração de classes, uma de suas preocupações dominantes no MTIC -- atraía prioritariamente as suas atenções até então. A 6 de novembro de 1940, ei-lo de novo, no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, exaltando "A paixão da unidade" em cerimônia de entrega a Vargas de uma urna de prata contendo terra de todos os recantos do país, como símbolo do "chão do Brasil uno e indivisível"⁴³. Para Marcondes Filho, que retornaria ao tema com bastante freqüência, a unidade era a nossa constante histórica. Na sua visão da história do Brasil, tudo concorria para demonstrar que "o seu traço fundamental está no problema unitário", desde os vínculos das capitanias à Metrópole até a polarização do poder em torno do imperador Pedro II⁴⁴. Obviamente esse raciocínio desembocava no culto a um Estado unitário/concentrador de poderes enfeixados por Vargas.

⁴³As três conferências mencionadas estão reunidas em Alexandre Marcondes Filho, Vocações da Unidade (Conferências e discursos), Rio de Janeiro, José Olympio, 1941, livro no qual ele reverencia grandes vultos da história oficial, associando-os à luta pela conservação da unidade do Brasil (citação da p. 199).

⁴⁴Marcondes Filho, "Organização Sindical", em Marcondes Filho e outros, Curso de Orientação Sindical, Rio de Janeiro, Comissão Técnica de Orientação Sindical, 1944, p. 27 (v., a respeito, ps. 27/29). Nessa conferência, datada de 8 de outubro de 1943, ele justifica em nome do "pensamento unitário" o sistema sindical brasileiro.

Em fins de 1941 Marcondes Filho fora escolhido para assumir a presidência da União Cultural Brasileira (UCB), uma entidade criada na época por adeptos do regime, dentre os quais Cesarino Júnior, a quem caberia a vice-presidência. Com as vistas voltadas para o plebiscito sobre a Constituição de 1937, a UCB estaria fadada, segundo depoimentos posteriores de seus organizadores, a transformar-se num embrião de partido político. Autorizados pelo ditador, eles se movimentavam visando dar organicidade política ao prestígio de que gozava Vargas:

Tratava-se de começar a montar uma organização cuja fachada deveria ser cultural, mas cujo objetivo prioritário seria constituir-se numa grande base de apoio político para o Presidente Vargas. O diagnóstico que orientava os propugnadores da idéia era o de que Getúlio tinha imensa força política -- particularmente entre os trabalhadores -- mas que esta força encontrava-se desorganizada e, portanto, era ineficaz.⁴⁵

Ora, como se percebe, havia muito em comum entre o projeto de constituição da UCB e a nomeação de Marcondes Filho para o Ministério do Trabalho. Apesar de, no meu entender, não se poder falar num claro e único projeto varguista que apontasse desde então para a inevitável formação de um partido político, é evidente que se tratava de aglutinar, à sombra da popularidade de Vargas, recursos de poder -- uma "reserva de mobilização" -- que, a tempo e a hora, seriam utilizados supostamente como melhor lhe conviesse.⁴⁶ Empossado ministro do Trabalho, Marcondes Filho passaria, como saldo da crise ministerial de julho de 1942, a acumular, desde 17 de agosto, também a pasta da Justiça, de início interinamente, sendo depois efetivado em abril de 1943 e aí permanecendo

⁴⁵Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit., p. 290. As considerações feitas acima sobre a UCB se basearam nessa autora, esp. ps. 290/291, nas quais ela ainda se reporta às razões pelas quais a iniciativa não vingou.

⁴⁶Oscilações e indefinições marcarão o processo que levará, em circunstâncias especialíssimas, ao surgimento, em 1945, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, enquanto tal, não figurava, em princípio, nos planos do ditador. V. Angela de Castro Gomes, *idem*, cap. VIII.

até março de 1945. Como já registrou Angela de Castro Gomes, "o acúmulo das duas pastas lançou Marcondes como um personagem central na condução do processo político nacional, uma vez que é exatamente este o papel do ministro da Justiça"⁴⁷.

Mal se instalara no Ministério do Trabalho, o novo titular se preparava para desencadear, pelos microfones da "Hora do Brasil" -- programa do DIP transmitido compulsoriamente para todo o país em cadeia de emissoras de rádio -- uma autêntica cruzada trabalhista. O rádio funcionaria como a mais importante cabeça-de-ponte da máquina propagandística montada pelo "Estado Novo". E Marcondes Filho soube tirar proveito desse veículo. Ele se dera conta do papel estratégico desse meio de comunicação num país assolado pelo analfabetismo (56,4% da população) e onde a radiodifusão se achava em franca expansão (entre 1937 e 1944 o número de emissoras sobe de 63 para 106, enquanto o de aparelhos receptores se eleva de 359.921, em 1939, para 659.762, em 1942).⁴⁸

Pelo rádio, em cadeia nacional, o país recebera, às 20 horas do dia 10 de novembro de 1937, a notícia do golpe de Estado pela voz autorizada de Getúlio Vargas. Pelo rádio os grandes acontecimentos massivos -- como as festas trabalhistas -- eram transportados para dentro dos lares daqueles que não estavam presentes ao Estádio de São Januário. A Francisco Campos, como vimos, nem de longe passara despercebido o potencial político do rádio numa sociedade de massas. Como ressaltou Sérgio Cabral, Vargas, já há algum tempo, também atentara para a bem sucedida utilização da radiodifusão na Alemanha de Goebbels e Hitler. Daí a mensagem que, a 1º de maio de 1937, ele encaminhara ao Congresso Nacional enfatizando a relevância do rádio na difusão das ações e

⁴⁷Idem, *ibidem*, p. 200.

⁴⁸Dados oficiais reproduzidos em Nelson Jahr Garcia, *op. cit.*, ps. 101 e 102. Na Exposição do Estado Novo, realizada entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939, constava a informação segundo a qual as 96 estações que operavam em ondas longas e curtas atingiam aproximadamente 10 milhões de ouvintes. Cf. Newton Dângelo, *op. cit.*, ps. 82 e 83.

orientações governamentais. Para Vargas era imperioso proporcionar "momentos de educação política e social" ao povo, motivo pelo qual insistia na necessidade de instalação de serviços de alto-falantes mesmo nos locais mais afastados ou de população mais rala.⁴⁹

A irradiação das famosas "Conversas ao Pé do Fogo", do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, supunha um grupo de pessoas reunidas em casa em volta da lareira. Os aparelhos de rádio, colocados geralmente na sala de visitas, ponto de convergência das atenções das famílias, viviam dias de glória. Usina geradora de emoções, despertavam o envolvimento dos ouvintes inclusive para as coisas da política⁵⁰. Como já foi dito, "o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional"⁵¹. Mais ainda, "o rádio possibilitou, no Brasil, sem a menor dúvida, e pela primeira vez, a notoriedade de dimensão nacional; criou novos ídolos"⁵² que iam da música popular à política, aspecto que interessava de perto aos estrategistas do Ministério do Trabalho.

A fabricação de Getúlio Vargas como ídolo político da "era do rádio" era um plano em andamento, no qual se injetariam novos recursos a partir de 1942. Um dente poderoso dessa engrenagem era precisamente o programa

⁴⁹V. Sérgio Cabral, "Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira", em Ensaio de Opinião, 2 + 1, Rio de Janeiro, Inúbia, 1975, p. 39.

⁵⁰Rádio Days (A Era do Rádio), de Woody Allen, EUA, 1987, e Um Dia Muito Especial, de Ettore Scola, Itália, 1977, ilustram muito bem a chamada "idade de ouro do rádio". No segundo caso, o uso político do rádio no dia em que Hitler visita Mussolini se cruza com a problemática das relações de gênero sob o fascismo. Porém, o espetáculo mais sensacional sobre o contágio emocional via rádio ainda é a célebre encenação da obra literária A Guerra dos Mundos, de H.G. Wells, no programa "Teatro Mercúrio", transmitido a 30 de outubro de 1938 pela Rádio C.B.S., de Nova Iorque, com apresentação e direção de Orson Welles. Mediante o emprego de recursos dramáticos para simular acontecimentos reais, esse programa espalhou pânico pelos EUA face à suposta invasão de marcianos a bordo de seus disco-voadores.

⁵¹Alcir Lenharo, op. cit., p. 40.

⁵²Nelson Werneck Sodré, Síntese de História da Cultura Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4a. ed., 1976, p. 95.

"Hora do Brasil", com transmissão obrigatória inclusive pelos estabelecimentos comerciais dotados de rádio. À época ele apresentava um leque de atrações variado, cobrindo os discursos e os atos do governo, sem descuidar do noticiário internacional e dos boletins do tempo, inserindo também entrevistas e "números musicais" de artistas de grande cartaz na música popular brasileira, aos quais por vezes destinava a última meia hora.

Sem perda de tempo, logo em janeiro de 1942 Marcondes Filho começou a fazer uso da "Hora do Brasil" com suas palestras semanais com duração de dez minutos, que perduraram até julho de 1945 e recebiam divulgação nas edições mensais do BMTIC, agrupadas na seção "Falando aos Trabalhadores Brasileiros"⁵³. O ministro era, certamente, suspeito para avaliar -- como o fez seguidas vezes -- o sucesso da sua iniciativa. Contemporâneos dele, situados politicamente em campo adverso, reconheceram, no entanto, o alcance dessa empreitada. Hilcar Leite, por exemplo, confirma que "a massa de propaganda era imensa, pelos jornais, pelo rádio. Todo mundo ouvia as palestras do Marcondes Filho."⁵⁴

Eram dois, fundamentalmente, os motivos declarados pelo ministro do Trabalho para justificar seu comparecimento à "Hora do Brasil". Dada a amplitude e a rapidez do rádio como meio de comunicação, ele era o veículo mais indicado para oferecer à massa proletária "a exata interpretação dum direito que, por não ser conquistado, mas outorgado, exigia explicações para ser bem compreendido" (TB, p. 286). Em meio a essa tarefa de "esclarecimento" sobre

⁵³Os 47 pronunciamentos de Marcondes Filho em 1942, mais o seu discurso de posse como ministro do Trabalho, originaram o livro Trabalhadores do Brasil, op. cit., daqui por diante mencionado abreviadamente como TB.

⁵⁴Depoimento de Hilcar Leite em Velhos Militantes, op. cit., p. 188. Aliás, em vários autores, como em Alcir Lenharo, percebe-se, em alguns momentos, uma aparente oscilação na avaliação da eficácia ou não da propaganda oficial pelo rádio. Invoca-se, entre outras razões que minimizariam a influência da "Hora do Brasil", o fato de que o povo a apelidara de "o fala sozinho". Todavia, esse apelido, tal qual o de "a hora do silêncio", fora colocado pelo povo para ironizar a baixa audiência de um programa precursor da "Hora do Brasil", mantido no imediato pós-30 pelo Departamento Oficial de Propaganda. Cf. Hélio Silva, op. cit., p. 73.

uma "legislação nova", Marcondes Filho destacava outro ponto que reputava essencial: "divulgar a orientação do Governo relativamente à vida sindical"⁵⁵.

O próprio ministro se incumbiria, em outras falas, de traduzir os propósitos governamentais. De um lado, ele conclamava os trabalhadores brasileiros, no seu programa de estréia na "Hora do Brasil", "a cerrarem fileiras em torno do grande fundador do Estado Nacional" (TB, p. 20). De outro, clamava pela necessidade de intensificação da vida sindical, tema da pauta política de Marcondes Filho desde o seu discurso de posse⁵⁶. Ambos os objetivos -- como veremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes -- confluíam para o mesmo fim: arregimentar trabalhadores para a constituição de uma base de sustentação ao regime e/ou a Vargas.

Quanto a isso, ao discursar nos festejos do 1º de maio de 1943, no Estádio de São Januário, Marcondes Filho não poderia ser mais explícito, ao firmar, em nome dos trabalhadores, um compromisso de defesa do "Estado Novo" e de obediência e lealdade ao seu "criador". Ele renova, então,

*as promessas de que estarão unidos na defesa das instituições que serviram de instrumento aos benefícios concedidos e representam a garantia da vigência e da continuidade das leis negadas pelos outros regimes. A promessa de sua coesão, do seu entusiasmo, da sua dedicação e da sua obediência para a defesa do regime que V. Excia. fundou, para defesa da Pátria contra os inimigos interiores e para defesa da soberania contra os inimigos externos.*⁵⁷

⁵⁵Em diversas oportunidades ele reafirmou essa preocupação. V., por exemplo, a palestra de 8/4/43, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 105, mai/1943.

⁵⁶V. em TB a palestra intitulada "Vida Sindical".

⁵⁷Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, s/n. Nesse mesmo número publicou-se outro discurso de Marcondes Filho, pronunciado durante festa promovida por "empregados e empregadores", no Teatro João Caetano, para assinalar a passagem de mais um 19 de abril. Nele o ministro reitera a intenção de "unir o devotamento de cada um à sua autoridade (de Vargas), de somar a abnegação de todos os brasileiros às iluminações de sua chefia. Transformemos este comício de gratidão e de civismo numa cerimônia de fidelidade coletiva"(p. 379).

Em relação ao público-alvo das suas palestras radiofônicas, o ministro priorizava o homem simples, o trabalhador que ou desconhecia os direitos que lhe teriam sido outorgados ou ignorava os meios a que poderia recorrer para fazê-los valer.⁵⁸ A cada dia, o Brasil mais e mais ia se afirmando, a seu ver, como "o país das indústrias". Com o surto do "industrialismo" emergem as questões sociais e a "controvérsia das classes", cuja solução dependeria da ação estatal via Direito Social e "organização das classes". Para colaborar nesse esforço de orientação da sociedade, Marcondes Filho se dirigia, toda semana, aos brasileiros, em particular aos trabalhadores urbanos, objeto da legislação social, embora não deixasse de referir-se freqüentemente à futura extensão dos direitos trabalhistas ao campo, inclusive à sindicalização rural.⁵⁹

A ressonância da fala ministerial foi inegável, convertendo-a numa poderosa alavanca da palavra estatal. Esta, colada à propagação de imagens, símbolos e mitos de legitimação de Vargas e do "Estado Novo", adquiria uma proeminência sem igual na sociedade brasileira, em que pese a sua incapacidade de extirpar as vozes dissonantes. Vargas e Marcondes Filho sabiam, entretanto, das limitações intransponíveis do poder da palavra ou do verbo. Por isso mesmo procuraram alimentar o Ministério do Trabalho com verbas que favorecessem a formação do ambicionado " exército de reserva de mobilização".

Um exame do orçamento e gastos ministeriais, como o realizado por Kenneth Paul Erickson, constatou que o volume dos recursos financeiros canalizados para o Ministério do Trabalho nos últimos 4 anos do "Estado Novo" se situou num patamar bem acima de sua média histórica. Dispensou-se à previdência social e aos programas de bem-estar uma atenção inusitada, se

⁵⁸V. Marcondes Filho, BMTIC, nº 113, jan/1944, p. 309.

⁵⁹No seu programa de trabalho ele já lembrava que "ainda agora o eminente Sr. Getúlio Vargas efetiva a promessa de leis tutelares do trabalhador do campo -- herói anônimo da unidade a oeste" (TB, p. 11). O "Estado Novo", em sua política de colonização e ocupação dos vazios demográficos ou, como queira, de interiorização do desenvolvimento, lançará, por sinal a campanha Rumo a Oeste, "filha do bandeirismo". Um de seus maiores ideólogos era Cassiano Ricardo, Marcha para Oeste, op. cit., cuja obra foi analisada criticamente por Alcir Lenharo, op. cit., cap. 2.

comparadas as dotações de recursos com as do período anterior. De olho nos quadros demonstrativos de gastos governamentais, aquele pesquisador pôde então concluir que "o aumento nos gastos reais em 1939 foi seguido por uma queda de dois anos, o que confirma a afirmação de que o comprometimento de Vargas com o trabalhismo foi apenas parcial até 1942."⁶⁰

Os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras. A sua entronização depende, em boa parte, de ações concretas. Lançar palavras ao ar requeria, ao mesmo tempo, uma série de medidas mais terra-a-terra, sem o que sua eficácia estaria irremediavelmente comprometida.

⁶⁰Kenneth Paul Erickson, Sindicalismo no Processo Político no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 103 (v. também ps. 104/108).

CAPÍTULO IV

A SINFONIA DO TRABALHO

A consolidação da ideologia do trabalhismo

A ideologia do trabalhismo, num determinado sentido, se inscreve num momento histórico semelhante à sensação que experimentamos diante da audição da Sinfonia nº 9, de Beethoven. O primeiro momento, marcado pelo andamento allegro ma non troppo, cede lugar a um segundo movimento, molto vivace, numa sucessão tal que, de alguma forma, já se percebe no primeiro o anúncio do segundo momento.

Quando se investiga a gestação da ideologia do trabalhismo, nos anos 30; constata-se a presença dos elementos nos quais ela se apoiará em sua fase de consolidação e amplificação de sua difusão. Nesse período (1942/43) se insuflará mais energia e dinamismo à política trabalhista do Governo Vargas em seu esforço para capturar politicamente as classes populares. Os componentes básicos da ideologia do trabalhismo serão, então, exaustivamente veiculados. À ênfase conferida ao mito da doação da legislação trabalhista se somarão o elogio ao "Estado Autoritário" e a sustentação da "fundação" do paraíso da concórdia e da conciliação de classes, o que remeterá, no final das contas, ao culto ao "Estado-Providência". É o que veremos na seqüência desta dissertação.

1. O mito da "doação" da legislação social

Toda a parafernália dos meios de comunicação foi posta a serviço da cruzada trabalhista deflagrada sob o comando do ministro Marcondes Filho, em proporções jamais vistas. Ao longo de 1942/43 a ideologia do trabalhismo se consolida de vez, associada à tentativa de constituição de uma base de apoio mais efetiva de Vargas e/ou do regime. Seu leitmotiv era dado pela pretensa solução da questão social no Brasil.

Os ideólogos autoritários eram unânimes em reconhecer o alcance econômico, político e social da legislação trabalhista. Para me restringir a um exemplo, Azevedo Amaral entendia que ela erguera um dique diante do "internacionalismo subversivo"¹. O retrato que ele pintava do Brasil pré-30 tinha, do seu ponto de vista, muito de desanimador. A expansão industrial verificada, ao não propiciar boas condições de vida para o proletariado urbano, produzia um caldo de cultura favorável à oposição de classes. Nesse contexto, a inércia dos governantes da Primeira República, mais a influência da propaganda revolucionária (que Azevedo Amaral aponta como efeito da ação tanto de brasileiros como de estrangeiros), geraram um estado de coisas extremamente preocupante. Graças à criação do Ministério do Trabalho no pós-30 e às leis sociais "o Presidente afastou do nosso país a ameaça que se vinha assustadoramente materializando" (GVE, p. 115). Convertendo em cidadãos os integrantes de uma classe operária que "só guardava memória de violências e de vexatórias humilhações", finalmente se conseguira a "imunização do operariado brasileiro contra a infecção bolchevista" (GVE, p. 116).

Por essa razão, para Azevedo Amaral nada talvez fosse mais revelador da genialidade de Vargas do que sua obra trabalhista. Pois é precisamente a "doação" da legislação social, como tenho ressaltado desde o

¹Ele se estende em comentários sobre o tema especialmente em GVE, ps. 112/120.

início deste trabalho, que operará como o elemento nuclear, organizador, de todo o discurso trabalhista, que, gestado nos anos 30, se consolida em princípios da década de 40. Tratarei, agora, de esmiuçar o assunto.

O mito da doação da legislação trabalhista aparece, na ideologia do trabalhismo, inextricavelmente ligado ao "gênio político" de Vargas e a uma "exceção" chamada Brasil. Numa fala-síntese, Marcondes Filho mostra essa construção mítica de corpo inteiro:

Muitos livros de doutrina política ensinam que o século dezenove foi o século da democracia, do liberalismo, do governo para o povo. Mas quando se procura nos livros de história a realização da doutrina, verifica-se que a redução das horas de trabalho, a fixação dos salários, a proteção à infância, a justiça social, o direito de organização, foram obtidos a poder de greves, de sabotagens, de sacrifícios, de revoltas e de cruentas lutas. Assim foi em todas as nações a história dessa doutrina, que era democracia nos livros e sangue popular nas barricadas. O gênio político do Sr. Getúlio Vargas conseguiu fazer do Brasil uma luminosa exceção dessa regra de violências, conseguiu transportar, do livro para a vida, o governo para o povo (TB, ps. 41 e 42).

De novo se pode identificar elementos comuns que estabelecem uma linha de sintonia entre a produção de ideólogos autoritários como Francisco Campos, Azevedo Amaral etc. e a ideologia do trabalhismo. Aqueles autores, como já salientei, traçavam o perfil político de Vargas como um ser predestinado, providencial, dotado de instinto divinatório e de uma capacidade descomunal de antever situações, que "surpreende na fase nascente as aspirações e tendências populares" (EN, p. 223). No discurso de Marcondes Filho e outros mais exalta-se a "capacidade congênita de antecipação" do ditador, que, "desvendando realidades sequer pressentidas", teria evitado o conflito de classes². Daí que, numa frase de efeito dramático, o ministro enfatizasse que "a nossa legislação

²Marcondes Filho, respectivamente no BMTIC, nº 105, mai/1943, p. 379, e no BMTIC, nº 92, abr/1942, p. 332 (conferência pronunciada na Universidade do Chile).

social não veio envolta com o crepe das viúvas e a lágrima dos órfãos, mas em honra do lar proletário."³

Marcondes Filho, evidentemente, não falava sozinho ao insistir nesse tipo de argumentação. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), elogiava a "clarividente orientação" do presidente da República⁴. João Daudt d'Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, não fazia por menos: segundo ele, por causa da legislação social patrões e empregados respiravam um clima de harmonia, o que contrastava com a situação de outros países, que "foi e continua sendo campo sangrento de lutas e reivindicações"⁵. E por aí se avolumavam as manifestações de teor semelhante.

Volta e meia se retomava o mesmo tema. O governo previdente de Vargas seria igualmente providencial e, nesse sentido, aliaria as virtudes de previsor e provedor. Ele "ausculta as necessidades do trabalhador (...) prevê essas necessidades muitas vezes antes que elas se objetivem", destacava Segadas Viana; mais ainda, "um bom governo (como o de Vargas) prevê os problemas e provê as soluções, antes que aqueles se apresentem como realidade", completava Marcondes Filho ao redigir a exposição de motivos do anteprojeto de Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho⁶. Como decorrência disso, a legislação social brasileira teria, de acordo com o ministro, um caráter educacional e não "clínico", ao contrário de outros países nos quais ela seria produto da pressão do proletariado.

A "doação" das leis sociais era, no fundo, um ato que enobrecia o seu "doador". Conseqüentemente, a apologia do Estado no pós-30 ou do Governo

³Idem, BMTIC, nº 102, fev/1943, p. 321.

⁴Roberto Simonsen, BMTIC, nº 97, set/1942, p. 147.

⁵João Daudt d'Oliveira, BMTIC, nº 101, jan/1943, p. 199.

⁶Respectivamente, J. Segadas Viana, "O Estado Nacional e o Amparo dos Trabalhadores", no BMTIC, nº 108, ago/1943, p. 98 (palestra reproduzida com título ligeiramente alterado no Curso de Orientação Sindical, op. cit.), e Marcondes Filho, no BMTIC, nº 102, fev/1943, p. 123.

Vargas se personalizava em Getúlio Vargas. Frente ao público que se acotovelava no Estádio de São Januário, sem contar a imensa legião de ouvintes que o acompanhavam pelo rádio, Marcondes Filho resumia uma vez mais seu pensamento no 1º de maio de 1942, numa fala endereçada a Vargas:

Ser amigo é pensar e dedicar-se espontaneamente aos interesses alheios, esquecer do que é seu para defender o que é dos outros, sacrificar-se pelo bem-estar do próximo. V. Excia. é o nosso maior e verdadeiro Amigo, em toda a profunda beleza deste termo sagrado, porque, Chefe de Estado, não esperou que lhe fôssemos bater à porta, para requerer prerrogativas, pleitear direitos ou clamar justiça, como aconteceu com outros povos. Pressentindo as nossas necessidades e compreendendo os nossos anseios, pressuroso desceu até as planícies, arrostou perigos, venceu obstáculos e dominou acontecimentos para cancelar meio século de desídia⁷, adiantar o relógio do tempo, inaugurar uma época e fundar uma civilização, instituindo um regime que outorgou ao abandonado e esquecido proletariado brasileiro uma legislação social que assegurou e enobreceu o trabalho, beneficiou homens, mulheres e crianças, protegeu os lares, defendeu a saúde e amparou a velhice. (...) V. Excia. conseguiu levar o Brasil a esse altiplano de progresso social, soube erguer esse monumento imperecível de cultura política, realizando pela paz, a ordem e a cooperação de todas as classes, o que foi dissídio, barricada e sangue em outras nacionalidades (TB, ps. 82 e 83).

Sob essa ótica, não era de se admirar que Marcondes Filho o apresentasse seguidamente como "o nosso maior patrimônio humano" (TB, p. 16), o grande pai protetor, forjado no aço e no veludo, como o exemplificava a lei de proteção aos pequeninos, "uma lei Getúlio Vargas, uma lei do coração" (TB, p. 180). Quantas vezes, conforme o ministro, o presidente da República não descera de seu pedestal para, solícito e magnânimo, resolver problemas triviais da

⁷Meio século porque para o ministro o fim do "trabalho servil" dataria de 1878.

gente simples?⁸ A conjugação dos predicados de superioridade e de simplicidade faziam, enfim, de Vargas, um estadista ungido presidente pela graça de Deus. Elevando o ditador à condição de "eleito", Marcondes Filho se regozijava "porque a Providência lhe outorgou (ao povo brasileiro), na hora mais grave de sua vida, o Chefe incomparável" (TB, p. 199).⁹

A imagem de "doador" da legislação trabalhista foi assim propagada por todos os quadrantes do país. Neste ponto é interessante lembrar que a criação mítica não agia no vazio. Antes pelo contrário, a construção mítica do trabalhismo se sustentava sobre bases concretas -- a legislação social -- e falava, sob vários aspectos, aos desejos das massas, atuando inclusive sobre o seu subconsciente¹⁰. Para além disso, à moda dos mitos modernos, cuidava-se da "introdução de novos ritos"¹¹, requisito material que funcionava como instância de consagração/legitimação (as concentrações e paradas trabalhistas, por exemplo, cumpriam essa função).

Entre os ideólogos autoritários como Francisco Campos, já o vimos, a técnica mítica implicava na defesa da utilização do irracional como fator de integração política. O poder da imagem era comumente realçado em detrimento da mera palavra falada e do simples argumento discursivo. No dizer de Cassiano

⁸V., por exemplo, em TB a palestra sobre "O Mutilado de Cachoeiro de Itapemirím". Como já foi observado, "essa imagem dicotômica de superior e acessível ao mesmo tempo aparece bem nítida nos discursos de Marcondes Filho". Nelson Jahr Garcia, op. cit., p. 89.

⁹A imagem de Vargas difundida pelo ministro do Trabalho adquiria sempre dimensão superlativa. Nas comemorações do seu aniversário, Marcondes Filho não se continha, derramando-se em elogios: "na obra do governo intervém muito das intuições magnéticas, das antecipações instintivas e do sentido de posteridade do estadista criador. (...) Só o verdadeiro estadista tem esse prodigioso poder de diálogo com o destino. Só ele conhece a intimidade do não-vivido, do ignoto amanhã, do acontecimento desconhecido que vem chegando. (...) Só ele sabe ler nas entrelinhas da Providência." Marcondes Filho, *BMTIC*, nº 105, mai/1943, p. 378.

¹⁰Isso é claramente percebido por Sorel ao referir-se aos movimentos modernos de massas, como anota Paul-Louis Landsberg, op. cit., p. 45.

¹¹Ernst Cassirer, op. cit., p. 302. Sobre a fabricação dos mitos modernos, v. esp. ps. 300/302. Como frisa o autor, na produção dos mitos políticos tudo obedece a uma cuidadosa preparação.

Ricardo, "a imagem fala mais ao sentimento do que à razão e o Brasil é uma democracia sentimental. (...) Só a imagem, pois, convence o povo, em nossa democracia sentimental. Uma imagem vale cem vezes mais do que um argumento."¹² Vem daí que, num esforço conciliatório, o discurso de Marcondes Filho, por exemplo, aparecesse carregado de imagens míticas, na sua tentativa de chegar mais perto da sensibilidade do homem comum.

Mas nem sempre foi possível conciliar plenamente a ideologia do trabalhismo com a realidade histórica e as contradições internas do discurso trabalhista afloraram de maneira mais ou menos indisfarçável. E elas não eram contradições menores; longe disso, relacionavam-se a algo essencial à elaboração ideológica do trabalhismo, ou seja, ao mito da doação.

Inegavelmente, a "outorga" das leis sociais é elemento dominante e organizador da pregação trabalhista, repetido ad nauseam nos anos 1942/43. Nem por isso, contudo, essa operação de ocultação das lutas dos trabalhadores deixa de conter a revelação da lembrança dessas mesmas lutas, que por vezes são lembradas de forma vaga e, com muito menor frequência, são invocadas para serem transformadas em objeto de condenação. Quanto a essa questão, procurarei demonstrar que não procede a conclusão de uma estudiosa do período, segundo a qual "este discurso (o estatal) apaga a memória da 'palavra' dos trabalhadores, arduamente estruturada na Primeira República. Tudo, literalmente tudo o que se 'fala' neste discurso ignora o passado da classe trabalhadora. Esse passado sequer é retomado para receber críticas. Ele não é mencionado e, portanto, não existe."¹³

É inequívoco que nas falas de Marcondes Filho as alusões ao 'tempo das greves' sugere um recuo na história, principalmente até a Europa industrializada do século passado, por ele caracterizado como o século da

¹²Cassiano Ricardo, op. cit., ps. 499 e 500 (citações da edição original).

¹³Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 26 (grifos meus). V. também p. 254.

democracia liberal¹⁴. Apesar de tudo, para contrapor o pré-30 ao pós-30, o ministro se referia, uma vez ou outra, aos "antagonismos que antigamente se guerreavam, classes no velho tempo divorciadas" (TB, p. 247), para valorizar o "milagre social" da pacificação promovida por Vargas graças ao atendimento de "velhas aspirações do proletariado" (TB, p. 273)¹⁵. Aspirações e reivindicações dos trabalhadores são expressões que surgem, como já indiquei, inclusive em pronunciamentos de Getúlio Vargas, dando margem a questionamentos: afinal, o "excelso estadista" previa as necessidades e se antecipava às reivindicações das classes trabalhadoras ou vinha, a seu modo, atendê-las? Tratava-se de pressentir o futuro ou de atentar para realidades objetivadas?

Em alguns momentos, Marcondes Filho mencionava explicitamente as reivindicações trabalhistas no pré-30 com o óbvio propósito de desqualificá-las, apontando-as à execração pública. Para usar a terminologia de Barthes, o ministro lançava mão da vacina enquanto figura de retórica. O que vem a ser isso? Nada mais nada menos que a confissão de um mal menor (acidental) para evitar o mal maior (essencial). Por essa via, "o imaginário coletivo é imunizado através de uma pequena inoculação de um mal reconhecido; e defendido, assim, contra o risco de uma subversão generalizada."¹⁶

Pois é exatamente o que ocorre em certas falas ministeriais: admitido o mal menor ("as injustiças do passado", "a exploração do trabalho"), busca-se prevenir o mal maior (a continuidade das "greves destruidoras da

¹⁴V. esp. a conferência de Marcondes Filho, "Organização Sindical", no Curso de Orientação Sindical, op. cit., ps. 23/25.

¹⁵Ao discursar perante o Conselho Nacional do Trabalho sobre o aniversário de Vargas, José de Sá Bezerra Cavalcanti recordava: "suprimem-se os conflitos de classe, cujo fermento outrora era acirrado pelas compressões oriundas da incompreensão do fenômeno social, que já se elaborava, flagrante e irreprimível, à revelia da orientação jurídica e da tutela do Estado." BMTIC, nº 105, mai/1943, p. 380.

¹⁶Roland Barthes, op. cit., p. 170.

riqueza", com todas as suas conseqüências não necessariamente previsíveis):

Recordemos as injustiças do passado, a negativa de direitos para o proletário, a falta de proteção ao trabalho, a ausência de leis de assistência, as greves destruidoras da riqueza, as crianças que morreram de fome, a velhice que esmolava, a exploração do trabalho humano, os lucros inconfessáveis do capital (...) Pensemos no Brasil dos dias de Getúlio Vargas. (...) Já não há mais classes sem direitos. Todas as famílias estão protegidas. (...) O dissídio anterior dissipamos com a colaboração entre empregados e empregadores e com os contratos coletivos de trabalho.¹⁷

Ministradas algumas doses salvadoras de vacina, a pergunta permanece de pé: havia ou não lutas de classe e pressões dos trabalhadores pela conquista de direitos sociais? A resposta, já o vimos, pode ser negativa ou afirmativa na ideologia do trabalhismo, em que pese a negação constituir a regra. Por outro lado, em determinados artigos publicados no BMTIC, o que se sente é uma indiscutível desqualificação das lutas operárias cuja preexistência em relação às leis sociais do Governo Vargas é aceita. Nesse caso, as reivindicações dos trabalhadores e o movimento sindical que então se "esboçava" são vistos como tão frágeis que, para todos os efeitos, é como se não existissem, já que se reafirma o caráter espontâneo da legislação social.¹⁸

¹⁷Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, ps. 387 e 388. Nessa palestra, irradiada a 15/4/43, ele tocava no seu tema preferido, o Brasil antes e depois de Vargas. E, contraditoriamente, acentuava que "três milhões de trabalhadores viram os seus direitos reconhecidos espontaneamente pelo Estado e nove milhões de brasileiros já se aconchegam sob as leis de previdência social" (p. 387, grifo meu). Independentemente dessa contradição, discordo parcialmente da afirmação de que o discurso trabalhista "apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade" Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 195. Na ideologia do trabalhismo está também presente -- como se pode constatar inclusive na fala acima citada de Marcondes Filho -- a idéia de reparação das "injustiças do passado", o que não exclui, logicamente, o chamamento à reciprocidade ou à gratidão.

¹⁸Esta é a tônica do artigo, desmembrado em duas partes, "A Evolução Social no Brasil", de R. Paula Lopes, integrante da Repartição Internacional do Trabalho, no BMTIC, nº 103, mar/1943, e 104, abr/1943.

Mas, para dirimir quaisquer dúvidas que possam subsistir quanto à referência ou não ao passado de lutas dos trabalhadores, ninguém melhor do que o próprio Marcondes Filho. Na conferência de 8 de outubro de 1943, proferida durante o Curso de Orientação Sindical patrocinado pelo Ministério do Trabalho, ele se dirigiu com absoluta clareza aos dirigentes sindicais que compareceram à Escola do Estado Maior do Exército:

O meu primeiro encontro com o problema social aconteceu em São Paulo. Estávamos em 1916. Uma greve geral se declara, com arruaças, depredações e conseqüente repressão da polícia, para assegurar a ordem pública. Houve tiroteio entre operários e soldados, e mortes em ambos os grupos. (...) a agitação que, nesse tempo, perturbou a vida urbana, durante vários dias, constitui um quadro da primeira fase industrial de São Paulo. Nessa época, patrão, operário, máquina, matéria-prima vinham da Europa, e a nossa indústria, de nacional, tinha apenas o clima. A greve, por isso, também era uma transplantação da mentalidade e das agitações européias. Vinha na bagagem do imigrante.¹⁹

À parte a possibilidade dele estar aludindo à greve de 1917, essa alusão era o mote para a crítica ao "Estado individualista" e à agitação, obra, censurável, de estrangeiros que compunham a nossa classe operária. Esse clichê ideológico era compartilhado por governantes e classes dominantes desde a Primeira República. A luta de classes, "planta exótica", aparecia vinculada -- com os olhos postos principalmente nos anarquistas -- à ação de pequenos grupos de

¹⁹Marcondes Filho, "Organização Sindical", op. cit., ps. 16 e 17. Mais adiante ele voltava ao assunto ao chamar a atenção para a antinomia verificada na Primeira República entre o desenvolvimento industrial brasileiro e o nosso "silêncio jurídico" ou "atraso legislativo": "o erro cometido até 1930, quando já era inegável o desenvolvimento do nosso parque industrial, e as agitações operárias, entre nós, começavam a proliferar, encontra-se no fato de o Estado, como aconteceu na Europa, negar-ser a reconhecer a existência do grande problema contemporâneo" (p. 25). No mesmo curso, em palestra já citada, J. Segadas Viana sublinhava: "muitas vezes, é mister confessar, ao invés de intervir conciliatoriamente, o Estado tomava partido no jogo de interesses, reprimia as greves pela violência, que não é, nem nunca foi, um remédio para os males sociais". BMTIC, nº 108, ago/1943, p. 94.

agitadores estrangeiros, concebida por isso mesmo como um fenômeno importado, estranho à "índole pacífica" do trabalhador nacional.²⁰

Este, na maioria das vezes, era encarado como uma presa mais ou menos indefesa ante a ação dos pregadores da revolução. Ao abordar a conjuntura política de 1929/30, por exemplo, Azevedo Amaral repudiava "a infiltração de ideologias exóticas que os agentes da revolução mundial insinuavam perfidamente no espírito ingênuo e crédulo das nossas massas obreiras" (GVE, ps. 66 e 67). Dando livre curso a todo o seu elitismo, chegava a afirmar que "as idéias do democratismo comunista, com suas tendências igualitárias e materialistas, ofereciam particular encanto aos elementos inferiores e inclinados aos processos grosseiros e brutais de ação política" (GVE, p. 82). De toda maneira, como quero salientar, se reconhecia, também aqui, a existência de conflitos de classes, apesar de ideólogos autoritários como Oliveira Vianna procurarem negá-los.²¹

2. O "Estado Autoritário" e o "paraíso da concórdia"

Intimamente ligado ao mito da doação, ganha expressão na ideologia do trabalhismo, tal como na ideologia de Estado em geral, o combate ao liberalismo, com a conseqüente apologia da intervenção estatal. Afinal, para que

²⁰Sobre a "teoria da 'planta exótica' ", v. Silvia Lang Magnani, O Movimento Anarquista em SP, São Paulo, Brasiliense, 1982, ps. 14/18. Essa concepção é reforçada por Marcondes Filho ao reportar-se aos trabalhadores brasileiros como "gente de boa índole", porém "ao alcance de agitadores adventícios". Marcondes Filho, "Organização Sindical", op. cit., p. 18.

²¹Em interessante artigo da época se fazem referências a lutas, revoltas e conflitos sociais da história brasileira, uma contestação à "afirmação do ilustre mestre Oliveira Vianna de que não houve pendência de classe no Brasil". Brigido Tinoco, "Síntese da Formação do Direito Social no Brasil Colônia", BMTIC, nº 110, out/1943 (citação da p. 124).

a "doação" se materializasse, impunha-se a entrada em ação de um Estado "intervencionista" que transbordasse os estreitos limites da ortodoxia liberal.

Efetivamente, as falas de Marcondes Filho equivaliam a um brado de guerra contra o liberalismo. A todo momento ele evocava a situação de "desamparo" a que se via relegado o trabalhador brasileiro antes de 1930. O tom preponderante de seus discursos -- embora comportasse variações -- consistia em imputar responsabilidade por isso às instituições e idéias liberais: "não vai nisto, propriamente, uma acusação aos anteriores homens de Governo, nem aos antigos patrões. O brasileiro tem índole afetiva. Mas, antes de 30, andávamos jungidos a velhas doutrinas individualistas" (TB, p. 52). Por vezes, como no 1º de maio de 1943, ele ia ao ponto de criticar asperamente a "criminosa displicência governamental e inconcebível cegueira legislativa", na sua conivência com o regime "desumano" da liberdade contratual. Ainda assim, no entanto, ele pronunciava a sentença de absolvição da burguesia: "não havia nesses tristes acontecimentos, é certo, um sentimento de crueldade dos empregadores, porque a gente brasileira, sem distinção de classes, é de índole sentimental e de inteligência compreensiva. (...) Tudo provinha, sem dúvida, da completa ausência do Estado."²² Por outras palavras, como sintetizara Azevedo Amaral, "a origem do mal não estava nos homens, mas nas instituições" (EA, p. 137).

Essa situação, segundo Marcondes Filho, não poderia perdurar, pois, nesse caso, "os benefícios continuariam recolhidos por uma classe apenas" (TB, p. 9) e, por decorrência, se alargariam os fossos divisórios entre as classes, fornecendo fermento para futuras agitações, em prejuízo da ordem e da segurança nacional, tal como ocorrera na Europa nos primórdios da industrialização. Mais contundente, um especialista em Direito do Trabalho advertia: "capital, sem

²²Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, s/n. Da mesma forma, ele diria posteriormente que "a declaração sobre o 'caso de polícia' não tinha um sentido de animosidade, impróprio ao temperamento brasileiro. Era simplesmente a voz de um imperdoável atraso legislativo." Marcondes Filho, "Organização Sindical", op. cit., ps. 25 e 26.

disciplina, descamba em abuso e tirania"²³. Caberia, logicamente, ao Estado atuar como a grande potência disciplinadora, o que era igualmente preconizado por Francisco Campos ao propor a substituição do "governo dos particulares" pelo "governo do público", já que, para ele, "no regime liberal organizou-se um novo feudalismo econômico e político" (EN, p. 60).²⁴

Fora da intermediação e da intervenção do Estado não haveria solução. Marcondes Filho corroborava as palavras de Vargas: "o Estado, entre nós, exerce a função de juiz nas relações entre empregados e empregadores, porque corrige excessos, evita choques e distribui, equitativamente, vantagens" (TB, p. 89). Nisso se resumia, em grande parte, o sentido social da hipertrofia do Estado apregoada pelos ideólogos do autoritarismo estatal e encampada pela ideologia do trabalhismo. Tanto que, em 1942, Marcondes Filho retomava, em palestra sobre "A Antevisão do Presidente", pronunciamentos de Vargas, feitos entre 1931 e 1940, para reafirmar a tese de que "a democracia política perdera o seu conteúdo" (TB, p. 220), convertendo-se numa questão da alçada de peritos e técnicos.

Democrático, de verdade, seria o "Estado Novo". Daí Marcondes Filho justificar, noutra fala pelo rádio, a edição de decreto-lei 4.828, que centralizava em suas mãos, enquanto ministro interino da Justiça, a coordenação de publicidade durante o estado de guerra. Enfrentando já problemas no front interno, o Governo Vargas estabelecia, em outros termos, três normas básicas: a) é proibido o elogio a regimes diferentes; b) é obrigatório reconhecer que o "Estado Novo" é uma grande democracia; c) é dever de todos acreditar no

²³Esta era a opinião do catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, J. Pinto Antunes, em "A Força do Capital e a Soberania do Estado", BMTIC, nº 107, jul/1943, p. 88.

²⁴Ao defender o regime corporativo por oposição ao regime liberal, Francisco Campos era taxativo ao argumentar que "o poder econômico e o poder financeiro não podem continuar a ser poderes arbitrários" (EN, p. 61). V., a respeito, ps. 60/64. O resultado histórico do liberalismo seria a "escravização dos fracos pelos fortes". Ou por outra, "o princípio da liberdade deu em resultado o fortalecimento cada vez maior dos fortes e o enfraquecimento cada vez maior dos fracos" (EN, ps. 83 e 56).

patriotismo dos administradores do país. Era preciso, conforme o ministro, pôr fim à depreciação do regime estadonovista, manobra insidiosa tipicamente comunista que, ao louvar a democracia, sem admitir a natureza democrática do "Estado Novo", objetivaria "combater o regime ou propagar ideologia nefasta" (TB, p. 233).

Esse "Estado Autoritário", vale dizer, intervencionista e antiliberal, estava fadado a ser -- e o era, de acordo com Marcondes Filho -- o artífice que plasmaria o paraíso da concórdia e da conciliação de classes. Nestes alegres trópicos se produzira um "milagre político". Para isso concorrera, essencialmente, a "outorga" da legislação social, que afastara para muito longe do horizonte político brasileiro a perspectiva das lutas de classe. Sem leis trabalhistas não se teriam solucionado os problemas da "unidade, ordem e disciplina", frisava Segadas Viana.²⁵

Em qualquer esquadramento que se faça dos discursos oficiais no pós-30, aparecerá como elemento de relevo a proposta de colaboração de classes. Na apresentação de seu programa à frente de MTIC, o novo ministro acentuava tal propósito ao lembrar que só por "amor à concisão" sua pasta poderia ser chamada de Ministério do Trabalho, pois não se deveria perder de vista que ela se ocupava igualmente da Indústria e do Comércio, em obediência ao "princípio geral da equivalência" ou "lei de simetria". A regulamentação estatal dos fatores de produção a seu ver não colidia com a liberdade de iniciativa empresarial, fator que Marcondes Filho considerava imprescindível para a grandeza do Brasil. Manifestando, uma vez mais, as constantes preocupações governamentais em esclarecer à burguesia o significado do intervencionismo do

²⁵J. Segadas Viana, "O Estado Nacional e o Amparo ...", op. cit., p. 96.

Estado, ele ponderava:

Para beneficiar o capital é necessário tornar eficiente o trabalho, e esta eficiência só se obtém melhorando todas as condições do trabalhador. Elevar o nível do empregado, portanto, é um pensamento pelo capital. Mas para beneficiar o trabalhador é preciso que prosperem a indústria e comércio, o que depende, em grande parte, do capital. Evitar os inúteis sacrifícios deste, portanto, é um pensamento pelo trabalhador (TB, p. 6).

Essa fala se transformaria numa espécie de divisa da gestão Marcondes Filho no MTIC e ecoaria em muitos outros pronunciamentos do ministro, nos quais, vira e mexe, ele enaltecia o "senso de proporção" de Getúlio Vargas. A teoria na prática era muitíssimo diferente. Na relação "Estado Novo", burguesia e trabalhadores preponderava a lei dos dois pesos e duas medidas. Desse modo, por exemplo, a participação e capacidade de influência política das lideranças industriais e comerciais em organismos estatais, tipo comissões e conselhos, eram sensivelmente maiores do que as dos "representantes" dos trabalhadores. No plano organizativo, com o atendimento das demandas provenientes da burguesia urbana, a legislação sindical de 1939 foi alterada para preservar as associações independentes desse setor, com o que se sacramentou, na prática, o pluralismo organizacional dos empresários diante da unicidade sindical imposta a ferro e fogo aos trabalhadores.²⁶

Nada disso, evidentemente, abalava os fundamentos do discurso de Marcondes Filho e outros ideólogos estadonovistas. Para o ministro, por

²⁶Como já foi salientado, "as classes proprietárias conseguiram manter associações autônomas, paralelas às oficiais, que constituíam um reserva de poder e de recursos próprios detida por estes setores independentemente do Estado. A própria aplicação das leis sindicais demonstrava o seu 'bias' classista: o rigor e inflexibilidade dos seus dispositivos voltaram-se para as classes trabalhadoras." Angela Maria Carneiro Araújo, Construindo o Consentimento ..., op. cit., p. 11. Por sinal, essa diferenciação política entre os trabalhadores e a burguesia era perceptível, desde o início dos anos 30, em relação à participação no próprio processo de elaboração das leis sociais. V., por exemplo, Zélia Lopes da Silva, op. cit., ps. 70 e 93.

definição, os interesses das classes proprietárias e trabalhadoras eram comuns e se tornava indispensável que essa convicção se irradiasse por toda a sociedade. Partindo do pressuposto de que "diversidade não quer dizer antagonismo" (TB, p. 59), ele sustentava a existência de uma "comunidade de interesses" e até se referia aos "interesses idênticos" entre o capital e o trabalho. Na sua concepção de mundo, havia "um círculo virtuoso entre o Direito Social e a Indústria e o Comércio" (TB, p. 7). Na linha desse raciocínio político linear, diria ele noutro momento, "há, portanto, uma relação direta entre a prosperidade industrial e o Direito Social, isto é, haverá mais Direito Social lá onde houver mais riqueza de Capital"²⁷. Por essa razão Marcondes Filho saía também em defesa do investimento do capital estrangeiro no país.²⁸

A decorrência lógica do seu pensamento apontava para a condenação das greves, pois elas importariam em sacrifícios para a indústria²⁹. A greve legal seria inteiramente inconcebível sob o regime da "democracia social" instituída pelo "Estado Novo". Como ressaltava Segadas Viana, só se poderia tolerar o direito à greve no regime liberal-democrático como uma falha inerente às suas instituições, na medida em que, abandonados pelo Estado, fracos em contraposição à força dos industriais, restaria aos trabalhadores unicamente a opção de agrupar-se para tentar impor seus interesses³⁰. Quanto a essa questão, a teoria estadonovista se sintonizava por completo com a sua prática: o art. 724 da Consolidação das Leis do Trabalho era categórico ao estipular que a aprovação de greve em assembleia sindical implicava no cancelamento de registro do sindicato, independentemente das pesadas sanções que atingiriam que estimulasse movimentos grevistas. Afinal, a luta de classes, tomada como "signo patológico",

²⁷Marcondes Filho, BMTIC, nº 92, abr/1942, p. 330.

²⁸V. palestra de Marcondes Filho no BMTIC, nº 106, jun/1943, p. 354.

²⁹V. novamente Marcondes Filho, BMTIC, nº 92, abr/1942, p. 330.

³⁰Cf. J. Segadas Viana, "O Estado Nacional e o Amparo ...", op. cit., p. 94.

exprimiria a "tara de um organismo doentio", na opinião de Luiz Augusto de Rego Monteiro, diretor do Departamento Nacional do Trabalho³¹.

Num país como o Brasil, os conflitos de classe não encontravam a menor justificativa, até porque o êxito da legislação social deveria ser creditado "em grande parte à capacidade plástica das classes patronais", ou seja, ao seu "espírito compreensivo" demonstrado, conforme Marcondes Filho, na aceitação e na colaboração prestada às leis de proteção do operário³². Procedia-se, dessa maneira, a uma idealização das relações capital-trabalho sob a tutela do Estado. Nisso também a ideologia do trabalhismo e a ideologia de Estado andavam de mãos dadas. A conseqüência do surto do neo-capitalismo ou do capitalismo da produção em massa, segundo Azevedo Amaral, não teria sido "a identificação dos interesses do operariado e do patronato"? (EA, p. 162). Sob essa nova realidade os empresários supostamente se interessariam em pagar aos trabalhadores os mais altos salários possíveis, complementava, romanticamente, esse autor.³³

Por isso entendo que se aplicam tanto aos ideólogos autoritários como aos ideólogos do trabalhismo as observações de Alcir Lenharo, ao comentar que "sintomaticamente, quase todos os teóricos corporativistas não escondem a sua nostalgia por um tempo perdido, a que se fazia necessário retornar, o tempo da fraternidade cristã imperante nas relações de trabalho das corporações medievais, destruídas pela revolução democrática"³⁴. Tratava-se,

³¹Luiz Augusto de Rego Monteiro, "Mensagem aos Trabalhadores do Nordeste", BMTIC, nº 106, jun/1943, p. 80.

³²V. palestra de Marcondes Filho de 2/12/1943, no BMTIC, nº 113, jan/1944 (citação da p. 307). V., com o mesmo sentido, sua palestra de 3/6/1943, no BMTIC, nº 108, ago/1943.

³³Essa situação, na visão de Azevedo Amaral, veio "anular o valor teórico e o alcance prático da doutrina de Marx", sepultando de vez o marxismo, que "já se acha há muito morto e mumificado como um fóssil sociológico" (EA, p. 163). Traíndo, contudo, a sua premissa, o autor não escapa à contradição interna do seu pensamento ao analisar, a seguir, os perigos do enfrentamento capital x trabalho (trustes x sindicatos) na era das novas corporações. Confrontar, a respeito, o conteúdo das ps. 163 e 165 de EA.

³⁴Alcir Lenharo, op. cit., p. 189. Esse é, a grosso modo, o espírito que anima importantes encíclicas papais como as de Leão XIII, Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários), Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1961 (edição original de 1891), e Pio XI,

como ele enfatiza, de promover a integração harmoniosa das forças espirituais e morais da sociedade, para além da organização da vida social nos seus aspectos materiais.

E nesse esforço também se davam as mãos a ideologia do trabalhismo e as nossas tradições cristãs, que ela reutiliza para tentar legitimar-se ainda mais perante as distintas classes sociais. Nessa perspectiva o "Estado Novo" oficializou as comemorações alusivas ao cinquentenário da encíclica Rerum Novarum, entre 1941/42, e determinou que fossem cunhadas duas medalhas de ouro, enviadas posteriormente ao Papa Pio XII. Dois vultos da justiça social eram homenageados, como explicou Marcondes Filho na solenidade de entrega das medalhas ao núncio apostólico do Brasil: "na primeira, a figura de Leão XIII, inspirador da Justiça social no mundo moderno. Na segunda, a efígie de Getúlio Vargas, instaurador da Justiça social no Brasil. (...) Um conclui; outro, aplica"³⁵.

O culto a imagens religiosas, combinado com o estímulo à devoção a Vargas, passou a ser corriqueiro durante o "Estado Novo". Vargas e Cristo Crucificado dividirão as paredes das sedes dos Círculos Operários Católicos. A imagem de Cristo, por sugestão do arcebispo de São Paulo à FIESP, será entronizada em fábricas paulistas como símbolo da santificação do trabalho.

Nesse cenário a Rerum Novarum, com sua proposta de congraçamento entre as classes, fará parte do encarniçado combate movido pela ditadura, tanto teórica como praticamente, contra a luta de classes. A convite do DIP, por exemplo, San Tiago Dantas, catedrático da Faculdade Nacional de

Divini Redemptoris (Sobre o comunismo ateu), São Paulo, Paulinas, 1965 (ed. orig. de 1937), e Quadragesimo Anno (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social), Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1957 (ed. orig. de 1931). Igreja e Estado caminharão passo a passo na pregação do caráter humanizante e regenerador do trabalho. V. outra vez Alcir Lenharo, op. cit., p. 87.

³⁵V. a palestra "Rerum Novarum" em TB (citação da p. 98). Sobre a cerimônia realizada e os pronunciamentos feitos, v. "Cinquentenário da Encíclica 'Rerum Novarum'", no BMTIC, nº 94, jun/1942.

Direito da Universidade do Brasil, punha em destaque o significado dessa encíclica em conferência proferida no Palácio Tiradentes: ela dera uma contribuição decisiva "para inverter o que parecia o rumo inexorável da história moderna", tendo "contido um dos mais poderosos movimentos de subversão histórica, qual se anunciava o socialismo no século XIX."³⁶

As aproximações entre o catolicismo, o cristianismo e a obra social do "Estado Novo" tornaram-se comuns³⁷. A colaboração Igreja/Estado foi a tônica do relacionamento entre os Círculos Operários Católicos (COCs) e o governo. O movimento circulista viverá seu auge exatamente durante o "Estado Novo". Inspirado por propósitos reformistas e não meramente assistencialistas, ele proclamava a necessidade de transformações nas condições materiais de vida dos trabalhadores como requisito para a prática das virtudes cristãs. Só assim se poderia efetivamente preservar a estabilidade social e a harmonia entre as classes.

Nada havia aí que se chocasse com a orientação do Governo Vargas. Os COCs estavam plenamente conscientes disso, como o prova, entre outros documentos, o Manual dos Círculos Operários Católicos, segundo o qual "trata-se de lançar um movimento operário cristão que, dando ao operariado, a par de uma assistência social imediata, uma formação espiritual e colaborando com os esforços do governo, pusesse um dique à infiltração comunista e completasse a obra do Ministério do Trabalho"³⁸. Na medida em que os COCs

³⁶San Tiago Dantas, "A Encíclica 'Rerum Novarum' ", BMTIC, nº 91, mar/1942, ps. 107 e 98. O conferencista via como elemento marcante da reforma preconizada por Leão XIII "a defesa da propriedade como um imperativo da razão contra o Socialismo", porque ela reporia nos seus fundamentos naturais e na sua dimensão humana o instituto da propriedade (p. 103). O entendimento de que a Rerum Novarum era o remédio administrado contra o "socialismo radical" ficava igualmente claro no discurso do nuncio apostólico, D. Bento Aloisi Masella, para quem a legislação social evitava "os abalos sísmicos de revoluções catastróficas". V. BMTIC, nº 94, jun/1942 (citação da p. 377).

³⁷V., por exemplo, Luiz Augusto de Rego Monteiro, "Mensagem aos Trabalhadores ...", op. cit.

³⁸Manual dos Círculos Operários Católicos, CNCO, 1939, p. 33, citado por Paulo Roberto de Almeida, Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil -- 1932-1945, São Paulo, PUC-SP, dissertação de mestrado, 1992, p. 62

assumiram como que uma posição de linha auxiliar do Governo Vargas, nada mais lógico que, em maio de 1941, a Confederação Nacional dos Operários Católicos fosse elevada ao status de órgão técnico e consultivo do Ministério do Trabalho em meio a um processo em que se amplia a presença católica em organismos governamentais. Tanto que, mesmo depois da saída do católico militante Waldemar Falcão do MTIC, diversos juristas católicos ocuparão postos de destaque nessa pasta.

Governantes e circulistas tinham fortes razões de natureza ideológica para comungar do mesmo catecismo: o marxismo, pintado como "satanaz", "anticristo", deveria ser escorraçado, e com ele os marxistas, esses seres "pestilentos". Era preciso promover, a todo custo, "a recristianização da sociedade e a regeneração da classe operária"³⁹. Não era de se surpreender, conseqüentemente, o padrão de relações estreitas e amigáveis que se estabeleceram também entre empresários e os COCs.⁴⁰

Pois bem, a perspectiva cristã de comunhão, unidade e fraternidade entre os filhos de Deus, criados todos à sua imagem e semelhança, embasaria ainda, como analisarei em seguida, a própria noção de trabalhador veiculada pela ideologia do trabalhismo. Numa de suas falas, Marcondes Filho retomava um traço de comportamento incorporado à prática cristã e dizia preferir pôr em relevo as virtudes do que acentuar os defeitos. Resumindo o sentido geral de seus pronunciamentos na "Hora do Brasil", ele sublinhava que "não se promove a união assinalando as diferenças, mas indicando as semelhanças" (TB, p. 236). Ora, é precisamente esse raciocínio que irá operar na caracterização de quem era trabalhador.

As expressões trabalhador e proletariado por vezes adquirem uma acepção demasiadamente dilatada na ideologia do trabalhismo. Marcondes Filho

(grifos meus). Baseio-me nesse trabalho para as considerações feitas sobre o movimento circulista (v. esp. o cap. II)

³⁹Paulo Roberto de Almeida, op. cit., p. 43.

⁴⁰Cf. Paulo Roberto de Almeida, op. cit., esp. ps. 10/11 e 60/61.

se agarra, em determinadas ocasiões, a um conceito o mais genérico, abstrato e indefinido possível sobre o que é o proletariado, embora não se descarte aqui -- nem ele o fazia -- que a cruzada trabalhista se destinava fundamentalmente a trabalhadores propriamente ditos.

Para começar, Getúlio Vargas é encarado como "o maior trabalhador, o trabalhador modelo, que dedica dezoito horas por dia ao serviço da coletividade" (TB, p. 17), ou, como disse o presidente do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, o "trabalhador número um do Brasil"⁴¹. Compreendido como tal, esclarece-se mais ainda o porquê da mencionada apropriação simbólica do 1º de maio por Vargas:

Enquanto, para outros povos, a data de hoje recorda o término de lutas por um direito extraído das relutâncias do Estado, no Brasil ele comemora uma legislação social livremente outorgada pela clarividência de um gênio político. Não recordamos os nossos mártires. Consagramos um apóstolo. Por isso aqui estamos, os trabalhadores do Brasil, para fazer das festas do nosso trabalho a consagração de V. Excia., porque, no Brasil, Primeiro de Maio é um dia do povo, por ser um dia eminentemente presidencial (TB, ps. 83 e 84).

"Aqui estamos, os trabalhadores do Brasil", foi isso mesmo o que afirmou, a primeiro de maio de 1942, o ministro do Trabalho? Sim, sem dúvida, porque ele próprio se autoqualificava como "proletário intelectual" ou "operário do Direito": "também sou um trabalhador brasileiro. Há trinta anos, como proletário intelectual, trabalho sem descanso" (TB, p. 14). Como advogado, enfim, ele integrava o que designava pitorescamente de um "ilustre proletariado".

⁴¹Manoel Antonio da Fonseca, BMTIC, nº 108, ago/1943, p. 322. Já na Primeira República o conde Francisco Matarazzo era cognominado pela grande imprensa "operário nº 1", numa operação ideológica que visava aproximar patrão e empregado, além de propagar a idéia de que o trabalho era a chave para o sucesso. Cf. José de Souza Martins, Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa, São Paulo, Hucitec, 2a. ed., 1974, esp. ps. 44 e 45.

Mas a dimensão elástica atribuída, em certos casos, à palavra proletariado não parava por aí. A tentativa de sua neutralização total se dá quando se pode concluir que, empregados ou empregadores, somos todos proletários! Tanto a empregados como a empregadores, salientava Marcondes Filho, "a todos considero operários de um Brasil mais próspero e mais forte" (TB, p. 18). Nada de novo; afinal, Vargas, durante as festividades do 1º de maio no estádio do Vasco da Gama, não havia dito que "o trabalho também é capital"?⁴²

Para completar o quadro, como veremos no próximo capítulo, sob o clima da guerra, os militares são denominados proletários fardados ("operários da soberania") e os trabalhadores (incluindo-se aí os empresários) são tidos como soldados da produção. A que ponto chegou a pregação da conciliação de classes ao buscar escamotear a exploração e a dominação de classes... Proletariado passa a significar tudo e nada ao mesmo tempo. O que não é estranhável se se levar em conta que para Marcondes Filho o termo proletariado, na sua raiz etimológica, remete à lembrança de prole, daí "classe que tem muitos filhos", e "constitui uma consagração à esposa, assinala a glória da maternidade, evoca a música dos berços, (...) povoando de imagens de crianças o nosso pensamento (TB, p. 51).⁴³

⁴²Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1941, citado por Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., p. 202. O mesmo corte ideológico foi detectado, por exemplo, nos COCs: "os próprios estatutos circulistas representavam uma nova concepção de operário, porque flexibilizavam a idéia de trabalho, uma vez que todos eram considerados trabalhadores. Daí observarmos que muitos empresários, grandes e pequenos, faziam parte do corpo social, e, na maioria das vezes, ingressavam com o status de sócios benfeitores, reforçando a idéia de uma utilidade geral da propriedade." Paulo Roberto de Almeida, op. cit., ps. 33 e 34.

⁴³Essas considerações aparecem, sintomaticamente, na palestra "A Senhora do Lar Proletário" e evoca imagens (lar, mulher-esposa-mãe, doçura) tradicionalmente associadas à mulher nas relações (políticas) de gêneros. Marcondes Filho refere-se inclusive à "divina fraqueza das mulheres", a 2/10/1942, na solenidade de fundação da Legião Brasileira de Assistência, presidida por Darcy Vargas (BMTIC, nº 98, out/1942, s/n). Para um estudo sobre as visões em torno do papel da mulher na sociedade e do trabalho feminino naquele período, v. "O Trabalho da Mulher Fora do Lar", de Maria Kiehl, ligada ao Centro de Estudos e Ação Social, no BMTIC, nºs 96 (ago/1943) e 97 (set/1943), em cujo texto a autora sustenta, entre outras coisas, a necessidade de uma "formação profissional que permita à mulher solteira uma vida independente" e/ou orientação "de preferência, para profissões conciliáveis com a vida de casada", como

Essa imagem cândida sobre o proletariado se harmonizava com aquilo que constituiria o seu temperamento. Na índole do trabalhador brasileiro "palpitam os sentimentos de doçura" (TB, p. 201), dizia o ministro do Trabalho, difundindo uma concepção que historicamente está ancorada no mito da cordialidade que teria dominado as relações entre senhor e escravo no Brasil⁴⁴. Como se isso não bastasse, nessa operação de neutralização da força das classes trabalhadoras enquanto sujeito político autônomo e independente, Marcondes Filho acaba por sentenciar que "graças ao advento da Era Getúlio Vargas", o proletariado brasileiro "é também uma classe conservadora, porque está dentro da ordem, defende-lhe a autoridade, sente-se integrado na vida orgânica da Nação".⁴⁵

Se todos eram trabalhadores -- empresários ou proletários --, se ambas as classes eram conservadoras -- burguesia ou proletariado --, éramos felizes e sabíamos disso. Imperaria, aqui, o reinado da conciliação de classes, imposta inclusive por decreto na medida em que a regulamentação legal dos sindicatos os compelia a promover a conciliação nos "dissídios de trabalho".

Esse paraíso da concórdia que baixara à terra teria, forçosamente, que ser alardeado mundo afora. O Brasil, esse país singular que nos era exibido pela ideologia do trabalhismo, deveria inspirar uma "literatura proletária" toda peculiar. Como Marcondes Filho anunciava na palestra "Concurso de Romance e Comédia", era chegada a hora de se empreender a elaboração de "uma literatura que não existe no mundo (TB, p. 41), pondo à mostra a saudável atmosfera de

professora, enfermeira, assistente social (BMTIC, nº 97, ps. 115 e 120 - grifos meus). V. ainda a conferência, com maior carga conservadora, de A.F. Cesarino Jr., catedrático de Direito Social da Faculdade de Direito de São Paulo, "A Família como Objeto do Direito Social", no BMTIC, nº 99, nov/1942, na qual ele defende as "tradições das virtuosas matronas brasileiras" (p. 131).

⁴⁴Em Populações Meridionais do Brasil Oliveira Vianna enfatiza que "na vida das fazendas nossa bondade natural adoça o trato dos escravos. Estes são como membros da família e quase sempre ligados ao fazendeiro por terna afetividade." Citado por Jarbas Medeiros, op. cit., p. 178.

⁴⁵Marcondes Filho, BMTIC, nº 95, jul/1942, s/n.

trabalho verificada nestas terras em que todos os direitos dos trabalhadores foram reconhecidos e onde inexistiam ressentimentos de classes. Essa literatura "autenticamente nacional" não conteria os vícios do amargor da "malsinada" literatura operária européia:

Quando surgiu na Europa a questão trabalhista, o proletariado, para obter aquilo que de direito lhe fora reservado no convívio humano, teve de vencer resistências seculares, teve de arrancar do Estado o pedaço de sol que lhe pertencia. Por isto mesmo se escreveu toda uma literatura, com lampejos de gênio, é bem verdade, mas amarga, cheia de gritos, marcada de revoltas, literatura que incentivava o rancor do povo (TB, p. 41).

Instituído o concurso em fevereiro de 1942, no final do ano, o ministro do Trabalho, cheio de si, trazia a público o resultado da promoção "que funda no Brasil e talvez no mundo a verdadeira literatura proletária" (TB, p. 254). Na palestra intitulada "Uma Tentativa Vitoriosa" ele comunicava que, entre outros agraciados, o primeiro lugar na categoria romance -- prêmio Getúlio Vargas -- coubera a Paulo Lício Rizzo, autor da história "Pedro Maneta". Ela, conforme Marcondes Filho, transbordava em exemplos de esforço, paciência e de dignificação dos homens pelo trabalho. Pudera, Pedro tivera a mão decepada pela máquina de fiar, fora despedido (no pré-30) e mais tarde (no pós-30) se tornara "o melhor tecelão da fábrica" ... (TB, p. 263). No Brasil da "era Vargas", com o suposto reconhecimento do valor do trabalho pelo "Estado-Providência", o sol, finalmente, nascia para todos.

3. O culto ao "Estado-Providência"

Na ideologia do trabalhismo o "Estado Novo" se apresenta como "Estado-Ordem", como "Estado Nacional", encarnação de uma "democracia substantiva", mas, acima de tudo, se mostra na condição de "Estado-Providência", intimamente vinculada ao mito da doação da legislação social.

A defesa da ordem pública assumiu freqüentemente ares de substrato notório, para usar, uma vez mais, os termos de Roland Barthes. A valorização da ordem é, num certo aspecto, princípio, meio e fim na ideologia de Estado. Justificado ou não, o culto ao "Estado-Ordem" é retomado a cada momento no pós-30. Em 1938, por exemplo, Getúlio Vargas reafirmava: "em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói (...) só a ordem assegura a confiança e a estabilidade"⁴⁶. Por outras palavras, no dizer de Marcondes Filho, "só a paz garante o que da paz provém" (TB, p. 55).

Apenas um "Estado-Ordem" poderia, segundo os ideólogos do autoritarismo, aspirar ao estatuto de "Estado Nacional". Pondo-se em guarda ante eventuais tentativas de restabelecimento de prerrogativas localistas, regionalistas e separatistas, esse Estado, tornado "nacional", asseguraria a convivência harmoniosa entre todos os grupos e classes sociais⁴⁷. Daí porque "o Brasil pode apresentar-se como um só corpo dirigido por um só pensamento"⁴⁸. Efetivamente, o "clima de perfeita compreensão e entrosamento de interesses entre o Estado e as classes produtoras" teria tudo a ver com o fato de que as leis, unas, nacionais, cristalizariam o pensamento, igualmente uno e nacional, de

⁴⁶Discurso de Getúlio Vargas a 1^o de maio de 1938, citado por Antonio Pedro Tota, Estado Novo, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 40.

⁴⁷V., a respeito, Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, p. 377.

⁴⁸Marcondes Filho, BMTIC, nº 100, dez/1942, s/n.

Getúlio Vargas⁴⁹. Selava-se, assim, a pretensa "identificação da Sociedade e do Estado", apregoada por Azevedo Amaral (EA, p. 181).

Concebido dessa maneira, o "Estado Nacional" termina por ser glorificado como um "Estado Autoritário", porém democrático. Claro, não se trataria de uma democracia à moda antiga, mas, sim, de uma democracia substancial, à brasileira. Errariam aqueles que procurassem encontrar maiores identidades entre o arcabouço institucional "brasílico" e instituições de origem estrangeira: o regime instaurado pela Constituição de 1937, era, modestamente, "apenas, uma solução brasileira para os problemas brasileiros", como frisava, pela enésima vez, Getúlio Vargas durante as comemorações do 5^o ano de sua vigência, realizadas no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Por isso, a carta constitucional se distanciara das linhas clássicas do equilíbrio entre os três poderes, optando, "realisticamente", pela preponderância do executivo⁵⁰. Na verdade, ela "não foi mais do que a sanção de um decreto do povo"⁵¹. Mais do que isso, os direitos trabalhistas e previdenciários nela inscritos "dão à nossa Carta Magna um caráter socialista"! ⁵²

O cunho social dessa peculiar democracia brasileira foi sucessivamente ressaltado em contraposição à pura e simples democracia política que teria vigorado no Brasil pré-30. Procedeu-se, então, ao deslocamento dos direitos de cidadania do campo político para o social, ou, como queira, da esfera da liberdade para a da necessidade. Como já foi realçado, "os direitos sociais são mais importantes que os políticos. Dessa forma Francisco Campos julga o Estado

⁴⁹J. Segadas Viana, "O Estado Nacional e o Amparo ...", op. cit., p. 92. V. também ps. 90 e 91, nas quais ele endossa o ponto de vista de Marcondes Filho sobre a unicidade da legislação brasileira como uma consequência de sua fonte una, identificada na pessoa do "instituidor do Estado Nacional" (p. 91).

⁵⁰Getúlio Vargas, BMTIC, nº 100, dez/1942, s/n.

⁵¹Marcondes Filho, BMTIC, idem.

⁵²Essa era a opinião do secretário do Interior, Educação e Saúde de Alagoas, Ari Pitombo, no BMTIC, nº 112, dez/1943, p. 148. Para ele, acrescenta-se, Getúlio Vargas "veio ao encontro das reivindicações trabalhistas" ao implantar o "Estado ideal", ou por outra, "um regime humano e cristão" (idem).

pelas políticas que implementa, já que antes da questão dos direitos se coloca o problema da carência".⁵³

Nessa perspectiva Marcondes Filho argumenta que intervencionismo social e democracia não são elementos antitéticos. Pelo contrário, modernamente passaram a ser complementares, elevando o Estado liberal à categoria de "Estado Social", razão pela qual "o (seu) caráter democrático, essencialmente popular, encontra sua definitiva consagração na política social do Estado moderno"⁵⁴. Definindo-se, pois, fundamentalmente a partir de parâmetros sociais, o "Estado Novo" -- é Vargas quem garante -- seria ainda "mais democracia econômica que política (e) por isso apresenta, simplificado, o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública"⁵⁵.

Na realidade, com base no pensamento dos ideólogos autoritários e, particularmente, na ideologia do trabalhismo, a ditadura acaba sendo defendida, diante das críticas que se avolumariam em 1943, como uma democracia política, econômica e social ao mesmo tempo. Em abril ou em novembro de 1943, a concepção de Marcondes Filho quanto à natureza democrática do "Estado Novo" se mantinha irredutível:

O que caracteriza a Democracia, qualquer que seja a fórmula adotada, é a preocupação dos interesses populares, é o benefício do maior número, é o atendimento dos problemas coletivos. (...) E é justamente sob esse aspecto que a democracia do Estado Novo se sobrepõe à da 1ª República, porque nesta, que era privilégio de pequenos grupos oligarcas, todos os trabalhadores estavam exilados da legislação, e foram renegados pelos governos, enquanto que agora, (contamos com) o Estado

⁵³Gisálio Cerqueira Filho, op. cit., p. 115.

⁵⁴Marcondes Filho, "Organização Sindical", op. cit., p. 22 (v. todo o item "Estado Social").

⁵⁵Entrevista de Getúlio Vargas ao jornal "La Nación", de Buenos Aires, citada por Luiz Augusto de Rego Monteiro, "A Colaboração e a Harmonia Social", no BMTIC, nº 98, out/1942, p. 95.

*Nacional -- democracia política, social e econômica, democracia orgânica, democracia de substância, democracia de fundo (...) É justamente por amor à Democracia, senhores, que devemos proclamar o vigor, a oportunidade e o realismo do Estado Nacional.*⁵⁶

Trocando em miúdos, o "Estado Novo" seria, essencialmente, uma democracia social, por ser um "Estado-Providência", expressão bem ao gosto de Marcondes Filho, da qual fazia largo uso em seus pronunciamentos⁵⁷. Fora no exercício de sua "função tutelar dos economicamente desfavorecidos"⁵⁸ que o Estado no pós-30 passara pela prova dos nozes da democracia. A "doação" da legislação social era sua marca registrada e definitiva, o desmentido mais categórico das acusações dos que teimavam em incriminar o regime como antidemocrático. O poder, nas palavras de Francisco Campos, ser convertera em "servidor"⁵⁹.

Mas, como vimos, ao "proteger os hipossuficientes", o "Estado-Providência", de acordo com seus ideólogos, não se inclinara a uma classe em detrimento de outra. A legislação social "outorgada", ao beneficiar os trabalhadores, propiciara simultaneamente "uma situação de segurança ainda não

⁵⁶Discurso pronunciado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, durante os festejos do aniversário de Vargas, a 19/4/1942, por Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, p. 376. Com teor semelhante, v. Alexandre Marcondes Filho, O Momento Constitucional Brasileiro, op. cit., p. 5.

⁵⁷Uma das falas mais empolgadas em defesa do "Estado-Providência" se acha em TB, p. 277.

⁵⁸Essa observação, de Luiz Augusto de Rego Monteiro, em "Mensagem aos Trabalhadores ..", op. cit., p. 81, é encontrada comumente nas edições do BMTIC, sob a justificativa jurídica de que o Direito Social socorre os "hipossuficientes" (v., por exemplo, A.F. Cesarino Jr., "A Família como Objeto do Direito Social", op. cit., p. 113). O autor, no caso, admite a existência de "interesses contraditórios" entre as classes, bem como a "tendência da predominância da força econômica", que só poderia ser refreada, no interesse de toda a sociedade, pela ação estatal (p. 80).

⁵⁹Como poder servidor, esse autor destacava sua vocação de tornar os benefícios, serviços e bens "acessíveis ao maior número possível" (EN, p. 54), tal como o faria Marcondes Filho.

entrevista pelas classes conservadoras", assinalava Marcondes Filho⁶⁰. Seu criador, Getúlio Vargas, era digno de todos os elogios, pois, segundo Segadas Viana, transformara o capital e o trabalho em amigos animados por um profundo sentimento de solidariedade social. As leis sociais, "entrosando patrões e empregados por laços de amizade que transcendem aos simples interesses do Capital e do Trabalho", conseguiram "fazer de todas as classes uma grande família, que pensa no Brasil, que trabalha para o Brasil e que vive para o Brasil".⁶¹

Em resumo, pela lógica da ideologia do trabalhismo, o "Estado-Providência" asseguraria, em última instância, a preservação da ordem social. Evidenciando os limites burgueses dentro dos quais foi formulada, nela o engrandecimento da nação e os interesses da nação se confundiriam, em grande parte, com o desenvolvimento industrial capitalista do Brasil⁶².

.....

Percorrido esse longo trajeto, esboçarei, para encerrar este capítulo, uma síntese do que me parece constituir o corpo de princípios básicos da ideologia do trabalhismo no período considerado. Como disse repetidas vezes, o mito da outorga dos direitos sociais ocupa um lugar central no discurso

⁶⁰Marcondes Filho, BMTIC, nº 105, mai/1943, s/n. Noutras palavras, o ministro já sublinhara que "a serviço do interesse comum, o Estado se fez a providência dos trabalhadores, sem deixar de ser útil a todas as demais classes" (TB, p. 99).

⁶¹J. Segadas Viana, "O Estado Nacional e o Amparo ...", op. cit., p. 99.

⁶²Dessa forma, sem negar, obviamente, seus traços populistas, dou-me por satisfeito em mencionar sua incorporação aos marcos do pensamento burguês, evitando, deliberadamente, a discussão acerca do seu enquadramento numa ideologia populista de natureza intrinsecamente pequeno-burguesa. Esta é, muito resumidamente, a posição de Armando Boito Jr., para o qual a ideologia populista de cingiria, no essencial, ao "culto ao Estado protetor" por parte dos trabalhadores, pobres e humildes, configurando-se como expressão de uma vertente do estatismo, mais precisamente de um estatismo reformista pequeno-burguês, que seria inclusive anterior a 1930. Para esse autor, "o caráter pequeno-burguês da ideologia populista aparece na sua componente estatista, no fetiche do Estado." Armando Boito Jr., O Sindicalismo de Estado no Brasil (Uma análise crítica da estrutura sindical), Campinas-São Paulo, Unicamp/Hucitec, 1991, p. 77 (v. esp. ps. 66/92).

trabalhista. A "doação" -- obra de Vargas, ou seja, do Estado -- teria proporcionado as condições indispensáveis para a "concordia" entre o capital e o trabalho. Para que ela -- a "doação" -- se concretizasse, fez-se necessária, portanto, na ótica da ideologia do trabalhismo, a intermediação do Estado. E isso implicava a recusa da democracia liberal.

O Estado, concebido como encarnação dos interesses nacionais, passa a ser visto então como o agente privilegiado do "bem-estar social", cuja realização dependia do "clima de trabalho e de ordem" gerado pelo "Estado Nacional" via "concessão" da legislação social. Dirigindo-se especificamente aos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo sofrerá algumas mudanças de ênfase em comparação com o ideologia de Estado, sua matriz. Assim, na concepção trabalhista, mais do que cultivar o "Estado-Ordem", trata-se, no fundo, de cultivar o "Estado-Providência". Embora se reconheça que a manutenção da "ordem" seja fator imprescindível para o "bem-estar social", é sobretudo o "bem-estar social" produzido pela "instauração da justiça social" que irá propiciar a "atmosfera de ordem" que caracterizaria o "Estado Novo". E, neste caso, como se sabe, o culto ao "Estado-Providência" refletiu, objetivamente, o culto a uma modalidade particular de Estado Burguês preocupado essencialmente em impulsionar o desenvolvimento industrial capitalista do país.

CAPÍTULO V

TOQUE DE REUNIR

A formação de uma "reserva de mobilização"

Lançada em 1950 a campanha presidencial que levaria Vargas, "nos braços do povo", de volta ao Catete, a notícia se espalha rapidamente e o ex-ditador contará com uma legião de adeptos entre os produtores da literatura de cordel. Na sua Juazeiro, Delarme Monteiro da Silva, poeta popular, prontamente se põe a serviço da candidatura de Getúlio Vargas. Seus versos clamam por votos, por um dever de gratidão:

*Hoje o homem que trabalha
para servir seu patrão
sabe que tem suas férias
boa remuneração
e chegada a invalidez
recebe sua pensão.
Mas antes de vir Getúlio
.....
recebia como férias
ponta-pés e bofetão.¹*

Recuando alguns anos no tempo, se verificará que Delarme Monteiro da Silva, entre outros, estava afinado com o discurso trabalhista que,

¹Delarme Monteiro da Silva, A Candidatura de Getúlio Vargas, Juazeiro, 29/8/1950, ps. 2 e 3, citado em Origenes Lessa, Getúlio Vargas na Literatura de Cordel, Rio de Janeiro, Documentário, 1973, p. 84.

durante o "Estado Novo", cobrar a lealdade e fidelidade ao ditador e/ou ao regime em troca dos direitos "concedidos".

Getúlio Vargas, o "homem providencial", e o Estado, convertido em "Estado-Providência", serão os eixos simbólicos em torno dos quais se concentrará o esforço desenvolvido de 1942 em diante visando à "arregimentação das forças do trabalho". Fez-se, então, soar o toque de reunir para a formação de uma "reserva de mobilização", justamente numa conjuntura -- a de 1942/43 -- que prenunciava as crescentes dificuldades a serem enfrentadas para a manutenção do regime.

Aspecto muitas vezes negligenciado pelos analistas do "Estado Novo", que, ao examinarem as características básicas da ditadura, tendem a privilegiar o período 1937/38 a 1941, a questão da mobilização se colocará, no pós-42, como elemento marcante do processo político brasileiro. Seu ponto de apoio consistiria, como sempre, na legislação trabalhista e previdenciária, propagandeada como uma doação getulista. A disposição para a ação, com vistas à sustentação de Vargas e/ou do regime, era, na perspectiva trabalhista, uma decorrência natural do dever de gratidão ante o que se outorgara aos trabalhadores de cima para baixo. E a forma concreta de expressão de agradecimento pelas benesses recebidas passava pela preservação da atmosfera de ordem e disciplina no mundo do trabalho e, mais, pelo reagrupamento das classes trabalhadoras nos sindicatos de Estado, já que deles se esperava que funcionassem como sentinelas avançadas de Vargas e/ou do regime, para cuja defesa deveriam aglutinar todo o seu potencial de mobilização.

Vejamos agora, em maiores detalhes, o que foi apenas esboçado na abertura deste capítulo final.

1. O dever de gratidão e a "batalha da produção"

Marcondes Filho, em suas peregrinações pelo Brasil e inclusive pelo exterior, não se cansava de repetir a ladainha estadonovista segundo a qual a legislação social brasileira era "uma das mais perfeitas e adiantadas" do mundo. A isso ele costumava ajuntar outro argumento, associado ao mito da doação: a primeira especificidade do nosso Direito Social decorreria do fato de que, aqui, os direitos dos trabalhadores "não provinham de um clamor, mas, de uma promessa cumprida" (TB, p. 76).

Nas falas dos representantes do MTIC, tais como Marcondes Filho, Segadas Viana e outros mais, a origem de tudo remontaria à carta-programa de Getúlio Vargas anunciada à nação em 1929 quando da sua candidatura à presidência da República. As promessas então formuladas, de leis protetoras dos trabalhadores da cidade e do campo, "são promessas cumpridas. O sistema vem de cima para baixo. Do Estado para o povo. É típico", dizia o ministro do Trabalho em conferência na Universidade do Chile.²

Ele frisaria ainda, na palestra radiofônica "Um Acervo Legislativo", que a legislação trabalhista no Brasil ganhara, tão-somente em 5 anos de "Estado Novo", um impulso fenomenal com a edição de mais de 100 leis. Essa versão estadonovista de 50 anos em 5, bordão do futuro Governo Juscelino Kubitschek, requeria, evidentemente, uma contrapartida pelos direitos outorgados ou pela "graça alcançada". E o ministro estava a postos para lembrar aos trabalhadores o dever de gratidão e de uma eventual mobilização em favor de seu chefe e/ou do

²Marcondes Filho, BMTIC, nº 92, abr/1942, p. 328. Saliente-se que, embora teoricamente beneficiados com o salário-mínimo, os trabalhadores rurais foram expressamente excluídos do usufruto dos direitos assegurados pela CLT, o que, dentro do esquema de poder vigente, significava conservar intocadas as relações sociais de produção do campo.

regime. Na sua manifestação no 1º de maio de 1942 Marcondes Filho não deixava margem a dúvidas quanto aos seus reais propósitos:

Ao Amigo, ao grande, nobre e verdadeiro amigo, declaramos nossa gratidão imorredoura, que não é a inerte gratidão das palavras superficiais e das atitudes inexpressivas, mas a gratidão alerta, a gratidão impulso de sentimentos profundos, que em defesa do Brasil, do regime e do seu estadista magnânimo, nos arrancará das fábricas, das oficinas e das lavouras, formando uma onda irresistível que rolará de norte a sul, para repelir inimigos internos, porque com a gratidão também empenhamos a própria vida (TB, p. 84).

A necessidade das massas se submeterem a chefes era, como já foi analisado, um traço constitutivo fundamental da ideologia de Estado. Seus principais teóricos estavam de pleno acordo quanto a esse ponto. Francisco Campos não conseguia vislumbrar a possibilidade de uma boa condução dos negócios políticos sem o império "de uma vontade dura e poderosa" (EN, p. 16). Oliveira Vianna, por isso mesmo, era um defensor ardoroso da subordinação do cidadão à autoridade estatal, por ele entendida como subordinação ao interesse da nacionalidade "pela capacidade de obediência e de disciplina, pelo culto ao Estado e da sua autoridade" -- fatores essenciais para a força e a grandeza do país³. Azevedo Amaral, relembro, considerava "o instinto da ordem" inseparável "do sentido de coordenação hierárquica" (GVE, p. 19), daí defender, como condição para a existência de um regime democrático, a submissão "sem relutância" das massas populares "à direção espiritual e política de chefes implicitamente reconhecidos como guias e orientadores da coletividade".⁴

Num certo sentido encontravam-se, nesse terreno, componentes ideológicos do autoritarismo e do pensamento racionalizador encampado por segmentos da burguesia. Como anotara um dos entusiastas das propostas

³Oliveira Vianna, Problemas de Política Objetiva, op. cit., p. 85.

⁴Azevedo Amaral, O Brasil na Crise Atual, São Paulo, Nacional, 1934, p. 252, citado por Jarbas Medeiros, op. cit., p. 53.

racionalizantes, toda organização racional comportava semelhanças com o corpo humano. À imagem deste, ela deveria contar, entre outras coisas, com cérebro (órgão de direção) e músculos (trabalhadores), equiparados a "agentes executores que obedecem (sem discutir) as ordens e determinações do centro diretor". Nessa utilização de metáforas organicistas para a consolidação da dominação social, não haveria, obviamente, espaço para a contestação senão enquanto ação doentia, caso típico das "chamadas lutas de classe (que) não são mais do que uma luta de órgãos que pretendem dirigir e organizar, isto é, fígado e estômago que pretendem ser cérebros, de vez em quando".⁵

Durante o "Estado Novo" essas concepções entranhadamente autoritárias e antidemocráticas vão ressurgir, por exemplo, no mito da bandeira, segundo o qual a saga dos bandeirantes originou um primor de organização democrática. Na estrutura da bandeira Cassiano Ricardo identificará três componentes nucleares ("comando, obediência e movimento"), assim resumidos: "enquanto comando, iniciativa, o momento é branco, ou mameluco; enquanto movimento, o momento é índio; quando pára, o momento é africano"⁶. Plantada no mesmo campo ideológico em que germinara a ideologia de Estado, a ideologia do trabalhismo, no contexto do pós-30, não tinha em vista outro fim. Tratava-se de exaltar a necessidade da obediência das massas à voz de comando do chefe, o que implicava na perspectiva de se porem em movimento se e quando instadas a fazê-lo.

A propósito, Marcondes Filho falava novamente das implicações do dever de gratidão com uma clareza a toda prova:

Sobretudo a nós outros trabalhadores do Brasil, o dever de cumprir integralmente o que nos determina o sr. Getúlio Vargas, de obedecer a todos os seus apelos, de seguir, custe o que custar, o roteiro que nos imponha, está na

⁵Aldo Mário de Azevedo, "Organizar", Revista IDORT, nº 3, mar/1932, citado por M. Antonieta M. Antonacci, op. cit., p. 143.

⁶Cassiano Ricardo, op. cit., p. 333.

lógica, na própria essência do sentimento de gratidão que tantas e tantas vezes lhe temos sinceramente assegurado. Durante 12 anos, cumprindo, dia por dia, promessas que havia feito, o sr. Getúlio Vargas vem concedendo aos trabalhadores direitos e benefícios. (...) Tudo ele nos deu (...) Chegou a nossa vez, agora. Chegou o instante que, ansiosos, aguardávamos para provar ao amigo, ao guia, ao chefe, que os trabalhadores do Brasil, sabendo retribuir o bem que lhes foi outorgado, cumprirão a palavra empenhada, obedecendo ao que ele determine (TB, ps. 192 e 193).

Nessa emissão radiofônica, sob o título "Chegou a Nossa Vez!", o ministro do Trabalho se referia, mais especificamente, à conjuntura de guerra como peça oratória da "batalha da produção", mas, é lógico, seu discurso mirava igualmente outros alvos para além disso. A obediência, às cegas, ao estadista "clarividente" se converteria num imperativo nacional, na tentativa de estabelecer um vínculo indissolúvel de lealdade entre o chefe de Estado e as classes trabalhadoras⁷. Antes da entrada do Brasil na guerra, porém, Marcondes Filho já proferia, em nome da nação, "juramentos de fidelidade" a Vargas, a quem manifestava "irrestrita confiança" e afiançava "completa obediência"⁸.

Estruturava-se, desse modo, antes mesmo de 1942, o que Angela de Castro Gomes, ao centrar a análise do trabalhismo no período 1942/45, vai chamar de "lógica simbólica de reciprocidade" no discurso trabalhista. A partir de estudos sobre a dádiva na obra de Marcel Mauss e Marshall Sahlins, essa historiadora alude à sua aplicação ao caso do trabalhismo e conclui: "quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente, fica continuamente obrigado em face de quem dá. O desequilíbrio econômico é assim a chave da generosidade, da reciprocidade generalizada."⁹

⁷Obediência e lealdade eram palavras-chave da mensagem de Marcondes Filho endereçada a todo o pessoal do Ministério do Trabalho pela passagem do 5º aniversário do "Estado Novo". V. *BMTIC*, nº 100, dez/1942, s/n.

⁸Marcondes Filho, *Vocações da Unidade*, op. cit., ps. 199 e 200.

⁹Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit., ps. 195 e 196.

Indo adiante, Angela de Castro Gomes entende que se articulou, na época, a montagem de um "pacto social", firmando-se uma relação de troca que envolvia a concessão de benefícios (lógica material) e a lógica simbólica da reciprocidade. Para ela, "havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto."¹⁰

Neste ponto duas objeções me parecem pertinentes, afora a concordância quanto à existência de uma "lógica simbólica de reciprocidade". Em primeiro lugar, os tais ganhos materiais com a legislação social do pós-30 existiram, contudo devem ser relativizados, seja porque foram instituídos, embora sob pressão dos trabalhadores, dentro de uma ótica burguesa, seja porque, ainda assim, o desrespeito aos direitos adquiridos foi freqüente. A própria CLT, ao "incorporar dispositivos que expropriam do trabalhador a capacidade de decisão e controle sobre a sua vida", como lembra Kazumi Munakata, é exemplo dessa ambigüidade, pois "a legislação trabalhista, no seu espírito e no processo de seu implemento, carrega as marcas das lutas operárias mas também as de sua derrota."¹¹

Em segundo lugar, a idéia mesma de "pacto social" sob a ditadura estadonovista me soa um tanto quanto estranha e envolve algo que acho mais relevante que a primeira objeção, se se considerar que o julgamento do que teria sido materialmente mais ou menos vantajoso para as classes trabalhadoras nas leis sociais implica numa apreciação passível de maiores discussões, inclusive do ponto de vista "empírico" dos trabalhadores. Afirmar que as forças getulistas buscaram formar uma "reserva de mobilização", é uma coisa. Outra, bem distinta, a meu ver, é admitir a existência de um "pacto social" quando a uma das partes é tolhido, efetivamente, o direito de exprimir a própria voz, sendo condenada de

¹⁰Idem, *ibidem*, p. 195. (v. ainda p. 288)

¹¹Kazumi Munakata, *op. cit.*, p. 105.

antemão, numa operação ideal de flagrante unilateralidade, a aquiescer, a anuir, a concordar, numa palavra, a obedecer as "ordens" que vem do alto.

Despojada, por inteiro, ao menos teoricamente, da condição de sujeito histórico e combatida qualquer pretensão de independência e autonomia, por menor que fosse, como a classe trabalhadora poderia integrar um "pacto social"? O projeto trabalhista, naquele momento, não chegava a tanto. Satisfazia-se com a constituição de um exército potencial de mobilização no qual a relação entre comando e bases era de extrema verticalidade, como se podia notar quer pelos pronunciamentos quer pela prática das autoridades governamentais. Pelas mesmas razões, sequer seria concebível pensar num "pacto social" assentado por intermédio de lideranças sindicais operárias, cuja escassa representatividade -- para dizer o mínimo -- também não as autorizava a isso.

As circunstâncias da segunda guerra mundial forneceram ao Governo Vargas e, em particular, à ofensiva trabalhista deflagrada na época um poderoso pretexto para tentar promover, ainda mais, a disciplinarização da sociedade, associada ao redobrado empenho em relação à constituição de uma "reserva de mobilização" em defesa de Vargas e/ou do regime. Por conta da "batalha da produção" reforçou-se a pregação do acatamento a Vargas e às "ordens" dele emanadas.¹²

O anúncio dessa "batalha" a ser travada longe do palco da conflagração mundial foi feito solenemente, no Estádio de São Januário, em mais uma "concentração cívico-trabalhista" de 1º de maio. Um acidente automobilístico impedira a presença do ditador nas festividades, cabendo ao ministro Marcondes Filho a função de representá-lo e ler o seu pronunciamento

¹²A exploração ideológica da "batalha da produção" não era invenção brasileira. Sobre como isso se deu em outros lugares, do mundo nazista ao comunista, v. Murard e Zylberman, *Le Soldat du Travail*, Paris, Recherches, 1978.

dirigido aos trabalhadores. Depois de prestar solidariedade aos Estados Unidos pela agressão sofrida no curso da guerra, Vargas diria:

*Ninguém a ela (à guerra) se pode furtar por completo, Por isso mesmo cada um tem de aceitar o seu setor na luta, de acordo com as circunstâncias e as próprias possibilidades. O nosso é o da produção; o exército sois vós, obreiros do Brasil, e o objetivo a alcançar é a libertação do país dos retardamentos, fraqueza e dependência do passado. (...) A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais. (...) Soldados, afinal, somos todos, a serviço do Brasil.*¹³

Essa determinação ecoaria por todo o país no período (1942/43) privilegiado por este estudo. Ainda no segundo semestre de 1943, em palestra pronunciada no Curso de Orientação Sindical, Segadas Viana, entre outros, se batia com ardor pela "batalha da produção". Ele punha às claras o papel estratégico conferido aos sindicatos para a sustentação de Vargas em tempo de guerra. Sua fala correspondia à cobrança da dívida contraída pelas classes trabalhadoras junto a Vargas, e não haveria outro meio de amortizá-la senão com renovadas demonstrações de "coesão em torno do presidente Getúlio Vargas":

*Cabe aos sindicatos, portanto, apertar cada vez mais os elos dessa cadeia de coesão em torno do governo que lhes deu tudo, que amparou os trabalhadores e suas famílias. Cumpre dar em conjunto, como se tivéssemos uma só voz, esse apoio que todos os trabalhadores sinceramente, conscientemente, dão ao presidente Getúlio Vargas, pelo seus méritos de estadista excepcional que o colocaram entre os maiores cidadãos do mundo.*¹⁴

A "batalha da produção" ou, no dizer de Marcondes Filho, a "arregimentação das forças do trabalho" passaria a figurar, com todos os seus

¹³Getúlio Vargas, BMTIC, nº 93, mai/1942, s/n.

¹⁴Segadas Viana, "O Sindicato e a Batalha da Produção", Curso de Orientação Sindical, op. cit., ps. 301 e 302 (grifos meus). Na seqüência ele repete as palavras, já citadas, de Marcondes Filho em sua palestra "Chegou a Nossa Vez!".

desdobramentos, como uma das preocupações dominantes do MTIC (TB, ps. 207 e 208). A militarização do corpo, do trabalho, enfim, da vida cotidiana, processo em marcha no "Estado Novo"¹⁵, receberá, sob o impacto da guerra, novos estímulos. Os trabalhadores, tomados como "soldados do exército da produção", serão persistentemente objeto de apelos e atos voltados para a disciplinarização do seu dia-a-dia.

Trabalhadores, produzam cada vez mais e melhor, que Getúlio Vargas cuida de tudo o mais por vocês -- este poderia, sem a menor dúvida, ser um dos emblemas mais significativos daqueles tempos. Daí a insistência com que Marcondes Filho procurava convencer os trabalhadores brasileiros de que

podem e devem dedicar-se completamente aos problemas de que estão incumbidos -- produzir, produzir intensamente, produzir o mais possível -- porque, enquanto eles atendem à determinação que lhes foi dirigida pelo Sr. Presidente da República, este, com a sabedoria e serenidade de sempre, atende e providencia todos os demais problemas que devem dar segurança ao trabalho e a vitória final do Brasil (TB, ps. 229 e 230).

Ordem e disciplina serão palavras-chave da "batalha da produção". Elas constituíam, na visão do ditador, dois deveres essenciais de um soldado, imprescindíveis não apenas para o bom funcionamento do mundo do trabalho como igualmente para a segurança nacional. Sob esse clima ideológico, Getúlio Vargas bradava no 1º de maio de 1943: "quem não estiver conosco está contra nós."¹⁶

Essa maneira de encarar a conjuntura de guerra era típica do pensamento autoritário, que, inclusive antes de 1942, já jogava com a retórica da "pátria ameaçada" para justificar um maior endurecimento do regime. Para os ideólogos do autoritarismo, a guerra acarretava, logicamente, maior arrocho

¹⁵V., a respeito, Alcir Lenharo, op. cit., cap. 3.

¹⁶Segadas Viana endossava entusiasticamente tais palavras em "O Sindicato e a Batalha da Produção", op. cit., p. 291 (v. também p. 292).

disciplinar conjugado à necessidade de obediência sem vacilações ao comando do chefe de Estado. Na sua oração à bandeira, em novembro de 1939, Francisco Campos apontava para os cenários que seriam armados de 1942 em diante:

A hora não é apenas a do trabalho, mas também, e principalmente, a do soldado, a hora da ordem, da atenção e do silêncio, a hora da vigília, a hora em que a sentinela escuta, vigia e espera. Esta a advertência e a lição do nosso tempo: as pátrias estão em perigo. A hora não é das dissensões, das agitações e das discórdias internas. Brasileiro (...) a sua alma há de ser uma alma de soldado, pronta a atender, disposta a obedecer, preparada para a privação e para o sacrifício (EN, p. 257).

Pois foi exatamente isso, sem tirar nem pôr, o que se exigiu dos trabalhadores para o êxito da "batalha da produção". Tão logo se declarou oficialmente guerra aos países do Eixo, ainda a 31 de agosto de 1942, o governo baixava normas para balizar o comportamento das entidades sindicais enquanto perdurasse o estado de guerra. De um lado, o decreto-lei 4.637 ampliava os cerceamentos à já inexistente liberdade sindical. Assembléias ou até reuniões dos conselhos de representantes ficavam condicionadas à prévia anuência do Ministério do Trabalho. Numa época em que diferentes setores sociais lutavam por um crescente engajamento do Brasil no conflito mundial, proibia-se, na prática, a filiação dos sindicatos "a qualquer movimento, mesmo de caráter cívico". Além disso se instituiu um relatório mensal das ocorrências sindicais cuja elaboração incumbiria a um agente ministerial.

De outro lado, ele impunha aos sindicatos deveres inerentes a órgãos de segurança. Coligir e arquivar informações, sob absoluto sigilo, para repassá-las às autoridades competentes, passava a ser atribuição dos sindicatos de Estado devido aos imperativos da "segurança nacional". Coroando tudo isso, enfatizavam-se suas obrigações em relação ao "desenvolvimento da consciência cívica nacional" e à criação de "uma mentalidade de devotamento à Pátria".

Detalhe: a violação de qualquer um desses preceitos poderia resultar na destituição, em caráter irrecorrível, dos diretores sindicais.¹⁷

Essa pretensa metamorfose dos trabalhadores em agentes de segurança será louvada como um antídoto à rede de intrigas, de sabotagens e de mentiras, contra a qual investia, em seus pronunciamentos, o ministro do Trabalho, por sinal em aberta contradição com a tese da "unanimidade nacional" em torno de Vargas¹⁸. Ele propunha, então, o lema "trabalho e vigilância" diante dos ataques dos "inimigos internos". A colaboração com o governo, no seu entender, converteria os trabalhadores em "autoridades" e seria uma forma deles exercerem sua parte no governo da nação. Para tanto deveriam manter os "olhos atentos e perscrutadores" a fim de transmitirem "informes úteis que o dever de vigilância recomende" (TB, ps. 187 e 186). Ao mesmo tempo, tornava-se necessário cultivar "uma mentalidade de guerra defensiva total", intensificando a concórdia entre o capital e o trabalho, pois, como acentuava um dos bordões mais usados por Marcondes Filho, "todo pensamento dedicado à discórdia é um pensamento roubado à Nação" (TB, ps. 189 e 192).

As preocupações com o combate à "quinta-coluna", entretanto, permitiam entrever que nem tudo corria às mil maravilhas. O momento da realização do Curso de Orientação Sindical coincide com um período de maiores dificuldades para o governo no campo político. Isso está evidenciado pela saraivada de críticas, com endereço certo, durante o segundo semestre de 1943: era preciso dismantelar, ao estilo de um rolo compressor, o "quinta-colunismo".

O ministro do Trabalho, perante uma platéia de dirigentes sindicais, recordava uma das lições de casa: os sindicatos deveriam, por todos os meios a seu dispor, contribuir com o esforço de guerra e "evitar a interferência da quinta-coluna"¹⁹. Os maiores petardos contra o "quinta-colunismo" seriam disparados,

¹⁷V. a íntegra do decreto-lei 4.637, de 31/8/1942, no BMTIC, nº 98, out/1942, ps. 23 e 24.

¹⁸V. Marcondes Filho, TB, esp. a palestra "Soldados Somos Todos!".

¹⁹Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., p. 61.

porém, por Segadas Viana, especialmente em sua palestra de 27 de agosto de 1943. Ele começava por identificar o modus operandi da "quinta-coluna": "ora é o conselho à agitação para pleitear reivindicações", ora "é a alusão a doutrinas estranhas ao nosso meio, à nossa gente, às nossas condições e à nossa tradição". Depois de rotulá-los de "traidores", arrematava: "a esses maus brasileiros não hesitai em lançar, quando pretenderem vos falar contra o governo e contra o regime, o epíteto que merecem: 5a. coluna". Por isso exortava todos a se colocarem "em pé de guerra contra a quinta-coluna". Nessa empreitada se esperava de cada sindicato que se transformasse numa trincheira de luta: "tornai vossos sindicatos em trincheiras de esforço de guerra. Levantai em cada fábrica, em cada sindicato, em cada lar de trabalhador, uma barricada contra os manejos da quinta-coluna."²⁰

Para prevenir que o "quinta-colunismo" se instalasse nos sindicatos oficiais, o governo ia, de tempos em tempos, enrijecendo o seu arsenal de dispositivos ditatoriais. Pelo decreto-lei 5.515, de 24 de maio de 1943, já fora proibido o exercício de atividade ou fundação e funcionamento de qualquer entidade "objetivando assistência, orientação cívica ou social, propaganda doutrinária ou educacional dos trabalhadores", a menos que houvesse a concessão de autorização prévia pelo MTIC²¹. Por via das dúvidas, não bastassem as muitas normas que instituíam o controle estatal da vida sindical, o

²⁰Segadas Viana, "O Sindicato e a Batalha da Produção", op. cit., respectivamente ps. 295, 302 e 303.

²¹V., a propósito, BMTIC, nº 106, jun/1943, p. 28. Jover Telles, aliás, dá seu testemunho sobre o engajamento de trabalhadores e associações sindicais em Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação já em 1940. Essas comissões atraíram para si a repressão governamental, sendo logo dissolvidas. Apesar disso, em 1943, ainda segundo esse autor, ressurgem em congressos sindicais as manifestações e resoluções que associavam o esforço de guerra à luta contra o nazi-fascismo (comportamento, acréscimo, sempre perigoso, na perspectiva governamental, pelo duplo sentido que envolvia). V. Jover Telles, O Movimento Sindical no Brasil, São Paulo, Ciências Humanas, 2a. ed., 1981, p. 22.

MTIC ainda estabelecia a presença obrigatória de um representante do ministério nas assembléias gerais dos sindicatos.²²

Existiam, de fato, razões especialíssimas que explicavam o denodado empenho do governo em multiplicar os expedientes que cerceavam o cotidiano dos trabalhadores. A exploração da força de trabalho atingiu tamanha proporção que, na prática, assistiu-se à suspensão, mais ou menos sumária, sob o estado de guerra, de muitos direitos sociais. E isso fornecia caldo de cultura política para que se alastrasse a insatisfação junto aos trabalhadores.

A guerra oferecia um pretexto de peso para a burguesia urbana retomar suas reivindicações relativas à eliminação, pelo menos temporária, de certas leis sociais. Ao ser empossado na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, João Daudt d'Oliveira, por exemplo, falava em nome das "classes conservadoras" sobre a importância da batalha da produção industrial desfechada nos Estados Unidos. A guerra impusera, na sua opinião, idênticos sacrifícios para os homens de negócios e para os trabalhadores. Os primeiros, ressaltava, tinham sobre si um controle sem precedentes da parte do Estado. Quanto às classes trabalhadoras, estas "perderam o direito à greve e o seu orgulhoso arbítrio de mudar de emprego. Hoje ninguém pode mais abandonar seu posto, mesmo para alistar-se nas forças armadas, sem permissão do governo." Não contente com isso, ainda destacava o líder comercial: "Aumentaram as horas de trabalho; suprimiram-se as férias: é preciso produzir depressa."²³

Mirem-se no exemplo dos governantes dos EUA, aconselhava ele aos brasileiros. As queixas dos industriais ante determinados aspectos da legislação trabalhista no Brasil foram também renovadas naquele momento. Vinculando a emergência de guerra à necessidade de melhor organização e maior

²²Dourando a pilula, a justificativa apresentada para esse procedimento aparece na palestra de 29/7/43, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 108, ago/1943.

²³João Daudt d'Oliveira, BMTIC, nº 101, jan/1943, citação da p. 195.

disciplina fabril, a burguesia industrial propugnava, em 1942, por um " 'basta' de reivindicações, de 'nós queremos' "24. E o Governo Vargas não se fez de rogado, atendendo ao que era pleiteado pela burguesia urbana, inclusive proporcionando facilidades aos poderosos empresários do setor têxtil, que foi classificado como militarmente essencial ...25

Foram caindo por terra, um a um, diversos direitos sociais. Em agosto de 1942, com o decreto lei 4.637, o governo autorizou a prorrogação da jornada normal de trabalho nas empresas que interessavam, a seu critério, à produção e à defesa nacional (concretamente essa medida significou a restauração legal de, no mínimo, 10 horas de trabalho)26. Outro decreto-lei, de nº 4.869, dispensava os industriais do cumprimento da lei de férias nas empresas tidas como essenciais à segurança nacional. Em novembro, o decreto-lei 4.937 impedia a mobilidade do trabalhador (transferência de emprego) nas chamadas indústrias de guerra, prescrevendo pesadas penas em caso de falta ou abandono do serviço: trabalhadores brasileiros que infringissem seus dispositivos seriam tomados por "desertores" e, no caso de estrangeiros, se naturais dos países com os quais o Brasil estava em guerra, seriam considerados "sabotadores".

Nada mais natural para Marcondes Filho que, enquanto persistisse o estado de guerra, se mantivessem em suspenso "os direitos relativos à livre circulação em todo o território nacional; à liberdade de profissão, de associação, e de manifestação do pensamento e ao 'habeas-corpus'", graças a atos governamentais não passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário27. Como se isso fosse pouco, a ditadura estadonovista investira também contra o direito ao dissídio coletivo. Alegando a obrigação de preservação da "coesão social" entre

24M. Antonieta M. Antonacci, op. cit., p. 239. V., a respeito, Aldo Mário de Azevedo, "A Guerra, o Brasil e o 'Nós Queremos' ", no "Diário de São Paulo", 7/6/1942, que deu origem a livro com o mesmo título, citado por essa autora às ps. 239 e 240.

25V., a respeito, Warren Dean, op. cit., ps. 230 e 240.

26A justificativa dessa providência é feita por Marcondes Filho, em TB, na palestra "Os Trabalhadores e a Guerra".

27Marcondes Filho, O Momento Constitucional Brasileiro, op. cit., p. 11.

empregados e empregadores, bem como do "bom andamento da produção", o decreto-lei 5.821, de 16/9/1943, que vigorou até fevereiro de 1945, praticamente impossibilitou a instauração de dissídios.²⁸

Deflagrava-se, efetivamente, um ataque a mais aos sindicatos com tal imposição, justo numa situação em que, contraditoriamente, como veremos, se tentava arrastar os trabalhadores para dentro das entidades sindicais. Basta dizer que, dentre outros obstáculos levantados para que fosse suscitado o dissídio, constava a autorização preliminar do ministro do Trabalho, além da exigência de que o sindicato interessado na sua instauração associasse a maioria dos trabalhadores da respectiva categoria e que a deliberação, no caso, fosse tomada por mais da metade dos inscritos no quadro associativo da entidade.

Obrigados a trabalhar mais, sem direito a férias, proibidos de mudar de emprego, os trabalhadores ainda se defrontavam com novos impedimentos à ação sindical, num momento em que os salários subiam pela escada e o custo de vida pelo elevador²⁹. Esse "paraíso da conciliação" entre o capital e o trabalho na verdade o era fundamentalmente para a burguesia. Com o prolongamento da guerra, os países aliados continuavam às voltas com necessidades crescentes de importação de produtos manufaturados e de matérias-primas. Com o aumento da demanda interna e externa, as fábricas lançam mão de sua capacidade ociosa, principalmente de 1942 em diante, e, conforme Carone, "trabalha-se 24 horas por dia, o número de obreiros e de estabelecimentos industriais cresce"³⁰. Numa palavra, registrava-se a utilização intensiva da maquinaria, quando mais não fosse porque a guerra acarretava sérias dificuldades à importação de máquinas e equipamentos.

²⁸V. a íntegra do decreto-lei 5.821 no BMTIC, nº 110, out/1943.

²⁹Apesar de tudo se apelará aos sindicatos para que promovessem campanha a favor da doação de 2 horas de trabalho visando à aquisição de obrigações ou bônus de guerra, aos quais se garantia o pagamento de juros anuais de 6%. V. Segadas Viana, "O Sindicato e a Batalha da Produção", op. cit., p. 299.

³⁰Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., p. 570.

Mesmo sob as condições adversas da "mobilização econômica" orquestrada pelo Governo Vargas, seus defensores não se sentiam constrangidos ao justificá-las e, mais, ao propagandear novas "dádivas" obtidas pelos trabalhadores em pleno estado de guerra. Segadas Viana arrolava os ganhos então ocorridos: "foi aumentado o salário mínimo, foi criado o salário da indústria e foi prorrogado o prazo de vigência da lei referente ao abono de salários", ao que acrescentava o "auxílio do abono familiar" e a CLT, totalizando, nos seus cálculos, 10 milhões de beneficiários entre os "operários protegidos" (2 milhões) e suas famílias.³¹

Na perspectiva oficial, a greve, conseqüentemente, era inadmissível. Primeiramente porque "inconstitucional", capitulada no art. 139 da Constituição como recurso anti-social, daí ser enquadrada como ato delituoso ao qual o art. 165 do Código Penal cominava pena de prisão de 3 a 18 meses, mais as penas acessórias cabíveis em casos específicos. Em segundo lugar, a greve, como expressão do não-trabalho, era ideologicamente assemelhada à ociosidade e esta, face ao preceito constitucional (art. 136) que concebia o trabalho como um "dever social", era equiparada a crime. Nas palavras de Vargas, ao referir-se outra vez à "batalha da produção" no 1º de maio de 1943, "hoje mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo."³²

Nesses termos se compreendem os motivos pelos quais o "Estado Novo" atacou frontalmente a exaltação da malandragem. Afinal, na concepção dos ideólogos do autoritarismo, o x desse problema não se reduzia às "manifestações anti-sociais da rebeldia dos insubmissos crônicos". Para Azevedo Amaral, "as perversões do instinto da ordem" se estendiam igualmente às "formas

³¹Segadas Viana, "O Trabalhador Ajuda a Ganhar a Guerra", Curso de Orientação Sindical, op. cit., ps. 312 e 313. Nesses "benefícios" escondiam-se, por vezes, verdadeiras ciladas. Exemplificando, o decreto-lei 5.473, de 11/5/1943, instituía o salário adicional para a indústria; todavia o art. 6º tratava da dispensa temporária do empregador do cumprimento desse pagamento... V. BMTIC, nº 106, jun/1943, ps. 22 e 23.

³²Getúlio Vargas, BMTIC, nº 105, mai/1943, s/n.

aparentemente inócuas da boêmia", razão pela qual desdenhava a "degradação da boêmia improdutiva (GVE, ps. 50 e 86). E quase nada escapava à sanha produtivista da censura do DIP, sempre pronta a apurar o faro para procurar detectar tudo o que cheirasse, ainda que levemente, a louvor ao não-trabalho, particularmente na música popular brasileira. Era preciso repor em seu lugar, isso sim, o culto ao trabalho, inclusive prodigalizando favores governamentais aos artistas.³³

Nem pensar em greves, nada de ociosidade ou malandragem. Para o Governo Vargas o dever das classes trabalhadoras era engajar-se na "mobilização econômica", reservando-se simultaneamente aos sindicatos uma missão especial que ia além da "batalha da produção".

2. A constituição de uma "força-tarefa": o apelo à sindicalização massiva

Embora, de um lado, se apertassem os nós da camisa-de-força imposta pelo "Estado Novo" aos sindicatos oficiais, de outro, contraditoriamente, o projeto trabalhista do governo, no período 1942/45, previa o crescimento do peso político desses mesmos sindicatos como fator de sustentação de Vargas e/ou do regime. Na hipótese de agudização da crise política das instituições

³³Sobre a relação entre música popular, malandragem e "Estado Novo", v., dentre outros, Sérgio Cabral, "Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira", op. cit., Antonio Pedro, Samba da Legitimidade, São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1980, e Cláudia Matos, Acertei no Milhar (Samba e malandragem no tempo de Getúlio), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, caps. 5 e 6. Tentava-se na época banir de uma vez por todas a tradição que unira, desde o berço, a malandragem à música popular brasileira, como mostram Gilberto Vasconcellos e Matinas Suzuki Jr., em "A Malandragem e a Formação da Música Popular Brasileira", em Boris Fausto (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil Republicano (Economia e Cultura - 1930/1964), São Paulo, Difel, 1984.

estadonovistas, que obviamente figurava nos cálculos governamentais, recorrer à base de apoio representada pelas classes trabalhadoras seria da maior importância para tentar assegurar uma transição para o regime "democrático" em moldes convenientes a Getúlio Vargas e seus seguidores.

Não bastava, portanto, a mobilização econômica típica da "batalha da produção". Tornava-se indispensável desencadear todo um esforço de mobilização política com vistas à formação do que venho denominando de "reserva de mobilização", a ser supostamente usada, ao sabor das circunstâncias, para diferentes fins, como uma "força-tarefa" pró-Vargas.

A necessidade de "intensificação da vida sindical", para a qual Marcondes Filho chamara a atenção, de passagem, no seu discurso de posse (TB, p. 12), será retomada em muitas das suas palestras radiofônicas. Numa de suas primeiras falas pelo rádio ele já abordava o tema "Vida Sindical" e fazia questão de manifestar a certeza de que da parte dos sindicatos de trabalhadores não faltaria a "retribuição do prestígio outorgado" a eles pelo Governo Vargas (TB, p. 28). Comunicava, então, a todos a expedição de portaria ministerial determinando que somente se tomaria conhecimento de consultas endereçadas ao MTIC se formuladas pelas entidades sindicais competentes.

O interesse governamental se voltava para a arregimentação das forças do trabalho no interior dos sindicatos submetidos à disciplina estatal e estatutariamente definidos como órgãos de colaboração do Estado. Mas o ministro do Trabalho sabia que a sindicalização massiva equivalia a uma corrida de obstáculos de difícil transposição. Ao avaliar a natureza dessas dificuldades ele as remetia à história da formação das classes sociais no Brasil e às especificidades nacionais do processo de surgimento dos sindicatos. Na verdade, para Marcondes Filho, eram duas faces de uma realidade só, devido à sua íntima inter-relação.

A "deficiente constituição das nossas classes sociais" se traduziria, entre outros aspectos, na "carência de cultura técnica e de espírito associativo"

(TB, p. 238). A isso se somava a visão segundo a qual o sindicato no Brasil era mero efeito da ação estatal via Direito Social, o que se explicaria, em última análise, pelas "deficiências" da nossa sociedade de classes, quer dizer, da sociedade civil brasileira. De novo, intervinha o mito da doação como elemento organizador do discurso trabalhista: "em outras nações, os trabalhadores se agremiaram primeiro para conseguir, depois, direitos e prerrogativas. O sindicato é causa. No Brasil, os direitos e prerrogativas antecederam a agremiação. O sindicato é consequência."³⁴

Como gostava de afirmar o ministro do Trabalho, enquanto em outras nações, através de lutas cruentas, o sindicato emergira do espírito associativo dos trabalhadores, aqui, pelo contrário, caberia às entidades sindicais instituídas pelo Estado criar tal espírito. Em geral, uma cortina de silêncio caía, uma vez mais, sobre o passado das ligas, uniões de resistência e sindicatos de trabalhadores do pré-30. Mas um olhar mais atento sobre os documentos oficiais novamente permite resgatar algumas pistas que indicam que a história do sindicalismo brasileiro não fora o mar de rosas decantado nos pronunciamentos oficiais.

Essas contradições saltam aos olhos, por exemplo, no próprio BMTIC. Na apresentação de um texto que incensava a estrutura sindical vigente, a redação do BMTIC contrastava o antes com o depois de 30 para acentuar que anteriormente os sindicatos se dedicavam simplesmente à política de defesa dos interesses de classe, não hesitando em recorrer, com freqüência, a choques e greves, em prejuízo da "estabilidade social". Da mesma forma, o articulista lembrava que os sindicatos do pós-30 "perderam o sentido antigo que possuíam, de meros defensores de interesses particulares ou de grupos. Transformaram-se em organismos de interesse público, em elementos orgânicos da própria Nação." E saudava o fato deles não serem mais "elementos de combate, imbuídos do

³⁴Marcondes Filho, BMTIC, nº 102, fev/1943, ps. 321 e 322 (grifos meus). Ele retornaria ao assunto, com maior aprofundamento de seu ponto de vista, na conferência "Vida Sindical", op. cit., esp. ps. 47/57.

espírito de luta e desarmonia entre classes", e, sim, de "cavalheirismo"(!) entre patrões e empregados.³⁵

À margem as contradições internas da ideologia do trabalhismo, historicamente, como tenho frisado, triunfou, inclusive com repercussões que se revestiram de cientificidade, a tese da fragilidade das classes sociais no Brasil, especialmente da classe trabalhadora. Nisso os ideólogos autoritários de todos os matizes estarão globalmente de acordo. No caso do discurso trabalhista, se insistirá nessa linha de análise contrapondo-se a "maturidade" do Direito Social à "imaturidade" da classe operária, imputando-se a isso e à "ausência do Estado" no pré-30 a debilidade da nossa vida sindical.³⁶

Esse fenômeno, para Marcondes Filho, comportava dimensões que extrapolavam o âmbito propriamente trabalhista. Associava-se à "índole" do brasileiro e à sobrevivência de "hábitos agrários" nas cidades. Nas suas palavras, "o brasileiro é, por índole, retraído. A timidez social é inata. Provém da tradição, da formação, da educação. Saímos da vida agrícola, e a vida agrícola é eminentemente solitária." Para ele, como regra geral, "os hábitos agrários vieram morar nas cidades do Brasil".³⁷

Seguindo esse modelo interpretativo, um colaborador do BMTIC -- ao aludir, inicialmente, à ação dos sindicatos no pré-30 para, depois, desqualificá-los -- discorria sobre uma das causas fundamentais da fraqueza do sindicalismo brasileiro. Além da falta de solidariedade dos trabalhadores e da insuficiência de recursos financeiros das entidades sindicais, ele enxergava um sério problema nas "origens mesmas das massas operárias nacionais": "recrutadas em alta proporção entre camponeses socialmente pouco evoluídos, eram elas de

³⁵Oswaldo Carijó de Castro, "A Organização Administrativa dos Sindicatos", BMTIC, nº 110, out/1943, p. 136. Nesse artigo/palestra, que integrou também o Curso de Orientação Sindical do MTIC, o autor reafirmava, entretanto, a posição acima referida de Marcondes Filho.

³⁶V. Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., p. 43.

³⁷Idem, ibidem, ps. 56 e 57.

formação recente em razão do desenvolvimento tardio da indústria"³⁸. Esta análise, publicada em 1943, se encaixaria como uma luva em muitas obras de cientistas políticos e sociólogos que dissertaram sobre as vicissitudes da formação do "novo proletariado" com base em idêntico viés ideológico, ou seja, na origem rural erigida em fator explicativo do comportamento das classes trabalhadoras no mundo urbano-industrial. Tanto que um leitor distraído poderia pensar tratar-se de mais uma formulação procedente da área das Ciências Sociais afinada com uma corrente de pensamento que fez escola na academia, notadamente a partir dos anos 60.³⁹

Esse estado de coisas não poderia subsistir. Impusera-se a realização, pelas mãos hábeis do Estado, de "uma grande operação plástica (...) no corpo de uma nação deformada", como dissera Azevedo Amaral noutro contexto (GVE, p. 42). O sindicalismo corporativista, consagrado legalmente desde o começo dos anos 30, tinha em vista a superação desse problema. Tratava-se de acoplá-lo à proposta mais geral de construção de uma "comunidade orgânica", tal como preconizava um dos mais importantes ideólogos do sindicato de Estado, Oliveira Vianna, por sinal explicitamente citado por Marcondes Filho.

Com a organização sindical brasileira, ressaltava Oliveira Vianna, se dera um passo decisivo para subjugar uma tradição de quatro séculos de centrifugismo. E o ministro do Trabalho endossava a sua avaliação:

O sindicalismo representa o papel de um agente corretivo ou retificador, para criação e desenvolvimento da

³⁸R. Paula Lopes, "A Evolução Social no Brasil", op. cit., p. 197.

³⁹Limite-me a mencionar dois exemplos, já clássicos: ver principalmente Leôncio Martins Rodrigues, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, esp. ps. 166/175, e José Albertino Rodrigues, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, op. cit., p. 21, que seguem, nesse particular, a perspectiva analítica de Juarez Rubens Brandão Lopes, em Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, Difel, 1964. Para a crítica desse paradigma, que nos revela uma "classe operária em negativo" e que, ao explicar tal negatividade, se prende mais a fatores relativos à origem dos trabalhadores do que às suas experiências políticas efetivas nas cidades, v. Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles, "Pensando a Classe Operária ...", op. cit., esp. ps. 35/43.

*solidariedade social. Este poderoso instrumento de solidariedade -- ele (Oliveira Vianna) acrescenta -- é que vai permitir fazermos o povo poder passar gradativamente da sua rarefeita e desintegrada condição de massa para essa condição de comunidade, e, talvez mesmo, da comunhão que as responsabilidades futuras do nosso destino no mundo estão a exigir.*⁴⁰

Desde que assumiu a pasta do Trabalho Marcondes Filho procurou, por isso mesmo, oferecer estímulos à sindicalização. Os sindicatos, como se sabe, detinham o monopólio da representação legal dos trabalhadores, o que teoricamente os habilitava a firmar contratos coletivos de trabalho e instaurar dissídios coletivos. O ministro acenava constantemente com essas vantagens ao tentar atrair a classe trabalhadora. Preocupado com o assunto, destacava, dentre as funções atribuídas às delegacias regionais do MTIC, o dever de "orientar e facilitar a sindicalização" (TB, p. 215).

Suas preocupações justificavam-se plenamente. À estruturação institucional dos sindicatos corporativos, calcada na legislação de 1939, não correspondera a dinamização da vida sindical. Os sindicatos -- criação dos trabalhadores da qual o Estado se reapropriara e estendera inclusive aos patrões visando à "cooperação orgânica" entre as classes sociais -- viviam uma situação de esvaziamento. E, como observou Werneck Vianna, "vazios os sindicatos não

⁴⁰Marcondes Filho, "Organização Sindical", op. cit., p. 31. De maneira sintética ele repetirá o diagnóstico feito e a solução apontada na outra palestra do Curso de Orientação Sindical ("Vida Sindical", op. cit., p. 57), bem como em Momento Constitucional Brasileiro, op. cit., p. 6. Convém esclarecer que, como mostra Evaldo Amaro Vieira, segundo Oliveira Vianna, "a ação corporativa tem sua base na organização sindical, na justiça trabalhista e nos conselhos técnicos. O funcionamento destas novas instituições não só dará origem a uma elite administrativa capacitada como ainda organizará as classes, tornando viável a democracia no Brasil. (...) Em síntese, para Oliveira Vianna, o Estado Corporativo fará nascer a democracia, ou seja, o verdadeiro regime democrático brasileiro surgirá da ditadura." Evaldo Amaro Vieira, Oliveira Vianna & o Estado Corporativo, São Paulo, Grijalbo, 1976, ps. 132 e 133.

poderiam cumprir o papel de elos intermediários entre o poder e as classes subalternas"⁴¹.

Dai a instituição do imposto sindical pelo decreto-lei 2.377, de 8/7/1940, seguida, na gestão Marcondes Filho, da regulamentação do recolhimento e fiscalização da utilização dos recursos dele provenientes, pelo decreto-lei 4.298, de 14/4/1942. Esvaziados e desprovidos de condições financeiras, seria difícil, conforme admitira o ministro, buscar reverter esse quadro desalentador. Para ele, existia uma clara relação entre o imposto sindical e a necessidade de suprir a falta de "espírito agremiativo"⁴². Dado o seu estatuto de entidades de direito público, no exercício de funções delegadas pelo poder público, não deveria causar estranheza, no entender do ministro, o fato de os sindicatos contarem com impostos recolhidos pelo Estado. Antes, era mais um dever social indeclinável deste, perfeitamente compatível com o objetivo de organização das classes sociais com vistas à colaboração entre elas sob a direção do Estado.

Dotados dos devidos recursos, os sindicatos poderiam, na visão oficial, aparelhar-se melhor para mais bem cumprir suas finalidades, dentre as quais Marcondes Filho realçava as atribuições de natureza assistencial⁴³. Ao mesmo tempo isso funcionaria como uma isca para a atração dos trabalhadores. Em muitos casos, é sabido que, ao longo do tempo, o tiro saiu pela culatra na medida em que o imposto sindical, ao se constituir na maior fonte de renda dos sindicatos, possibilitou a sobrevivência de lideranças pelegas pouco empenhadas na ampliação do corpo associativo. Afinal, o imposto, cobrado de toda a categoria -- aqui incluídos associados e, na sua grande maioria, não-associados -- facilitava a continuidade das direções sindicais, independentemente de terem de

⁴¹Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 229. O autor examina o processo de esvaziamento dos sindicatos naquela época às ps. 227/232.

⁴²V. Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., esp. ps. 49/54, ou a palestra irradiada a 26/8/1943, no BMTIC, nº 109, set/1943.

⁴³V. Marcondes Filho, BMTIC, nº 109, set/1943, ps. 326 e 327.

arcar com os riscos para suas posições de mando que eventualmente significaria o aumento de inscrições de sócios.

De toda forma, não era esse, naquele momento, o propósito governamental. Por diferentes meios o MTIC tentava incentivar a sindicalização. Outro expediente adotado dizia respeito a uma questão premente, a da subsistência. Em 1942 o governo criou o Serviço de Subsistência a fim de propiciar ao trabalhador a compra de mercadorias de primeira necessidade por um preço mais em conta. Mal tinham sido instalados os postos de venda no Rio de Janeiro, lá ia o ministro do Trabalho à "Hora do Brasil" para conclamar os sindicatos à abertura de "postos de fornecimento de gêneros" nas suas sedes para os seus associados (TB, p. 276).

Num exame retrospectivo do tema sindicalização, Marcondes Filho reconheceria, no entanto, que nem tudo caminhava sobre os trilhos. O imposto sindical fora concebido como "a primeira lei destinada a estabelecer o espírito associativo". Mas alcançou o seu objetivo? O ministro é quem responde:

Criado, porém, o imposto sindical obrigatório, devíamos presumir que ele só bastasse para despertar o pensamento agremiativo. Se o operário entregava um dia de seu trabalho anual ao sindicato, ficava ciente dos benefícios que, através do imposto, a lei lhe conferia, e havia de querer usufruí-los. Assim, porém, não aconteceu.⁴⁴

Por isso, considerada a insuficiência de todas as medidas postas em prática pelo MTIC em 1942 para fomentar a sindicalização, o Estado, com Vargas à frente, vai se lançar, com toda energia, numa campanha pró-sindicalização maciça dos trabalhadores no ano seguinte. Ela era assumida como decisão inadiável ditada pelo caráter educativo do Estado enquanto agente organizador da sociedade para a convivência harmoniosa entre as classes. Todo o aparato oficial seria então colocado a serviço dessa missão.

⁴⁴Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., ps. 49 e 54.

O ano novo renovava as esperanças do MTIC. No seu primeiro pronunciamento pelo rádio em 1943, no dia 7 de janeiro, Marcondes Filho já transmitia o seu apelo às diretorias dos sindicatos: a sindicalização era a grande bandeira de 1943, objetivando não apenas o aumento do número de associados como igualmente da frequência às sedes dos sindicatos⁴⁵. Por sua vez, Getúlio Vargas, em pessoa, nas comemorações do 1º de maio desse ano, aproveitaria para reafirmar que a sindicalização já era a palavra-de-ordem:

*Neste 1º de maio, aproveitando o ensejo para falar-vos diretamente, quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. (...) (devemos) fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político.*⁴⁶

Na tentativa de azeitar a máquina estatal para atingir o que se propunha, a 16 de janeiro de 1943 o governo editou o decreto-lei 5.199, que criou a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), subordinada diretamente ao ministro do Trabalho e custeada pelo Fundo Social Sindical⁴⁷. A ela estava afeta a divulgação das leis sociais, bem como o esclarecimento sobre as vantagens da sindicalização e a educação dos trabalhadores para o desenvolvimento do "espírito agremiativo". Sua criação não tardou a despertar, aqui e ali, uma onda de insatisfação, o que obrigou Marcondes Filho a vir a público para tentar convencer os dirigentes sindicais de que não se tratava de açambarcar uma

⁴⁵Marcondes Filho, BMTIC, nº 102, fev/1943. Imediatamente após, na palestra de 28/1/1943, ele tornaria a enfatizar que a campanha de sindicalização era "o grande programa do ano". Idem, *ibidem*, p. 326.

⁴⁶Getúlio Vargas, BMTIC, nº 105, mai/1943, s/n.

⁴⁷O decreto consta do BMTIC, nº 102, fev/1943. Aqui se pode ilustrar muito bem o que significou a concentração de verbas no MTIC e a liberdade de sua manipulação pelo ministro do Trabalho. O Fundo Social Sindical era formado pela transferência para uma conta especial de 20% da volumosa massa de recursos originários do imposto sindical. E cabia à Comissão do Imposto Sindical, presidida pelo ministro do Trabalho, gerir tal fundo. Estava tudo em casa.

função que, em princípio, lhes pertencia. Na sua ótica, a CTOS de modo algum feria a autonomia ou colidia com as prerrogativas dos sindicatos. Seria uma imposição, como vimos, da natureza educativa do próprio Estado.⁴⁸

Paralelamente, produziram-se mudanças no comando de organismos ministeriais ligados à área do Trabalho com o intuito de dinamizar a vida sindical⁴⁹. Uma das alterações implicava na substituição de Luiz Augusto de Rego Monteiro por José de Segadas Viana na direção do Departamento Nacional do Trabalho. Ele era um crítico da atuação do seu antecessor, a quem viria a chamar de criador da "ordem dos mergulhadores de tapete", por alusão aos pelegos que infestavam os sindicatos durante o "Estado Novo" e que haviam se acomodado diante do marasmo sindical.⁵⁰

Como parte desse empenho em renovar o ar que dominava os sindicatos, a Comissão Técnica de Orientação Sindical organizará no segundo semestre de 1943 um Curso de Orientação Sindical tendo como público-alvo dirigentes sindicais. Seu conteúdo, ao qual venho me referindo ao longo deste trabalho, era bastante abrangente: ia do ensino sobre "como se deve dirigir um sindicato" até a organização administrativa, assembléias gerais, assistência jurídica, médica e assuntos relacionados à recreação e previdência. Numa de suas falas radiofônicas, Marcondes Filho exultava com a iniciativa. Mencionava a freqüência de mais de 300 pessoas ao curso ministrado no Rio de Janeiro e prometia providências para a reprodução das aulas pelas capitais dos demais Estados, além da impressão das suas palestras e ampla divulgação Brasil afora.⁵¹

⁴⁸V. a palestra de 1/4/1943, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 105, mai/1943. Só nesse mês, aliás, ele se ocupou do tema sindicalização em três das suas falas semanais, conferindo destaque à CTOS.

⁴⁹V., a respeito, Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., ps. 271/275.

⁵⁰Essas críticas de Segadas Viana foram colhidas em depoimento prestado ao Cpdoc em 1983, citado por Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, p. 272.

⁵¹V. a palestra de 22/7/1943, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 108, ago/1943. Tanto aí quanto no pronunciamento anterior, de 15/7/1943, publicado no mesmo número do

De acordo com a lógica trabalhista, de pouca valia seria o prestígio político de Getúlio Vargas se a ele não se desse uma certa expressão orgânica com a estruturação de uma base de apoio político mais sólida. O sindicalismo corporativista, um decalque da Carta del Lavoro fascista⁵², revelava, na prática, grandes limitações. Era preciso sacudi-lo. Diagnosticado o problema, "foi praticamente a partir de 1942-3 que o Estado brasileiro se esforçou para implementar seu projeto de organização sindical corporativista. Este, até então, funcionava apenas como uma orientação legal e como uma ficção organizacional."⁵³

Nesse sentido dois eram os objetivos perseguidos pelo MTIC; um, declarado, outro, acalentado na surdina. O primeiro deles, de caráter mais geral,

BMTIC, ele insiste em dizer que a tarefa básica da CTOS era levar adiante a campanha de sindicalização.

⁵²Essa questão se tornou objeto de polêmica na época e colocou as forças governistas na defensiva. Para Marcondes Filho, coerentemente com a "força de brasilidade" peculiar a Getúlio Vargas, o sistema sindical aqui implantado era sobretudo um "sistema brasileiro". BMTIC, nº 109, set/1943, p. 326 (v. também Marcondes Filho, BMTIC, nº 102, mai/1942, p. 321, e "Vida Sindical", op. cit., ps. 33 e 37). A refutação de qualquer influência estrangeira era, por razões óbvias, apresentada de forma apaixonada por Oliveira Vianna. No ensaio "Razões da Originalidade do Sistema Sindical Brasileiro" ele afirma: "nossa lei sindical deriva de que foi elaborada tendo o Brasil à vista, sob moldes tipicamente brasileiros. (...) é nesta impregnação de brasilidade que a penetra até o seu íntimo que está a razão mesma da sua originalidade." Oliveira Vianna, Ensaíos Inéditos, Campinas, Unicamp, 1991, p. 281. Na realidade o sistema não era tão "brasílico" assim, como queriam os seus defensores. Até numa publicação oficial se reconheceu nele a mancha do "pecado original". V. o artigo do procurador geral da Fazenda Pública, Francisco de Sá Filho, "A Economia e o Estado nas 3 Constituições Republicanas", BMTIC, nº 93, mai/1942, p. 139, que aponta, detalhadamente, os "conceitos lapidares" da Constituição de 1937 "inspirados na Carta do Trabalho italiana". Por sinal, como provou, por a mais b, um estudioso da estrutura sindical brasileira, a constituição estadonovista, em matéria sindical, resume-se a uma tradução, praticamente ao pé da letra, da Carta del Lavoro. V. Evaristo de Moraes Filho, O Problema do Sindicato Único no Brasil (Seus fundamentos sociológicos), São Paulo, Alfa-Omega, 1978, ps. 243 e 244.

⁵³Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 276.

era explicitado por Marcondes Filho no decorrer da campanha de sindicalização:

Nas outras nações, o espírito associativo organizou o sindicato, porque a luta em que se reuniram (os trabalhadores) foi quem criou o direito. No Brasil, cabe ao sindicato promover o espírito associativo, porque o direito veio justamente para evitar essa luta. Lá, foi preciso à lei reprimir a extensão e profundidade da organização das forças proletárias, para arrancá-la dos agitadores profissionais. Aqui é indispensável agremiá-las, a fim de que não caiam nas mãos desses agitadores, para fins políticos, estranhos aos interesses profissionais, já que os interesses estão atendidos e resolvidos.⁵⁴

Até aí, nada de novo no discurso ministerial. O que não se admitia publicamente, muito pelo contrário, era o outro objetivo, de natureza mais emergencial ou conjuntural, que não poderia mesmo ser confessado sob pena de desmoralização da campanha de arregimentação de sócios para os sindicatos. Segundo consta, Vargas e Marcondes Filho planejavam, como recurso de reserva para a permanência do primeiro no governo, promover eleições indiretas por intermédio dos sindicatos. Para tanto o alistamento eleitoral seria feito mediante a apresentação da carteira profissional.⁵⁵

Tal plano era não só inconfessável como ainda teve a sua existência negada pelo ministro do Trabalho, como, de resto, costuma acontecer em situações do gênero. Referindo-se a suposições sem pé nem cabeça, Marcondes Filho rebatia críticas à CTOS, acentuando que sua atuação se orientava para o esclarecimento dos fins "puramente assistenciais e educativos" dos sindicatos. E dizia categoricamente: "incidiriam em erro, proveniente do desconhecimento

⁵⁴Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., p. 48 (v. igualmente p. 59).

⁵⁵Góis Monteiro e Virgílio de Mello Franco confirmam essa versão. V., sobre o assunto, Evaristo de Moraes Filho, op. cit., ps. 255/258, e Francisco C. Weffort, Sindicatos e Política, op. cit., ps. II-10 e 11.

do Direito Social entre nós, os que em tal campanha (de sindicalização) pretendessem lobrigar interesses estranhos".⁵⁶

Mil e um artificios foram utilizados para forçar a sindicalização dos trabalhadores. O decreto-lei 5.242, de 11/2/1943, exigia prova de sindicalização para efeito de representação ou gozo de isenções tributárias. A inscrição dos interessados em fazer uso dos restaurantes para operários ou dos postos de subsistência -- aberta a sindicalizados ou não -- deveria, por decisão ministerial, se dar obrigatoriamente nas sedes dos respectivos sindicatos⁵⁷. Até a exigência de associação ao sindicato de metade da categoria para a instauração do dissídio coletivo será, nesse contexto, justificada como medida de estímulo à sindicalização.⁵⁸

A campanha ia correndo bem, segundo informações de Marcondes Filho. Com ar de plena satisfação, ele lembrava que um manifesto publicado na imprensa, assinado por Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, advertia os industriais para a necessidade de darem preferência a operários sindicalizados. O Brasil não poderia exibir ao mundo melhor prova de concórdia entre as classes, já que se tratava de um fato excepcional.⁵⁹

Simultaneamente outras providências governamentais consolidavam a imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores. A CLT, que chegou a ser

⁵⁶Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., ps. 58 e 59.

⁵⁷O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) havia sido criado em 1940 com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores comida racionalmente balanceada a preços módicos. Em julho de 1943, conforme dados do MTIC, estavam em funcionamento 35 restaurantes populares no Rio de Janeiro e cogitava-se da sua expansão para outros centros, especialmente São Paulo. De acordo com a mesma fonte, os postos de subsistência em operação na capital da República totalizavam 14 unidades. V., a respeito, a palestra de 15/7/1943, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 108, ago/1943.

⁵⁸V. Marcondes Filho, BMTIC, nº 112, dez/1943, p. 339.

⁵⁹Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., p. 62. O referido manifesto, que respondia a apelo feito por Getúlio Vargas a 1º de maio de 1943, instava também os industriais a se sindicalizarem. Divulgado em "O Estado de S. Paulo", de 8/7/1943, ele está transcrito em Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., ps. 357/359.

chamada de "Código Getúlio Vargas do Trabalhador Brasileiro"⁶⁰, era um lance estratégico engenhosamente engendrado. Desde a constituição de uma comissão de técnicos para elaborá-la, em fevereiro de 1942, passando pela publicação de seu anteprojeto para recolher sugestões, a 10 de novembro do mesmo ano, até a sua promulgação pelo ditador, a 1º de maio de 1943, quinze meses haviam transcorrido. Aproximava-se a data de sua entrada em vigor, 10 de novembro de 1943, e o governo mais uma vez buscava tirar partido disso, anunciando inclusive uma edição popular da CLT que deveria, na medida do possível, estar presente em todo "lar operário".⁶¹

Num momento como aquele a questão salarial, por outro lado, não poderia ficar à deriva, mesmo porque a carestia ia, progressivamente, reduzindo os já minguados ganhos dos trabalhadores. Evidentemente, não era para ser levada a sério a afirmação de Roberto Simonsen, para quem a guerra, ao favorecer o encarecimento generalizado dos preços, acabara por originar um "movimento espontâneo, por parte das classes patronais, de melhoria dos salários"⁶². A história do capitalismo está aí para desmenti-lo.

Se o custo de vida se elevava a uma taxa média anual de 6,6% entre 1934 e 1940, em 1941 ele pulava para 10,9%, em 1942 para 12% e em 1943 iria bater em 14,9%. Em que pese o congelamento, desde 1939, do preço do aluguel e do tabelamento de produtos como pão, carne, açúcar, etc., a espiral inflacionária avançava⁶³, arrastando consigo um complicador para a política varguista de

⁶⁰Marcondes Filho, BMTIC, nº 108, ago/1943, p. 338.

⁶¹V. pronunciamento de Marcondes Filho, de maio de 1943, no BMTIC, nº 106, jun/1943.

⁶²V. Roberto Simonsen, "A Indústria Brasileira em face da Guerra", BMTIC, nº 109, set/1943, p. 330. É bem verdade que, hipoteticamente, tudo indica que isso poderia ocorrer. Basta recordar que os dados disponíveis para o período imediatamente anterior mostram que "apesar de todos os benefícios acumulados sobre os trabalhadores a partir de 1931, as firmas industriais de São Paulo declararam que o custo total dos ordenados e salários em relação às vendas fora menor em 1940 do que em 1920 (11,3 em confronto com 11,6%)." Warren Dean, op. cit., p. 242.

⁶³Esses dados são fornecidos por Oliver Ónody, A Inflação Brasileira (1820-1958), Rio de Janeiro, s/e, 1960, citado em Edgard Carone, O Estado Novo, op. cit., ps. 96 e 97.

maior aproximação com as massas. Algo tinha que ser feito. E o governo o fez, ensaiando uma recomposição ao menos parcial da corrosão salarial.

Já a 7 de janeiro de 1943, por determinação da Coordenação da Mobilização Econômica, os valores do salário-mínimo, inalterados desde a sua instituição (1º de maio de 1940), tiveram uma majoração de 25% para as capitais dos estados, Distrito Federal e território do Acre, e de 30% para as demais localidades do país. O ano terminaria como começou, com nova fixação do salário mínimo em dezembro. Por isso, ao comentar as quatro revisões do seu valor em 1943, Maria Hermínia Tavares de Almeida observa: "não é difícil perceber, sob a sucessão de decretos de majoração do salário-mínimo razões políticas, que induziam o governo a buscar aproximação maior com as massas urbanas, e, em especial, com o operariado."⁶⁴

Uma vez mais todo um aparato propagandístico era montado para que essas medidas rendessem dividendos políticos ao governo. Entretanto, como era de se esperar do Governo Vargas, as providências tomadas nessa área não representariam, de forma alguma, um fator de entrave ao processo de acumulação capitalista, qualquer que seja o ponto de vista que se tenha acerca da relação entre salário-mínimo e acumulação.⁶⁵

Em síntese, a promulgação da CLT e os reajustes do salário-mínimo, somavam-se aos persistentes esforços governamentais de disseminação

V. também John W.F. Dulles, Getúlio Vargas (Biografia política), Rio de Janeiro, Renes, 2a. ed., s/d, ps. 261 e 262.

⁶⁴Maria Hermínia Tavares de Almeida, Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945), São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1978, p. 248. Acrescente-se que o art. 76 da CLT garantia a extensão do salário-mínimo ao trabalhador rural. Isso era louvado como mais uma promessa cumprida por Vargas, "com a particularidade de ter sido o primeiro texto legal a alcançar, com seus benefícios efetivos, a grande classe dos obreiros que porfiam na faina agrícola em todo o interior do país." Oscar Egidio de Araújo, "Salário Mínimo no Brasil", BMTIC, nº 106, jun/1943, ps. 63 e 64.

⁶⁵V., a respeito, Luiz Werneck Vianna, op. cit., ps. 235/240. Posições divergentes sobre a relação salário-mínimo/acumulação industrial são expostas por Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Estudos Cebrap, nº 2, São Paulo, Cebrap/Ed. Brasileira de Ciências, out/1972, ps. 9/13, e Maria Hermínia Tavares de Almeida, op. cit., ps. 251/255.

da ideologia do trabalhismo, que vinham se incrementando desde 1942⁶⁶. E tudo isso desaguava no apelo à sindicalização dos trabalhadores, ponto vital da estratégia oficial para sedimentar uma "reserva de mobilização" com que procurava se preparar para enfrentar os novos desafios políticos lançados pela conjuntura. Presenciava-se, então, um primeiro ensaio de mobilização populista, que alguns autores, um tanto diferentemente da perspectiva de análise de Weffort, vão identificar à própria emergência do populismo no Brasil.⁶⁷

Embora seja difícil o acesso a dados confiáveis sobre o alcance prático de toda a campanha de sindicalização desenvolvida em 1943, Marcondes Filho, no final do ano, cantava vitória. Na sua prestação de contas pública, pelo microfone da "Hora do Brasil", na última palestra de 1943, ele apresentou um balanço altamente positivo. Falava, genericamente, em "milhares e milhares" de inscrições de novos sócios nos sindicatos e, além do anúncio da publicação do Curso de Orientação Sindical, comunicava a futura instalação de subcomissões estaduais da Comissão Técnica de Orientação Sindical. O MTIC não tinha por que esmorecer e os trabalhadores não perderiam por esperar: 1944, afirmava o ministro em alto e bom som, seria, acima de tudo, "o ano da previdência e da saúde", com as atenções governamentais concentradas na ampliação de

⁶⁶Há autores, como Maria Hermínia, que, na periodização do "Estado Novo", fazem um corte em 1943, considerando que "a política da ditadura face às classes trabalhadoras sofreu uma guinada a partir de 1943", o que, a meu ver, se explica porque, na abordagem das relações entre o Estado e os trabalhadores, não se dá, no caso, maior destaque aos aspectos mais especificamente ideológicos e à busca do consenso. V. Maria Hermínia Tavares de Almeida, op. cit., ps. 268 e 274 e, de modo mais atenuado, Thomas Skidmore, op. cit., ps. 53 e 62.

⁶⁷Sem entrar, aqui, no mérito dessa questão, simplesmente anoto que o surgimento do fenômeno populista à época da gestão Marcondes Filho é apontado por Lourdes Sola, op. cit., ps. 278 e 279, e reafirmado por Luiz Werneck Vianna, op. cit., p. 235, ao destacar o "esforço mobilizador" do MTIC. Por sua vez, Boris Fausto, que vincula o nascimento do populismo getulista à política trabalhista estadonovista, ressalta que "nos últimos anos do Estado Novo, à medida que setores da classe dominante e da classe média começaram a se articular em torno da oposição liberal, Vargas tratou de encontrar uma base social de apoio nas camadas populares urbanas e, em especial, na classe operária." Peguenos Ensaios ..., op. cit., p. 110 (v. também p. 100).

benefícios por meio de novas leis assistenciais⁶⁸. Afinal, 1943 terminava carregado de preocupações para as forças getulistas e era preciso dar continuidade à política trabalhista urdida por Vargas e Marcondes Filho.

⁶⁸V. palestra de 16/12/1943, de Marcondes Filho, no BMTIC, nº 113, jan/1944, p. 312. A crer nas informações do ministro do Trabalho, durante a realização do Curso de Orientação Sindical teriam se registrado, tão-somente no Rio de Janeiro, 15.000 inscrições sindicais. Cf. Marcondes Filho, "Vida Sindical", op. cit., p. 62.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TEMPO E CONTRATEMPO, CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA

Ao atribuir a Vargas predicados extraordinários -- para não dizer extra-humanos -- a ideologia do trabalhismo, em sintonia com a ideologia de Estado, operou simultaneamente a construção de uma espécie de "religião civil" e, nesse sentido, buscará constituir um exército de fiéis seguidores de seu chefe, que é o chefe de Estado de um "Estado de chefe".

Essa operação, que deixa à mostra a dimensão secular de um comportamento com traços marcadamente religiosos, estava, obviamente, muito longe de representar algo de inédito no mundo dos negócios da política. As relações entre política e religião não vem de hoje. Noutros contextos, sob as mais diversificadas circunstâncias, Maquiavel já atentara, com especial interesse, para os efeitos seculares produzidos pelas religiões. Em sua obra sobressai a importância com que encara a manutenção da aparência de religiosidade por parte dos governantes, mesmo porque, como realça um dos seus comentadores, para Maquiavel "o uso pagão da religião era o único racional".¹

No caso do "Estado Novo", ocorrerá uma inegável aproximação entre poder (estatal) temporal e poder espiritual, por sinal visível no entrosamento existente entre Igreja e Estado. Mas, para além dessa constatação que paira na

¹Ernst Cassirer, op. cit., p. 156. Sobre os usos políticos da religião em Maquiavel, v., deste autor, op. cit., cap. XVIII, e Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio, Brasília, Universidade de Brasília, 3a. ed., 1994, Livro Primeiro, caps. décimo primeiro a décimo quinto, mais George H. Sabine, História das Teorias Políticas (vol. 1), São Paulo, Fundo de Cultura, 1964, ps. 333/335.

superfície dos fatos, mecanismos mais complexos foram postos em funcionamento, trabalhando com processos conscientes e inconscientes de identificação entre líder e massas profundamente arraigados na tradição cristã. Se, para Carlyle, a exaltação da submissão está no cerne do Cristianismo, Vargas, à maneira de um herói carlyliano, desponta como um "santo secularizado"², homem providencial, chefe do "Estado-Providência", que deve inspirar o respeito e o acatamento devido aos que são "escolhidos do Céu".

As massas às quais se dirigia a ideologia do trabalhismo não seriam, evidentemente, as "massas de inversão" que Elias Canetti considera típicas de tempos revolucionários. Pelo contrário, o poder de sedução do trabalhismo se voltava para o disciplinamento das massas, ancorado, ainda aqui, na tradição católica, que, nas palavras de Canetti, consagra o temor da "massa aberta" e da "supressão das distâncias obrigatórias", ao mesmo tempo que promove o culto a uma "fonte superior"³. E essa "fonte superior" ora era simplesmente a personificação do "Estado Novo", Getúlio Vargas, ora o próprio Estado concebido como uma extensão das virtudes pessoais do ditador. Afinal, o mito da personalidade e o mito do Estado se entrelaçavam e quantas vezes, na história, os "santos seculares" não apareceram unidos à deificação do Estado, no caso brasileiro, o "Estado Nacional".⁴

Durante a ditadura estadonovista a política trabalhista, revigorada a partir de 1942, se apoiará no tripé crença, obediência e disponibilidade para ação, de forte conteúdo religioso, à moda de uma religião secular ou civil⁵.

²Sobre os "santos temporais", v. Ernst Cassirer, op. cit., ps. 210 e 211.

³Elias Canetti, Massa e Poder, Brasília-São Paulo, Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1983, ps. 61, 170 e 171.

⁴Por isso mesmo, ao examinar os "símbolos de massa das nações", Canetti esclarece que "as nações serão abordadas aqui como se fossem religiões". Idem, ibidem, p. 186.

⁵Apesar da advertência de Hannah Arendt quanto à abusiva utilização, pelos analistas da história, do conceito de "religião política ou secular", parece-me que tal não é o caso quando o assunto enfocado é o "Estado Novo". V. o ensaio "Religião e Política", em Hannah Arendt, A Dignidade da Política (Ensaio e conferências), Rio de Janeiro, Delume Dumará, 1993. Para um tratamento mais pormenorizado das relações entre religião secular, "Estado Novo" e Getúlio Vargas, v. Alcir Lenharo, op. cit., cap. 6.

A ideologia do trabalhismo exibirá, então, mais claramente sua faceta virtualmente mobilizadora na medida em que -- tendo como moeda de troca o saldo de realizações no campo da legislação social -- apontará para a formação de uma "reserva de mobilização" por meio do sindicalismo de Estado. Nesse cenário, o recurso permanente ao mito da doação da legislação trabalhista o transformará na versão getulista do "valor motor" do mito soreliano.

Num primeiro momento (1942/43), do qual se ocupou este estudo, já aberta a crise política do "Estado Novo", os apelos oficiais insistirão, freqüentemente, na necessidade de conservação do regime e de fidelidade absoluta às diretrizes impostas por Vargas. Embora nesse período se comece a cogitar de alternativas institucionais, prepondera, de longe, a pregação que exalta a excelência do "Estado Novo", a ponto de, no segundo semestre de 1943, continuarem a se fazer ouvir pronunciamentos como o do diretor do Departamento Nacional do Trabalho em favor do "amor" ao regime.⁶

No momento seguinte (1944/45), sob a pressão incessante dos novos desdobramentos da conjuntura política, se registrará uma progressiva mudança de inflexão no discurso trabalhista e na fala estatal como um todo. Marcondes Filho, por exemplo, reincorporará a dimensão político-partidária à cidadania, procedimento que se divorcia da tradição do pensamento autoritário exatamente numa situação em que o clamor pela democracia ecoava com bastante força pelo país. Como bem resumiu Angela de Castro Gomes, "o discurso passou a combinar a dimensão da representação de interesses profissionais com a da representação política via Parlamento e pleitos eleitorais." A despeito dos partidos políticos e do sufrágio universal serem temas "apenas sugeridos", como observa essa autora, "a cidadania, que era vista exclusivamente pela ótica do

⁶Falando a dirigentes sindicais presentes ao Curso de Orientação Sindical, ele ressaltava: "deveis procurar, cada vez mais, integrar-vos na sociedade, (...) compreendendo e amando o regime que tanto e tão justamente vos enobrece." Segadas Viana, "O Trabalhador Ajuda...", op. cit., p. 315.

trabalho e que possuía como canal exclusivo os sindicatos, voltou a incorporar a feição político-partidária."⁷

Cabe, aqui, um comentário marginal. Eu concebo a ideologia do trabalhismo, como, de resto, qualquer ideologia, como uma "obra aberta". Com isso quero sublinhar que ela, tomada no seu aspecto dinâmico, é passível de reformulações. Mesmo consolidada nos anos 1942/43, a ideologia do trabalhismo sofrerá alterações discursivas ao longo do tempo e dos contratempos enfrentados, o que significa afirmar que ela não pode ser historicamente congelada nem confinada a um momento qualquer.

Foucault já nos ensinou que o poder circula e se legitima por sucessivas alterações. Sob este prisma procurei analisar a emergência da ideologia do trabalhismo nos anos 30, afinado também com a perspectiva analítica proposta por Maria Célia Paoli, para a qual "o discurso estatal é o lugar onde a multiplicidade de significados se reúne e se concretiza no encontro de vários sentidos, de várias tradições, de várias contestações"⁸. Por esse ângulo, igualmente, é que se deve, a meu ver, buscar compreender os novos sentidos que serão agregados ao trabalhismo na fase terminal do "Estado Novo".⁹

Assim, apesar da fundação do PTB não ser o desfecho lógico, inevitável e necessário do projeto trabalhista em desenvolvimento a partir de 1942, "a construção de uma ideologia política -- o trabalhismo -- e de uma estrutura sindicalista -- o corporativismo -- completam-se com a montagem de um partido político: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)"¹⁰. Permeável às

⁷Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 284.

⁸Maria Célia Paoli, "Trabalhadores e Cidadania (Experiência do mundo público na história do Brasil moderno)", em Estudos Avançados, vol. 3, nº 7, São Paulo, USP, set-dez/1989, p. 65.

⁹Se pensarmos num período histórico mais elástico, as variantes do trabalhismo serão ainda maiores. V., a respeito, Maria Victória Benevides, O PTB e o Trabalhismo (Partido e sindicato em São Paulo. 1945-1964), São Paulo, Cedec/Brasiliense, 1989, esp. ps. 93/102.

¹⁰Angela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalhismo, op. cit., p. 11. A autora, aliás, ao historiar o surgimento do PTB, contesta -- do meu ponto de vista, acertadamente -- a

mudanças que se processavam rumo à "democratização" do país, o trabalhismo não teria mesmo condições para permanecer imutável, simplesmente apegado ao passado, por mais que se tratasse de um passado recente. E justo nesse momento as contradições inerentes à pregação e à prática trabalhista revelavam-se obstáculos insuperáveis.

Explico-me melhor. As ambigüidades do trabalhismo assumiram proporções gritantes na conjuntura de 1942/43, como indiquei no capítulo anterior. De um lado, por conta da "batalha da produção", enrijeceram-se os mecanismos de controle estatal sobre os sindicatos, condenando-os, praticamente, a significar uma quase-insignificância política. De outro lado, pôs-se em movimento uma estridente campanha de sindicalização, patrocinada pelo poder estatal, como forma de arregimentar os trabalhadores e mantê-los em estado virtual de "reserva de mobilização" pró-Vargas e/ou "Estado Novo".

Com uma mão -- mão de ferro, por certo -- se tentava impor a disciplina, a ordem, a submissão incontestável. Com a outra se acenava para a necessidade das massas trabalhadoras colocarem-se em prontidão a fim de se mobilizarem a um simples sinal do seu comandante-em-chefe. Na prática, as limitações estabelecidas à ação das entidades sindicais reduziavam sensivelmente as possibilidades delas se converterem nos instrumentos imaginados pela política trabalhista do MTIC ou, pelo menos, em canais políticos dotados da eficácia pretendida para barrar o avanço da oposição "democrática".

Prova disso é que, como lembra Weffort, em plena crise agônica em que mergulhara o "Estado Novo" em 1945, a única medida de liberalização das

versão absolutamente hegemônica na historiografia sobre o nascimento desse partido como resultado de "um cálculo maquiavélico" que teria levado Vargas a criar o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB. Ao contrário, ela mostra que ambos "emergem como a solução pragmática possível" diante da "frustração do projeto de 'partido único de massas', que vinha sendo acalentado no seio do Estado Novo". Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo, Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Ática, 1989, p. 15 (v., a respeito, o cap. 3 dessa obra, que contém uma síntese do que consta de A Invenção do Trabalhismo, op. cit., ps. 303/308).

atividades sindicais adotada pelo governo consistiu na suspensão, em fevereiro, da obrigatoriedade de audiência prévia do MTIC para a instauração de dissídio coletivo. Daí a conclusão de que "parecia claro, portanto, que embora tivesse algum interesse na dinamização da vida sindical, Vargas não se mostrava disposto a soltar os controles além do que fosse estritamente necessário aos seus objetivos políticos."¹¹ Do mesmo modo, ainda segundo Weffort, explica-se por que, naquelas circunstâncias, "as tentativas feitas para colocar em funcionamento esta estrutura criada especificamente para o controle corporativista da classe operária serão implementadas pela esquerda, em especial pelo Partido Comunista."¹²

Transposto esse dilema para o plano teórico, ele se encarna nas diferenças que se pode detectar entre as concepções, bastante distintas, de Barthes e Sorel acerca do mito. Tentei me valer de ambas, sem perder de vista, entretanto, as distâncias que as separam. Enquanto para o primeiro o mito almeja "imobilizar o mundo", na concepção soreliana ele é encarado como fator de organização e mobilização das massas. E, a meu ver, como fala mítica, a ideologia do trabalhismo atua, genericamente, seja como um fator de imobilização (naturalização produzida pela tentativa de embalsamar a história, mais a pregação da submissão a um "Estado-Providência"), seja, particularmente no período crítico de 1942/45, como um apelo à mobilização comandada do alto para, se preciso, defender a permanência do "pai dos pobres" e de sua orientação à frente do governo.

Debilitado, porém, ante o crescimento do poder de fogo das forças "democráticas" e imerso nas suas próprias contradições, o "Estado Novo" fez

¹¹Francisco C. Weffort, Sindicatos e Política, op. cit., p. II.28.

¹²Idem, *ibidem*, p. II.9. Vargas, como demonstra Weffort, só se aproximará dos comunistas, em meio ao agravamento do processo de dissolução da ditadura, quando passava por uma situação de crescente isolamento (v. ps. II.17/II.27). Por outro lado, embora seja inegável a amplitude alcançada na sociedade brasileira pelo movimento "queremista" -- com base no "queremos Getúlio" e "Constituinte com Getúlio" -- foi-lhe insuficiente, como se sabe, o respaldo de dirigentes sindicais e/ou militantes comunistas engajados nessa luta.

água por todos os lados e Getúlio Vargas não teve como evitar o golpe de Estado de 29 de outubro de 1945. Seu indesmentível prestígio popular, o decantado "monopólio político" exercido por Vargas junto às massas -- massas, bem entendido, ainda em larga medida inorganizadas -- não servirão, na extensão desejada, como anteparo à arremetida golpista.

.....

Antes de pôr um ponto final neste trabalho, parece-me indispensável levantar uma última questão, em geral não abordada explicitamente ou tratada de maneira que está, do meu ponto de vista, a merecer reparos. Ainda agora falava do propalado "monopólio" ou "quase-monopólio" político que teria havido durante o "Estado Novo". Será que, efetivamente, essa afirmação generalizada se sustenta diante de uma investigação mais rigorosa?

Meu interesse pelo estudo dos mitos políticos ultrapassa, é evidente, os meros objetivos de uma discussão acadêmica. Faço minhas, em termos ideais, as palavras de Ernst Cassirer, segundo as quais "devemos estudar cuidadosamente a origem, a estrutura, os métodos e a técnica dos mitos políticos. Devemos olhar o adversário bem de frente a fim de saber como derrotá-lo"¹³. Ao me sentir atraído pela pesquisa em torno dos mitos forjados pela ideologia do trabalhismo, fui impulsionado por propósitos políticos que me diziam que nós, trabalhadores, precisamos aprender a nos defendermos dos nossos "defensores". E no decorrer dos estudos constatei a necessidade de, em certos casos, fazer a crítica dos críticos do trabalhismo ou, como queira, proceder à desmontagem de alguns mitos sobre os mitos construídos na "era Vargas". Esse será o caminho que trilharei nos próximos passos desta pesquisa, que se desdobrarão no desenvolvimento do projeto de doutorado que busca recuperar a voz dos "sem-voz" no período 1942-45. Mas não resisto à tentação de pôr, desde já, em discussão uma questão particularmente intrigante: teria, de fato, se exercido de forma plena o controle ideológico do Estado sobre as classes trabalhadoras?

¹³Ernst Cassirer, op. cit., p. 314.

Sem a menor pretensão de esgotar, aqui, o assunto, contento-me em apontar o problema. Há quem entenda, como José Albertino Rodrigues, que "é inegável que Vargas obteve pleno sucesso nos objetivos de sua política trabalhista". Para ele bastaria assinalar, como evidência disso, que a massa sindicalizada foi transformada em "suporte político-eleitoral de Vargas e de seus herdeiros políticos. Perdera sua capacidade de luta e se tornara massa de manobra dos seus tutelares."¹⁴

As considerações feitas no item anterior desta conclusão fornecem, penso eu, elementos para se colocar em dúvida a inteira procedência de afirmações do gênero. Não será um exagero, ante o próprio desfecho do "Estado Novo", falar em "pleno sucesso" da política trabalhista? E mais, por maior que tenha sido a dominação político-ideológica das classes trabalhadoras, esta poderia, numa análise que peca por uma relativa simplificação do problema, ser reduzida a simples massa de manobra, destituída por completo de sua condição de sujeito político?

Não é à toa que deparamos com análises dessa natureza. Na bibliografia disponível se percebe um pesado silêncio a respeito das classes trabalhadoras durante a quase totalidade do "Estado Novo". Como se fosse impossível captar outras palavras que não as da fala do Estado e das classes dominantes, a maior parte dos trabalhos que abrangem o período silenciam sobre as práticas e os discursos dos trabalhadores. Na realidade eles são tomados, expressa ou implicitamente, como objeto de manipulação estatal e nada mais, como se não passassem, no fundo, de cérebros embalados a vácuo. Acrescidas a isso as dificuldades para resgatar pistas que nos indiquem, mesmo que fragmentariamente, esse outro universo -- o que nos remete à brutal repressão que grassou à época -- novamente assistimos a mais uma cena do monólogo do poder estatal. A voz do Estado abafa, quando não silencia inteiramente, a palavra operária e os trabalhadores são rebaixados à condição de "sem-voz".

¹⁴José Albertino Rodrigues, op. cit., p. 78.

O panorama, visto da academia, se afigura freqüentemente desolador. Verifica-se, conforme Maria Hermínia Tavares de Almeida, "a subordinação completa dos sindicatos à orientação governamental"¹⁵. Já Nelson Jahr Garcia garante que, "generalizadas pela propaganda, as idéias oficiais se introduziram e impregnaram todas as camadas da sociedade, integrando-as e assegurando sua coesão. (...) Através dela, progressivamente, foi se delineando uma uniformidade de pensamento e orientação que absorveria todas as formas de manifestações, em todos os níveis"¹⁶. Edgard Carone, por sua vez, numa coletânea de documentos sobre o "Estado Novo", reserva perto de 100 páginas à "classe operária", porém quando saímos à procura desse sujeito oculto achamos, isso sim, um conjunto documental referente ao Partido Comunista do Brasil (arbitrariamente identificado à classe operária) e a medidas governamentais envolvendo a questão do trabalho.¹⁷

Até na mais importante obra que aborda a conjuntura que é igualmente objeto desta pesquisa, a situação, quanto ao que estou enfatizando, não se altera. Em seu estudo sobre A Invenção do Trabalhismo, Angela de Castro Gomes anuncia, logo de cara, os dois atores que pretende privilegiar: a classe trabalhadora e o Estado. Aquela, no entanto, entre 1942 e 1945, é como que resumida a simples objeto político, pelo menos no período anterior ao "queremismo". Tal posição vem à tona como uma decorrência lógica da visão segundo a qual "neste período a 'palavra' não está com os trabalhadores e sim

¹⁵Maria Hermínia Tavares de Almeida, op. cit., p. 260 (grifo meu).

¹⁶Nelson Jahr Garcia, op. cit., p. 126 (grifos meus). O autor vai ao ponto de afirmar que "a uniformidade assegurava a passividade dos agentes sociais". Quanto aos trabalhadores, estes "passaram a viver, como seu, o objetivo de um progresso posto como prosperidade geral. Trabalhando e aplaudindo, empenhando-se e apoiando, aperfeiçoando-se e agradecendo, participaram ativamente para a acumulação do capital que se realizava pela sua exploração", configurando, portanto, "um mercado de mão-de-obra submissa politicamente". Conclui, então, que "estavam criadas as condições que impediriam, às classes dominadas, formar quaisquer representações que ultrapassassem os limites dados pela ideologia proclamada oficialmente." Citações das ps. 127 e 98.

¹⁷Edgard Carone, A Terceira República, op. cit., ps. 482/573. Diga-se, a bem da verdade, que este não foi o tratamento dispensado à classe operária em seu livro interpretativo sobre O Estado Novo, op. cit., ps. 119/140.

com o Estado." Afinal, para a autora o "Estado Novo" é portador de "um projeto político que conta com recursos de poder para difundi-lo, para bloquear a emissão de qualquer outro discurso concorrente e para implementar políticas públicas que o reforcem e legitimem."¹⁸

Nada estranhável, pois, que Angela de Castro Gomes dedique magras oito linhas ao longo de todo o seu livro para reportar-se à resistência dos trabalhadores¹⁹. Ela cita, então, um artigo de Maria Célia Paoli no qual, finalmente, se começa a levantar uma parte do véu que encobre as manifestações de descontentamento dos trabalhadores sob a ditadura²⁰. Além dessa contribuição fundamental para se repensar o tema, uma análise da maior significação, ainda de autoria de Maria Célia Paoli, seria publicada em seguida. Nela, indo contra a corrente, se insistia na tese de que o "Estado Novo" não conseguiu silenciar por inteiro o protesto operário. Nas palavras da autora, "embora a forma ditatorial de governo tenha sugerido para a história apenas os equívocos e o silêncio da luta e do protesto, estes não se congelaram, mesmo que sua forma tenha mudado pelas poucas chances de se manifestar abertamente."²¹

Na seqüência Maria Célia Paoli arrola evidências que reforçam sua posição. Não era para menos. Num momento em que o regime impunha a "economia de guerra" ao país, os direitos trabalhistas eram simultaneamente reconhecidos e usurpados aos trabalhadores. Nessas circunstâncias, será que a imagem mais fiel -- ou única -- do comportamento dos trabalhadores se condensava na orquestração das ovações e aplausos dedicados ao ditador nos primeiros de maio do Estádio de São Januário? Tudo seria plena consonância, sem dar margem ao aparecimento de vozes dissonantes? Como disse Michelle

¹⁸Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit., ps. 25 e 26.

¹⁹Idem, *ibidem*, v. p. 245. Ainda neste caso, a autora, pesquisadora de mão cheia, refere-se a trabalhos alheios.

²⁰Maria Célia Paoli, "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira", em José Sérgio Leite Lopes (coord.), *Cultura & Identidade Operária* (Aspectos da cultura da classe trabalhadora), São Paulo-Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ, 1987 (v. esp. ps. 87/90).

²¹Maria Célia Paoli, "Trabalhadores e Cidadania ...", op. cit., p. 58 (v. esp. ps. 57/65).

Perrot, "ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra."²²

A ditadura, no desenrolar da "batalha da produção", baixara medidas para impedir a mobilidade de emprego dos trabalhadores. Não é estranho, para os que persistem em ignorar as reações dos trabalhadores, que em 1945, numa só audiência, 800 pessoas estivessem às voltas com pedidos de anistia, por terem sido incriminadas como "desertoras", devido a reiteradas faltas ou abandono do trabalho?²³ A estranheza irá se desfazer tão-somente na medida em que, não mais cegos pela presença solar do Estado na cena político-social brasileira, fomos capazes de captar também o brilho da contraluz.

Para isso será necessário amplificar a voz daqueles que, especialmente na ditadura estadonovista, tiveram sua palavra ignorada ou minimizada, reduzidos à inércia da figuração do coro carente de voz própria. Entre outros caminhos a serem percorridos, mantive, por exemplo, um contato inicial com parte da imprensa sindical operária nos anos 1942/45. Revelaram-se, então, outras dimensões das relações entre o Estado e as classes trabalhadoras, que podem ser apreendidas tanto nos textos como, mais ainda, nos subtextos.

O exame dessa massa documental da época do "Estado Novo" normalmente foi posto de lado no trabalho dos pesquisadores, quando mais não seja, por se partir aprioristicamente da aceitação da total subordinação dos sindicatos aos desígnios políticos da ditadura. Uma primeira aproximação desse material me conduziu a formular a hipótese de que, também nesse caso, a análise das relações entre as ideologias dominantes e as classes dominadas permite atestar a coexistência de assimilações, rejeições e/ou redefinições de conteúdos

²²Michelle Perrot, Os Excluídos da História (Operários, mulheres e prisioneiros), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 55.

²³O fato é narrado por Maria Célia Paoli, em "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros ...", op. cit., ps. 88/89.

que reafirmam o caráter dialético da dominação²⁴. À primeira vista, o que emerge da imprensa sindical operária o confirma.

Apesar da ditadura ter convertido as organizações sindicais dos trabalhadores urbanos numa espécie de braço do aparelho do Estado, apesar do peleguismo que campeou nas direções sindicais e do amordaçamento da censura, inclusive à imprensa operária, com tudo isso a ideologia do trabalhismo não foi inteiramente absorvida. Numa palavra, tudo indica que o controle policial dos sindicatos e a doutrinação trabalhista massiva não foram bastantes para suprimir a reelaboração da ideologia do trabalhismo com base na situação de classe das classes trabalhadoras. Nesses novos cenários que se desenham elas não são o monumento à "inconsciência" política que se ergueu em volta delas. Aqui e ali, é possível reunir indícios de insatisfação e resistência, para além da tão apregoada "unanimidade" de apoio a Vargas e ao regime.

Detenho-me num exemplo. Numa pesquisa exploratória de O Trabalhador Gráfico (OTG), boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de São Paulo, pude perceber a insistência quanto à preservação da memória das lutas dos trabalhadores. Apesar de todos os pesares, ainda vem à tona a lembrança das jornadas de luta dos trabalhadores em geral e, em particular, dos gráficos pela obtenção de melhores condições de vida. Tal fato impedia que o mito da doação fosse acolhido nas páginas de OTG. Sem que o contestassem abertamente, todo dia 7 de fevereiro, por exemplo, se comemorava o "Dia do Gráfico". A escolha desse dia se devia ao "movimento grevista iniciado naquela data em 1923 e na expressiva vitória que, após 42 dias de parede, conquistaram (os gráficos)". Os feitos de 1923, bem como os de 1929, eram então rememorados. Recordava-se igualmente que as reivindicações

²⁴Ver Adalberto P. Paranhos, Dialética da Dominação, Campinas, Papyrus, 1984, especialmente o ensaio "A ideologia do trabalhismo na literatura de cordel", no qual reutilizo, com objetivos distintos, os folhetos populares referidos por Origenes Lessa em Getúlio Vargas na Literatura de Cordel, op. cit.

operárias esbarraram em enorme resistência da parte das autoridades governamentais e dos industriais.²⁵

Paralelamente, para romper o cerco do silêncio armado em torno da palavra operária, é preciso nos dispormos também a perseguir pistas das falas e das ações operárias em documentos habitualmente utilizados para outros fins. Quer dizer, "analisando o documento onde ele é mais opaco"²⁶, é possível recolher elementos das experiências dos trabalhadores mesmo em pronunciamentos oficiais e das classes empresariais.²⁷

Quem assim procede com extrema competência, ao focalizar o período do "Estado Novo", é Maria Célia Paoli. Como ela salienta, "embora os trabalhadores estejam silenciosos, cercados como estavam por repressões de todos os tipos, parece claro que na prática sua resistência crescia, porque a fala patronal e governamental se dirige insistentemente para as questões de disciplina interna das fábricas"²⁸. A autora lembra ainda que a palavra sabotagem passou a freqüentar o vocabulário dos juristas, até porque a Justiça do Trabalho se viu obrigada a julgar pendências envolvendo a ação de sabotadores (a categoria sabotagem compreendia operação-tartaruga, danos causados ao maquinário, queda do padrão de qualidade dos produtos e outras coisas mais).

Ora, se os trabalhadores brasileiros fossem um primor de disciplina e de submissão aos imperativos da exploração capitalista numa "economia de guerra", não haveria por que retornar tantas vezes à pregação da manutenção da disciplina, a qualquer custo, no mundo do trabalho. Muito menos à

²⁵A citação corresponde às palavras do presidente do sindicato, Aristodemo Paoletti, por ocasião do festival comemorativo do "Dia do Gráfico". *OTG*, nº 148, fev/1943.

²⁶A recomendação é de Robert Darnton, em *O Grande Massacre de Gatos* (E outros episódios da história cultural francesa), Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. XV.

²⁷A propósito, é muito relevante a observação, noutro contexto, de Michelle Perrot: "sobre a disciplina, nossas principais fontes provêm das classes dominantes; discurso de cima, às vezes elas exprimem mais um projeto ou programa do que propriamente uma operação. (...) O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina." *Op. cit.*, ps. 54/55.

²⁸Maria Célia Paoli, "Trabalhadores e Cidadania ...", *op. cit.*, p. 62.

exaustivamente reiterada declaração de guerra ao quinta-colunismo que aparece em pronunciamentos de Getúlio Vargas, Marcondes Filho, Segadas Viana e outros governantes. Se eles acatassem por completo as diretrizes impostas pelo "Estado Novo" e se deixassem embalar por inteiro pelo discurso trabalhista, tudo isso soaria como uma manifestação "surreal". Porém, ela era real. E como.

.....

Nem tudo transcorreu conforme o desejado pelos ideólogos do "Estado Novo". Nem o "Estado Nacional", encarnação do mito da nação, nem Getúlio Vargas, expressão do mito da personalidade, alcançaram o "pleno sucesso" almejado, apesar de terem vivido dias de glórias. No caso de Vargas, como se sabe, ele sobreviveu ao fim do "Estado Novo". As heranças daquele período -- da estrutura sindical corporativista às concepções autoritárias -- subsistiram sob vários aspectos. Mas se parte da mitologia política criada acerca de Getúlio Vargas perdurou e/ou perdura, parte dela sofreu estragos irreparáveis.

O ditador apeado do poder estatal em 1945 não espelhava exatamente a imagem que dele se procurou refletir. Lembremo-nos de que Azevedo Amaral, ao estabelecer uma comparação entre José Bonifácio e Getúlio Vargas, ressaltava que o "patriarca da independência" não avaliou adequadamente determinados problemas que se tornaram "causas funestas de debilidade e perturbação". Ao referir-se à superioridade de Vargas em relação a Bonifácio como estadista, Azevedo Amaral era incisivo: "para prová-lo, não há argumento mais decisivo que o paralelo entre o insucesso do Patriarca e o êxito do chefe da revolução de 1930."

Pesando, no final de 1945, essas palavras, escritas em 1941, ainda no esplendor do "Estado Novo", é de se perguntar: o que teria sido feito da "capacidade verdadeiramente surpreendente (de Vargas) na execução de seus planos e das suas idéias"? Onde teria ido parar o super-homem dotado dos "meios de verificar os perigos e descobrir as possibilidades que o cercavam"? (GVE, ps. 58, 57 e 59). Ou, voltando a Marcondes Filho, em sua fala comemorativa de

mais um aniversário do ditador, como sustentar que, por sua capacidade supranormal, "ele não será surpreendido nem acordado pelo imprevisto"?²⁹

Sempre prestativo, Marcondes Filho proferira, durante o "Estado Novo", mais um discurso laudatório, por ocasião da entrega do avião "Getúlio Vargas", oferecido pela Caixa Econômica Federal à campanha em favor da aviação civil³⁰. Getúlio Vargas, ao seguir, por via aérea, para sua fazenda em São Borja (RS), logo após o golpe de Estado de 29 de outubro, poderia ter embarcado nele. Houve momentos em que a ditadura e o ditador parecem ter aspirado à eternidade. Ambos, porém, foram eternos enquanto duraram.

²⁹Pronunciamento feito em 19/4/1943 por Marcondes Filho, no BMTIC, nº 105, mai/1043, p. 379.

³⁰V. o discurso sobre "O avião 'Getúlio Vargas' " em Marcondes Filho, Vocações da Unidade, op. cit.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

- Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em Campinas.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo, em São Paulo.
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em Campinas.
- Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo.
- Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, em São Paulo.
- Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. "Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas". In FAUSTO, Boris (dir.). História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil republicano - 3. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 6a. ed., 1996.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945). São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1978.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil - 1932-1945. São Paulo, PUC-SP, dissertação de mestrado, 1992.
- ALMINO, João. Os Democratas Autoritários (Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946). São Paulo, Brasiliense, 1980.
- AMARAL, Azevedo. Estado Autoritário e a Realidade Nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- _____. Getúlio Vargas, Estadista. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1941.
- ANTONACCI, M. Antonieta M. A Vitória da Razão (?) (O Idort e a sociedade paulista). São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil (Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora). São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. "A Legislação Social nos Anos 30: Um Estudo de Processo Decisório". In História & Perspectivas, nº 7, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jul-dez/1992.
- _____. Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos Anos 30. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 1994.
- ARENDT, Hannah. A Dignidade da Política (Ensaio e conferências). Rio de Janeiro, Delume Dumará, 1993.
- ARRAIS, Monte. O Estado Novo e suas Diretrizes (Estudos políticos e constitucionais). Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.
- BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento (O contexto de François Rabelais). São Paulo, Hucitec/Universidade de Brasília, 1987.

- BARTHES, Roland. Mitologias. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- BATALHA, Claudio H. de Moraes. Le Syndicalisme "Amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930). Paris, Université de Paris I, tese de doutoramento, 1986.
- BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o Trabalhismo (Partido e sindicato em São Paulo. 1945-1964). São Paulo, Cedec/Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. "A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução". In Os Pensadores, vol. XLVIII, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- BOITO JR., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil (Uma análise crítica da estrutura sindical). Campinas-São Paulo, Unicamp/Hucitec, 1991.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, nºs 91, 92, 94/100, 112 e 113 (mar/1942 a jan/1944).
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BUARQUE, Chico. Ópera do Malandro (Comédia musical). São Paulo, Cultura, 1978.
- CABRAL, Sérgio. No Tempo de Ari Barroso, Rio de Janeiro, Lumiar, s/d.
- _____. "Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira". In Ensaio de Opinião, 2 + 1, Rio de Janeiro, Inúbia, 1975.
- CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional (Sua estrutura - seu conteúdo ideológico). Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
- CAMPOS, Reynaldo Pompeu. Repressão Judicial no Estado Novo (Esquerda e direita no banco dos réus). Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
- CANCELLI, Elizabeth. O Mundo da Violência (A polícia da era Vargas). Brasília, Edunb, 1993.
- CANETTI, Elias. Massa e Poder. Brasília-São Paulo, Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1983.
- CARONE, Edgard. A Primeira República. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2a. ed., 1973.
- _____. A Segunda República. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- _____. A Terceira República (1937-1945). São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- _____. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1976.

- _____. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, Difel, 1979.
- CASSIRER, Ernst. O Mito do Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A "Questão Social" no Brasil (Crítica do discurso político). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural (Entre práticas e representações). Lisboa-Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- _____. "Textos, Impressão, Leituras". In HUNT, Lynn. A Nova História Cultural, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CHAUI, Marilena. "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira". In CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho, Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra, 1978.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. Brasil Novo. Música, Nação e Modernidade: Os Anos 20 e 30. São Paulo, USP, tese de livre-docência, 1988.
- DAGNINO, Evelina. State and Ideology: Nationalism in Brazil: 1930-1945. Stanford, Stanford University, tese de doutorado, 1985.
- DÂNGELO, Newton. "Escolas Sem Professores": O Rádio Educativo nas Décadas de 1920/40. São Paulo, PUC-SP, dissertação de mestrado, 1994.
- DARNTON, Robert. O Grande Massacre de Gatos (E outros episódios da história cultural francesa), Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro/USP, 1971.
- DECCA, Edgar de. 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. "O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classes". In FAUSTO, Boris (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil republicano - 3. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 6a. ed., 1996.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978
- DULLES, John W.F. Getúlio Vargas (Biografia política). Rio de Janeiro, Renes, 2a. ed., s/d.

- DURKHEIM, Émile. "As Regras do Método Sociológico". In Os Pensadores, vol. XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 2a. ed., 1973.
- _____. "Da Divisão do Trabalho Social". In Os Pensadores, vol. XXXIII, São Paulo, Abril Cultural, 2a. ed., 1973.
- ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930 (Historiografia e história). São Paulo, Brasiliense, 1970.
- _____. Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945). São Paulo, Cebrap, Caderno 10, 1972.
- _____. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, Difel, 1976.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 2a. ed., 1981.
- _____. Vigiar e Punir (História da violência nas prisões). Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1986.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. São Paulo, Símbolo, 1977.
- GARCIA, Nelson Jahr. Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política (A legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas). São Paulo, Loyola, 1982.
- GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes (O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição). São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e Trabalho (Política e legislação social no Brasil - 1917/1937). Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- _____. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.
- _____. (coord.), FLAKSMAN, Dora Rocha e STOTZ, Eduardo. Velhos Militantes (Depoimentos). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo. São Paulo, Ática, 1989.
- GOULART, Silvana. Sob a Verdade Oficial (Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo). São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Literatura e Vida Nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. Pasado y Presente. Buenos Aires, Granica, 1974.

- _____. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed., 1978.
- _____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 8a. ed., 1991.
- GUSMÃO, Cupertino de. Do Bojo do Estado Novo (Memórias de um socialista na República de Trinta e Sete). Rio de Janeiro, s/e, 1945.
- HADLER, Maria Silvia Duarte. "A Política de Controle da Classe Operária no Governo Vargas". In Cara a Cara, nº 2, Petrópolis, Vozes, jul-dez/1978.
- _____. Sindicato do Estado e Legislação Social: O Caso dos Gráficos Paulistas nos Anos 1930. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado, 1982.
- HENRIQUES, Affonso. Ascensão e Queda de Getúlio Vargas - 2 (O Estado Novo). Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 1966.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. Dialéctica del Iluminismo. Buenos Aires, Sur, 1971.
- KONDER, Leandro. Barão de Itararé. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Ideologia em Regime Autoritários: Uma Crítica a Luan J. Linz". In Estudos Cebrap, v. 7, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, jan-fev-mar/1974.
- _____. "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação". In FAUSTO, Boris (dir.), História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil republicano - 2. (Sociedade e instituições - 1889/1930). Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1977.
- LANDSBERG, Paul-Louis. O Sentido da Ação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- LEÃO XIII. Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários). Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1961.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, Unicamp/Papirus, 1986.
- LESSA, Orígenes. Getúlio Vargas na Literatura de Cordel. Rio de Janeiro, Documentário, 1973.
- LIMA Maria Regina Soares de e CERQUEIRA, Eli Diniz. "O Modelo Político de Oliveira Vianna". In Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº. 30, Belo Horizonte, UFMG, jan/1971.
- LINZ, Juan J. "An Authoritarian Regime: Spain". In ALLARDT, Erik e LITTUNEN, Yrj (eds.), Cleavages, Ideologies e Party Systems. Helsinki, The Academic Bookstore, 1964.
- LOEWENSTEIN, Karl. Teoría de la Constitución. Barcelona, Ariel, 2a. ed., 1970.

- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.
- LUKÁCS, Georg. "A Consciência de Classe". In LUKÁCS, Georg e SCHAFF, Adam. Sobre o Conceito de Consciência de Classe. Porto, Escorpião, 1973.
- _____. História y Consciencia de Clase. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- MACPHERSON, C.B. La Teoría Política del Individualismo Posesivo. Barcelona, Fontanella, 1970.
- MAGNANI, Silvia Lang. O Movimento Anarquista em SP. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MAQUIAVEL. "O Príncipe". In Os Pensadores, vol IX, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- _____. Comentários sobre a Primeira Década de Tito Livio. Brasília, Universidade de Brasília, 3a. ed., 1994.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARCONDES FILHO, Alexandre. Vocações da Unidade (Conferências e discursos). Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.
- _____. O Momento Constitucional Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.
- MARCONDES FILHO. Trabalhadores do Brasil!. Rio de Janeiro, Revista Judiciária, 1943.
- _____. e outros. Curso de Orientação Sindical. Rio de Janeiro, Comissão Técnica de Orientação Sindical, 1944.
- MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa. São Paulo, Hucitec, 2a. ed., 1974.
- MARX, Karl. A Questão Judaica. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- _____. "Para a Crítica da Economia Política". In Os Pensadores, XXXV, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- _____. Miséria da Filosofia. Porto, Escorpião, 1974.
- MATOS, Claudia. Acertei no Milhar (Samba e malandragem no tempo de Getúlio). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. Noel Rosa (Uma biografia). Brasília, Linha Gráfica/UnB, 1990.
- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil (1930/1945). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MEIRELLES, José. "Notes sur le Rôle de l'État dans le Developpement du Capitalisme Industriel au Brésil". In Critique de l'Économie Politique, Paris, jan-avr/1973.

- MICELI, Sergio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- MORAES FILHO, Evaristo. O Problema do Sindicato Único no Brasil (Seus fundamentos sociológicos). São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. "O Lugar do Movimento Operário". In Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, Araraquara, ANPUH/Unesp, 1980.
- _____. A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981
- MURARD e ZYLBERMAN. Le Soldat du Travail. Paris, Recherches, 1978.
- MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C. Estudos sobre as Origens do Peronismo. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". In Estudos Cebrap, nº 2, São Paulo, Cebrap/Ed. Brasileira de Ciências, out/1972.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo (Ideologia e poder). Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- PAOLI, Maria Célia, SADER, Eder e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". In Revista Brasileira de História, nº 6, São Paulo, Marco Zero, set/1983.
- PAOLI, Maria Célia. "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira". In LOPES, José Sérgio Leite (coord.), Cultura & Identidade Operária (Aspectos da cultura da classe trabalhadora). São Paulo-Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ, 1987.
- _____. "Trabalhadores e Cidadania (Experiência do mundo público na história do Brasil moderno)". In Estudos Avançados, vol. 3, nº 7, São Paulo, USP, set-dez/1989.
- PARANHOS, Adalberto P. Dialética da Dominação. Campinas, Papirus, 1984.
- _____. "Saber e Prazer: A Música como Recurso Didático-Pedagógico". In FRANCO, Alécia Pádua (coord.), Álbum Musical para o Ensino de História e Geografia no 1º Grau. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1995.
- _____. "Política e Cotidiano: As Mil e Uma Faces do Poder". In MARCELLINO, Nelson C. (org.), Introdução às Ciências Sociais. Campinas, Papirus, 6a. ed., 1996.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai. Porto Alegre, Globo, 1960.

O Pensamento Político do Presidente (Separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 n^{os} da revista "Cultura Política", comemorativa do 60^o aniversário do Presidente Getúlio Vargas). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 19/abr/1943.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História (Operários, mulheres e prisioneiros). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil (1889-1930) Documentos (vol. 1 - O movimento operário). São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

A Classe Operária no Brasil
(Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado). São Paulo, Brasiliense, 1982.

PIO XI. Quadragesimo Anno (Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social). Petrópolis, Vozes, 4a. ed., 1957.

PIO XI. Divini Redemptoris (Sobre o comunismo ateu). São Paulo, Paulinas, 1965.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais - vol. II. Porto, Portucalense, 1971.

PRESTES, Luiz Carlos. Problemas Atuais da Democracia. Rio de Janeiro, Vitória, 1947.

QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. Sociologia Política de Oliveira Vianna. São Paulo, Convívio, 1975.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste (2 vols.). Rio de Janeiro, José Olympio/USP, 4a. ed., 1970.

RODRIGO, Lidia Maria. O Imaginário do Poder e o Poder do Imaginário em Maquiavel. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 1996.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Léoncio Martins. "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)". In FAUSTO, Boris (dir.). História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil republicano - 3. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 6a. ed., 1996.

Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

SABINE, George H. História das Teorias Políticas (vol. 1). São Paulo, Fundo de Cultura, 1964.

SADER, Eder. Marxismo e Teoria da Revolução Proletária. São Paulo, Ática, 1986.

- SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". In CARDOSO, Ruth (org.), A Aventura Antropológica (Teoria e pesquisa). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SAES, Décio. Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil. Campinas, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, nº 6, 1976.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. Música Popular e Moderna Poesia Brasileira. Petrópolis, Vozes, 3a. ed., 1986.
- SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em Campo Verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- SILVA, Zélia Lopes da. A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus/USP, 1966.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6a. ed., 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SOLA, Lourdes. "O Golpe de 37 e o Estado Novo". In MOTA, Carlos Guilherme (org.), Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 3a. ed., 1971.
- SOREL, Georges. Reflexões sobre a Violência. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- STEWART, Angus. "As Raízes Sociais do Populismo". In TABAK, Fanny (org.), Ideologias - Populismo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.
- TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. São Paulo, Ciências Humanas, 2a. ed., 1981.
- THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa (3 vols.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOTA, Antonio Pedro. Samba da Legitimidade. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1980.
- _____. O Estado Novo. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- O Trabalhador Gráfico, nº 148, São Paulo, fev/1943.
- VARGAS, Getúlio Dorneles. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, vols. I a V.
- _____. Diário (2 vols.). Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995.

- VASCONCELLOS, Gilberto e SUZUKI, Matinas. "A Malandragem e a Formação da Música Popular Brasileira". In FAUSTO, Boris (dir.). História Geral da Civilização Brasileira - III - O Brasil republicano (Economia e cultura - 1930/1964). São Paulo, Difel, 1984.
- VESENTINI, Carlos Alberto e DECCA, Edgar Salvadori de. "A Revolução do Vencedor". In Contraponto, nº 1, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutels, nov/1976.
- VESENTINI, Carlos Alberto. A Teia do Fato (Uma proposta de estudo sobre a memória histórica). São Paulo, tese de doutoramento, 1982.
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Oliveira. Problemas de Política Objetiva. Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 3a. ed., 1974.
- _____. Ensaio Inéditos. Campinas, Unicamp, 1991.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. Oliveira Vianna & o Estado Corporativo. São Paulo, Grijalbo, 1976.
- _____. Democracia e Política Social. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1992.
- WEBER, Max. Ensaio da Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 3a. ed., 1974.
- WEFFORT, Francisco C. "Estado e Massas no Brasil". In Revista Civilização Brasileira, nº 7, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, maio/1966.
- _____. Classes Populares e Política (Contribuição ao estudo do "populismo"). São Paulo, USP, tese de doutoramento, 1968.
- _____. Sindicatos e Política. São Paulo, USP, tese de livre-docência, 1972.
- _____. "As Origens do Sindicalismo Populista no Brasil" (A conjuntura do após-guerra). In Estudos Cebrap, nº 4, São Paulo, Cebrap, abr-mai-jun/1973.
- _____. "O Populismo na Política Brasileira". In FURTADO, Celso (org.), Brasil: Tempos Modernos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a. ed., 1977.
- _____. Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964 (mimeo).
- WISNIK, José Miguel. "Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)". In SQUEFF, Enio e WISNIK, José Miguel, O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira - Música. São Paulo, Brasiliense, 2a. ed., 1983.
- WORSLEY, Peter. "O Conceito de Populismo". In TABAK, Fanny (org.), Ideologias - Populismo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.